



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**LUTA POR DIREITOS:**

Movimentos Sociais de Direitos Humanos em São Luís durante a década de  
1980

**Linha: Trabalho e Políticas Públicas**

Jesus Marmanillo Pereira

**João Pessoa-PB**

**2015**

**JESUS MARMANILLO PEREIRA**

**LUTA POR DIREITOS:**

Movimentos Sociais de Direitos Humanos em São Luís durante a década de  
1980

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal da  
Paraíba para a obtenção do título de doutor em  
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros

**João Pessoa-PB**

**2015**

P436I Pereira, Jesus Marmanillo.

Luta por direitos: movimentos sociais de direitos humanos em São Luís durante a década de 1980 / Jesus Marmanillo Pereira. - João Pessoa, 2015.

209f. : il.

Orientador: Rogério de Souza Medeiros

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA 1.  
Direitos humanos. 2. Luta política - São Luís-MA. 3. Ações coletivas. 4. Alinhamentos discursivos.  
5. Macroenquadramento interpretativo.

UFPB/BC

CDU: 342.7(043)

JESUS MARMANILLO PEREIRA

**LUTA POR DIREITOS:**

Movimentos Sociais de Direitos Humanos em São Luís durante a década de  
1980

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Sociologia da Universidade Federal da  
Paraíba para a obtenção do título de doutor em  
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros

Aprovada em: 123/03/2015

Professora Doutora Cibele Maria Lina Rodrigues (FUNDAJ)  
(examinador externo)

Professor Doutor Mauro Guilherme Pinheiro Koury (PPGA-UFPB)

Professor Doutor Remo Mutzenberg (PPGS-UFPE)  
(examinador externo)

Professor Doutor Rogério de Souza Medeiros (PPGS-UFPB)

Professora Doutora Simone Magalhães Brito (PPGS-UFPB)

*“É essencial enfatizar o papel basilar da comunicação na formação e na prática dos movimentos sociais, agora e ao longo da história. Porque as pessoas só podem desafiar a dominação conectando-se entre si, compartilhando sua indignação, sentindo o companheirismo e construindo projetos alternativos para si próprias e para a sociedade como um todo.”*

*Manuel Castells*

## AGRADECIMENTOS

Assim como muitos fenômenos estudados pela Sociologia, devo dizer que o presente texto é o produto de um trabalho social no qual foram inseridas várias cabeças, pensamentos, formas, cores e sentimentos. Por conta disso, creio ser necessário agradecer pelas inúmeras contribuições que tornaram possível o atual estágio de reflexão e escrita, possibilitando assim a realização da presente tese. Nesse sentido, gostaria de agradecer à minha mãe Sonia Maria, pai Jesus Evilio e irmã Jessica Camila, pelo apoio constante efetivado desde o período de seleção de doutorado até esses últimos dias de escrita. Igualmente agradeço aos tios Marinalva e Geraldino, meus segundos pais - em terras pernambucanas.

Sou muito grato aos amigos Fabiano Brito dos Santos, Vanessa José da Rocha, Carolina Batista de Souza e a pesquisadora Arlene Martinez Ricoldi pelos diálogos, força e contribuições acadêmicas, ao longo dessa jornada. Devo agradecer ainda ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (PPGS-UFPB), em especial ao professor Rogério de Souza Medeiros pela orientação.

Agradeço a CAPES por ter viabilizado as condições materiais de desenvolvimento do doutorado e dessa pesquisa.

Agradeço ainda às professoras Cibele Maria Lima Rodrigues (FUNDAJ) e Simone Magalhães Brito (UFPB), e também aos professores Mauro Guilherme Pinheiro Koury (UFPB), Remo Mutzenberg (UFPE) que gentilmente aceitaram o convite para participarem da banca de defesa desta tese.

Por fim, agradeço ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas e Trabalho (LAETP-UFPB) pelo incentivo a pesquisa, e ao Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC-UFMA) pelo rico aprendizado e incentivo na temática de estudo sobre movimentos sociais no Maranhão.

## LISTA DE SIGLAS

AMPBL	- Associação de Moradores Palafitados do Bairro da Liberdade
AFZ/SNI	- Agência Fortaleza do Sistema Nacional de Informação
ASP	- Associação da Saúde da Periferia
AMZA	- Amazônia Mineração S.A
APRUMA	- Associação de Professores Universitários do Maranhão
CCN	- Centro de Cultura Negra
CBA/MA	- Comitê Brasileiro pela Anistia Secção do Maranhão
CETEMA	- Centro de Teologia do Maranhão
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
CPT	- Comissão Pastoral da Terra
CJP	- Comissão Justiça e Paz
CEBs	- Comunidades Eclesiais de Base
CELAN	- Conselho Episcopal Latino-Americano
DOPS-MA	- Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão
DCE	- Diretório Central dos Estudantes
FUMBESMA	- Federação de Uniões de Moradores de Bairros do Estado do Maranhão
FASE	- Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JAC	- Juventude Agrária Católica
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JOC	- Juventude Operária Católica
JIC	- Juventude Independente Católica
JUC	- Juventude Universitária Católica
JAC	- Juventude Agrária Católica
JEC	- Juventude Estudantil Católica
JUAC	- Juventude Universitária Autêntica Católica
MCC	- Movimento Contra a Carestia
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MDF	- Movimento de Defesa dos Favelados
PC do B	- Partido Comunista do Brasil
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PDT	- Partido Democrata Trabalhista
PT	- Partido dos Trabalhadores
SMDH	- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SMDDH	- Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
SPDDH	- Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
TLO	- Tribuna da Luta Operária
UFMA	- Universidade Federal do Maranhão
UNE	- União Nacional dos Estudantes

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Divisões no interior da Igreja.....	55
Ilustração 2 - DCE na promoção de Direitos Humanos, 1979.....	61
Ilustração 3 - Cartaz de seminário sobre Direitos Humanos(1979).....	70
Ilustração 4 - A assembleia de 12 de fevereiro de 1979.....	98
Ilustração 5 - Logomarca da SMDDH.....	101
Ilustração 6 - A Assembleia de 12 de fevereiro de 1979.....	101
Ilustração 7 - SMDDH na imprensa escrita local.....	105
Ilustração 8 - Atuação da SMDDH em diferentes questões.....	110
Ilustração 9 - População economicamente ativa em São Luís -1987.....	132
Ilustração 10- Recortes que caracterizam alguns aspectos da década de 1980.....	134
Ilustração 11- Superlotação de celas em presídio.....	135
Ilustração 12- Tortura promovida por policiais.....	138
Ilustração 13 - Folheto produzido pela SMDDH e Caritas (1980) .....	161
Ilustração 14 - Limites da Rua Bom Sucesso e da Travessa Dr. Salomão.....	167



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Movimentos, Direitos e Missão Institucional da SMDDH.....	19
Quadro 2 - Fontes Documentais.....	38
Quadro 3 - Recortes referentes às primeiras mobilizações por Direitos Humanos.....	39
Quadro 4 - Relatórios coletados na DOPS/MA.....	43
Quadro 5 - Entrevistados da primeira direção da SMDDH.....	45
Quadro 6 - Principais perspectivas de enquadramento identificadas no contexto ludovicence durante o ano de 1979.....	63
Quadro 7 - Relação entre condições contextuais e produção de enquadramentos interpretativos.....	76
Quadro 8 - Papel da SMDDH segundo a carta de princípios.....	118
Quadro 9- Causas e organizações.....	127
Quadro 10- Carta de princípios e seus enquadramentos.....	142

## RESUMO

O presente estudo busca analisar o processo pelo qual a ideia de Direitos Humanos passa a se constituir como um campo de luta política em São Luís - MA, entre os anos de 1977 e 1982. Partindo da hipótese de que tal processo ocorreu por conta de alinhamentos discursivos com capacidade de gerar *macroenquadramentos interpretativos*, a presente pesquisa põe em foco um conjunto de relações entre organizações, atores e discursos por meio dos quais se torna possível compreender como a ideia de Direitos Humanos ganhou expressão por meio de ações coletivas, comunicações e um conjunto de ações que sinalizam a utilização de aspectos discursivos, características sociais e históricas daquele período. Para tanto, realizou-se uma mesoanálise sobre uma organização conhecida como Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, considerando também o contexto histórico que levou à sua formação, além dos membros da primeira direção da entidade, os documentos institucionais e a atuação da entidade até a concretização de seu primeiro projeto financiado. Teoricamente, a pesquisa foi orientada por uma perspectiva sócio-histórica de análise, com ênfase no interpretativismo sociocultural, priorizando a relação entre discursos, ações e situações de interação, caracterizando assim um estudo desenvolvido nos moldes de uma sociologia relacional.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Alinhamento. Macroenquadramento interpretativo

## RÉSUMÉ

Cette étude prend comme objectif de problématiser et de comprendre le processus par lequel l'idée des droits humains est devenue une lutte légitime à São Luís, MA, entre 1977 et 1982. En partant du principe qu'un tel processus a eu lieu en raison des alignements discursifs capables de générer macro cadrage, cette recherche indiquera un ensemble de relations entre les organisations, les acteurs et les discours à travers lesquels on peut comprendre comment l'idée de les droits humains ont obtenu une expression par l'action collective, des communications et un ensemble d'actions qui signale l'utilisation des aspects discursifs, les caractéristiques sociales et historiques de cette période. À cette fin, nous avons mené une méso analyse sur la organisation appelée de Société au Maranhão de défense des droits humains, en considérant également un bref historique antérieur à sa formation, les membres de la première direction de l'entité, les documents institutionnels, les caractéristiques socio-historiques d'époque donnée et la performance de l'entité avec le premier projet financé. Théoriquement, la recherche a été guidée par une perspective socio-historique avec approche d'interprétativisme socioculturel, en fortifiant ainsi la relation entre les discours, les actions et les situations d'interaction, caractérisant un type de sociologie qui peut être comprise en raison de la caractéristique relationnelle.

Mots clés: Droits humains. Alignement. Macro cadrage

## Apresentação

Para Bourdieu (2004, p: 19), “[o] *homo academicus* gosta do acabado” e seria um tipo de pintor que faz desaparecer os vestígios da pincelada, os toques e os retoques de seus trabalhos.

Seguindo esse pensamento, esta breve apresentação visa apontar alguns aspectos da pesquisa, rupturas, avanços, continuidades e recuos que foram fundamentais no processo de construção do presente estudo. São tratados aspectos envolvidos na construção do trabalho, dificuldades, limitações, *insights* e tentativas que caracterizam esta tese como um processo complexo que resulta de um esforço cognitivo e do desejo de interpretar parte do processo da construção e institucionalização de um discurso de defesa dos Direitos Humanos em São Luís - MA.

Em 2011, ingressei no doutorado com o projeto “LUTA POR DIREITOS: movimentos sociais de Direitos Humanos em São Luís durante a década de 1980” cujo objetivo inicial era analisar o processo de institucionalização dos Direitos Humanos em São Luís, que resultou na criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH) do estado do Maranhão, em março de 2008. Naquele contexto, o trabalho seria estruturado com base em categorias analíticas como: repertórios de ação coletiva, porta-vozes e contexto histórico vinculado a esse processo, buscando combinar uma análise bourdiana, em nível microssociológico, com uma perspectiva processual.

Tal projeto foi sendo desenvolvido apoiado em uma literatura que tinha como base os estudos de autores como Charles Tilly, Sidney Tarrow e Pierre Bourdieu; e também na construção de um banco de dados que seria o ponto de partida para a observação dos repertórios de ação coletiva ao longo das três décadas caracterizadas por uma transição política e, conseqüentemente, um contexto que poderia ser analisado em termos de “oportunidade política”. Do primeiro ano de trabalho de campo, foi possível extrair uma amostra de 41 casos de mobilizações de contestação, distribuídos entre 1979 e 1989. Tais dados foram trabalhados na construção de um *paper* intitulado “Movimento Social: uma análise cultural dos repertórios individuais e coletivos”, apresentado no XV Encontro de Ciências Sociais – Norte/Nordeste em 2012.

Considerando que o banco de dados era alimentado com recortes extraídos da imprensa escrita, que a principal hemeroteca de São Luís – localizada na biblioteca Benedito Leite – encontrava-se interditada e que o recorte temporal abrangia três décadas, constou-se que seria problemático prosseguir com tal recorte metodológico. Assim, o trabalho buscou-se utilizar o trabalho de campo realizado até então em uma análise interpretativa de viés socio-histórico, focada apenas na Sociedade Maranhense de Defesa de Direitos Humanos, mudança cujos efeitos repercutiram em todos os aspectos do projeto, resultando em alguns ajustes, tanto teóricos quanto metodológicos, no desenho original da pesquisa.

Um momento crucial para refletir sobre a articulação entre o projeto, a teoria e as reais condições de realização da tese ocorreu durante a qualificação, quando foram apresentados alguns caminhos no sentido de auxiliar na maturação do trabalho intelectual contido no primeiro texto apresentado. A partir das várias contribuições da banca, o novo recorte foi pensado por meio de uma abordagem conhecida como construtivismo sociocultural, cujo diálogo com a perspectiva dos “repertórios de ação coletiva” é bastante íntimo. O problema inicial da compreensão do processo de institucionalização dos Direitos Humanos em São Luís permaneceu; entretanto, o recorte temporal foi reduzido a um período de cinco anos (entre 1979 e 1982) e a abordagem passou a ser ancorada nas noções de “*macroenquadramento*” e “*alinhamento interpretativo*” (ou *frame alignment*), que integram um conjunto de conceitos que compõem o modelo analítico conhecido como construtivismo sociocultural na análise de movimentos sociais.

Dessa forma, passou-se da perspectiva processual, abrangendo três décadas e centrada na relação Estado - sociedade civil e nos condicionantes sociais e históricos envolvidos no processo de institucionalização da SEDH, para um recorte menos abrangente, de cinco anos, e voltado para a análise de uma organização, a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, que teve importante papel no processo de expressão e institucionalização de questões classificadas como de Direitos Humanos, em São Luís, no Maranhão.

Uma primeira observação a fazer diz respeito à ausência de traduções da literatura internacional sobre os “*frames* de ação coletiva” e um número pequeno de pesquisas realizadas com essa perspectiva em âmbito nacional. Outro ponto importante, como será visto mais adiante, é que as poucas pesquisas realizadas nacionalmente demonstram diferentes formas de trabalhar com a referida perspectiva analítica, não ocorrendo um consenso ou padrão de utilização da abordagem construtivista sociocultural.

Nesse sentido, o presente estudo pode ser pensado dentro de um processo mais amplo de diálogo com os trabalhos já realizados e, ao mesmo tempo, de difusão de uma perspectiva analítica ainda pouco utilizada no Brasil. Uma das consequências desse contexto para a presente pesquisa foi a necessidade de reflexão tanto sobre a literatura de Direitos Humanos quanto sobre os enquadramentos feitos em relação às especificidades locais.

Enfim, se este texto foi iniciado citando a crítica ao *homo academicus* é oportuno finalizá-lo valorizando o aspecto experimental (LAHIRE, 2004), já que os principais pontos estruturadores desta pesquisa – delimitação do objeto de estudo e o esquema analítico – foram sendo testados, reelaborados e pensados, com uma cautela construída através da relação entre teoria e empiria, não se baseando, portanto, em uma Sociologia das ideias ou Sociologia espontânea (Bourdieu, Chamboredon, Passeron, 2004). Dessa forma, a natureza do trabalho aqui apresentado é fruto das características do campo, da disponibilidade de dados e do diálogo efetivo com a literatura teórica recente no campo de estudos sobre movimentos sociais.

## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>13</b>
Enquadramentos interpretativos, Direitos Humanos e perspectiva histórica.....	18
<b>2. Direitos Humanos enquanto macroenquadramento interpretativo em São Luís.</b>	<b>48</b>
2.1 Demarcando os Direitos Humanos: centralidade e dispersão de um discurso.....	49
2.2 Das igrejas para as ruas: estudantes entre a unidade e o conflito.....	57
2.3 Movimento “Oposição pra Valer” e Direitos Humanos.....	66
<b>3. Estrutura e ideias: a SMDDH e a construção de um enquadramento interpretativo de Direitos Humanos.....</b>	<b>79</b>
3.1 Estrutura de mobilização.....	81
3.2 Mobilização de recursos.....	87
3.3 Macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos da SMDDH.....	95
<b>4. SMDDH: alinhamentos internacionais e primeiro projeto local.....</b>	<b>112</b>
4.1 Carta de princípios.....	114
4.2 Carta de princípios enquanto representação e enquadramento interpretativo.....	121
4.3 Contexto local e demarcação de problemas de Direitos Humanos.....	125
4.4 Explicação das causas e atribuição de soluções.....	142
<b>5. Da Saavedra ao Anjo da Guarda.....</b>	<b>145</b>
5.1 O financiamento e a importância dos enquadramentos interpretativos de ligação.....	146
5.1.1 Contexto do primeiro projeto da SMDDH.....	150
5.2 Conflitos, cooperações e enquadramentos no bairro do Anjo da Guarda.....	153
5.2.1 Lutando contra a AMZA: Rua Bom Sucesso e Travessa Doutor Salomão.....	166
5.2.2 As reuniões, as mobilizações e a educação.....	177
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>192</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>195</b>

# 1. Introdução

O objetivo do presente estudo é analisar o processo de construção e institucionalização de um discurso sobre Direitos Humanos na cidade de São Luís - MA, entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980.

Buscou-se compreender o trabalho social que fez com que determinadas situações de violência policial e de conflitos entre empresas e determinadas comunidades ou movimentos sociais estivessem relacionadas à fundamentação de uma bandeira de luta em torno dos Direitos Humanos. Dessa forma, mais do que considerar a reivindicação por Direitos Humanos como um resultado automático do contexto da época, a presente pesquisa buscou elencar um conjunto de relações entre discursos e atores sociais que forneceram condições, cor e forma para a reivindicação por Direitos Humanos.

Para tanto, a pesquisa empírica focalizou-se no estudo de uma organização conhecida como Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH), que constitui um caso emblemático de um processo histórico com paralelos e caminhos comuns com outras organizações que emergiram no final da década de 1970 e que se institucionalizam como organizações não governamentais (ONGs) no decorrer da década de 1980.

O recorte da pesquisa foi delimitado entre o ano de 1977, quando foram observadas as primeiras manifestações da arquidiocese de São Luís na promoção de seminários públicos que versavam sobre Direitos Humanos em São Luís, até 1981, quando a SMDDH desenvolveu seu primeiro projeto financiado. Nesse curto período, foi possível notar uma série de mudanças nas formas como a reivindicação por Direitos Humanos foi posta publicamente na imprensa escrita local, nas manifestações de rua e em outras reivindicações proclamadas por diversos atores sociais da época. No âmbito da SMDDH, o curto período foi importante para compreender o processo de ongicização<sup>1</sup> marcado por mudanças nas dinâmicas internas de funcionamento e na forma como essas mudanças e ideia de direitos humanos repercutiram no âmbito das relações com outros atores, ONGs, organizações internacionais e instituições religiosas.

---

<sup>1</sup> Transformação de movimento social em organização não governamental (ONG).



Em um primeiro contato com os arquivos da própria SMDDH e da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA), percebeu-se que grande parte dos membros fundadores da referida organização eram provenientes de outros movimentos sociais ou atuavam concomitantemente em outras causas, sinalizando que a ideia de Direitos Humanos, em São Luís, emergiu também desses deslocamentos e dinâmicas que, entre outras coisas, resultaram ora na convergência, ora no afastamento de determinadas bandeira de luta e atores sociais.

Assim, uma questão central que norteou a pesquisa diz respeito à necessidade de compreensão dos Direitos Humanos, em São Luís, enquanto um macroenquadramento prático-discursivo (simbólico) produzido a partir das relações estabelecidas entre a SMDDH, os movimentos sociais e determinados problemas sociais da época. Ou seja, questiona-se como é possível compreender a relação entre várias reivindicações distintas e as reivindicações diretamente vinculadas ao campo dos Direitos Humanos em São Luís - MA.

Isso implicou no entendimento de que quaisquer mudanças nos direcionamentos dos alvos de reivindicação, na associação de causas ou na dispersão de determinados movimentos sociais possuíam uma repercussão direta nos modos de ação, nos recursos mobilizados e no número de pessoas envolvidas; enfim, determinavam implicações na formação de uma estrutura de mobilização. Logo, trata-se também de um problema relacionado à produção de formas de repertórios de ação coletiva.

Por outro lado, não se desconsiderou que a aproximação ou o afastamento de movimentos sociais e determinados discursos também podem ser explicados, complementarmente, por uma perspectiva focada na compreensão das influências contextuais sobre tais processos. Um primeiro caminho foi pensado por meio do estudo sobre as interpretações elaboradas pela própria organização e coexistentes com outras interpretações oriundas dos setores progressistas da Igreja Católica, do governo militar, de partidos como o MDB, PC do B, e de uma série de movimentos de reivindicações por habitação, anistia, contra a violência e contra o aumento dos preços dos alimentos.

Dessa forma, uma categoria importante para a pesquisa foi a de *Enquadramentos interpretativos*. Sobre ela, autores como Snow e Benford (2000), Gamson (1992) e Klandermans (1997) destacam que o conceito de Enquadramentos interpretativos – conhecidos também como *quadros*, *molduras*, *frames* ou *marcos interpretativos* –

remonta aos estudos de Erving Goffman e ao seu clássico estudo “Quadros da experiência social: uma perspectiva de análise” (2012).

Se em Erving Goffman o conceito possui um aspecto sociocognitivo focado na forma como a experiência é organizada e admitida mentalmente por um ator individual, pressupondo uma diferença do que chama de *experimentum crucis* e a forma como este é reproduzido em um esquema de interpretação individual designado como primário, com os autores do construtivismo sociocultural, o conceito passou a ter um caráter sociopolítico que diz respeito à capacidade dos movimentos sociais de enquadrar simbolicamente demandas e problemas, de forma a inseri-los, de um modo específico, na agenda política, com consequências prático-políticas.

Johnston e Klandermans (1995) enfatizam que esse conceito possibilita uma análise interessante sobre a relação entre sistemas culturais e aspectos performáticos presenciados nas ações coletivas, focando, assim, nos padrões culturais e nos seus usos em situações de mobilização existentes em organizações e instituições. Para a presente pesquisa, esse conceito denota uma expressão sociocognitiva capaz de produzir um esquema de interpretação que habilita os indivíduos a localizar, perceber, identificar e trabalhar determinadas ocorrências em seu ambiente, ou seja, significa um conjunto de orientações e significados que legitimam as atividades e campanhas das organizações e movimentos sociais (SNOW; BENFORD, 2000).

Em relação às orientações e significados produzidos pelos movimentos sociais no Brasil, vale destacar o estudo de Eder Sader (1988) quando percebeu que, durante as décadas de 1960 e 1970, a Igreja Católica, os grupos de esquerda e a estrutura sindical perdiam influência junto ao povo na política e tornavam-se cada vez mais esvaziados. Em decorrência disso, em um processo de renovação política de suas práticas e discursos, construíram interpretações da realidade – ou o que o autor chamou de matrizes discursivas – derivadas da teologia da libertação, do marxismo e do novo sindicalismo, que serviram como fonte recorrente dos movimentos sociais emergentes no período, que adaptavam cada matriz a determinadas situações, mesclando-as e reproduzindo-as em falas, personagens e símbolos.

Em sintonia com a referida orientação teórica, partiu-se da hipótese de que a SMDDH também se tornou defensora dos Direitos Humanos a partir de relações estabelecidas com movimentos sociais da época e, conseqüentemente, com outras

interpretações da realidade social, caracterizando um processo que pode ser compreendido como de construção de um macroenquadramento (*master frame*) de Direitos Humanos, em São Luís, por meio de determinados processos de alinhamento (*frame alignment*).

Complexificando e aprofundando a discussão sobre enquadramentos interpretativos, Snow e Benford (2000) caracterizam o macroenquadramento interpretativo, também conhecido como *master frame*, como uma espécie de associação de enquadramentos interpretativos (quadros) mobilizados em determinadas ações coletivas e discursos. Nesse viés, a perspectiva analítica da presente pesquisa visa: abordar o *macroenquadramento* de Direitos Humanos em São Luís enquanto produto de processos de alinhamentos entre enquadramentos interpretativos oriundos dos setores progressistas católicos, partidos de esquerda e movimentos sociais; e apontar quais os resultados desses alinhamentos em termos de recursos materiais e humanos para a mobilização.

É importante considerar que tal abordagem faz parte de uma agenda mais ampla de estudos que, segundo McAdam (1996), tem pesquisado os movimentos sociais de acordo com pontos como: 1) ferramentas culturais; 2) enquadramentos estratégicos; 3) disputas em torno da criação dos enquadramentos interpretativos; 4) papel desempenhado pelos meios de comunicação; e 5) impacto do movimento social na transformação das ferramentas culturais. Dessa forma, a presente pesquisa se deterá, com mais afinco, sobre os pontos 1 e 2, ou seja, sobre os processos estratégicos entendidos como alinhamentos e associações entre enquadramentos interpretativos e os elementos culturais mobilizados discursivamente. Não se trata de abordar unicamente a construção de um enquadramento interpretativo de Direitos Humanos de acordo com a dinâmica interna da SMDDH, mas de caracterizá-lo a partir da forma como é apresentado e publicizado, seja na referida entidade e/ou nas organizações anteriores e coexistentes, que também forneciam expressão à questão dos Direitos Humanos.

Assim, é necessário compreender que a SMDDH surgiu em 1970 como parte de um quadro mais amplo de defesa dos Direitos Humanos, apoiada internacionalmente por organismos como a MISEREOR (vinculada à Igreja Católica da Alemanha) e a OXFAM, que se autodenomina como uma Confederação Internacional de Combate à Pobreza e à Injustiça. Tais organizações surgiram em um período compreendido entre as

décadas de 1940 e 1950, em um contexto próximo à própria emergência da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948. No contexto da América Latina, também havia uma série de protocolos e acordos como a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Protocolo de Buenos Aires, de 1967, que forneciam expressão e reforçavam a ideia da necessidade de organizações de defesa por Direitos Humanos. Já em São Luís - MA, o termo Direitos Humanos remonta a 1977, com seminários e debates promovidos pelos setores progressistas da Igreja, no seminário Santo Antônio.

Localmente, a presente pesquisa orientou-se para a observação das situações de interação ocorridas entre membros da SMDDH e outras organizações, momentos em que suas lideranças se manifestaram publicamente para definir a entidade, explicar os problemas da época e demonstrar a aproximação da reivindicação por Direitos Humanos com outras ocorridas naquele período. Esse procedimento foi orientado pelas categorias de “*enquadramento interpretativo*” e “*macroenquadramento*”, cuja construção analítica se dá com base em processos nos quais os próprios movimentos sociais, em constante interação com outros atores, apresentam seus esquemas de interpretação dos problemas sociais, propõem soluções e se autodefinem perante o público mais amplo.

As declarações públicas, registradas na imprensa ou em relatórios internos, e os documentos institucionais foram as principais fontes utilizadas neste estudo. Em tais registros, foram investigadas as formas como os membros da SMDDH apresentavam-na para um público maior, apontando os problemas da época e propondo maneiras de solucioná-los. Assim, a pesquisa documental teve grande peso no processo de elaboração desta tese, tanto pela natureza histórica do objeto recortado entre 1977 e 1982, quanto por outras questões epistêmicas e metodológicas, tais como a orientação teórica baseada nos “*macroenquadramentos*” e a necessidade de obtenção de fontes que demonstrassem as principais expressões públicas dos porta-vozes que falavam em nome da entidade.

Teoricamente, a preocupação com os aspectos discursivos produzidos pelos membros da organização em relação ao contexto da época e aos outros movimentos sociais foi pensada de acordo com a categoria de “*macroenquadramento*”, que pode ser compreendido como um enquadramento maior formado por outros enquadramentos. Desse modo, considerou-se o macroenquadramento como um conjunto de conceitos

como: alinhamento, inclusividade e elasticidade, os quais possibilitaram analisar a organização e sua dinâmica de interação em relação a aspectos como: o cenário local; a existência de um público receptor de suas declarações; uma imprensa local que fornecia espaço para as declarações; outras declarações realizadas em espaços públicos como ruas e praças; posicionamentos dos órgãos de segurança que a criminalizavam e de outros movimentos sociais com os quais compartilhava sentido.

### **Enquadramentos interpretativos, Direitos Humanos e perspectiva histórica**

A partir dos anos 1970 e 1980, no Brasil, o campo das organizações sem fins lucrativos é marcado por duas clivagens: 1) uma relacionada à constituição dos chamados movimentos sociais urbanos, nos quais tem espaço uma série de reivindicações em torno de políticas públicas e de consumo coletivo – saúde, educação, custo de vida, saneamento, habitação – frente ao Estado autoritário; e 2) outra exatamente relacionada ao conjunto de instituições que surgem no período 1970-1980 sob a denominação de organizações não governamentais (MEDEIROS, 2007, p.170).

Sobre a relação entre essas duas clivagens, Landim (1993) também percebe que tais organizações se ligavam a movimentos sociais surgidos no período, como os sindicais, os de bairros, os de lutas pela terra etc. Assim, elas situam-se à esquerda no espectro das entidades civis brasileiras em oposição aos governos ditatoriais. Uma característica importante é que, em grande parte, essas organizações eram compostas por pessoas oriundas dos setores progressistas da Igreja Católica e que trabalhavam, principalmente, com educação popular e assessorias para os movimentos sociais.

Em São Luís - MA tal período, que compreende as décadas de 1970 e 1980, também foi marcado por uma série de protestos de reivindicação de direitos, tanto por parte de movimentos populares quanto de organizações não governamentais. Em um breve mapeamento, é possível verificar que tais ações coletivas davam visibilidade ao movimento estudantil, ao movimento contra a carestia, ao movimento de defesa dos palafitados do Maranhão, ao movimento feminista, ao Comitê de Defesa da Ilha, ao movimento pela anistia e a ONGs e organizações católicas como a FASE, a SMDDH, a ASP, a CPT, a CJP etc.

Um aspecto central do presente trabalho é a compreensão da forma como se constrói, em São Luís, um macroenquadramento (SNOW; BENFORD, 2000) de Direitos Humanos, ou seja, a compreensão do processo pelo qual a SMDDH, no final da década de 1970, constituiu-se por meio de um conjunto de práticas e representações que trazem características dos movimentos sociais e do contexto político da época, atentando para o processo de significação engendrado na construção da mobilização em Direitos Humanos. Tal objetivo aponta para uma abordagem relacional que perceba a constituição da SMDDH e dos Direitos Humanos, em São Luís, a partir de aspectos como a aproximação e o distanciamento entre manifestantes e organizações, ou seja, que permitam compreender os mecanismos de cooperação e conflito que operaram no surgimento da SMDDH e que estão na origem e na constituição política de um conjunto de organizações de esquerda surgidas no mesmo período.

Como observa Gohn (2012), na década de 1970, os movimentos lutavam para “ter direito a ter direitos” e não eram autocentrados, no sentido de estarem voltados apenas para suas próprias questões. Ao falar em “direitos”, em São Luís - MA, observa-se uma série de reivindicações que tratavam de temas de direitos específicos, coexistentes com as ações da SMDDH, que agia em nome de um direito que se pretendia universal, amplamente relacionado a todos os outros reivindicados.

**Quadro 1 – Movimentos, Direitos e Missão Institucional da SMDDH**

<b>Movimentos</b>	<b>Tipo de direito*</b>	<b>SMDDH**</b>
Movimento contra a Carestia	Direito às condições básicas de alimentação	Disseminar uma nova concepção de Direitos Humanos, que se contraponha à naturalização da violência, que defenda o resgate da vida como valor fundamental e incorpore as dimensões de Direitos Cívicos, Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, através do fomento a grupos populares com os quais realiza ações formativas e organizativas à luz da educação popular.
Comitê de Defesa da Ilha	Direitos de acesso aos recursos naturais	
Movimento Estudantil	Direito à Justiça e à Liberdade	
Movimento por Moradia	Direito de acesso à habitação	
Movimento pela Anistia	Direito à liberdade e contra a tortura e o exílio	
Setores progressistas da Igreja	Direito à terra e Direitos Humanos	

\* As informações, sistematizadas para o quadro, foram obtidas em pesquisa no arquivo da DOPS/MA.

\*\* Missão institucional da SMDDH, disponível na página eletrônica da entidade ([http://smdh.org.br/?page\\_id=521](http://smdh.org.br/?page_id=521)). Acesso em: 9 jul.2014.

De acordo com o Quadro 1, percebe-se que a concepção de Direitos Humanos difundida pela SMDDH, ao privilegiar as “dimensões de Direitos Civis, Políticos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais”, incorpora a agenda de temas mobilizada pelos outros movimentos de reivindicação de São Luís. Tal característica inclusiva, presente na concepção de direitos humanos da SMDDH, possibilita perceber que naquele contexto a reivindicação por Direitos Humanos pode ser pensada como um macroenquadramento (*macroenquadramento interpretativo*) (SNOW; BENFORD, 2000), o que poderá ser confirmado ao longo do trabalho com uma análise mais detalhada acerca das estratégias de alinhamento (*enquadramentos interpretativos ideacionais*), de difusão e construção de diagnósticos e respostas para a questão dos Direitos Humanos em São Luís - MA.

Para analisar a construção de um discurso sobre Direitos Humanos na cidade de São Luís, foram considerados os efeitos das variáveis temporais (contexto de regime militar) e sociais (ações e relações entre as organizações e os membros das mesmas). O primeiro *insight* da pesquisa veio através do estudo de Eder Sader (1989), intitulado “Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980”, especificamente por meio de sua abordagem baseada no conceito de “matriz discursiva”. Segundo o autor:

O discurso que revela a ação revela também o seu sujeito. Assim, do discurso, dependeria a atribuição de sentido às coisas, a partir do primeiro significado, que permite o diálogo humano, que é o de estabelecimento das identidades. A identidade se revela no discurso? Mais do que isso, se nos voltarmos para a psicanálise, ela se constitui nessa operação. Dela aprendemos que as pulsões do inconsciente só podem ser reconhecidas ao serem nomeadas e, portanto, inscritas na linguagem. (SADER, 1988, p.57)

Nesse raciocínio, os movimentos sociais passariam a existir enquanto sujeitos coletivos quando seus anseios, necessidades e tramas sociais são objetivados e nomeados, por meio da construção de discursos de reivindicação de direitos. Explicando tal construção, Sader (1988) nota que os sujeitos coletivos recorrem a um conjunto de *matrizes discursivas* reproduzidas por uma pluralidade de agências sociais, ou seja, símbolos e formas de interpretação da realidade produzidas no âmbito da Igreja, do pensamento marxista, sindical etc.. Dessa maneira, afirma que os sujeitos não são livres para produzir seus discursos e inventar rapidamente seus sistemas de comunicação, mas que estão imbricados nessa relação com o “outro” e necessitam recorrer primeiramente às matrizes da própria cultura.

Como observa Kunrath (2010), a análise de Eder Sader (1988) pode ser considerada uma importante contribuição aos estudos sobre movimentos sociais no Brasil, contudo, esse não chegou a constituir um campo de pesquisa articulado capaz de desenvolver elaborações férteis e *insights* conceituais que conformassem um campo teórico-empírico propriamente dito. Ao contrário, em conjunto com outras contribuições, como as de Renato Raul Boschi e de Ana Maria Doimo, entre outros da década de 1980, o estudo de Sader é característico de um campo cujos argumentos e conceitos foram pouco incorporados como referências analíticas pelas gerações seguintes de pesquisadores.

Não se quer afirmar com isso que a opção pelo não uso da noção de *matrizes discursivas* seja justificada apenas pela falta de continuidade de um modelo analítico que caiu em desuso. Acredita-se que, a seu modo, tal conceito carrega o pioneirismo da abordagem interpretativista no Brasil cuja seriedade e riqueza analítica fazem de Sader (1988) um diferencial<sup>2</sup> para os estudos de seu próprio tempo e o caracterizam como uma contribuição importante para os estudos recentes.

Para a presente pesquisa, a importância dessa abordagem consiste, entre outras coisas, na análise da construção de representações sociais sobre determinadas situações e no modo como são convertidas em ações coletivas que fornecem forma e conteúdo para as reivindicações. Dessa maneira, um ponto crucial é tentar explorar e considerar possíveis diálogos entre diferentes níveis analíticos: no âmbito das representações produzidas pelas instituições (Igreja, sindicalismo, governo militar etc.); na identificação desses elementos nos discursos produzidos pelos movimentos sociais; e, por fim, no modo de apropriação e utilização dos elementos contextuais por estes últimos.

Sobre a ideia de representação, Erving Goffman (1985) nota que ela caracteriza toda atividade desenvolvida por um indivíduo de forma contínua diante de um grupo de observadores nos quais exerce influência. Para tanto, utilizam equipamentos expressivos (*fachadas*) durante as representações. Sobre esses equipamentos, ele explica:

---

<sup>2</sup> Como observa Mucoacah (1989), tal autor abandonou as explicações fáceis que percebem os movimentos sociais como simples objetivações das estruturas e descreveu o processo de construção de identidades coletivas, demonstrando como os novos atores sociais acabam articulando os diferentes elementos fornecidos por tais discursos de modo a forjar a sua própria identidade e exercer a sua autonomia frente as matrizes e interpretações já existentes.



As fachadas podem se institucionalizar em termos de expectativas às quais dá lugar e tende a receber sentido de uma estabilidade, à parte das tarefas específicas que no momento são realizadas em seu nome. A fachada torna-se uma *representação coletiva* e um fato por direito próprio. Quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel. (GOFFMAN, 1985, p.34)

Considerando-se todas as diferenças apresentadas pelos conceitos, entende-se que as fachadas, assim como as matrizes discursivas, são produzidas e selecionadas de acordo com os cenários e os momentos de interação, os quais possuem ainda uma existência social própria que depende das expectativas e dos sentidos atribuídos à mobilização. Assim, o ponto comum entre tais perspectivas gira em torno de um raciocínio que pode ser simplificado na relação: interpretação (quadro) - sentido - ação. Seguindo esse raciocínio, considerou-se a utilização da categoria enquadramento interpretativo que, ao mesmo tempo, remonta aos estudos de Erving Goffman e considera as dimensões interpretativas dos movimentos sociais, ou seja, a capacidade de produzir classificações e interpretações que é ativada pelos movimentos sociais durante as situações de luta política.

Retomando o pensamento de Goffman, pode-se entender que os enquadramentos interpretativos de ação coletiva sinalizam esquemas de interpretação que permitem aos indivíduos localizar, perceber, identificar e rotular ocorrências no espaço de suas vidas, associando experiências e legitimando as atividades e campanhas das organizações e movimentos sociais, ou seja, tem uma importância ideacional em relação às ações coletivas.

Nos estudos sobre movimentos sociais, alguns autores (MEDEIROS, 2009; SILVA; COTANDA; PEREIRA, 2013) observam que a utilização do conceito de enquadramento interpretativo ganhou destaque em uma abordagem conhecida como construtivismo sociocultural, na qual se destacam autores como David Snow, Robert D. Benford, William Gamson e Bert Klandermans.

Sobre a utilização do conceito de enquadramento interpretativo, Silva, Cotanda e Pereira (2013) percebem que a primeira apropriação desse conceito em estudos sobre contestação foi realizada por William Gamson no final da década de 1970 e início da década de 1980, e foi consagrado no livro *Encounters with unjust authority*, publicado

em 1982. Eles apontam também que uma conclusão central da obra é que a contestação social só é possível quando determinados atores produzem e aplicam enquadramentos interpretativos alternativos àqueles defendidos pelas autoridades estabelecidas.

Considerando o discurso público na mídia como um recurso cultural para a construção de enquadramentos interpretativos, Gamson (1995) explica como determinados grupos de pessoas costumam colocar suas questões nas edições jornalísticas, tais como os grupos de reivindicação por ações afirmativas, contra o uso da energia nuclear e outros, que a cada edição demonstram seus próprios discursos públicos, fornecendo suas interpretações sobre os eventos nos quais estão envolvidos. Assim, o autor explica que a audiência da mídia é um espaço de disputa de concepções e também algo central no processo de construção do protesto social. Em perspectiva semelhante, Klandermans e Goslinga (1996) percebem que o discurso midiático e o movimento publicitário geram processos de enquadramentos interpretativos estratégicos, ou seja, são capazes de inspirar e legitimar ações coletivas e possuem capacidade de influenciar o recrutamento de novos membros.

Nesse sentido, além de um aspecto fenomenológico vinculado à análise cultural e interpretativista, o conceito de enquadramento interpretativo também é articulado com os processos da ação coletiva. Sobre isso, Johnston e Klandermans (1995) explicam que o conceito possibilita uma análise interessante sobre a relação entre sistemas culturais e aspectos performáticos presenciados nas ações coletivas, focando assim nos padrões culturais e nos seus usos em situações de mobilização existentes em organizações e instituições. Colocando em outros termos, trata-se de compreender a produção do enquadramento interpretativo dentro da cultura na qual está inserido, ou seja, entender como, nos meios de comunicação, determinados símbolos e valores cotidianos são mobilizados na construção de discursos públicos para determinados movimentos sociais.

Outros autores que merecem destaque são Snow e Benford (2000), para quem o conceito de *enquadramento interpretativo* pode ser pensado por meio de processos discursivos relacionados à interação e comunicação entre membros de um mesmo movimento social, entre diferentes movimentos sociais ou ainda entre os movimentos e outros atores e instituições. Dessa maneira, tais autores desenvolveram os estudos dos enquadramentos interpretativos, dando uma atenção especial para os processos de

alinhamento de significados e estratégias que possibilitam melhores resultados aos processos de mobilização e alcance de ressonância<sup>3</sup>. Silva, Cotanda e Pereira (2013) notam que essa perspectiva, mais pragmática, recebeu maior atenção dos pesquisadores norte-americanos por conta de seu potencial de diálogo com a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR).

A TMR marcou a Sociologia norte-americana no estudo dos movimentos sociais durante a década de 1960 e caracterizou-se principalmente a partir dos estudos de autores como John MacCarthy e Mayer Zald, que eram baseados nas condições estruturais internas das organizações, aquelas expressadas nos recursos econômicos e humanos disponíveis para as mobilizações.

A forte valorização dos recursos materiais e a interação racionalizada entre os indivíduos são as duas características que passaram a ser fortemente contextualizadas nas associações e organizações que passaram a ser vistas como empresas e seus líderes, como administradores. Nesse viés, vale destacar a obra “Organização e bem estar social”, na qual Mayer e Zald argumentam sobre a importância de uma Sociologia da organização comunitária, explicando que:

A análise do sistema social de uma instituição ou de uma esfera de atividades abarca os seguintes tópicos: 1) o recrutamento, a socialização e as carreiras dos principais **participantes do sistema**; 2) a interação e interdependência das organizações e os agentes dentro deste campo; 3) **os vínculos que ligam as instituições com outras esferas institucionais** (ZALD, 1967, p.30)<sup>4</sup>

Os aspectos valorizados por Zald evidenciam a ênfase organizacional da perspectiva da mobilização de recursos de comparar movimentos com empresas. Contudo, na análise dos enquadramentos interpretativos, são comuns abordagens cujo foco também é direcionado para as estratégias de recrutamento e os processos de alinhamento entre os indivíduos e as organizações e também das organizações entre si. Pode-se dizer que a perspectiva do construtivismo sociocultural, como explicado por Silva, Cotanda e Pereira (2013), pode dialogar com a TMR em determinados aspectos contidos no viés analítico de Snow e Benford.

---

<sup>3</sup> Snow e Benford (2000) explicam que o conceito de “ressonância” é importante para analisar a eficiência da mobilização e buscar responder a pergunta do porquê de alguns enquadramentos interpretativos serem eficazes e outros não. Nesse sentido, o conceito é centrado na relação entre o enquadramento interpretativo e um conjunto de crenças e valores pertencentes ao contexto social e cultural no qual está inserido e também no grau de credibilidade de quem profere o enquadramento interpretativo.

<sup>4</sup> Tradução minha

Concordando com esse raciocínio, Carroll e Ratner (1996) destacam também que o interesse pelos enquadramentos interpretativos na Sociologia norte-americana pode ser compreendido como uma elaboração relacionada ao paradigma da mobilização de recursos. Esses autores explicam a existência de várias formas de abordagem dos enquadramentos interpretativos, citando William A. Gamson, Bruce Fireman e Steven Rytina como desenvolvedores da análise dos enquadramentos interpretativos de injustiça e suas micromobilizações. Citam também o trabalho de David A. Neve, E. Burke Rochford, Jr. e Steven K. Worden como uma perspectiva voltada para os processos de alinhamento dos enquadramentos interpretativos na dimensão sociopsicológica da mobilização; e explicam que Robert Benford Gerhards e Rucht Tarrow têm se detido sobre os macroenquadramentos para compreender como os enquadramentos interpretativos ressoam em vários setores e movimentos, possibilitando assim identificar disputas, processos identitários e de interação que acompanham micro condições e atividades de mobilização no âmbito da mesoanálise.

Enfim, Carroll e Ratner (1996) apontam várias possibilidades de abordagem dos enquadramentos e que essa literatura apresenta um desafio à Teoria da Mobilização de Recursos, acentuando o aspecto cultural e psicológico das atividades dos movimentos sociais. Sobre esse diálogo entre as diferentes perspectivas teóricas, Ricoldi (2011) percebe a abordagem dos enquadramentos interpretativos como uma resultante do debate entre a perspectiva racionalista norte-americana, inspirada nos estudos de Mancur Olson, e os paradigmas teóricos europeus, focados nos estudos de identidade e significação. Explicando que o paradigma europeu foi criticado por desconsiderar aspectos materiais, e o norte-americano, pela ausência dos processos de significação na análise dos movimentos sociais, a autora defende que a abordagem pela perspectiva dos enquadramentos interpretativos estaria localizada em um nível de mesoanálise, articulando variáveis do panorama macrossocial com valores, crenças e interesses dos seus participantes. Por outro lado, essa perspectiva trataria os elementos ideacionais sem deixar de lado os aspectos materiais como estratégias de ação, protestos e recursos.

No Brasil, tanto Ricoldi (2011) quanto Silva, Cotanda e Pereira (2013) apontam a dificuldade de inserção dessa literatura que segue praticamente ignorada pelo campo dos estudos sobre movimentos sociais. Entre alguns complicadores, é destacada a própria complexidade da abordagem, caracterizada por um arsenal de conceitos e pela falta de traduções para o português. Nesse cenário, alguns autores (GOHN, 2008;

ALONSO, 2009; RICOLDI, 2011; SILVA et al.,2013) já dedicaram textos ao trabalho de explicação das principais características apontadas no conceito de enquadramentos interpretativos de ação coletiva trabalhado por David Snow e Robert Benford.

Na América Latina, é possível destacar alguns exemplos de pesquisas orientadas por esse viés teórico. Há o estudo da socióloga Rita K. Noonan sobre a mobilização de mulheres contra o Estado no Chile, o qual aponta a importância da *flexibilidade* e da *inclusão* em relação à variação e à potência mobilizadora do *macroenquadramento*, assim como a sua relação com movimentos sociais específicos. Snow e Benford (2000) explicam que a autora descobriu que o *macroenquadramento* de esquerda das décadas de 1950 e 1960 não havia sido tão robusto e apenas focou em questões da classe trabalhadora, enquanto o *macroenquadramento* de retorno à democracia, por sua característica inclusiva, criou espaço para uma variedade de enquadramentos específicos, incluindo o feminismo.

Já sobre as teses e dissertações produzidas no Brasil, foi possível encontrar quatro dissertações e uma tese produzidas entre 2011 e 2014 disponíveis no Banco de Teses da CAPES<sup>5</sup> e nas Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações (BDTD) das universidades onde se concentram importantes nomes<sup>6</sup> dos estudos de movimentos sociais.

Os estudos encontrados apontaram para diferentes formas de abordagem, uso e combinações do esquema analítico construtivista sociocultural. De modo geral, observou-se que a tese “Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa - PB”<sup>7</sup> apresenta a problematização de uma abordagem sobre a temática de gênero, por meio da percepção de macroenquadramentos feministas e de direitos humanos sobre as experiências de educação jurídica popular em João Pessoa. Para tanto, a autora sistematizou sua abordagem em três níveis de análise: 1) um mais geral, centrado nos valores locais e nas características (missões e valores) das agências internacionais de financiamento de Direitos Humanos; 2) a produção de enquadramentos nas organizações da Fundação Margarida Alves e no Centro da Mulher

---

<sup>5</sup> <http://bancodeteses.capes.gov.br/>

<sup>6</sup> Foram realizadas pesquisas nas bibliotecas digitais da USP e UFRGS, locais que têm ganhado destaque por conta de nomes como Ângela Alonso, Maria da Glória Gohn, Marcelo Kunrath da Silva e outros.

<sup>7</sup> Defendida por Arlene Martinez Ricoldi, na Universidade de São Paulo, em 2011.

8 de março; e 3) o microdiscurso no âmbito dos principais ativistas pertencentes a essas organizações.

Já a dissertação “Enquadramento interpretativo, lógicas e dinâmicas interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia”<sup>8</sup> problematiza a forma como os ativistas definem os enquadramentos na grande mídia. Para isso, segue uma lógica pautada na relação interação-enquadramentos e busca compreender como as dinâmicas pré-interativas e interativas afetam as respostas dos ativistas. Tal relação foi analisada considerando fatores como: as características dos interlocutores, a situação da fala, o papel social das organizações e os impactos dos enquadramentos, em um recorte composto por cinco organizações.

Na pesquisa “O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982”<sup>9</sup>, observou-se a relação entre a perspectiva construtivista e a teoria do processo político. De modo geral, a pesquisa parte da análise dos ciclos de protestos da liberalização (1978-1982) para compreender os processos de reenquadramentos sustentados na relação de conflito entre os enquadramentos da causa maior e os enquadramentos produzidos pelo Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), especificamente pelo grupo SOMOS/SP.

Já na dissertação “Do incômodo à ação beneficente e da indignação à ação contestatória: estudo sobre condições e mecanismos de engajamento nas Tribos nas Trilhas da Cidadania e no Levante Popular da Juventude”<sup>10</sup>, encontrou-se uma análise comparativa entre duas organizações conhecidas como Levante Popular da Juventude (LPJ) e Tribo nas Trilhas da Cidadania (TTC) que busca explicar as diferentes formas de engajamento. Partindo de um conjunto de doze entrevistas, a pesquisadora explica a relação entre os perfis dos militantes, os processos de socialização e os enquadramentos produzidos pelos grupos.

Enfim, por meio desse breve estudo bibliográfico, foi possível inferir: a) que se trata de um contexto dos primeiros estudos e produção de tal perspectiva em âmbito nacional; b) que por conta disso ainda não há um consenso sobre a forma de operacionalização de tais conceitos, sendo comum o fato de que em todos os casos as

---

<sup>8</sup> Defendida por Matheus Mazzilli Pereira, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2014.

<sup>9</sup> Defendida por Rafael de Souza, na Universidade de São Paulo, em 2013.

<sup>10</sup> Defendida por Bianca de Oliveira Ruskowski, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2012.

declarações e os discursos produzidos pelos movimentos sociais constituíram a principal matéria prima de tais trabalhos; e c) que o desenvolvimento de tal perspectiva internacional encontrava-se concentrada no eixo Sul-Sudeste, sendo necessárias outras iniciativas de difusão e debate de tal perspectiva em outras regiões como a Nordeste, especificamente, em São Luís - MA.

Nesse sentido, além de um esforço de não compreender o processo de formação da SMDDH como um resultado automático da estrutura ou da contradição urbana (CASTELLS, 1976), ou de classificá-lo apenas de acordo com suas reivindicações (SCHERER-WARREN, 1993), o viés teórico adotado aqui possui uma característica importante focada nos aspectos do contexto e da reprodução social. Esses dois pontos são explicitados por Silva (2012) quando ressalta a necessidade de uma abordagem que apreenda a forma como os movimentos sociais se constroem e se reproduzem por meio de um determinado campo de relações sociais.

Em relação ao debate teórico, notou-se que todos os autores concordam que os enquadramentos interpretativos desempenham papéis nucleares, tais como: funções diagnósticas (demarcação), prognósticas (atribuição) e motivacionais, que sinalizam os aspectos ideacionais cruciais na mobilização coletiva. As funções diagnósticas normalmente explicitam que essa linha é focada nos elementos que constituem a definição do “nós” em relação ao “eles” e são construídas por meio da demarcação realizada através de denúncias contra as injustiças sofridas por um grupo social.

A função prognóstica ocorre por meio da atribuição, ou seja, da explicação das causas e do apontamento das soluções. E, por fim, a motivacional compreende a construção de mensagens e de um vocabulário comum que estimulem os indivíduos ao engajamento no movimento social. Nesse processo, são incorporados crenças e símbolos preexistentes que definem a elaboração do processo discursivo e as modalidades de ações coletivas.

O presente estudo parte de uma compreensão de que o enquadramento interpretativo é constituído em uma dinâmica caracterizada pelo trabalho de denúncias, pelo trabalho cognitivo de percepção de problemas e pela mobilização de valores e símbolos com capacidade de motivação locais, que são marcados pela construção de um vocabulário comum, como consequência dos processos de socialização inerentes à natureza das ações coletivas.

Enfim, o referencial teórico-metodológico do presente estudo surgiu do diálogo com as produções nacionais citadas e também com a orientação desenvolvida por David A. Snow e Robert Benford, que são focadas nos processos de alinhamento e construção de macroenquadramentos. Esses autores (Snow e Benford, 2000) concordam que os enquadramentos também possuem uma dimensão estratégica no recrutamento e na mobilização de novos membros, assim como na obtenção de recursos. Eles percebem que o processo possui um nível mais geral de interpretação dos atores e de sugestão de linhas de ação: um nível mais concreto, constituído na interação entre as posições; e outro, no qual ocorrem a publicização e as mobilizações.

Para compreender a dinâmica de elaboração e desenvolvimento dos enquadramentos interpretativos, os pesquisadores citados demonstram que não há um único caminho centrado nas tarefas fundamentais dos enquadramentos interpretativos (*core framing tasks*), mas que haveria um conjunto de processos que se sobrepõem. Estes seriam os processos discursivos (*discursive processes*), processos estratégicos (*strategic processes*) e os processos contestados (*contested processes*).

Os processos discursivos se referem às ações comunicativas (fala e escrita) dos membros do movimento social ou àquelas estabelecidas em relação às atividades do movimento. Com as ações coletivas, os enquadramentos interpretativos são gerados por dois tipos básicos de interação no processo discursivo: um enquadramento interpretativo de articulação e outro de amplificação ou pontuação. O primeiro envolve a conexão e o alinhamento de eventos e experiências, buscando um novo ângulo de visão; o segundo acentua e destaca algumas questões, eventos ou crenças como sendo mais importantes que outros, operando de forma a dar relevo e simbologia ao quadro maior do qual faz parte. Tais processos podem ser visualizados quando se considera que um movimento social, para organizar uma passeata ou qualquer ação coletiva, deve antes reunir os membros e participantes para buscar pessoas que possam mobilizar recursos e conhecimento sobre tais atividades (enquadramento interpretativo de articulação) e pensar em determinadas palavras de ordem, situações ou símbolos que representem a ideia do movimento social em sua totalidade.

Sobre os processos estratégicos, Snow e Benford (2000) explicam que são enquadramentos desenvolvidos e implantados para alcançar objetivos específicos, como o recrutamento de novos membros, mobilização dos militantes, obtenção de recursos e



outros. Caracteriza-se, assim, como um esforço estratégico para vincular os interesses e enquadramentos do movimento social com aliados em potencial e fornecedores de recursos por meio de um processo de alinhamento.

Para os autores, a noção de alinhamento é desenvolvida em quatro tipos: enquadramento interpretativo de ligação (*bridging frames*), enquadramento interpretativo de amplificação, enquadramento interpretativo de extensão e enquadramento interpretativo de transformação.

O enquadramento interpretativo de ligação se refere à capacidade de ligar duas ou mais ideologias congruentes, porém estruturalmente desconectadas, em torno de um problema particular. Como destaca Ricoldi (2011), a ligação pode ocorrer em um nível organizacional ou individual, visando agregados de indivíduos que não possuem base organizacional, mas que compartilham sentimentos a respeito de injustiças e outros valores. Tal enquadramento interpretativo se efetivaria por extensão e difusão de informação entre redes interpessoais, intergrupos e por meio de diversas formas de comunicação. Já Silva, Cotanda e Pereira (2013) afirmam que esse tipo de enquadramento se desenvolve quando há semelhanças entre as interpretações dos movimentos sociais, e também entre essas e outras socialmente estabelecidas.

O enquadramento interpretativo de amplificação envolve a idealização, a valorização, a clarificação e o fortalecimento de valores ou crenças. Ricoldi (2011) explica que esse tipo de enquadramento interpretativo está associado aos elementos da vida cotidiana, citando como exemplo a crença sobre a inviolabilidade da vida ou sobre sua sacralidade, que tem sido associada à questão do aborto por diversos grupos, em diversos países.

De modo geral, o enquadramento interpretativo de extensão pode ser pensando em relação ao enquadramento interpretativo primário do movimento social, ou seja, é possível visualizá-lo por meio do processo de inclusão de novos temas ou alteração dos objetivos, visando obter mais adesões. Contudo, esse processo é feito de modo preliminar, diferenciando-se, assim, do enquadramento interpretativo de transformação que é identificado quando a ideia de mudança inicial consegue modificar o enquadramento interpretativo de ação coletiva. Ricoldi (2001) explica que o enquadramento interpretativo de extensão é como um passo inicial ao longo do caminho

para um alinhamento mais completo que constitui o enquadramento interpretativo de transformação.

Explicando o *contested process*, ou processo contestado, Snow e Benford (2000) incorporam a relação de conflito na produção dos enquadramentos interpretativos, explicando que alguns enquadramentos produzidos pelos movimentos sociais também podem ser contestados e nem sempre os atores que se dedicam ao trabalho de construção de uma representação são capazes de impor suas versões da realidade do modo como gostariam, caracterizando, assim, situações de desafios no processo de construção dos enquadramentos. Tais desafios são entendidos como contra enquadramentos (*counter framings*), construídos por opositores, por espectadores e pelos meios de comunicação. Enfim, aqueles que se opõem às mudanças defendidas por um movimento, desafiando publicamente o enquadramento diagnóstico e prognóstico do movimento. Os autores explicam que os enquadramentos interpretativos contestados geralmente ocorrem em arenas multiorganizacionais, multi-institucionais e também de forma interna no próprio movimento.

Um aspecto importante analisado por Silva, Cotanda e Pereira (2013) é o resultado do enquadramento interpretativo de ação coletiva, por meio da ideia de “ressonância”. Esses autores observam que um conjunto de estudiosos percebeu que as mensagens dos movimentos sociais possuem semelhanças com símbolos socialmente estabelecidos que lhes conferem capacidade de oscilar como uma onda na mesma frequência do sistema culturalmente reconhecido. Essa forma de ligação e ampliação também varia de acordo com as características dos criadores dos enquadramentos interpretativos. Dessa forma, a “ressonância” seria relacionada ao grau social de aceitação do enquadramento interpretativo produzido pelos movimentos sociais.

Enfim, nesse esquema analítico, é possível perceber as ações coletivas em seus aspectos discursivos. Considera-se assim a importância das ações de comunicação e de eventos que possibilitam compreender processos de articulação, alinhamento de enquadramentos específicos e conexões. Além disso, as ações de comunicação são relevantes também por sua capacidade de amplificação de valores e elementos do cotidiano, por meio da criação de slogans e símbolos que reúnem e representam a união de vários eventos.

Já na relação entre enquadramentos interpretativos e Direitos Humanos, Ricoldi (2011) destaca que os Direitos Humanos no Brasil têm sido utilizados como um *macroenquadramento*, em determinados contextos de lutas sociais, possibilitando, assim, a inserção de outros enquadramentos e atores. Nessa perspectiva, explicita as inclusões e a ligação entre os enquadramentos dos Direitos Humanos e dos movimentos feministas, incluindo os enquadramentos interpretativos da Fundação Margarida Maria Alves (PB) e das agências de financiamento de projetos voltados para os Direitos Humanos.

Como relembra a autora, os Direitos Humanos apareceram no art. 5º da Constituição de 1988, significando uma relação direta com o contexto anterior de regime autoritário de 1964 e de fortalecimento da transição democrática, ou seja, era necessária uma constituição que garantisse liberdades fragilizadas durante o período ditatorial.

Para ressaltar a variável histórica em relação ao processo de institucionalização dos Direitos Humanos no Brasil, vale recordar os estudos de Carvalho (2002), os quais explicitam que, durante a década de 1970, a Igreja Católica moveu-se com firmeza na direção da defesa dos Direitos Humanos e em oposição ao regime militar; e que, em 1974, a Ordem dos Advogados do Brasil promoveu a V Conferência Anual da Ordem dedicada exatamente ao tema dos Direitos Humanos. No âmbito geral, os processos de redemocratização ocorridos durante as ditaduras latinas parecem ter caracterizado um momento com um grande número de mobilizações em torno da questão dos Direitos Humanos.

Em São Luís - MA, antes do surgimento da SMDDH, alguns membros da Igreja Católica foram os pioneiros em tematizar os Direitos Humanos na cidade e, conseqüentemente, entraram em choque com o secretário de segurança da época, conhecido por violar tais direitos. Essa entidade de defesa dos Direitos Humanos teve suas primeiras aparições na imprensa local em 1979, por meio da divulgação de eventos coletivos.

Um ponto comum entre os contextos da SMDDH e das organizações de defesa dos Direitos Humanos no Brasil e na América Latina foi a relação de oposição ao

regime militar presente em muitos países como Chile, Argentina e outros<sup>11</sup>. Tarrow (2009) compreende tal situação como um tipo de paradoxo dos regimes repressivos, discorrendo que os estados autoritários trazem consigo a ideia de desencorajamento da política feita pelo povo. Explica ainda que tais situações podem gerar uma radicalização da ação coletiva e uma organização mais efetiva, já que tendem a estimular a retirada dos moderados para a vida privada e incentivar mais militantes para as frentes de mobilização.

A violação das dimensões civis, políticas e sociais pode ser compreendida como um meio de canalizar vários movimentos contra um oponente mais forte, isso porque tais tipos de direitos abarcam um conjunto grande de questões relacionadas à segurança: condições de vida, liberdades etc.. Nesse sentido, é importante considerar a relação discursiva entre a SMDDH e os movimentos sociais da época, observando o engajamento de seus membros em outras questões que eram defendidas como direitos reivindicados por movimentos sociais específicos, mas também que poderiam ser compreendidos como questões de Direitos Humanos pelos membros da SMDDH.

Essa dimensão mais estrutural, que focaliza os contextos históricos, políticos e organizacionais como elementos-chave para a compreensão dos enquadramentos e engajamentos, caracteriza um conceito conhecido como Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP). Segundo os defensores dessa perspectiva, as mobilizações são associadas aos confrontos políticos que surgem como reação às mudanças nas oportunidades e restrições políticas de alguns agentes que reagem a incentivos materiais, ideológicos, partidários ou baseados no grupo (TARROW, 2009).

Em um breve histórico do conceito, McAdam (1996) explica que a noção de oportunidades e restrições políticas surgiu primeiramente com Michael Lipsky, o qual conclui que a presença ou ausência de protestos poderia ser compreendida em relação às mudanças no sistema político, tornando-o mais refratário ou receptivo às demandas de grupos politicamente organizados e ativos. Tempos depois, Peter Eisinger utilizou a expressão “estrutura de oportunidades políticas” para explicar variações no

---

<sup>11</sup> Essa relação entre Estado autoritário violador de direito e Organizações de Direitos Humanos está presente na revista “Flagrantes de uma História - 1979-1999” de comemoração da SMDDH. Para mais detalhes sobre tal aspecto no âmbito latino, consultar Héctor Ricardo Leis (1989) e seu artigo “*El Movimiento por los derechos humanos y el proceso de democratización política en Argentina*” ou o livro “*Democracia, Violência e Injustiça: o não estado de direito na América Latina*”, organizado por Juan E. Méndez, Guillermo O’Donnell e Paulo Sérgio Pinheiro (2000).

comportamento de protesto em 43 cidades norte-americanas e concluiu que a EOP seria capaz de definir o grau de probabilidade que os grupos possuem de ascender ao poder e influir sobre o sistema político. McAdam (1996) esclarece que em dez anos esse conceito-chave para Lipsky e Eisinger foi popularizado e tornou-se um ponto central no modelo explicativo sobre os movimentos sociais, conhecido como “modelo do processo político”. Sobre alguns perigos da utilização abusiva desse termo, Gamson e Meyer explicam:

Temos um problema com o conceito de Oportunidade Política. Mais que uma variável, se trata de um conjunto de variáveis, algumas das quais ocorrem mais facilmente que outras. Assim, o termo ameaça tornar-se uma espécie de camisa de força que situa todas aquelas condições e circunstâncias que configuram o contexto onde se desenvolve a ação coletiva. Se a quem utilizar para explicar tanto, em última instância pode chegar a não explicar nada (GAMSON; MEYER, p.275, 1996, tradução minha).

McAdam (1996) também problematiza o conceito em relação a aspectos como a delimitação da EOP e variáveis que poderiam ser aplicadas a esse conceito. Para o autor, Gamson e Meyer já apontavam para a importância de pensar o papel fundamental dos meios de comunicação no processo de estruturação de oportunidades. Ele assinala ainda a importância de não confundir “oportunidade política” com os meios responsáveis pela interpretação das mudanças. McAdam (1996) ressalta que uma forma de obter rigor com o referido conceito seria reconhecendo que os fatores e os processos facilitadores da mobilização devem ser definidos e utilizados de acordo com suas especificidades analíticas, ou seja, compreender a construção social dos mesmos.

Em relação a aspectos tão abrangentes como o grau de abertura política, os alinhamentos políticos, a presença ou não de aliados pertencentes às elites e a propensão do Estado para a reação violenta, McAdam (1996) explica também que autores como Sidney Tarrow, Charles Brockett e Hanspeter Kriesi têm buscado especificar as dimensões relevantes da EOP (IDEN, 1996).

Para a pesquisa aqui proposta, a forma de abordagem mais apropriada é tomando esse conceito enquanto *variável dependente* que considera a relação entre movimentos sociais e EOP, considerando os primeiros como possíveis construtores de oportunidades políticas. Nesse debate, Gamson e Meyer (1996) notam que a Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP) implica na percepção de uma possibilidade de mudança

e a entendem como construção social, buscando aproximá-la da noção de *enquadramentos interpretativos*. Nesse sentido, esses autores explicam que:

Quando os manifestantes exclamam, o mundo inteiro está observando, querem dizer que crêem em sua própria importância, que entendem que estão fazendo história. Os meios de comunicação legitimam o movimento, lhe convertem em um ator importante. Isto significa que a abertura ou fechamento dos meios e o protagonismo que podem oferecer é um elemento crucial em relação aos movimentos sociais quando definem o que é uma oportunidade política. (GAMSON; MEYER, 1996, p.285)

Assim, a EOP deveria ser pensada não apenas como uma variável contextual apartada do movimento social, mas a partir também do próprio enquadramento interpretativo de ação coletiva produzido por ele, ou seja, o que o movimento social expressa sobre si mesmo, sobre os problemas enfrentados e como materializa isso por meio de ações que atestam seu protagonismo nos meios de comunicação.

Snow e Benford (2000) percebem que a literatura sobre os enquadramentos também considera os fatores macro que podem facilitar ou constranger os enquadramentos interpretativos de ação coletiva, já que os ativistas dos movimentos interpretam os espaços políticos, podendo estimular as ações de mudança nas oportunidades, tomando-as como uma espécie de profecia que deve ser cumprida. Assim, é possível falar de uma “expansão cultural das oportunidades” por meio: de processos de dramatização e exposição da contradição existente entre valores culturais e práticas sociais convencionais; do aparecimento de queixas e reivindicações; de dramatização de um sistema de ilegitimidade e; da possibilidade de inovar o enquadramento (*macroenquadramento interpretativo*), mapeando reivindicações e demandas.

De modo geral, o termo construtivismo é associado aos significados construídos com base na percepção de determinados grupos. Percebe-se que esse tipo de abordagem tem ganhado espaço nos campos da Sociologia ambiental e também em uma Sociologia voltada para a compreensão dos movimentos sociais. Na Sociologia ambiental, autores como John Hannigan têm se voltado para estudos que buscam a compreensão do modo como as questões ambientais são percebidas pelos atores e construídas socialmente como problema e interpretação (LENZI, 2006; FLEURY et.al.,2014).

Seguindo um princípio similar, a perspectiva construtivista nos estudos dos movimentos sociais também tem se voltado para as percepções e interpretações construídas pelos movimentos sociais, podendo-se afirmar, inclusive, que os movimentos sociais passam a possuir existência apenas durante esse processo que exige mobilização dos atores, bem como a difusão e expressão das interpretações produzidas por eles.

Nesse sentido, McAdam (1996) observa que, na abordagem empírica, baseada na perspectiva do construtivismo sociocultural, há uma tendência de centralização do foco sobre os discursos escritos, tais como comunicados e outros pronunciamentos ideológicos realizados pelos ativistas dos movimentos. Essa centralização advém da importância dessas expressões ideais valorativas (escritos, discursos etc.) como elementos fundamentais na composição dos enquadramentos e macroenquadramentos, já que podem ser compreendidas como formas de interpretação e de estratégia de alinhamento.

Orientada por esse viés teórico – e pelo objetivo de analisar os processos estratégicos, entendidos como alinhamentos, e a associação entre enquadramentos interpretativos e os elementos culturais mobilizados discursivamente – a pesquisa de campo priorizou a busca de documentos oficiais, declarações das lideranças, jornais e quaisquer fontes que sinalizassem o discurso dos militantes da primeira formação da SMDDH em relação às ações de interpretação do contexto da época, ou seja, buscou-se compreender as lógicas sociais presentes nos argumentos em torno das questões dos Direitos Humanos que foram identificadas nos enquadramentos realizados, publicamente, em nome da entidade.

Assim, tanto por conta do recorte temporal quanto pelos aspectos citados anteriormente, a coleta de dados possuiu, de forma preponderante, uma característica histórica e arquivística, centrada em elementos que possibilitassem identificar e compreender os atores envolvidos na difusão de uma ideia de Direitos Humanos em São Luís - MA, entre os anos de 1977 e 1982. Contudo, é importante enfatizar a existência de uma dificuldade local na obtenção de fontes de pesquisa sobre o referido tema<sup>12</sup>. Tal dificuldade pode ser mais bem compreendida em relação a alguns fatores.

---

<sup>12</sup> Sobre essa dificuldade na obtenção de fontes sobre o tema, vale ressaltar a dissertação “DIREITOS HUMANOS NO MARANHÃO: concepções, agentes e institucionalização”, de Roseane Dias Gomes,

Dentre as dificuldades enfrentadas, está a atual falta de disponibilidade de arquivos nas próprias entidades de defesa dos Direitos Humanos. A SMDDH, por exemplo, tendo transitado por cinco diferentes sedes, localizadas nos bairros do Anjo da Guarda, Centro, São Francisco e Renascença, não possui, atualmente, um arquivo com atas, documentos e outros registros antigos. Nesse sentido, a obtenção de fontes oficiais na entidade ocorreu por meio da pesquisa na antiga sede, uma casa localizada na Rua 7 de setembro, local onde alguns documentos permanecem abandonados.

É importante destacar que as condições de realização do trabalho de obtenção de fontes jornalísticas foram marcadas pela interdição da biblioteca estadual Benedito Leite entre agosto de 2009 e março de 2013. Dessa forma, a pesquisa realizou-se apenas com parte do arquivo da referida biblioteca, disponibilizado de forma improvisada em uma casa residencial localizada na Rua do Egito, no Centro de São Luís.

Sem a existência de um arquivo da própria entidade e com o comprometimento do acesso à hemeroteca da biblioteca estadual Benedito Leite, iniciou-se um trabalho de construção de um banco de dados, considerando outras fontes de informação, como os arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS-MA), disponíveis no arquivo público estadual, localizado na Rua Nazaré. Além disso, foi-se em busca de mais informações com sete membros da primeira direção da SMDDH, grupo que permaneceu até o início da década de 1980.

Enfim, em relação à pesquisa documental, foi obtido um conjunto composto por 25 fontes documentais: onze recortes jornalísticos referentes ao tema de Direitos Humanos em São Luís; uma revista e um vídeo promocional, produzidos pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH)<sup>13</sup>; a carta de princípios da SMDDH; o relatório referente ao primeiro projeto realizado pela entidade; duas fotografias sobre o evento de fundação; e oito relatórios da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão (DOPS/MA).

---

que, ao explicar tal processo de institucionalização dos Direitos Humanos no estado, tomou como recorte a SMDDH e o Conselho Estadual de Direitos Humanos – criado em 2003, analisados por meio de 25 entrevistas e 9 documentos oficiais. Para a presente pesquisa, com um recorte mais restrito, com foco na cidade de São Luís e com um escopo temporal de cinco anos, dispôs-se de 25 documentos e de 7 entrevistas realizadas com membros da primeira direção.

<sup>13</sup> Em meados da década de 1980 a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos passou a se chamar Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Por conta disso muitas fontes relacionadas a SMDDH são referenciadas no arquivo da SMDH, sinalizando dois momentos específicos: um da origem e outro no momento de pesquisa.



## Quadro 2 – Fontes documentais

Recorte de jornais	11
Relatórios da DOPS/MA	8
Documentos da SMDDH <sup>14</sup>	5
Vídeo de comemoração	1
Total	25 fontes

Por meio da análise das expressões registradas nas fontes documentais recolhidas, buscou-se identificar os principais enquadramentos interpretativos de Direitos Humanos, os principais atores envolvidos na produção dos mesmos e os processos de alinhamentos (*frame alignment*) vinculados à construção dos principais macroenquadramentos (*master frames*) da época. Sobre essa operacionalização metodológica, Zald (1996) percebe que os enquadramentos interpretativos não ocorrem apenas em interação face a face, mas também por meio de uma variedade de meios e formatos: jornais, cartazes, panfletos, televisão e rádio.

Os principais jornais consultados foram *O Estado do Maranhão* e *O Imparcial*. O primeiro era de propriedade da família do ex-presidente José Sarney, e o segundo de propriedade da família do Deputado Haroldo Sabóia, que na época pertencia ao MDB. Em termos políticos, vale lembrar que Haroldo Sabóia foi eleito com base no movimento “Oposição pra valer”<sup>15</sup> e foi um dos membros fundadores da SMDDH. Já José Sarney de Araújo Costa possui uma história política vinculada diretamente aos governos militares. Contudo, esses posicionamentos políticos a favor ou contra o governo militar não representavam regras fixas no contexto local, nem normas sobre os perfis das linhas editoriais desses veículos, já que o chefe editorial do jornal *O Estado do Maranhão*, o jornalista Antonio Carlos Gomes, também era membro da SMDDH, e que a ARENA local não era coesa, em função do regime nacional.

Vale ressaltar que de um universo de 38 recortes contendo vários tipos de reivindicação de movimentos sociais – moradia, diminuição da carestia, meia passagem,

---

<sup>14</sup> Carta de princípios, revista de comemoração dos 20 anos da SMDH, duas fotografias e o primeiro relatório de atividade.

<sup>15</sup> Um movimento de oposição ao regime militar, liderado pelo MDB local e que contou com o apoio de vários segmentos da esquerda.

direitos da mulher, contra a instalação da ALCOA<sup>16</sup>, aumento de salários, greves etc. –, foram obtidos onze recortes diretamente relacionados às mobilizações por Direitos Humanos, entre os anos de 1977 e 1982.

### Quadro 3 - Recortes referentes às primeiras mobilizações por Direitos Humanos

Jornal	Data	Título
O Imparcial	27/08/1978	Políciais proíbem caminhada dos universitários.
O Jornal	27/08/1978	Polícia não deixa estudantes realizarem passeata do papa.
O Estado do Maranhão	30/08/1978	Padre Marcos Passerini fala sobre passeata da paz.
O Estado do Maranhão	30/08/1978	MDB condena a proibição da caminhada.
O Estado do Maranhão	07/11/1978	DCE comemora o 30º aniversário dos Direitos Humanos.
O Estado do Maranhão	11/02/1979	Lysâneas dia 15 em São Luís para falar de direitos Humanos.
O Estado do Maranhão	18/02/1979	SMDDH apoia busca de desaparecidos.
O Estado do Maranhão	20/02/1979	SMDH cria comissão do índio.
O Estado do Maranhão	17/02/1979	SMDDH apoia busca de desaparecidos.
O Imparcial	05/08/1980	Reunião da SMDDH.
Jornal de Hoje	01/09/1981	Clero discute hoje sobre a expulsão do padre Marcos.

Os recortes jornalísticos possibilitaram uma aproximação com o problema e a percepção de que mesmo antes da SMDDH o tema dos Direitos Humanos já passava por um processo de difusão em São Luís, envolvendo membros dos setores progressistas da Igreja e estudantes, como ilustram os títulos das manchetes dos jornais coletados, apresentados no Quadro 1. Tais títulos sinalizam enquadramentos que polarizam valores universais, como a paz e os Direitos Humanos, em relação à repressão policial e problemas da época, tais como os desaparecimentos, a questão indígena, assim como destacam os principais atores sociais envolvidos.

Sobre a relação entre fontes da mídia e a perspectiva orientada pelo conceito de enquadramentos interpretativos, Nunes (2013) explica que autores como Willians Gamson enfatizam a importância da mídia na produção de significados culturais, como ponto de convergência dos movimentos sociais, quando buscam influenciar a opinião

<sup>16</sup> Mineradora norte-americana que atuava na extração de alumínio e bauxita.

pública. Willians Gamson sinaliza ainda a possibilidade de uma análise quantitativa dos enquadramentos interpretativos, empregando *softwares* estatísticos para a análise de conteúdos de textos jornalísticos (NUNES, 2013).

Contudo, com uma quantidade não significativa de fontes jornalísticas disponíveis e de fontes de outras naturezas (panfletos, relatórios, revistas etc.), foi necessário optar por um desenho de pesquisa que, segundo Nunes (2013), seria marcado por uma espécie de dualismo metodológico, permitindo tanto estudos orientados por hipóteses causais, quanto por uma Sociologia da compreensão ou interpretação. Tal visão possibilitou ainda a realização de uma pesquisa sociolinguística também focada na incorporação de elementos da Psicologia Cognitiva e na abordagem semântica e pragmática do discurso<sup>17</sup>.

Assim, a característica histórica, além da quantidade e da variedade de fontes, orientou nossa abordagem para um viés qualitativo, construído na crítica e no diálogo entre os dados obtidos no campo empírico, assim como na sua utilização para compreender o problema do macroenquadramento em Direitos Humanos em relação às ferramentas culturais e enquadramentos estratégicos. Ou seja, as fontes foram pensadas considerando-se as características dos interlocutores, a situação das falas e as interações entre as organizações ou entre os membros das mesmas.

Segundo Goldenberg (2013), parte dos problemas teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa advém de sua comparação com o modelo positivista das ciências naturais, não se levando em conta as especificidades dos objetos das ciências sociais. Para a autora, os dados obtidos com a pesquisa qualitativa compreendem descrições detalhadas, que não são padronizáveis como os dados quantitativos, exigindo flexibilidade, intuição e sensibilidade do pesquisador, uma vez que não existem regras precisas ou passos a serem seguidos.

Goldenberg (2013) percebe que os pesquisadores que utilizam o método qualitativo constantemente apontam a falta de uma reflexão teórica capaz de evitar a contaminação dos resultados, devido a uma abordagem constituída em função da

---

<sup>17</sup> Nesse debate sobre as abordagens qualitativa e quantitativa apontada por Nunes (2013), é importante salientar que além das diferentes formas de abordagem desenvolvidas nacionalmente, MacAdam (1996) também expõe uma variedade de abordagens voltadas para as análises de pontos como: 1) ferramentas culturais; 2) enquadramentos estratégicos; 3) disputas em torno da criação dos enquadramentos interpretativos; 4) papel desempenhado nos meios de comunicação; e 5) impacto do movimento social quando modifica as ferramentas culturais etc.

personalidade e dos valores do pesquisador. Para a presente pesquisa, a falta de rigor provavelmente daria origem a uma história harmonizada dos Direitos Humanos em São Luís e das relações da SMDDH com outras organizações, como demonstra a Revista de Comemoração dos 20 anos da SMDH (ANEXO 1). No entanto, dois relatórios do primeiro projeto possibilitaram a compreensão das dinâmicas de conflito e cooperação entre a entidade e outras organizações, durante o primeiro projeto financiado e desenvolvido no bairro do Anjo da Guarda. Nesse sentido, os relatórios constituíram uma rica fonte por meio da qual foi possível identificar a relação entre enquadramentos e contraenquadramentos.

Os dois documentos compunham-se de 37 laudas que explicavam toda a atuação da entidade no bairro do Anjo da Guarda, contendo uma descrição minuciosa dos primeiros contatos, dos conflitos, das cooperações, das reuniões com os moradores, da relação com as agências de financiamento, do perfil dos moradores do bairro do Anjo da Guarda etc.

Esses dados, complementados e cotejados com os recortes jornalísticos, possibilitaram um conhecimento maior sobre a própria SMDDH em relação à história da organização, aos membros da primeira direção, ao seu modo de organização e de ação e aos conflitos internos e externos, assim como em relação aos seus enquadramentos e alinhamentos produzidos durante esses processos. Os dados também auxiliaram na compreensão da entidade de acordo com um momento histórico específico, no qual determinados atores buscaram uma estrutura de mobilização (TARROW, 2009), construção e difusão de expressões ideais valorativas (MCADAM, 1996).

Outros documentos foram obtidos nos arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social do Maranhão - DOPS/MA, disponíveis no arquivo público estadual do estado do Maranhão, localizado no Centro Histórico de São Luís, na Rua Nazaré s/nº. Tal documentação foi disponibilizada para o público através da Lei nº 5.332, de 30 de dezembro de 1991, e é constituída por 1.267 dossiês e 16.748 fichas<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup>O acervo da DOPS contém nove arquivos com 1.592 pastas classificadas de acordo com a linguagem militar. Um exemplo são os códigos 3, 5, 6, 7, 10 e 12 que significam, respectivamente, pastas referentes a: Atestados de Ideologia; Ministérios; Estudantes; Subversão; Sindicatos; e Igrejas.

Tal órgão foi criado durante o Estado Novo e atuou intensamente durante o Regime Militar. Em São Luís, esteve em funcionamento entre 1969 e 1991 e, segundo Pereira (2007), foi responsável pelo combate ao que os militares classificavam como subversão. Foi possível constatar que um grande número de fichas com informações de padres, estudantes, sindicalistas, políticos e lideranças populares eram enviadas ao Chefe da Agência Fortaleza do Sistema Nacional de Informação (AFZ/SNI), assim como outras informações de pessoas investigadas na cidade, que também eram fornecidas por delegacias de outros estados.

Entre outras coisas, observou-se que os documentos produzidos pela DOPS/MA sinalizavam o próprio enquadramento produzido pelo Regime Militar, sendo necessário, portanto, contextualizar tais dados em relação aos outros dados coletados nas etapas anteriores. Destacando que as diferentes fontes empíricas da pesquisa (SMDDH, DOPS/MA e Biblioteca) sinalizavam para a possibilidade de diferentes percepções e interpretações sobre as mobilizações sociais e sobre o regime político da época, foi possível perceber que “sempre existe uma lógica e determinadas circunstâncias que orientam a constituição de arquivos” (CASTRO, 2008).

Além dessa característica mais contextual, o referido arquivo possibilitou o contato com oito relatórios dos quais foi extraída grande parte dos dados referentes às declarações do primeiro presidente da SMDDH, realizadas em concentrações públicas, não só da entidade da qual fazia parte, mas também de outros movimentos, como o Movimento Contra a Carestia (MCC) e pela Anistia. A partir dessa observação, foi-se percebendo também a SMDDH em seu envolvimento com a questão ecológica, relacionada à implantação de uma indústria de extração de alumínio em São Luís - MA.

**Quadro 4 - Relatórios coletados na DOPS/MA**

Documentos	Títulos
Informe nº 0323 /ASI/FUMA 18/08/1977	Comemorações do tricentenário da Arquidiocese de São Luís.
Trabalho de pesquisa 14/08/1978	Anistia Ampla, geral e irrestrita (Declarações de Celso Veras)
Informe nº 0419/ASI/FUMA 07/12/1978	DCE/UFMA Programa ao público em comemoração ao 30º aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos.
Informe nº 0235 /ASI/FUMA 14/09/1978	Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz.
Informe nº 0235/ASI/FUMA 16/11/1978	Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz.
Informe nº 0010//ASI/FUMA19/06/1979	Movimento Contra a Carestia. (Declarações de Celso Veras)
Informe nº 0029 /ASI/FUMA 20/02/1979	Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
Cartilha do DCE (1978)	Comemoração dos Direitos Humanos

Enfim, os dados coletados (Quadro 4) foram úteis no aprofundamento da compreensão do processo de difusão da ideia de Direitos Humanos em São Luís, já percebido na pesquisa através dos recortes de jornais. Esses dados permitem também perceber que a área de atuação da entidade era mais ampla que a causa dos desaparecidos ou indígenas (apontada nos recortes), pois abrangia também questões ecológicas, políticas e de luta contra a carestia. Tais fontes revelaram a necessidade de compreender as estratégias discursivas e os alinhamentos construídos entre essas diferentes linhas de atuação, compartilhadas com outros movimentos sociais da época.

Assim como na pesquisa com recortes de jornais, os documentos da DOPS/MA permitiram pensar o processo de difusão dos Direitos Humanos por um caminho que percorreu os setores progressistas da Igreja, o movimento estudantil, partidos de esquerda, além da própria SMDDH. Os relatórios foram ricos em detalhes sobre as declarações e ações realizadas e as materializavam por meio de panfletos e relatórios, descrevendo as reuniões, monitorando e fornecendo informações sobre a SMDDH e os Direitos Humanos em São Luís.

Por meio desse conjunto de dados (retirado dos recortes e dos relatórios), foi possível identificar os membros da primeira diretoria da SMDDH e notar que o primeiro presidente possuía um papel central como porta-voz da entidade nos meios de comunicação. Oriundos de diferentes partidos (PC do B e PT) de esquerda, esses membros mantinham uma relação de conflito no interior da direção da entidade, que deve ser entendida como o primeiro local de disputas, de onde emergiram as principais pautas da organização. A primeira direção pode ser compreendida como o espaço do qual saíam os discursos sobre a entidade, sobre os problemas sociais e sobre o contexto da época, publicizados tanto na imprensa quanto em eventos promovidos pela própria SMDDH.

Dos cinco membros que compunham a primeira direção, houve a oportunidade de entrevistar o presidente José Celso Veras, o vice-presidente Eurico Fernandes da Silva e Luís Carlos Cintra que era membro do conselho fiscal. Também foram contactados a antropóloga da entidade e esposa do tesoureiro, Elizabeth Maria Beserra, e José Murilo dos Santos que era marido da primeira secretária, fotógrafo e segundo presidente da entidade. As entrevistas com o primeiro presidente, a antropóloga e o membro do conselho fiscal foram realizadas nas residências dos mesmos e contou com uma importante colaboração de Roseane Dias Gomes, assistente social e pesquisadora que trabalha atualmente na entidade. Por conta da dificuldade de tempo do entrevistado, as informações colhidas com José Murilo dos Santos foram obtidas por meio de uma ligação telefônica de 54 minutos. Já os contatos com o vice-presidente e o jornalista da SMDDH foram realizados em 2010 por conta das entrevistas da pesquisa que resultou na dissertação de mestrado “Engajamento militante e a luta pela moradia em São Luís entre as décadas de 1970 e 1980” defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão em 2011.

A utilidade dessas duas entrevistas reside no fato de explicar a atuação dos respectivos membros no assessoramento das comunidades que reivindicavam moradia nos bairros periféricos de São Luís durante a década de 1980, demonstrando assim as formas de atuação da entidade. Outro importante informante que auxiliou na compreensão dos primeiros contatos da SMDDH com outras organizações, no bairro do Anjo da guarda, foi o padre Jean Marie Van Damme que também foi entrevistado durante a pesquisa de mestrado.

### Quadro 5 - Entrevistados da primeira direção da SMDDH

Nome	Função na SMDDH	Data	Duração
José Celso Veras	Presidente (Economista)	16/06/2014	57 min
Eurico Fernandes da Silva	Vice-presidente (Educador Popular)	13/01/2014	43:15 min
Elizabeth Maria Beserra	Antropóloga – Comissão Pró-índio (Esposa do 2º secretário)	13/01/2014	1 h:39 min
Luis Carlos Cintra	Conselho fiscal (graduando)	15/01/2014	43:32 min
Luiz P.de Oliveira	Jornalista	15/03/2010	57:17 min
José Murilo dos Santos	2º presidente (cineasta e marido da 1ª secretária)	14/02/2014	54:24 min

O contato com os membros permitiu perceber que a entidade se constituiu também em meio a muitos conflitos, que, em determinados momentos, geraram negociações e tentativas de compatibilização de valores e, em outros, ocasionaram uma cisão profunda e mesmo a expulsão de membros, gerando consequências sobre a própria capacidade de atuação da entidade. Se as fontes documentais indicaram que as primeiras manifestações sobre Direitos Humanos ocorreram em São Luís em 1977, as informações colhidas com os membros da primeira direção e pessoas próximas mostraram que a SMDDH surgiu de processos de negociação e disputa que envolveram crenças vinculadas a aspectos da mobilização social e disputa partidária durante o final da década de 1970.

Assim, o processo de institucionalização e construção de um discurso sobre Direitos Humanos na cidade de São Luís - MA pode ser compreendido por meio de duas perspectivas complementares: uma focada na construção do enquadramento interpretativo no âmbito da SMDDH, que considera tal discurso como resultado de disputas, negociações e ocultamentos provenientes do trabalho social que gerou a entidade; e outra focada nos processos de alinhamento, situada em um nível de mesoanálise voltada para os processos comunicacionais e de interação da organização com movimentos sociais, instituições e atores internacionais.



O segundo viés se aproxima do entendimento de Sader (1989) ao destacar que o discurso que revela a ação também aponta o seu sujeito e está relacionado à atribuição de sentido às coisas e também à construção de identidades. Para esse autor, o discurso seria o uso ordenado da linguagem, em uma fala ou um texto, em que o sujeito se dirige a um público (ou, no limite, a uma segunda pessoa), ou seja, que também inclui o processo de interação.

Enfim, pode-se afirmar que o presente estudo buscou realizar uma mesoanálise, pautada no conceito de *macroenquadramento*, na análise dos processos de alinhamento, e o resultado disso em termos de recursos. Assim, a pesquisa compõe-se de algumas etapas, como: 1) caracterização dos enquadramentos interpretativos por meio da análise das declarações, ou seja, dos enquadramentos presentes no próprio ato em que determinados atores interpretavam, classificavam e explicavam os problemas sociais da época por meio da ideia de Direitos Humanos; 2) identificação dos atores e processos de alinhamentos também relacionados aos Direitos Humanos e outras causas da época; 3) contextualização da SMDDH de acordo com os processos de negociação e produção de um discurso de Direitos Humanos, materializado em um conjunto de ações que será analisado ao longo deste estudo.

As entrevistas foram semiestruturadas e voltadas para determinados temas como: inserção pessoal; participação em movimentos sociais ou em organizações anteriores à SMDDH; as principais atividades da organização na época de formação; a articulação com outras organizações; e a relação com o regime militar, entre outros. De forma mais detalhada, pode-se dizer que as entrevistas foram basicamente conduzidas pela intenção de identificar as estratégias de alinhamento e também para checar e confrontar informações colhidas através das fontes documentais, sendo assim uma importante etapa de reflexão sobre o desenvolvimento do trabalho. Considerando o contexto, as situações de conflito e os papéis públicos de alguns entrevistados, determinados relatos literais serão identificados por letras, sem qualquer relação com os nomes reais dos participantes da pesquisa.

Com tal caminho, pretende-se compreender como o processo de institucionalização de Direitos Humanos em São Luís se constitui também por meio da construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos. Assim, trata-se de uma análise cuja espinha dorsal constitui-se sobre a identificação dos

alinhamentos discursivos, entre diferentes causas, e desenvolve-se por meio da identificação dos atores, dos recursos e das práticas que são orientadas pelos discursos e sentidos compartilhados, que ao mesmo tempo lhes dão expressão e materialidade.

No segundo capítulo, serão tratadas as primeiras manifestações e alinhamentos relacionados aos Direitos Humanos, especificamente observando três situações que caracterizaram as mobilizações da década de 1970 em São Luís: as ações da Igreja progressista, do movimento estudantil e de um movimento chamado “Oposição pra valer”, vinculado ao MDB local. De modo geral, serão apresentados os Direitos Humanos em relação a matrizes progressistas cristãs, marxistas e da luta por mais democracia.

No terceiro capítulo, discorrer-se-á especificamente sobre a SMDDH, elencando as principais características de sua estrutura de mobilização e de construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos em São Luís - MA. Para tanto, serão analisados os principais eventos e declarações que constituíram os primeiros momentos da organização, tendo como referência a aproximação e o alinhamento dos enquadramentos interpretativos da SMDDH com o de outros movimentos, e também a relação entre recursos materiais e humanos e sua relação com a produção dos enquadramentos interpretativos de ação coletiva em Direitos Humanos.

No quarto capítulo, serão analisados os processos de alinhamento da SMDDH com questões do contexto da época e seus processos de construção identitária enquanto organização de defesa de Direitos Humanos. Para isso, serão apresentados: uma análise da carta de princípios da organização em relação à declaração universal de Direitos Humanos, a problemas sociais com especificidade local e como pode ser percebida enquanto enquadramento interpretativo.

No quinto capítulo, será descrita a atuação da SMDDH no bairro do Anjo da Guarda, explicitando o contexto de tensões relacionadas ao primeiro projeto financiado, mapeando as relações de conflito e de cooperação, em relação a *enquadramentos* e *contraenquadramentos* que evidenciavam a tensão existente entre diferentes percepções de mobilização para a solução dos problemas enfrentados pelas populações daquele bairro, especificamente da Travessa Doutor Salomão e da Rua Bom Sucesso.

## 2. Direitos Humanos enquanto macroenquadramento interpretativo em São Luís

No presente capítulo, serão elencados os principais alinhamentos da ideia de Direitos Humanos em relação às matrizes progressistas cristãs, marxistas e da luta por mais democracia, sinalizando, ao mesmo tempo, uma história recente de três importantes situações que, como citado antes, caracterizaram as mobilizações da década de 1970 em São Luís: as ações da Igreja progressista, do movimento estudantil e de um movimento chamado “Oposição pra valer”, vinculado ao MDB local.

Por meio dessa análise objetivou-se compreender as primeiras ações em torno dos direitos humanos, tanto em seu processo de difusão por meio de diversas ações coletivas quanto em relação aos alinhamentos possíveis. Nesse sentido, será demonstrado, por meio de pesquisa em jornais da época e nos arquivos da DOPS/MA, um conjunto de mobilizações promovidas pelo movimento estudantil, setores progressistas da igreja e também a formação do movimento “oposição pra valer”, atores sociais que traziam consigo a defesa dos direitos humanos em relação a outras reivindicações no âmbito da política, da cristandade, da reivindicação marxista e da declaração universal de direitos humanos.

Se fosse possível voltar para o início da década de 1970 e perguntar para algum ludovicense sobre alguma mobilização, protesto ou evento de Direitos Humanos em São Luís, provavelmente a resposta seria de desconhecimento. Buscando verificar as primeiras manifestações em torno dessa expressão, obteve-se o seguinte registro:

A bandeira da defesa dos direitos humanos vem sendo defendida freqüentemente, no estado do Maranhão, por uma ação conjunta que envolve o clero, **os estudantes, muitos integrantes do Movimento Democrático Brasileiro-MDB**, e alguns **esquerdistas** que se encontravam aparentemente inativos, até fins de 1977. As ações iniciais partiram do Arcebispo Metropolitano D. João José da Motta e Albuquerque o qual, por ocasião das comemorações do tricentenário da arquidiocese de São Luís, trouxe à capital do Maranhão, D. Candido Padim e D. Helder Câmara.<sup>19</sup>

Pode-se dizer, assim, que a verbalização dessa expressão pode ser datada historicamente dentro de um contexto específico, no qual clero, estudantes e

---

<sup>19</sup> DOPS/MA no informe nº 0029 /ASI/FUMA de 20 de fevereiro de 1979.

parlamentares da esquerda estavam envolvidos, ou seja, tal ideia se dilui por diferentes grupos que estariam estruturalmente desconectados e voltados para questões de suas próprias percepções de mundo, mas que em determinado momento apresentam-se congruentes em torno de questões comuns, entre as quais a dos Direitos Humanos.

Nesse sentido, discorrer-se-á no presente capítulo sobre alguns processos discursivos, estratégicos e de contestação caracterizados na expansão e ampliação do argumento da necessidade dos Direitos Humanos, atentando para a observação das primeiras manifestações, denúncias e propostas de ações produzidas por um conjunto de atores da época. Trata-se de buscar compreender a importância dos espaços comuns de compartilhamento de sentidos. Esta etapa da pesquisa é fundamental para o entendimento de um enquadramento interpretativo de transformação que se caracteriza pela institucionalização de um conhecimento cada vez mais especializado em Direitos Humanos.

## **2.1 Demarcando os Direitos Humanos: centralidade e dispersão de um discurso**

Em agosto de 1977, por ocasião da comemoração do tricentenário da arquidiocese de São Luís, ocorreu a conferência intitulada “A Igreja na promoção de Direitos Humanos”, no seminário Santo Antônio, localizado ao lado da Praça Antônio Lobo em São Luís - MA. Por meio desse evento, a expressão “Direitos Humanos” teve suas primeiras verbalizações e compartilhamentos na capital ludovicense.

O evento contou com comunicação realizada pelo bispo de Bauru/SP, Dom Cândido Padim, cuja história profissional compunha-se por uma experiência de três anos na advocacia, além de ter sido professor e um dos diretores da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e delegado da CNBB. Segundo o relatório da DOPS/MA<sup>20</sup>, na conferência, o referido bispo relacionava o Evangelho de Lucas com a situação de precarização de vida dos cristãos. Segundo o documento:

---

<sup>20</sup> Informe nº0323 /ASI/FUMA 18/08/1977- Comemorações do tricentenário da Arquidiocese de São Luís.

Ele iniciou a palestra lembrando o Evangelho de São Lucas, cap. IV versículo 14 (A Fuga para o Egito) e o livro do Profeta Isaías para comparar a situação dos cristãos naquela época com a que vivem atualmente: sem poderem manifestar-se quanto aos problemas sociais em razão de serem logo chamados de subversivos. Justificou que quando a igreja fala em Direitos Humanos não pretende defender uma pessoa, mas sim a verdadeira obra social baseada na justiça. **Assim a igreja observa o que está certo e o que está errado e se a igreja não o fizer, quem vai fazê-lo?** Citou a existência de pessoas que estão querendo fazer confusão ao dizerem que a igreja está pregando a subversão quando se manifesta em favor da problemática social e qualificou de burros aqueles que assim pensam.

Sobre tal evento e suas características, é importante primeiro enfatizar que ele pode ser compreendido como um espaço de compartilhamento de uma ideia de Direitos Humanos, local receptor de uma ideia associativa entre Igreja e Direitos Humanos, difundida pelo bispo oriundo de São Paulo, Dom Cândido Padim.

É importante destacar dois processos – discursivo e estratégico – por meio das operações de ênfase e alinhamento de questões. O primeiro, com a explicação da precarização da vida dos cristãos; e o segundo, com um alinhamento expresso nas formas de ligação entre os temas da precarização dos cristãos com o do Evangelho de Lucas, resultando em uma expansão do tema social para um público católico. Em outros termos, passa-se ao entendimento de que defender “a verdadeira obra social baseada na justiça” é algo muito próximo ou igual a lutar pela “justiça de Deus”. Dessa forma, tal ligação entre os dois temas atribui sentido à inserção católica na militância por Direitos Humanos.

Então, pode-se dizer que, apesar da existência de tais processos subjacentes às principais funções (diagnóstica e prognóstica) de um enquadramento interpretativo, não ocorreu um processo completo que caracterizasse esse tipo de enquadramento. Na verdade, a ênfase maior recaiu sobre os processos estratégicos de ligação e discursivos, contudo, a explicação das causas da precarização perdeu-se na generalidade de uma série de denúncias, como se essas ações marcassem um passo inicial em um processo maior de institucionalização de um enquadramento interpretativo de Direitos Humanos. Nesse sentido, as tarefas iniciais foram: a demarcação dos problemas, a motivação e o vocabulário comum, articulados no âmbito da própria Igreja, com seus valores e crenças, pela experiência do Bispo Cândido Padim e dos temas que tocavam em questões de política social e Direitos Humanos, em São Luís-MA.

Em termos de oportunidades e restrições para a constituição dessas ações, é importante lembrar que elas também possuem sentido e existência de acordo com dois aspectos: 1) o papel mais engajado que a Igreja Católica em crise passou a desenvolver durante a década de 1970; e 2) as expectativas de seus quadros e de um novo tipo de relação construída entre essa instituição e os segmentos mais desassistidos da população.

Um aspecto que chama atenção é que ao mesmo tempo em que há a publicização de uma valorização dos Direitos Humanos por meio do evento, a conferência do Bispo Cândido Padim também faz menção “à existência de pessoas que estão querendo fazer confusão ao dizerem que a igreja está pregando a subversão”. Nesse sentido, percebeu-se um choque de percepções, pois, se para os setores progressistas da Igreja, tratava-se de uma busca pela justiça e de um tipo de missão, já no informe nº 052/83, cujo assunto era “Entidades contestatórias ao regime e ao governo”, uma série de organizações progressistas católicas e outras vinculadas a elas eram mencionadas. Organizações como a Comissão Justiça e Paz, a Comissão Pastoral da Terra, a Federação dos Órgãos de Assistência Social e Educacional, a Rádio Educadora Rural do Maranhão e outras cujas pautas giravam em torno da reivindicação de direitos.

Ao explicar a diferença entre subversão e contestação, houve um embate de classificações cujas consequências são estruturais para a existência das próprias posições a favor e contra a reivindicação de direitos, ou seja, convencer católicos conservadores de que as ações progressistas não eram subversivas poderia representar um fortalecimento e uma tentativa de unificar o grupo frente às acusações oriundas dos órgãos de segurança locais.

Ainda no desenvolvimento da relação entre aspectos sociais e religiosos, o arcebispo Dom João José da Mota e Albuquerque anunciou que, seguindo a programação da comemoração do aniversário da arquidiocese, haveria uma palestra com o tema: “E se o amor acabar”. O arcebispo esclarecia que “o amor está acabando por falta de pão. Se não há pão, é porque o salário não dá! Isso gera conflito e o amor acaba e a família morre.” Dessa forma, valores e instituições como o amor e a família, consagrados no âmbito religioso, eram problematizados em torno de problemas sociais relacionados à falta de condições básicas de vida.

Finalizando as atividades do evento, Dom João José da Mota comunicou a chegada de Dom Helder Câmara para o dia 25 de agosto de 1977, com o objetivo de promover a conferência de tema “O papel do leigo na Igreja e no mundo de hoje.” Vale ressaltar que, como observa Souza (2007), Dom Hélder já havia estado na liderança da CNBB em 1952, momento em que a Igreja no Brasil ganhou um impulso progressista, voltando-se para os problemas nacionais considerados de base. Nesse sentido, essas palestras e seminários ocorridos na capital ludovicense podem ser compreendidos também como a expansão de uma postura católica que vinha ocorrendo em outros Estados da federação.

Em São Luís, a aproximação entre Igreja Católica e Direitos Humanos deu-se em um contexto mais amplo de reforma no interior da Igreja e de inserção progressista católica junto às bases populares. Nesse contexto, Sader (1988) chama atenção para a compreensão desse processo para a manutenção da própria Igreja que gerou situação propícia para que os movimentos sociais da época construíssem suas interpretações e se posicionassem como novos atores em um contexto diferenciado, distinto de um contexto de derrota política, trabalhista e social.

Também discorrendo sobre a inserção católica junto a causas sociais, Doimo (1984) problematiza a opção preferencial pelos pobres, questionando se ela não era ambígua: seria para a salvação do povo, ou para a salvação da própria Igreja? A partir desse ponto de vista, expondo um conjunto de estudos, essa autora argumenta que sendo a unidade uma marca da Igreja Católica, como ela poderia se posicionar em uma sociedade de conflitos de classes? Por outro lado, ela expõe que alguns estudos afirmam que a nova estrutura da Igreja não seria apenas uma resposta à proliferação da umbanda e de outras religiões, mas também à postura missionária proselitista que já não conseguia dar resposta à crescente pauperização dos setores populares, sem mencionar que ela pode ser compreendida também uma forma de bloqueio ao pensamento comunista sobre o contexto de crise social.

Considerando tais questões, a inserção em questões sociais por meio de uma militância por Direitos Humanos não poderia ser pensada sem que fosse considerado o seu fortíssimo aspecto de universalidade, ou seja, a sua capacidade de aglutinar vários problemas sob a ideia de Direitos Humanos – que, pelo que se verificou, era desenvolvida por uma linguagem vinculada aos valores e instituições religiosas,

afastando qualquer possibilidade de conflito. Enfim, falar de Direitos Humanos naquele contexto poderia significar falar sobre a carestia dos preços dos alimentos e os baixos salários, sobre injustiça social, violência e temas que atingiam diferentes públicos da população.

Se a Igreja em crise iniciou um processo de perda de centralidade junto aos setores populares durante as décadas anteriores, é possível entender que o discurso de defesa dos Direitos Humanos, por conta de sua própria característica universalista, caracterizou-se como um discurso que poderia resgatar essa centralidade da instituição. Assim, falar em Direitos Humanos para diferentes segmentos poderia significar buscar uma unidade na reivindicação de reformas com o objetivo de sanar os problemas imediatos que caracterizavam o período.

A problematização de Doimo (1984) permite pensar-se o alinhamento entre Igreja Católica e Direitos Humanos em diferentes quadros: 1) na disputa entre as matrizes católica e marxista, falar de Direitos Humanos significa uma aproximação entre Igreja e movimentos sociais – ação que pode ser entendida em um processo de busca de centralidade social da Igreja; 2) em uma relação de confronto entre movimentos sociais e Estado, falar em Direitos Humanos significa também uma aproximação com a Igreja e, conseqüentemente, contato com uma estrutura de mobilização que servirá para um propósito de confronto político, ou seja, não faz parte das modalidades de ação católica.

Dessa segunda situação, é possível inferir que embora a “opção preferencial pelos pobres” possa ser interpretada como uma estratégia de busca de centralidade, em determinado momento, também significou uma ameaça à estrutura da própria Igreja, na medida em que os bispos e párocos intensificaram o envolvimento em causas sociais, militando em sindicatos e desenvolvendo uma postura mais radical, próxima do pensamento comunista, e ao mesmo tempo, apresentava-se como ameaça direta ao Estado.

Como exemplo disso, pode-se citar o caso do padre Marcos Passerini, que buscando desenvolver a opção preferencial pelos pobres, desenvolveu em São Luís, no início de 1974, um trabalho junto aos jovens marginalizados, que culminou com a criação da Escolinha de São João. Na formação de lideranças jovens católicas, ele atuou na pastoral dos jovens de São Luís (ou da juventude), produzindo o informativo



chamado “O pastoral”. Esse impresso difundia a matriz cristã e teve influência inclusive no meio acadêmico, uma vez que estudantes cristãos ligados à pastoral chegaram a ocupar a presidência do Diretório Acadêmico dos Estudantes da Universidade Federal do Maranhão.

Em 1978, o padre coordenou a campanha “Não à Violência”, instigada pelo assassinato do Sr. José do Socorro Bacelar na porta da igreja de São João (O Imparcial, 10/09/1981, f 4-6). No panfleto da campanha “Não à Violência”, ele afirmava que:

Quem crê em Deus vivo não pode, a nenhum título, conciliar-se com os projetos de sociedades que desrespeitam e maculam o rosto do homem. Toda forma de opressão, individual ou coletiva, é uma blasfêmia. Um dos sinais mais legíveis, em nosso tempo, é a luta pela justiça. Cada tempo tem seus sinais. A decisão de lutar pela libertação do povo oprimido, em resposta à convocação do nosso Deus, encontra eco no coração da humanidade (PASSERINI, 1978).

Nesse contexto de combate à violência e opressão, bastante caracterizado pelas ações contra o regime ditatorial, o padre Marcos Passerini relacionou a luta contra a opressão e a violência e pela justiça com os valores cristãos. Essa associação foi mais evidente com a citação bíblica de Mateus, capítulo 5, versículo 6, no final do panfleto que afirmava: “A felicidade é dos que têm fome e sede de justiça porque vão receber de Deus aquilo que desejam”. No âmbito da campanha “Não à Violência”, o ter “fome e sede de justiça” diante da situação social apontada significa um requisito para o recebimento da justiça divina. Logo, não se trata de uma atitude de acomodação e sim, de reconhecimento da importância da luta por justiça.

O referido padre sofreu pressão dentro da própria estrutura da Igreja, sendo afastado da paróquia São João, depois da Rádio Educadora e, finalmente, remanejado para o estado do Ceará. Em tal situação, alguns membros da PJ se pronunciaram na imprensa escrita (O Imparcial, 1/09/1981, p.4) afirmando que eram fiéis a Jesus Cristo e à caminhada da Igreja da América Latina. Diziam que essa fidelidade os identificava com o padre Marcos e que acreditavam ter a mesma opção e compromisso com Jesus Cristo. No impresso intitulado “Caminhando e lutando: jornal da liberdade”, de setembro de 1981, havia uma defesa em favor do pároco a qual dizia que “O sofrimento desse padre é de todo o povo marginalizado da ilha e dos sem terra. A luta contra os opressores deve continuar... e com o padre Marcos em São Luís”.

### Ilustração 1 - Divisões no interior da Igreja



Fonte: Jornal de Hoje, 1981.

Essa identificação com o padre, ao mesmo tempo que demonstrava uma imagem de Igreja Católica próxima aos movimentos sociais – fato positivo para quem busca expansão no público –, significou também um aspecto importante na construção da identidade coletiva dos que tinham espaço de luta nessa postura progressista.

Longe de representar um bloco monolítico, Soares (2001) observou que nas décadas de 1950 a ação católica<sup>1</sup> passa por um momento de transição, passando do modelo italiano, centralizado e hierarquizado, para o modelo belga-francês-canadense, descentralizado e democrático, com maior inserção no meio operário e social. A partir de então, foi possível a emergência dos setores conhecidos como “progressistas” dentro dessa instituição e o surgimento de vários grupos, como as Juventudes Católicas, dentro de suas específicas realidades: a Juventude Agrária Católica (JAC), nas zonas rurais; a Juventude Estudantil Católica (JEC), nos movimentos de jovens secundaristas; a Juventude Operária Católica (JOC) no campo operário; a Juventude Independente Católica (JIC) e a Juventude Universitária Católica (JUC), nos meios universitários.

No Brasil, essas inserções em questões relacionadas a “problemas sociais”, promovendo debate, apoio e conscientização, ocorreram desde 1962, quando três padres do Rio Grande do Norte realizaram uma campanha para arrecadar fundos e gerar maior autonomia financeira das igrejas locais. A partir de 1963 essa campanha ganhou caráter nacional e ficou conhecida como Campanha da Fraternidade.

Tais campanhas sinalizam muito sobre a perspectiva de comportamento que se esperava dos cristãos por esse setor da igreja, sendo vinculadas a eventos e ações que ocorriam dentro e fora da igreja. Por exemplo, as campanhas relacionadas à renovação da igreja, das paróquias e promoção de sentimento de igualdade entre todos carregam reflexos da transição para o modelo belga-francês-canadense, como de eventos como Concílio Vaticano II (1962-1965), que almejava uma atualização da igreja, e também com o advento do Conselho Episcopal Latino Americana (CELAN) em Medellín, em 1968, que entre outras coisas debatiam sobre o papel da igreja na transformação da América Latina.

Em São Luís, os efeitos desse contexto mais amplo efetivou-se por meio da emergência de uma série de organizações católicas, como a Comissão Justiça e Paz (CJP), fundada em 1981 e vinculada diretamente a Arquidiocese de São Luís-MA; a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), instalada na capital desde 1973 e que estava vinculada diretamente ao Órgão de Conferência Nacional dos Bispos Norte-Americanos; a Comissão Pastoral da Terra (CPT), organização existente desde 1975, pela qual passaram o Padre canadense Victor Asselin e o padre francês dom Xavier Gilles de Maupeou d' Ableiges.

Já as atividades das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em São Luís-MA iniciaram-se com os padres redentoristas na paróquia de São Cristovão, no bairro do Tirirical, que na época eram responsáveis por assistir à área correspondente à metade da ilha de São Luís. Tem-se registros de que em 1975 já haviam atividades dessas comunidades no bairro do Anjo da Guarda.<sup>21</sup> O trabalho desenvolvido pela CEBs, nesse local, instigou a politização e organização popular que pode ser percebida na existência de formas de organização e constestação, como o Movimento Comunitário Católico do Anjo da Guarda, Associação Itaqui-Bacanga e Conselho Popular da área Itaqui-Bacanga, os grupo de Teatro Grita e clubes das mães.

Seguindo essa linha da Teologia da Libertação - cuja perspectiva do método do ver, julgar e agir associava as práticas caritativas às questões de organização política – o padre Marcos Passerini sofreu pressões dentro da instituição católica, evidenciando uma tensão de posições no âmbito eclesialístico.

---

<sup>21</sup> Informações coletadas através de entrevistas com Jean Marie Vann Damme, o ex-pároco do Anjo da Guarda em 1975.

Apesar dessa aproximação da igreja com as causas sociais, observa-se por meio de alguns estudos (RICOLDI, 2012; AZEVEDO, 2004 e CARVALHO, 2002) que a existência do engajamento da Igreja progressista na promoção e na defesa de Direitos Humanos durante a década de 1970 foi cedendo, pouco a pouco, parte de seu protagonismo para a sociedade civil organizada. Nota-se também que essa inserção inicial, apesar dos seus diversos sentidos, teve importância na demarcação e difusão de uma ideia de Direitos Humanos em São Luís - MA, contribuindo assim para a formação de um enquadramento interpretativo primário, ou seja, uma primeira classificação, processo de alinhamento que esteve diretamente relacionado com a matriz católica e com aspectos do contexto da época.

## 2.2 Das igrejas para as ruas: estudantes entre a unidade e o conflito

Além das conferências e impressos oriundos da arquidiocese metropolitana de São Luís, os Direitos Humanos também foram a tônica do Movimento Estudantil durante o ano de 1978. Naquele ano, a Diretoria Central dos Estudantes se mobilizou para a comemoração do 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Essas ações não podem ser dissociadas do “Grupo Unidade”, oriundo da Juventude Católica, que depois passou a ser chamada de Juventude Universitária Autêntica Católica - JUAC. Sobre essa relação entre Igreja e grupo estudantil, Luís Carlos Cintra, ex-militante estudantil e ex-membro da SMDDH relembra:

Em [19]78, a gente elege um representante do grupo unidade que era um grupo originário da pastoral universitária e da pastoral da juventude. Ou seja, a igreja, **essa igreja de inspiração na teologia da libertação**, de compromisso social e de opção preferencial pelos pobres, aqui ela tinha essa atuação basicamente a partir dos padres combonianos. **Duas igrejas bastante fortes de articulação eram a igreja de São João em que estava à frente o padre Marcos Passerini e a igreja do São Francisco com o Padre Jean. Padre Jean praticamente esteve à frente da pastoral da juventude**, da pastoral universitária, articulou isso aí e de certa forma possibilitou que as pessoas tivessem coragem de **exercer o senso crítico, o debate crítico sobre a realidade, sobre a situação do país** (...) (Entrevistado D, 15/01/2014).

A expansão da perspectiva engajada católica repercutiu sobre o movimento estudantil, possibilitando uma estrutura de apoio e reprodução de uma determinada percepção de mundo. Para o presente estudo, entende-se que tal situação significou o

momento em que o discurso por Direitos Humanos deixou o espaço das igrejas e seminários e propagou-se para as universidades e ruas de São Luís, cumprindo um papel importante na difusão e publicização dessa ideia frente à população ludovicense. Para melhor compreender esse processo de difusão, convém discorrer sobre dois eventos: “A caminhada do peregrino da paz” e a “Comemoração do 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

No dia 26 de agosto de 1978, às 8h30min, cerca de 40 pessoas iniciaram uma caminhada partindo do Campus do Bacanga (UFMA), tendo à frente a faixa “Caminhada pelo peregrino da paz”. Os estudantes prestavam uma homenagem ao papa Paulo VI e, ao mesmo tempo, enalteciam a importância da paz. Faixas contendo frases como “Sim à paz, Não à violência” e “O caminho da paz só se faz com justiça e direitos iguais” (ANEXO 1) sinalizavam argumentos já observados nos impressos produzidos pelo Padre Marcos Passerini que não por acaso também estava presente na caminhada. Segundo o jornal *O Imparcial*, de 27 de agosto de 1978, na reportagem intitulada “Policiais proíbem a caminhada dos universitários”, a referida caminhada foi bloqueada violentamente por todo aparato de segurança do Estado, como relata o trecho a seguir:

O grupo que não chegou a cem universitários saiu na hora marcada em direção ao centro da cidade, carregando algumas faixas e cantando hinos da igreja até as imediações da barragem do Bacanga quando a passagem estava totalmente bloqueada pela Polícia Militar, corpo de bombeiros e DOPS que tomaram toda a extensão da pista com homens fortemente armados.<sup>22</sup>

Apesar de a caminhada ter sido bloqueada pelos policiais militares e de os estudantes terem voltado para o campus do Bacanga (UFMA), é importante observar a forte aproximação entre estudantes e membros dos setores progressistas da Igreja. Fato que ficou expresso inclusive nas formas de ação utilizadas durante a caminhada, pois,

[a] aproximadamente uns quinhentos metros da barragem do Bacanga o presidente do DCE<sup>23</sup>, ao avistar o contingente policial, deu o seguinte aviso: Atenção, quem tiver medo ainda tem tempo de voltar. Ao atingirem uma distância de aproximadamente 15 metros do pelotão policial, o presidente do DCE determinou: **Não reagiremos à violência a música para cantarmos é: Jesus Cristo, atenção: todos sentados.** Por sua vez o Pe. Marcos Passerini determinou aos portadores das faixas que as colocassem em volta do grupo. (DOPS/MA, 14/09/1978).<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Informe nº0235 /ASI/FUMA 14/09/1978- Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz.

<sup>23</sup> Juarez Medeiros Filho

<sup>24</sup> Informe nº0235 /ASI/FUMA 14/09/1978- Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz.

Ao se verem totalmente impossibilitados de prosseguir a caminhada de cunho religioso, os estudantes pararam a poucos metros do movimentado aparato policial, sentaram na beira da pista e começaram a cantar hinos da igreja, a “triste partida” de Geraldo Vandré, “Procurando a liberdade”, “Fica mal com Deus”, “Jesus Cristo” de Roberto Carlos e outros cânticos acompanhados de violão e em coro, pelos universitários. Depois de 30 minutos de espera, os estudantes resolveram dar meia volta em direção ao campus seguidos a distância pelo pelotão de choque da polícia militar, cujos componentes usavam máscaras de gás e escudo de acrílico transparente com a inscrição POLÍCIA. No percurso, os estudantes levantaram as faixas que puderam ser fotografadas de perto pelos agentes da DOPS que até então se limitaram a fotografar os estudantes sentados e cantando músicas tocadas nas igrejas (O Imparcial de 27/08/1978).

A criminalização do movimento estudantil é um aspecto ressaltado na reportagem que enfatiza inclusive a inscrição “POLÍCIA” - presente nos escudos dos policiais “fortemente armados”. Músicas como: “Procurando a liberdade” e as faixas com as mensagens “Sim à paz, Não à violência” e “O caminho da paz só se faz com justiça e direitos iguais” sinalizavam que embora não fosse um confronto declarado contra o governo militar, pontos que funcionavam como crítica direta à repressão e à violência que caracterizavam o regime.

Se os primeiros repertórios de ação coletiva foram realizados sob a proteção dos muros do seminário Santo Antônio, falar sobre paz e criticar a violência em locais públicos poderia culminar em situações de conflito iminente. Embora muitas vezes não chegassem às vias de fatos, a tensão daquele contexto foi transmitida por meio de expressões e de uma simbologia própria, tal como: no poder de fogo das armas *versus* os hinos e rezas entoados pacificamente pelos estudantes.

Ainda no mesmo ano de 1978, os estudantes se mobilizaram para a realização da comemoração do 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Especificamente no dia 6 de dezembro de 1979, o DCE/UFMA divulgou pelo campus um panfleto (ANEXO 2) convocando “Todos os homens de boa vontade” para a concentração em frente à igreja de São João, às 8:30, do dia 9 daquele mês, para a realização do ato público de comemoração dos Direitos Humanos. Segundo os documentos da DOPS/MA<sup>25</sup>, “A promoção dos Direitos Humanos pelo DCE/UFMA contava com o apoio do clero local nas pessoas dos padres Passerini, Joseph Jules

---

<sup>25</sup> Informe nº n°0419/ASI/FUMA 07/12/1978 - DCE/UFMA Programa ao público em comemoração ao 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Racine, Dom João da Motta e Albuquerque entre outros”. Sobre a comemoração dos 30 anos, uma publicação<sup>26</sup> do setor de imprensa e divulgação do DCE explicava:

Estamos comemorando 30 anos de declaração universal dos direitos humanos. ...Precisamos ler, atentamente, os artigos dessa declaração justapondo o quadro da realidade; se notarmos alguma diferença, não podemos ficar calados. Embora todos os homens nasçam iguais em dignidade e direitos, há alguns que são sempre mais iguais que os outros: os ricos e cheios de privilégios.

No nosso país há violações de direitos, torturas, discriminações, prisões arbitrárias, grilagem, má distribuição de renda, não há liberdade de opinião e expressão, há uma maioria na miséria e uma minoria privilegiada, as eleições são pacotes. (...) prevalecendo uma ordem econômico-social injusta. Em tudo isso há culpa nossa, que não nos organizamos e não nos instruímos para defender os direitos de todos nós e pelos outros.

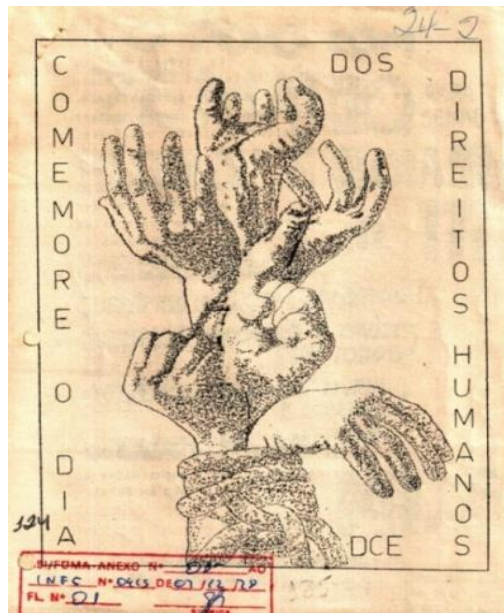
O documento estudantil faz menção à Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada pela Organização das Nações Unidas - ONU em 10 de dezembro de 1948, convidando a todos para uma leitura do documento e contextualização do mesmo com a realidade da época, que segundo o impresso era marcada por violações de direitos e injustiças sociais. Uma observação importante a ser feita é que diferentemente das primeiras palestras que buscavam associar Direitos Humanos aos valores cristãos, essa manifestação estudantil mais declarada sobre Direitos Humanos faz referência a outra fonte que é a própria declaração, sinalizando assim, uma concepção de Direitos Humanos que remonta no âmbito internacional ao final da Segunda Guerra Mundial (1948).

Por meio dessas ações, que podem ser entendidas como formas de pressão e expressão, aqueles estudantes deram notabilidade à questão dos Direitos Humanos, demarcando-a como problema coletivo e, embora não propusessem uma solução imediata, instigavam a busca por soluções.

---

<sup>26</sup> Cartilha do DCE, 1978.

## Ilustração 2 - DCE na promoção de Direitos Humanos, 1979



Fonte: DOPS/MA

A ilustração contida no panfleto já utilizava uma comunicação visual para sinalizar a união dos oprimidos na reivindicação de direitos e passar a ideia de luta e apoio mútuo, expressada nas várias mãos amarradas, aprisionadas, desfalecidas apoiadas e erguidas. A imagem pode ser compreendida como uma metáfora do próprio contexto histórico da época, quando a centralização política e o contexto de militarização representaram diversas formas de violência e violação de direitos. Tal ato comemorativo também foi publicizado no jornal *O Estado do Maranhão*, de 7 de novembro de 1978, que ao fazer um resgate das ações do DCE/UFMA ressaltou a atuação do mesmo na “Caminhada pelo peregrino da paz”, em 26 de outubro, no “Ato cívico da liberdade”, em 7 de setembro, e na “Campanha para a meia passagem”. Além disso, o impresso divulgou que em 1 de dezembro a organização estudantil promoveria uma vasta programação em comemoração ao 30º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao falar sobre o evento, o presidente do DCE afirmou que:

Pouco a pouco a universidade, seus discentes e docentes, se sentirão mais engajados na vida, que meros copiadores de livros, ditadores de ponto e caçadores de notas, a não levar em conta à nossa situação de América Latina, terceiro mundo e Estado mais pobre da Federação. É necessário que não só nos desalienemos desse elitismo que graça a nossa sociedade, como levarmos o povo à consciência de organização popular para a defesa de seus direitos e participação democrática (O Estado do Maranhão, 07/11/7978).



Na declaração como presidente do DCE, Juarez Medeiros Filho expõe o papel da universidade dentro de um contexto socioeconômico mais amplo e instiga o trabalho de conscientização, participação política e defesa de direitos via organização popular. Tal afirmação traz consigo elementos característicos de uma perspectiva interpretativa marxista: uma relação direta entre pobreza e desenvolvimento (em nível nacional e internacional), elitismo *vs.* desalienação e organização popular. Para Borges (2008), essa situação poderia ser explicada por conta dos cursos de formação marxista oferecidos pelo estudante cearense Gilvan Rocha <sup>27</sup>, que passou a disseminar, localmente, o conhecimento marxista e a adotar uma postura mais radical, se comparado aos setores progressistas da Igreja. Enfim, além de oferecer uma matriz ideológica ao movimento estudantil, tal curso foi um espaço comum aos membros envolvidos no processo de formação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. Nele destacam-se nomes como o de Luís Carlos Cintra, que também pertenceu à SMDDH, o da Antropóloga Maristela Paula Andrade, o do fotógrafo Murilo dos Santos (segundo presidente da SMDDH) e o de Celso Veras (primeiro presidente da SMDDH).

Recorrendo a elementos dos discursos católico e marxista, o movimento estudantil significou a continuidade de um processo de demarcação do problema dos Direitos Humanos, apontando as injustiças e suas causas; e ao mesmo tempo apresentou um vocabulário mais amplo e mesclado que incorporava, em certa medida, elementos de origens marxista, católica e popular. Outra diferenciação foi o alinhamento de uma noção contextualizada de Direitos Humanos com a Declaração Universal, que além de indicar a incorporação de novos elementos, sinaliza também um caminho que reforça a universalidade e centralidade dos Direitos Humanos.

---

<sup>27</sup> Gilvan Rocha que era conhecido como Vieira, chegou ao Maranhão clandestinamente por meio da situação de exilado político. Viveu no Maranhão entre 1976 e 1979 e durante esse tempo trabalhou como gerente da Coca-Cola durante o dia e à noite oferecia curso de formação marxista em sua própria casa.

**Quadro 6- Principais perspectivas de enquadramento identificadas no contexto ludovicense durante o ano de 1979**

	Perspectiva de conflito	Perspectiva reformista	
Discurso	Marxista	Católica	Direitos Humanos
Atores	Gilvan Rocha, PC do B	Arquidiocese	Declaração Universal
Vocabulário básico	Acadêmico	Religioso	Jurídico legalista
Articulações	Estudantes	Estudantes	Estudantes

A oposição entre um enquadramento interpretativo religioso progressista (unidade) e outro marxista (conflito) pode ser esclarecedora quando pensada em relação à aproximação do discurso progressista católico com o de defesa de Direitos Humanos, especialmente porque os Direitos Humanos significavam uma centralidade positiva em termos de arregimentação social. Além disso, esse posicionamento possuía uma característica reformista, ou seja, dentro das opções dadas no contexto de 1970, posicionar-se em favor dos Direitos Humanos poderia significar uma mudança de postura em relação à participação social do clero, mas em termos de relação com o Estado a mudança seria bem menos radical, se for pensado o significado de ideias de tentativa de um projeto marxista em pleno regime ditatorial. Assim, investir em um discurso de centralização e reforma poderia ser mais palatável ao interesse católico que defender um discurso de conflito e mudança.

Para esclarecer a oposição de forma mais geral e a diferença entre tais posicionamentos, vale ressaltar os estudos de Mézaros (2008), autor que entende os Direitos Humanos como um postulado liberal legalista-formal sem conteúdo forte para mudança, que se trata de postulados abstratos e irrealizáveis que podem ser contrapostos a uma realidade social de indivíduos egoístas. O autor explica que tal contradição só poderia ser examinada no terreno da prática social no qual ela se origina e aponta a extinção da posse exclusiva da terra como uma necessidade, para tanto retoma o processo histórico pelo qual a terra transformou-se em produto, sendo acessível apenas para os detentores do capital, ou seja, propriedade privada.

Fora isso, as ideias de universalidade e igualdade são alvo de questionamentos, por um viés que percebe os Direitos Humanos como uma matriz eurocêntrica imposta por nações que se considerariam superiores. Nesse sentido, existem críticas à perspectiva formalista-legal que obscurece a materialidade das relações de conflito e que serviria apenas como uma forma de manutenção do poder.

Se o contexto ludovicense do final da década de 1970 for analisado de acordo com as perspectivas reformista e de conflito, é possível refletir sobre os sentidos primeiros dos Direitos Humanos em São Luís - MA e entender que estes não surgiram apartados dos interesses das principais instituições produtoras de interpretações sobre o contexto social. Se forem consideradas as críticas de Mézaros (2008) aos Direitos Humanos, poder-se-ia pensar que naquele momento de aproximação do pensamento marxista comunista aos segmentos de esquerda ludovicenses a defesa dos Direitos Humanos sinalizava uma atuação social mais atrativa para a Igreja Católica, uma vez que sua proposta pode ser compreendida como uma reforma dentro do sistema, ou seja, não se tratava de uma ameaça direta ao governo militar, ao contrário dos ideais comunistas.

Sobre essa oposição entre catolicismo e comunismo, observou-se, no arquivo da DOPS/MA, um documento<sup>28</sup> citando um exemplar do livro intitulado “A igreja ante a escalada da ameaça comunista – apelo aos bispos silenciosos, editado pela Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (SBDTFP)”. Segundo o documento, a referida organização deveria realizar, brevemente, em todas as capitais “venda relâmpago” da publicação em apreço, estimando-se possíveis represálias de elementos esquerdistas. Sobre a SBDTFP, é importante falar que se tratava de uma organização de inspiração católica fundada por Plínio Corrêa de Oliveira, um ativista católico bastante associado aos aspectos mais direitistas e conservadores daquela instituição. Para esclarecer essas ações contra o comunismo, Altoé (2006) explica que:

O medo em relação ao comunismo presente no discurso de Plínio Corrêa de Oliveira residia no fato de que esta doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringia a um programa de revolução social e econômica, mas em uma filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma

---

<sup>28</sup> SNI Encaminhamento nº 08/71/AFZ/76 de 21 de julho de 1976. Esse documento já havia sido protocolado também nas Secretarias de Segurança Pública do Estado do Ceará (SSP/CE) e de Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado do Piauí (SJSP/PI), sinalizando assim a abrangência do Sistema Nacional de Informação.

explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral (ALTOÉ, 2006, p.17).

Nesse sentido, a SBDTFP representava uma organização de “proteção” dos principais valores e instituições que os católicos conservadores consideravam alvos em potencial do comunismo. No Maranhão, os estudos de Costa (1994) apontam que essa “ameaça comunista” também esteve nas preocupações católicas durante a década de 1950. Dessa forma, a instituição católica apresenta características de um duplo papel marcado por um forte conservadorismo de um lado e, de outro, por uma perspectiva mais popular, próxima dos desapropriados cujas famílias e tradições eram caracterizadas pela exclusão. De forma mais geral, Rodeguero percebe que:

Do início dos anos 50 até o golpe de 1964, alguns setores da Igreja Católica no Brasil — ligados à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a grupos de Ação Católica — passaram a assumir posições de apoio a lutas populares, o que fez com que as críticas ao comunismo ou a determinados aspectos do capitalismo (como o laicismo e a secularização) dessem lugar ao questionamento das **injustiças sociais**. Estava surgindo, nesse momento, uma espécie de esquerda católica que, todavia, ocupava posições não-majoritárias dentro da instituição, a qual se mantinha como atuante batalhadora contra o comunismo. No início da década de 1960, o propósito de uns de combater o comunismo e de outros de romper com as estruturas injustas se manifestou na atuação da Igreja no processo de sindicalização dos trabalhadores rurais. Já na década anterior, uma série de iniciativas visava contribuir para a melhoria da situação dos trabalhadores do campo, retirando assim os motivos para a difusão de idéias subversivas (RODEGHERO, 2002, p.480,).

Esse posicionamento ambíguo da Igreja, de certa forma, gerou um conforto para a instituição, que parecia próxima ao regime, quando este se apresentava hostil ao comunismo; e ao mesmo tempo próxima das camadas populares, quando se colocava como contestadora das injustiças sociais. Foi nesse contexto que a defesa dos Direitos Humanos foi um ponto comum capaz de mobilizar toda a estrutura da arquidiocese metropolitana de São Luís. Por esse caminho, o questionamento contra as injustiças sociais propagado pelos setores progressistas da Igreja tornou-se uma referência destacada nas inúmeras mobilizações do final da década de 1970, sem, no entanto, alterar a parte majoritária e conservadora da Igreja.

Dessa forma, tem-se, na prática, um discurso de defesa dos Direitos Humanos cujas características se adéquam ao triplo objetivo da instituição católica: defender a tradição na família e na propriedade; combater injustiças sobre as camadas populares; e conciliar uma postura ao mesmo tempo anticomunista e reformista.

Retomando a perspectiva de Sader (1988), que percebia na teologia da libertação uma estratégia para sair da crise na instituição católica, pode-se dizer que os setores progressistas da Igreja cumpriram um papel “amortecedor”, se for pensado que a ausência dos mesmos significaria não apenas um descaso ou uma desconsideração com as questões populares, mas também a manifestação de uma Igreja que defendia a propriedade e a tradição.

Incorporando a defesa dos Direitos Humanos, o braço progressista da Igreja enfatizou as injustiças, se notabilizando pela capacidade de voz (Hirschman, 1970), ou seja, pode-se dizer, metaforicamente, que foi a primeira a pegar o megafone para apontar problemas sociais em São Luís durante o Regime Militar. Contudo, isso não significava necessariamente uma ação de combate ao governo, isso principalmente pelo fato de ambos, de forma geral, demonizarem o espectro comunista em São Luís - MA. Finalizando, é possível afirmar que as ações católicas em São Luís se fizeram presentes na construção de um *enquadramento interpretativo* em Direitos Humanos que, com o passar do tempo, foi ampliado com a inclusão de outros temas, ressignificado, produzido e reproduzido em outros movimentos sociais, como será visto mais adiante.

### **2.3 Movimento “Oposição pra Valer” e Direitos Humanos**

Observando as principais situações de protesto ocorridas em São Luís entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, pode-se notar a presença ativa dos membros que compunham as primeiras diretorias da SMDDH. Tal fato aponta para duas questões fundamentais em relação ao processo de formação da SMDDH: a problematização dos Direitos Humanos enquanto *macroenquadramento interpretativo*, ou seja, o modo como militantes de Direitos Humanos explicavam e justificavam suas inserções em causas específicas; e a necessidade de uma história recente da própria formação da ONG.

Nesse sentido, o presente capítulo visa analisar as características de inclusividade e elasticidade, explicadas por Snow and Benford (2001), nos processos de ampliação dos enquadramentos e temáticas na constituição de um quadro mais geral conhecido como *macroenquadramento interpretativo*. Seguindo essa orientação, discorrer-se-á primeiramente sobre a relação entre direitos e Direitos Humanos para

analisar a relação entre os movimentos sociais e a SMDDH; e, posteriormente, serão feitas considerações sobre um enquadramento mais amplo em relação aos Direitos Humanos e à democracia, privilegiando um movimento político específico conhecido como “Oposição pra Valer”.

Para discorrer sobre os enquadramentos interpretativos em Direitos Humanos, serão usadas como ponto de partida as reflexões lançadas por Ricoldi (2012) quando utilizou as categorias *enquadramentos* interpretativos e *macroenquadramento* para compreender os significados dos Direitos Humanos no Brasil. Essa autora explica que a noção de Direitos Humanos como universal vem sendo elaborada desde o final da Segunda Guerra e teve como marco fundamental a declaração aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Segundo a autora, no Brasil, o *macroenquadramento* de Direitos Humanos pode ser encontrado em dois ciclos principais: 1) um que ocorreu durante a organização contra o regime autoritário demarcado na defesa de direitos civis mais básicos como liberdade de expressão, de ir e vir, justiça e outros com capacidade de caracterizar o regime como violador de direitos; 2) e outro, pensado por Ricoldi (2012), que ocorreu quando as organizações, já no período democrático, passaram a se mobilizar intensamente em prol de grandes movimentos como o “Diretas Já” e o de participação na Constituinte.

Observando o primeiro ciclo, percebe-se que a noção de Direitos Humanos ganhou expressão material, em São Luís - MA, em setores do clero e estudantil, estando alinhada tanto com uma matriz católica quanto com uma concepção internacional de Direitos Humanos. Por outro lado, a matriz marxista também foi expressa em algumas declarações da liderança estudantil, demonstrando que, longe de um consenso discursivo, havia modalidades opostas de percepção de mundo: uma católica progressista, que buscava mudanças sociais dentro do regime; e outra marxista, que se manifestava como oposição mais radical ao contexto, não apenas no âmbito político e econômico da época.

Para além dos interesses individuais que mobilizaram as pessoas a falar de Direitos Humanos, um ponto importante está em compreender como esse tema passou a compor ações e discursos específicos que emergiram durante as décadas de 1970 e 1980. Nesse sentido, percebeu-se que alguns membros da SMDDH participavam das atividades de outros movimentos sociais da época como: o Movimento Contra a

Carestia (MCC), o Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), o Movimento Estudantil, o Movimento de Defesa da Ilha, o Movimento Feminista e o Movimento pela Anistia, e interpretavam as reivindicações dos respectivos movimentos enquanto problemas de Direitos Humanos. Essas operações podem ser caracterizadas como parte de um processo de construção de um *macroenquadramento interpretativo*, ou seja, alinhavam diferentes quadros relacionados a outros temas sob um enquadramento maior de Direitos Humanos.

Para contextualizar tal processo de construção de um *macroenquadramento interpretativo* em Direitos Humanos em São Luís, serão discutidos alguns pontos específicos: 1) identificar os agentes que pertenciam à SMDDH e ao mesmo tempo participavam de outros movimentos; 2) perceber algumas declarações e registros que apontem a relação direta entre Direitos Humanos e as causas específicas; e 3) pensar tal operação como coexistente a outro processo de construção de *macroenquadramento interpretativo* em termos de luta por democracia, ou causa maior.

Como verificado antes, a bandeira da defesa dos Direitos Humanos foi defendida, inicialmente, no estado do Maranhão por uma ação conjunta que envolveu o clero, os estudantes e muitos integrantes do Movimento Democrático Brasileiro - MDB. No presente tópico, será abordada especificamente a ligação entre Direitos Humanos e democracia, focando empiricamente na relação entre a SMDDH e o movimento político “Oposição pra Valer”.

Em São Luís, a vinculação do MDB com os posicionamentos considerados de esquerda pode ser compreendida como resultado do próprio bipartidarismo instituído nacionalmente pelo governo militar. Com a configuração política polarizada – entre ARENA, como partido do governo; e MDB como oposição –, pouco a pouco as manifestações e descontentamentos populares foram se canalizando no MDB, o que lhe garantiu maior popularidade e votos, gerando uma reação militar por meio de um conjunto de leis e medidas autoritárias.

Apesar da polarização iniciada pelo Regime Militar, é importante ressaltar que a ARENA em São Luís, como lembra Meirelles (2001), era composta por uma heterogeneidade de elementos oriundos de 14 partidos existentes anteriormente, de forma que os interesses de grupo, dentro da ARENA maranhense, foram sobrepostos aos do partido e mesmo aos do Estado, de forma que entre 1975 e 1979 caracterizou-se

uma disputa entre os candidatos defendidos pelo governador Neiva de Santana, o senador José Sarney e o ex-senador Vitorino Freire na ARENA maranhense.

Quando discorre sobre oportunidades e restrições políticas, Sidney Tarrow (2009) explica que os desafiantes encontram oportunidades de apresentar suas reivindicações quando se abre acesso institucional, quando surgem divisões nas elites, quando aliados se tornam disponíveis e quando declina a capacidade de repressão do Estado. O autor afirma que a história oferece numerosos exemplos de como as elites divididas proporcionaram recursos para movimentos emergentes, citando inclusive o caso brasileiro entre as décadas de 1970 e 1980, quando ocorreu a divisão entre militares brandos e os considerados “linha dura”, a qual propiciou aberturas que puderam ser exploradas pelos movimentos de oposição.

Ao pensar-se esse contexto plural em relação aos enquadramentos interpretativos de ação coletiva, é importante destacar duas dimensões históricas e seus respectivos efeitos em São Luís e, conseqüentemente, na oposição ao Regime Militar e militância por Direitos Humanos. Primeiramente, observa-se que algumas críticas dos movimentos sociais eram direcionadas ao Regime Militar, caracterizando situações em que ativistas dos movimentos interpretaram os espaços políticos e estimularam ações de mudança nas oportunidades, tomando-as como uma espécie de profecia que deveria ser cumprida com a canalização de todos os esforços, objetivando sempre a mudança política que era vista como atrelada à conquista de direitos.

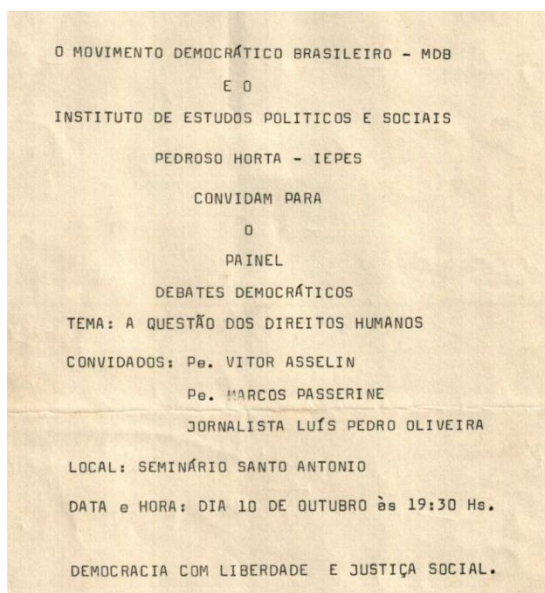
Nesse âmbito, a abertura gradual fortaleceu um discurso de arregimentação das esquerdas como observou Tarrow (2009), no entanto, isso só foi possível, também, pela forma como o próprio regime foi interpretado no processo de construção do *macroenquadramento* de Direitos Humanos e da luta maior por democracia. Por outro lado, ao lembrar que o Regime Militar se fez presente em São Luís por meio de uma ARENA fragmentada e heterogênea, expressa nos interesses de três grupos políticos, é possível pensar em um contexto local favorável para a emergência de um movimento de oposição ao regime, uma vez que a sintonia dos membros da ARENA com o governo nacional era prejudicada por conta das disputas políticas locais.

Um exemplo dessa aproximação das esquerdas pode ser observado no cartaz de um evento promovido pelo MDB juntamente com o Instituto de Estudo Políticos e Sociais Pedroso Horta - IEPES cujo tema era “A questão dos Direitos Humanos”. Não



por acaso, esse evento foi realizado no seminário Santo Antônio e contou com a presença dos padres Marcos Passerini (JUAC), Vitor Asselin (CPT) e Luís Pedro de Oliveira e Silva (PC do B).

### Ilustração 3 - Cartaz de seminário sobre Direitos Humanos (1979)



Fonte: DOPS/MA

Mais que um cartaz, é possível observar a interação entre agentes oriundos do MBD, IESPES, PC do B, CPT e JUAC em torno de um tema considerado subversivo para o Regime Militar. Assim, vale salientar que, institucionalmente, a estrutura física do seminário estava associada ao Arcebispo Dom João José da Mota e Albuquerque e ao presidente do IEPES, que era o economista José Celso Veras da Costa, que seria o primeiro presidente da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. “Democracia com liberdade e justiça social” era a chamada final cujas palavras remetem o pensamento para questões que vão desde a repressão do voto até a situação de precarização pela qual passava grande parte da população ludovicense. Por conta disso, poderia fazer sentido para muitas pessoas inseridas naquele contexto. Por outro lado, a “Democracia” aparece associada a outras duas questões de direitos sociais e políticos, ou seja, possui centralidade.

Essa associação entre direitos sociais e direitos políticos foi intensificada durante as eleições de 1978, principalmente com a emergência de um grupo chamado

“Movimento ou comitê oposição pra valer”. Segundo Borges (2008), o propósito deste movimento era agregar todos os setores da esquerda em torno da eleição de parlamentares comprometidos com a execução de mandatos populares, com a educação de base e com a mobilização popular, visando à retomada da democracia e à queda da ditadura. A autora percebe que o economista Haroldo Saboia veio preencher esse espaço que estava sendo construído no seio da esquerda. Sobre esse processo, foram obtidos seis relatos que apontam três possibilidades de interpretação em relação ao deputado Haroldo Saboia. Uma delas percebe o parlamentar como protagonista do processo, no papel de arregimentar as esquerdas, da qual é exemplo o seguinte relato:

Quando foi em 77, 78, um amigo meu de infância, o Haroldo Saboia, que hoje é candidato a senador pelo PSOL, se juntou e propôs a lançar um movimento dentro do MDB, uma chapa. Eu seria candidato a deputado estadual e ele federal, mas eu tive problemas de família e ele acabou saindo para deputado estadual. Na época, foi o candidato mais votado daqui de São Luís. Aí, depois teve divergências e essas complicações todas de política. Mas o embrião da Sociedade é uma decorrência desse movimento. Movimento com direção de disputa de um mandato. A Sociedade nasce como consequência desse momento e articulada com a conjuntura nacional de abertura e anistia. (Entrevistado A, 16/06/2014)

Concordando com a literatura produzida, o entrevistado aponta a relação entre o MOPV e a SMDDH, entretanto, a centralidade do contexto é focada na disputa partidária conduzida pelo parlamentar. Um dado importante no relato é a explicação da SMDDH, citada como “Sociedade”, em relação a questões da conjuntura nacional, o que aponta para um processo de construção de *enquadramento* com vistas a fornecer sentido para a própria existência da entidade.

Seguindo caminho específico, outro relato delimita bem as posições dentro desse processo e enfoca o aspecto da instrumentalização da política com vistas aos interesses dos segmentos de esquerda. No segundo relato, tem-se a seguinte explicação:

Em 78 todos os segmentos de esquerda se juntaram aqui na época do enfrentamento político, **foi quando houve eleição para deputado**. Todo mundo se juntou em torno da candidatura de Haroldo Saboia. Do comitê de Haroldo de Saboia, depois das eleições, é que se constitui esse núcleo<sup>29</sup> de pessoas e a partir daí se fundou a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. **Mas... era uma junção do pessoal da esquerda porque naquele**

---

<sup>29</sup> É importante ressaltar que tais relatos foram extraídos de membros desse núcleo que compôs a primeira diretoria da SMDDH.

**momento se precisava** de uma força política e os partidos clandestinos não podiam colocar a cabeça de fora, então estavam todos organizados dentro do MDB. Aqui também não éramos diferentes, estávamos filiados no MDB (Entrevistado B, 13/01/2013)

O comitê interpreta a situação de acordo com uma polarização composta entre os “segmentos da esquerda” vinculados ao núcleo de pessoas que fundou a SMDDH e um grupo mais vinculado ao comitê de Haroldo Saboia, enfatizando a importância e a necessidade dessa relação entre essas posições de acordo com um contexto nacional de clandestinidade dos partidos. Assim como no primeiro relato, percebe-se que este também afirma a relação direta entre o MVOP e a SMDDH.

Por meio da análise de mais quatro relatos, de outros membros da primeira diretoria, é possível perceber pontos específicos, que embora de forma geral concordem com os anteriores, também apontam elementos discordantes, principalmente sobre a relação entre o parlamentar e os outros membros do MOPV, como é possível notar nos trechos seguintes:

Aí, nós começamos a nos reunir para encontrar um candidato. Na época, pensamos em Celso Veras. Nem conhecíamos Haroldo, Haroldo morava em Brasília. Não importava quem seja o candidato, pois a candidatura seria uma oportunidade para a gente fazer um trabalho público nos bairros, daí levamos vários artistas daqui. Nonato que desapareceu, Nonato Pudim... era Murilo que era marido de Maristela. Fizemos literatura de cordel da campanha, cartazes. Aí, tinham essas frentes que eram: a luta pela Anistia, a gente participava do Comitê pela Anistia. Tinha o Movimento Contra a Carestia, que todo fim de semana a gente *ia nos* bairros, diferentes bairros da ilha, e a campanha para o candidato. No fim, ele foi o candidato mais votado de São Luís. (Entrevistado C, 13/01/2014)

Esse movimento ligado à cultura, basicamente artistas, à universidade, intelectuais e o pessoal do MDB da oposição, Celso Veras, **o pessoal que tinha um expressão de luta pelos Direitos Humanos pela justiça social...** então se reúnem essas pessoas todas, **Jackson Lago**, ou seja, a gente se reuniu e decidiu lançar um candidato na chapa de, uma chapa nas eleições de 78, e a ideia era que fosse Celso Veras para deputado estadual pra ganhar e teria um candidato a deputado federal que seria Haroldo Saboia que era uma pessoa que tava vindo. Tinha estudado em Paris, **era filho do dono do Imparcial**, mas que estava em Brasília. Como Celso Veras teve um problema de família e resolveu retirar o nome dele, colocamos então Haroldo Saboia e para Federal colocamos o Mochel que era médico e foi candidato a deputado federal. **Esse processo envolveu muita gente, foi uma campanha criativa... a ideia da oposição pra valer, um discuso comprometido, aí envolveu teatro, música.** (Entrevistado D, 15/01/2014)

Quando surgiu em 78 um grupo de pessoas que pensou em **aproveitar o período da campanha eleitoral para botar a boca no trambone.** Daí

ocorreu esse movimento chamado “Oposição pra Valer” e o candidato escolhido foi Haroldo Saboia para consolidar publicamente as demandas do grupo. (Entrevistado F , 14/02/2014)

Era um grupo de pessoas de vários tipos: intelectuais, artistas, estudantes, lideranças de bairro, pessoas ligadas a partidos clandestinos. **E nós fizemos aqui a primeira campanha para eleger um deputado, foi um movimento conhecido como “Oposição pra Valer” [...]** (Maristela Paula Andrade)<sup>30</sup>

Esses quatro relatos, produzidos por quatro pessoas que também foram da primeira diretoria da SMDDH, demonstram outro sentido para a polarização entre disputa política e segmentos de esquerda. Discordando da primeira versão, percebem o deputado como “o escolhido” por um grupo heterogêneo de esquerda, que se coloca como fundamental para a construção de uma base política de um candidato que reside em Brasília e que possui qualidades interessantes para o campo político – capital cultural e social elevado. Enfim, esses quatro ex-membros da SMDDH enfatizaram a polarização posta pelo entrevistado B, valorizando a importância da campanha política na qual todos estavam inseridos.

Enfim, embora todos os seis entrevistados possuam em comum o fato de terem dividido a primeira direção da SMDDH e terem se engajado no MOPV, alguns detalhes nas falas indicam diferentes percepções sobre o processo: uns percebem a centralidade da disputa política no papel do parlamentar, outros valorizam a base política construída durante a campanha.

Tal oposição de percepções foi alimentada a ponto de provocar uma cisão dentro do MOPV. Assim, após a vitória de Haroldo Saboia houve uma divisão entre os que pretendiam buscar mudanças pela via parlamentar, por meio de um gabinete político, e os que pensavam o partido como uma força auxiliar atuante junto aos setores populares com as modalidades de ação dos movimentos sociais e CEBs, por meio de projetos, conscientização, oficinas etc. Pesquisadores como Borges (2008), Dias (2011) e a própria Revista de comemoração de 20 anos da SMDH percebem que o surgimento da SMDDH esteve ligado a uma divisão no seio do Movimento “Oposição pra Valer”. Tal ideia pode ser identificada no trecho do próprio impresso da instituição, segundo o qual:

---

<sup>30</sup> Declaração retirada do vídeo institucional da SMDH.

“A oposição pra valer” elegeu seu candidato, Haroldo Saboia, a deputado federal, mas não conseguiu conciliar os interesses partidários com o trabalho junto aos bairros iniciado durante a campanha. Da primeira cisão do grupo veio a decisão de criar uma entidade que pudesse lutar pela justiça social no Maranhão.(SMDH, 1999, p.19)

A citação aponta um antagonismo entre política partidária e mobilização popular, a ponto de sinalizar uma autoexclusão de afinidade partidária, ou seja, quando fala que o movimento “A oposição pra valer elegeu seu candidato”, a organização, no documento institucional, se autoexclui do processo pelo qual o parlamentar era vislumbrado como a melhor opção para os segmentos de esquerda. Se o MOPV estava inserido em uma interpretação que envolvia problemas como abertura política, clandestinidade, anistia e demandas sociais, a identificação dos atores e a solução dos problemas por meio da eleição de um deputado com capacidade de representar todos os segmentos afetados por esses problemas, o primeiro núcleo diretor da SMDDH resignificou tais problemas em termos de justiça social, inserindo assim a possibilidade de desenvolvimento de uma linguagem pautada na ideia de reivindicação de direitos, de Direitos Humanos.

Por hora, pode-se dizer que a centralidade e a canalização dos segmentos de esquerda em torno da campanha de um candidato do MDB sinaliza uma relação entre diversos tipos de movimentos de reivindicação em torno de uma “luta maior” associada ao processo de redemocratização. Sobre isso, Souza (2013) explica que uma característica dos ciclos de protestos das décadas de 1970 e 1980 foi a construção de um *macroenquadramento interpretativo* da luta maior, principal agregador de demandas políticas e sociais e ao mesmo tempo gerador de conflitos internos entre os grupos, ou seja, a produção de um *macroenquadramento interpretativo* não exclui a existência de conflitos no interior ou entre os grupos.

Efetivamente, é possível perceber esse tipo de aglutinação, quando os entrevistados enfatizaram a união de um grupo heterogêneo e, mais detalhadamente, quando foi mencionada a participação nas atividades dos movimentos contra a carestia e pela anistia, movimentos que tratavam de temas cujos tópicos foram atrelados dentro de um *macroenquadramento* no qual a solução de grande parte dos problemas apontados poderia ocorrer por meio da mudança política. Acontece que, por trás de uma

instrumentalização da política e das bases de sustentação política, havia sempre um discurso para conferir sentido às mobilizações.

De modo geral, todos concordavam que as eleições de 1978 eram o momento oportuno para a inserção de um candidato na disputa eleitoral com o objetivo de representar uma série de demandas sociais e dos segmentos de esquerda. Nesse sentido, identificam-se os problemas de abertura política, clandestinidade, anistia e demandas sociais, percebendo que o termo “Oposição para Valer” traz consigo uma característica relacional que aponta a “causa” de todos esses problemas – o governo militar – e, ao mesmo tempo, canaliza todas as ideias de possibilidade de mudança em torno de uma campanha.

Pode-se dizer que o próprio slogan da campanha é um elemento simbólico fundamental na compreensão de um enquadramento estratégico vinculado à ligação de todos os segmentos de esquerda que vislumbravam a mudança política e social. Embora em tal período não existisse a SMDDH, os entrevistados percebem, atualmente, a ligação entre o MOPV e a emergência da entidade de defesa dos Direitos Humanos. Sobre esse aspecto, talvez seja importante ressaltar que o que há, na verdade, é um enquadramento estratégico de ligação que busca relacionar as duas questões como diretamente ligadas tanto pelo fato de os membros estarem inseridos no movimento político, quanto pelo fato de a anistia e a violência do regime serem interpretadas como questões de violação de direitos pelos membros da SMDDH, como será visto mais adiante.

Sobre os aspectos mais contextuais da política partidária, vale salientar que, se a possibilidade do bipartidarismo foi útil em 1978 para a reunião do núcleo formador da SMDDH na campanha de Haroldo Saboia, é importante também considerar que além das diferentes visões de reivindicação – política e social – postas como motivo para a cisão no interior do Movimento “Oposição pra Valer”, a necessidade de uma unidade contra uma força nacional maior foi gradualmente perdendo o sentido discursivo, principalmente após as reformas partidárias de 1979. Sobre esse momento, o cientista político Alberto Tosi Rodrigues avalia:

Em 1979, os estrategistas da “abertura”, em particular o general Golbery do Couto e Silva, avaliaram que o sistema bipartidário havia se tornado desinteressante para o regime, pois ao concentrar a oposição numa só legenda

havia contribuído para fortalecê-la. Realizaram então uma reforma partidária, a partir da qual foram criados seis partidos políticos [...] (RODRIGUES, 2003, p. 19).

Sobre os efeitos da relação entre mudanças no sistema partidário e divisões no interior dos grupos de esquerda e na própria SMDDH, Dias (2011) descreve a extinção do bipartidarismo que fragmentou as oposições até a década de 1970, reunidas até então sob a sigla do MDB. A autora observa que a “liberdade” do sistema novo favoreceu a divisão do Movimento “Oposição pra Valer”, em 1979, e continuou produzindo divisões, na década de 1980.

O auge dessas divisões ocorreu em 1983, quando a organização estava polarizada entre integrantes do PT e do PC do B. Assim, se o processo de distensão política causou um efeito imediato de inserção de novos partidos, no âmbito discursivo significou um novo cenário no qual era necessário redesenhar as reivindicações e os novos alinhamentos antes vinculados à “luta maior” pela redemocratização.

#### **Quadro 7 - Relação entre condições contextuais e produção de enquadramentos interpretativos**

	1º contexto	2º contexto
<b>Arena local</b>	Fragmentada	
<b>Sistema partidário</b>	Bipartidarismo (antes de 1979)	Abertura em 1979
	- âmbito discursivo favorável nacionalmente - coesão frente a um inimigo mais forte/ “luta maior”	- âmbito discursivo exige novas associações e estratégias frente ao processo de democratização iniciado pelos militares.

Antes de tomar o contexto local como reflexo do cenário político nacional, é importante destacar que, embora o MOPV estivesse discursivamente relacionado com questões mais amplas como a anistia e a clandestinidade dos partidos, localmente ele se opunha a uma ARENA cuja capacidade de repressão estava distante da representação construída em torno de um “opponente poderoso” caracterizado pelo Regime Militar brasileiro, pois, como aponta o historiador Mario Meirelles (2001), tal descompasso era

causado por conta das disputas internas dos blocos políticos existentes dentro da ARENA.

Dessa forma, se o Movimento “Oposição pra Valer”, que emergiu **sob** a sigla do MDB local, com um alvo bem delimitado em processos discursivos e estratégicos que enfatizavam o aspecto político das reivindicações, enquadrando e alinhando vários problemas sociais como uma base a partir da qual se traçava a oposição ao Regime Militar, após da década de 1979, tornou-se necessário adaptar e modificar os processos discursivos diante de um contexto no qual o inimigo comum iniciara o processo de abertura gradual e de uma ARENA local que agia sem sintonia com o governo nacional.

Se nacionalmente a luta por democracia foi o elemento capaz de aglutinar reivindicações sociais e políticas em um enquadramento formado sob a imagem de opressão vinculada ao Regime Militar, localmente, essa aglutinação deu-se contra uma ARENA fragmentada em vários grupos voltados para interesses próprios. Com o início do processo de abertura gradual, houve também o aumento da liberdade de participação política e, conseqüentemente, a perda da necessidade de uma luta coletiva frente a um inimigo mais forte, assim como a construção de um ambiente favorável a outras inserções.

Colocada uma espécie de “névoa” sobre a relação entre sociedade civil e Estado, as estratégias de enquadramentos necessitaram de adequação ao novo contexto que se construía naquele momento em que já era possível demonstrar algumas diferenças entre o bloco da esquerda. Nesse sentido, observa-se uma valorização cada vez maior da horizontalidade no processo de enquadramento, ou seja, as violações de direitos que já não podiam ser simplesmente atreladas ao combate de um único Estado violador de direitos, passaram a ser associadas a outros atores, caracterizando outros processos de enquadramento, voltados para questões mais específicas ligadas à ecologia, ao feminismo, aos direitos do menor etc.<sup>31</sup>

Tal mudança, inclusive, pode ser percebida no próprio processo de formação da SMDDH que transitou entre características fortemente políticas de oposição ao Regime Militar e o desenvolvimento de um projeto focado de forma mais específica no bairro do Anjo da Guarda e voltado para o desenvolvimento de lideranças locais. Parte-se de uma

---

<sup>31</sup> Durante a década de 1980, ocorreram os movimentos de defesa da ilha, a própria SMDDH voltou-se para trabalhos vinculados ao combate da grilagem no interior do estado e a Comissão Justiça e Paz voltou-se para questões relacionadas aos direitos do menor e Direitos Humanos.



forma voluntária de trabalho para um tipo de trabalho organizado em torno de um projeto financiado, como será visto mais adiante.

Enfim, a experiência na campanha do Movimento “Oposição pra Valer” pode ser compreendida como um importante momento de compartilhamento e articulação entre os militantes que deram origem à SMDDH. Foi o momento em que a reivindicação por Direitos Humanos, em São Luís, deixou de ocupar posição secundária frente aos enquadramentos interpretativos católicos progressistas, da luta maior ou da mobilização estudantil e passou a se corporificar dentro de seu próprio domínio de luta, construído pouco a pouco a partir desse processo de ruptura no interior do MOPV.

Em relação à SMDDH, o MOPV pode ser compreendido, no mínimo, por meio de um conjunto de características como: composição social heterogênea, vinculação partidária de esquerda, formas de ação, e outras que foram legadas à entidade. Assim, a relação com o MCC, com o Movimento por Anistia e com artistas locais caracterizou uma continuidade perpetuada no âmbito da SMDDH, como será visto mais detalhadamente, mais adiante.

### **3. Estrutura e ideias: a SMDDH e a construção de um enquadramento interpretativo de Direitos Humanos**

Partindo da problematização das explicações a respeito do surgimento da SMDDH, o presente capítulo buscará demonstrar a referida organização como fruto de um processo de construção de um enquadramento interpretativo de Direitos Humanos, ou seja, institucionalizando-se de acordo com a difusão de um conjunto de expressões ideais valorativas elaboradas e difundidas sobre determinadas condições. Nesse sentido, mais que pensar o surgimento da entidade como uma resposta automática ao contexto ditatorial e à economia da época, analisou-se o evento de fundação da entidade enquanto produto da relação entre uma estrutura de mobilização específica e seu desdobramento no desenvolvimento dos macroenquadramentos de Direitos Humanos.

Para tanto foi analisado um conjunto de fontes compostas por declarações públicas de membros da primeira direção, documentos (como relatórios da DOPS e cartilhas da própria entidade), e principais características sociais dos membros da primeira direção, dos quais buscou-se caracterizar e analisar a importância do quadro profissional heterogêneo e especializado, das experiências associativas dos membros e sua relação com os laços de amizade, trabalho, família, e a forma como apresentavam a SMDDH em relação a outras organizações e questões da época.

Como surgiu a SMDDH em São Luís? Essa é a principal questão sobre a qual se debruça a presente pesquisa. Uma primeira resposta foi obtida no livro “PT Maranhão: origens, organização e governos municipais”, de Arleth Santos Borges, que discorre sobre a SMDDH enquanto organização pela democracia, com base em uma pesquisa nos livros de atas da referida organização.<sup>32</sup> Outra explicação foi elaborada por Roseane Dias Gomes, com a dissertação “DIREITOS HUMANOS NO MARANHÃO:

---

<sup>32</sup> Sem muitos detalhes, duas secretárias da SMDH informaram que o livro de atas e parte da documentação antiga foram perdidos. Nesse sentido, vale lembrar que as mudanças da sede da entidade da Rua 7 de setembro (Centro) para os bairros do São Francisco e Renascença sacrificaram parte de um importante arquivo de documentos antigos. Além do fato de as novas instalações não terem capacidade para os arquivos, foi percebido que os mesmos encontravam-se completamente deteriorados em uma antiga dispensa da antiga sede localizada na Rua 7 de setembro. O contato com a pesquisadora Roseane Dias também não possibilitou acesso à ata de fundação utilizada por ela em sua dissertação.

concepções, agentes e institucionalização”. E há ainda a explicação da própria organização, contida no caderno de comemoração dos vinte anos da instituição. Segundo as explicações:

A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos foi fundada no início de 1979 a partir de uma série de conflitos ocorridos no seio do “**movimento oposição pra valer**”, liderado por Haroldo Sabóia, que culminaram com uma cisão no interior deste grupo. Os dissidentes visavam à implementação de projetos de educação de base e organização popular e criar espaços alternativos ao MDB autêntico, que julgavam cada vez mais esvaziado (BORGES, 2008, p. 94-95).

A SMDDH foi criada em 1979, em contexto marcado por manifestações contra a violação dos direitos humanos, na época relacionados às violências praticadas contra ativistas e presos políticos. **Nasceu num momento de grande efervescência política em torno da redemocratização** do Estado e da sociedade e de lutas por demandas econômicas e sociais, protagonizadas, em São Luís, por vários movimentos: estudantes reorganizavam-se em torno da luta pela meia passagem; “setores progressistas” da Igreja Católica, aprofundavam sua atuação por meio de grupos de base e pastorais sociais; profissionais liberais e militantes de esquerda organizavam a seção estadual do Comitê Brasileiro pela Anistia; ativistas de movimentos populares e “autênticos” do MDB se juntam e constituem o “**Comitê Oposição pra Valer**” voltado para a eleição de “representantes populares”; artistas de diferentes áreas se organizam em grupos e movimentos culturais de crítica às diversas formas de violência praticadas no Maranhão, entre outros manifestantes e modalidades de ação (DIAS, 2011, p.47).

A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos foi fundada no dia 12 de fevereiro de 1979. Na solenidade de posse aberta à comunidade realizada no Centro de Formação de Líderes, com a presença do deputado cassado Lisâneas Maciel (MDB), os 54 sócios fundadores, entre 39 homens e 15 mulheres, firmaram publicamente compromisso com a Carta de princípios composta de 16 itens. (SMDH, 1999, p.19)

As duas pesquisadoras, cujas trajetórias são marcadas por experiências na organização analisada, percebem a SMDDH como “criada” ou “fundada” no ano de 1979, concordando com a própria versão da cartilha produzida pela organização em 1999. Outro aspecto relevante é que as duas primeiras explicações situam a organização dentro de um contexto político de mobilizações sociais e de luta por democracia, enquanto a versão da organização focaliza um evento simbólico realizado no Centro de Formação de Líderes, no seminário Santo Antônio, no Centro de São Luís.

Segundo o estudo empreendido, é possível sistematizar esse “surgimento” como expressão ou representação de outros fatores, como a existência de um cenário anterior, marcado pela difusão da ideia de Direitos Humanos, associado aos enquadramentos interpretativos católicos progressistas, pela reivindicação de direitos atrelada ao

“enquadramento interpretativo da luta maior”, que possibilitou agrupar uma série de recursos de forma estratégica.

Uma forma de analisar a relação entre os recursos e os aspectos culturais presentes nos enquadramentos interpretativos é por meio da tipologia proposta por Snow e Soule (2009), que consideram a constituição dos movimentos sociais de acordo com recursos humanos, sociais, organizacionais, morais, culturais e materiais, ou seja, tem-se um sistema que funciona em torno de determinadas representações produzidas pelo próprio movimento.

Em pensamento semelhante, Mayer N. Zald (1967) percebe, na obra *Organización del bienestar social*, que a análise de um sistema social de uma organização abarca aspectos como: recrutamento, socialização e principais carreiras dos participantes, ou seja, aspectos relacionados aos recursos organizacionais e humanos valorizados também por Snow e Soule (2009). Entretanto, o avanço da abordagem cultural foi justamente considerar a importância dos recursos morais e culturais como elemento-chave para a compreensão da dinâmica organizacional da instituição.

Nesse sentido, no presente capítulo, discorrer-se-á sobre a SMDDH, tomando como referência seus principais recursos humanos e culturais, assim como suas relações com o processo de construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos.

### **3.1 Estrutura de mobilização**

Os recursos organizacionais e humanos, caracterizados pelo trabalho especializado, pelas lideranças e pelo trabalho nas redes sociais, relacionados aos membros da SMDDH, foram mais evidentes desde a campanha “Oposição pra Valer”. Buscando mais informações sobre esses agentes, que caracterizaram esses tipos de recursos, verificou-se o importante peso das redes de relações. Relações no âmbito da amizade, do trabalho, matrimoniais e outras que também necessitam ser consideradas como elementos de consolidação do “núcleo fundador” da SMDDH. Por meio de conversas informais e de entrevistas, pôde-se perceber casos como os que seguem abaixo:

Quando nós chegamos aqui, tínhamos um contato de pessoas que eu já tinha conhecido de um congresso que eu fui em Recife, peguei uma carona na volta, que era Policarpo que foi até presidente da APRUMA outro dia, que era casado com Célia. Viemos com essa referência, porque não só eu tinha pego uma carona com ele de Recife para Fortaleza, como também ele era agrônomo e amigo de um cunhado meu. Então, já era uma referência para a gente procurar aqui. E o outro era Luís Washington, que era do PC do B. Nesse tempo, ele vivia na clandestinidade e eu lembro que Maristela morava numa casa no Monte Castelo, quando ela saiu para morar em outra casa, ela passou essa casa para eles ficarem morando (...) Através deles, eu fui me entrosando. E também conheci logo Maristela, porque logo que cheguei aqui me candidatei numa seleção de professor horista e nessa seleção eu a conheci. (Entrevistado C, 13/01/2014)

O meu contato com essa questão vai se dá por via da cultura. Eu vou enxergar essa questão política de outra maneira, que não só essas das eleições de votar lá no interior. Eu vou enxergar a questão política de outra maneira, por conta de ter conhecido Murilo Santos e depois Maristela, eles eram casados. Ela vindo de São Paulo e ele aqui fazendo cinema. E ele me convida, a gente se encontrava lá na TVÉ, onde eu fazia estágio e ele trabalhava como fotógrafo, me convida pro cineclube da universidade. Eu não era universitário ainda (...). E aí, ele atçou essa questão da cultura, a cultura que permitia um debate. (Entrevistado D, 15/01/2014)

Se a oposição contra o regime pode ser interpretada como um gerador de laços de solidariedade incorporados na construção de um *macroenquadramento interpretativo* de luta maior, não se podem desconsiderar também outras relações como, por exemplo: as **matrimoniais**, entre Maristela Paula Andrade e José Murilo Santos; entre João Luciano Luna Coelho e Elizabeth Maria Bezerra Coelho; entre José Policarpo Costa Neto e Maria Célia Pires Costa, ou entre Annick Battesti e Joaquim Santos (irmão de Murilo Santos). Percebem-se ainda as **relações partidárias** anteriores, existentes entre Eurico Fernandes e Luís Pedro de Oliveira e Silva, ambos do PC do B; de **amizade** entre José Celso Veras da Costa e Haroldo Pires Saboia; as **relações profissionais** entre Maristela Paula Andrade, Elizabeth Coelho Beserra e José Policarpo Costa Neto, que além de cearenses, como Elizabeth Coelho e Maria Célia, dividiam ainda o ambiente de trabalho na universidade federal com as outras duas professoras.

No núcleo da SMDDH, encontravam-se ainda os **irmãos** Jackson Lago e Benedito Bete de C. Lago. A relação de **amizade** entre José Murilo dos Santos e Luís Carlos Cintra era anterior ao ingresso deste último no movimento estudantil e também na SMDDH. Sobre a relação dos primeiros membros dessa organização, Elizabeth Maria Beserra Coelho (13/01/2014) relata: “Nós éramos todos amigos, de dentro e fora. Porque a gente fazia festas juntos. Quer dizer no lazer e no trabalho. Maristela vinha aqui pra casa todo final de semana, brincava com meus filhos pequenos.” A entrevistada

explica que essa característica era muito boa para o movimento, pois as pessoas apresentavam muito empenho e isso facilitava o desenvolvimento das atividades.

Essas redes de relações implicaram laços de solidariedade mobilizados por valores como amizade, companheirismo e crença na construção de um projeto sociopolítico, assim como possibilitaram a disponibilidade de um quadro profissional composto de várias especialidades, desenvolvidas ao longo das ações da SMDDH. Dessa forma, além de compartilharem a experiência no Movimento Oposição pra Valer, tais membros da SMDDH também se conectavam entre si por outros tipos de vínculos como amizade, matrimônio, relações de trabalho, filiação a partidos e outros que reforçavam o elo entre os membros e, conseqüentemente, a unidade do grupo.

Sobre isso, Tarrow (2009) explica que o denominador mais comum dos movimentos sociais é o “interesse”, contudo, esse não seria mais que uma categoria objetiva imposta pelo observador. Assim, o autor defende que “o que traduz o potencial de um movimento é o reconhecimento dos seus participantes de seus interesses comuns” e explica: “A coordenação da ação coletiva depende da **confiança** e da **cooperação** geradas entre os participantes por meio de entendimentos e identidades compartilhados – ou para usar uma categoria mais ampla, dos *quadros interpretativos*.” (TARROW, p.40, 2009).

O foco analítico dessa abordagem cultural não seria apenas os capitais mobilizados e acumulados pelos agentes ao longo de suas trajetórias, mas o elemento ideacional capaz de mobilizar pessoas e, conseqüentemente, seus recursos. Para compreender esse processo, Snow e Benford explicam uma categoria chamada *enquadramento interpretativo de ligação* que pode ocorrer tanto no âmbito das organizações quanto individualmente. Os autores explicam que esse tipo de *enquadramento interpretativo* desenvolve-se em agregados de indivíduos que **compartilham sentimentos** a respeito de **injustiças** e que não possuem uma **base organizacional** para a expressão do descontentamento. Tal tipo de *enquadramento* também ocorre por meio da difusão da informação entre redes interpessoais, por meio de diversas formas de comunicação.

Nesse sentido, as citações<sup>33</sup> anteriores indicam a existência da rede de relações. Percebe-se que a estrutura informal que envolvia os principais agentes desse núcleo foi caracterizada pela cooperação e ajuda mútua. Nesse sentido, podem ser verificados alguns exemplos, como o das professoras Elizabeth Maria e Maristela Paula Andrade, que auxiliaram Joaquim Washington Luís de Oliveira, quando esse filiado ao PC do B encontrava-se na situação de clandestinidade; ou o exemplo de Eduardo Lago e Jackson Lago que mobilizaram suas redes de relações para obter documentos, trabalho e local seguro para Gilvan Rocha que vivia clandestinamente em São Luís, trabalhando e ministrando cursos de formação marxista. Uma característica que vale ser ressaltada é que a primeira diretoria da SMDDH e alguns membros mais próximos compartilhavam também o fato de muitos serem oriundos de outros estados da federação e cidades do Maranhão.

Dessa forma, é possível inferir que tal rede de relações constitui um cenário no qual esses membros, que compartilhavam algumas características como origem migrante, amizade e filiações partidárias de esquerda, encontraram um espaço organizacional no movimento “Oposição pra Valer”, em que se materializam de forma mais clara a cooperação, a confiança e um sentimento comum em relação à situação social e política da época. Na verdade, o trânsito entre as redes de relações, o movimento “Oposição pra Valer” e a SMDDH não ocorreu por meio de rupturas e delimitações de fronteiras institucionais, de modo que as características sociais dos membros também transitam e constituem as características do grupo como uma espécie de código genético.

Em perspectiva próxima à do interacionismo de Goffman e do construtivismo sociocultural de Snow e Benford, Schutz (2012) também valoriza o significado subjetivo que o grupo possui para seus membros. Para este autor, a situação de grupo é diretamente ligada às biografias dos membros e às concepções de mundo compartilhadas pelos mesmos. Ele afirma que: “Aqui os membros individuais estão ‘em casa’, isto é, encontram seu caminho sem dificuldade, guiados por um conjunto de hábitos mais ou menos institucionalizados, costumes, normas etc.” (SCHUTZ, 2012, p.95). Em outros termos, há uma continuidade de costumes, hábitos e normas (escritas ou não), ligadas diretamente às características individuais e, ao mesmo tempo, ao compartilhamento de

---

<sup>33</sup> Páginas 62 e 63.

concepções que podem ser compreendidas por meio da análise dos enquadramentos interpretativos de ligação.

Sobre o trabalho especializado, verifica-se que a composição social da SMDDH possuía profissionais de diversas áreas e origens sociais e geográficas. O fato comum estava no grande número de pessoas com nível superior e com trajetórias marcadas por outras experiências associativas. Observando a primeira diretoria da organização, percebe-se que ela era composta por Celso Veras (Economista), Eurico Fernandes (Educador Popular), Maristela de Paula Andrade e Elizabeth Coelho Beserra (Antropólogas), Pedro de Oliveira (Jornalista) e por João Luciano Luna Coelho e Pedro Aurélio Carneiro (Engenheiros). Além da direção, notou-se também a presença de um arquiteto, um médico, estudantes da UFMA, economistas, um jornalista, religiosas, um advogado e um agrônomo, reforçando a ideia de que o grupo que possuía forte investimento educacional cujo nível mínimo era o ensino superior.

Vale salientar que quando a cartilha de comemoração da SMDDH se refere à existência de 54 membros, ela considera um grupo mais amplo que, embora não fosse diretamente envolvido, poderia caracterizar-se como um grupo de colaboradores e assessores, os quais constituíam o conselho consultivo da organização.

Enfim, dos 54 membros, observou-se que 17 eram agentes de diversas formações, assim como a primeira diretoria. Outra diferenciação que merece destaque é a que existia entre diretoria e sócios, pois tanto observando as principais declarações e ações da SMDDH registradas em jornais e documentos da época, quanto por entrevista com o primeiro presidente, chega-se à conclusão de que as decisões e direcionamentos eram definidos no conjunto menor de atores, composto pela direção e membros mais próximos, engajados em comissões auxiliares como, por exemplo, a pró-índio. O conjunto majoritário dos sócios formava um grupo de apoio que contribuía com valores simbólicos para a manutenção dos gastos e da estrutura física da organização, sendo possível, assim, fazer uma diferenciação das formas de participação.

Por outro lado, as experiências associativas, principalmente no Movimento “Oposição pra Valer”, atribuem ao grupo uma característica política forte que vai ao encontro do discurso da organização, como será visto mais adiante, o qual valoriza aspectos de democracia e justiça.



Associado aos investimentos educacionais, não se pode deixar de ressaltar o fato de que as direções e sócios mais próximos possuíam ocupações paralelas fora da SMDDH, exercendo atividades na Universidade Federal do Maranhão, na SUDENE e no IEPES<sup>34</sup> ou como profissionais liberais. Se for considerada, como sugere Louis Pinto (1989), uma relação entre as classificações dentro e fora das instituições, se poderá observar que ocorre uma repetição em relação aos postos de direção, sinalizando a possibilidade de existência de uma lógica de reprodução social.

Em termos de recursos humanos, os profissionais significam uma possibilidade de trabalhos que poderiam ser desempenhados em nome da SMDDH: assessoria jurídica e trabalhos educacionais, assim como a produção e execução de projetos voltados para diversas áreas. Enfim, a variedade de profissionais possibilitou que a organização atuasse em várias “frentes” de trabalho; por outro lado, esteve presente também na própria concepção de Direitos Humanos difundida pela organização, percebendo-a em questões ambientais, culturais, de segurança, educação, alimentação etc. Em relação aos aspectos organizacionais, a heterogeneidade possibilita pensar o “movimento de reivindicação” pela interdependência e construção de laços de solidariedade por meio de uma *solidariedade orgânica* (DURKHEIM, 1998), ou seja, a diferença reforça a necessidade de associativismo e garante a existência da própria instituição.

Se alguns militantes afirmam que a SMDDH surgiu no dia 12 por conta da necessidade de combater a violação de Direitos Humanos no estado do Maranhão, considera-se que a instituição surgiu, primeiramente, graças a uma estrutura de mobilização e a um conjunto de agentes possuidores de determinadas características sociais e experiências anteriores na militância política e social, fazendo com que, em determinado momento, passassem a compartilhar entre si o *macroenquadramento interpretativo* da luta maior para, posteriormente, ingressarem em um processo de construção de um *macroenquadramento interpretativo* em Direitos Humanos.

---

<sup>34</sup> O diretor era presidente do IEPES e Pedro Aurélio Carneiro, era da SUDENE. Já José Policarpo Costa Neto, Maria Célia Pires Costa, Maristela de Paula Andrade, Elizabeth M. Beserra Coelho e José Murilo Santos eram professores da UFMA.

### 3.2 Mobilização de recursos

Entre as primeiras ações que deram expressão à SMDDH, pode-se destacar a primeira sede da organização, localizada na Rua Saavedra nº99, em local próximo ao seminário Santo Antônio, no Centro de São Luís. Sobre essa estrutura inicial, o primeiro vice-presidente da entidade explica:

A sede da Sociedade de Direitos Humanos foi aqui na Rua da Saavedra. Era uma casa, inclusive de **umas freiras** que foi alugada etc.. Não me lembro o número, foi aqui na Rua da Saavedra, que era uma **coisa que era paga por nós**, todo mundo se juntava para pagar, né. A sede dela foi aqui na Saavedra no começo, mas depois ela foi para vários lugares e foi com mudança, né, porque ela deixou de ser **mantida pelos sócios** e passou a ser mantida por projetos (Eurico Fernandes, 13/01/2014).

Sobre a declaração acima, é importante comentar alguns aspectos. Primeiramente, a própria definição de “sócio” dada aos membros da entidade. Em termos gerais, essa denominação costuma estabelecer uma ideia de contrato e divisão de investimentos e lucros. No caso da SMDDH, os sócios eram responsáveis inicialmente pela manutenção da estrutura básica. Por meio de entrevista com o primeiro presidente, José Celso Veras (16/06/2014), obteve-se a informação de que tais sócios contribuía financeiramente com pequenas quantias que auxiliavam no pagamento do aluguel. O membro enfatizou que ninguém recebia salário, que os advogados e especialistas trabalhavam de forma voluntária, o que leva a crer que o termo sócio reafirme uma espécie de compromisso com a proposta da organização.

Essa forma de pensar e desenvolver a estrutura da SMDDH caracteriza uma posição que parece lhe diferenciar, em termos da obtenção de recursos e autonomia, em relação ao apoio dos setores progressistas da Igreja Católica, uma vez que o movimento estudantil, o MDF, a CPT, a CJP, a Fundação Marcos Passerini e organizações contemporâneas à SMDDH possuíam considerável estrutura vinculada à arquidiocese metropolitana de São Luís.

Sobre o vice-presidente, Eurico Fernandes da Silva, e o presidente José Celso Veras da entidade, foram obtidas algumas informações. Segundo essas informações, o primeiro nasceu em 1937, na região rural da cidade de São Lourenço da Mata - PE. Seu pai era trabalhador rural de engenhos de açúcar e sua mãe costureira, possuindo, ambos, participação religiosa em cerimônias espíritas e católicas. Seu avô paterno era um

pequeno produtor agrícola e o materno, operário da oficina de uma usina de cana-de-açúcar. Ambos eram seguidores de Santo Amaro, santo protetor de Pernambuco.

Antes de 1964, Eurico Fernandes da Silva esteve envolvido em movimentos dos setores progressistas católicos. Seus estudos médios ocorreram bem próximos à fase adulta, durante a década de 1960, na Associação Comercial de Ribeirão, onde foi presidente do grêmio estudantil. Após 1964, ajudou a reabrir o sindicato de Ribeirão e durante um bom tempo ficou trabalhando na FETAPE – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Pernambuco. Na década de 1970, mudou-se para uma cidade chamada Vitória de Santo Antão, onde se licenciou como professor de estudos sociais, pela Faculdade de Formação de Professores de Vitória de Santo Antão (PE).

Já formado e com essa experiência em movimentos ligados à igreja, trabalhos sindicais e vinculados a questões agrárias, mudou-se para São Luís - MA em 1977, onde atuou por sete anos como assessor sindical da Comissão Pastoral da Terra. Através de formação na área de educação, trabalhou especificamente com a organização sindical, assessoria em eleições sindicais e em reuniões. Segundo o entrevistado, uma das principais motivações para essa atuação foram as experiências vividas anteriormente na cidade de Ribeirão e também a vontade de ajudar a construir a Pastoral da Terra em São Luís - MA.

Em 1979, filiou-se ao PC do B, engajou-se no Movimento Oposição pra Valer e na fundação da SMDDH, na qual permaneceu até 1982. Já na década de 1980, atuou na Associação da Saúde da Periferia - ASP, onde auxiliou na elaboração do estatuto do Sindicato dos ferroviários e também na criação do Sindicato dos funcionários públicos federais. Nessa mesma entidade, assessorou o Movimento de defesa dos favelados na campanha por uma emenda popular para que o Estado financiasse habitação para pessoas com renda de até três salários mínimos.

Já o presidente, José Celso Veras, nasceu em São Luís - MA e recorda que durante a infância e adolescência permanecia por muito tempo na livraria do pai, Antonio Neves, local que era frequentado por intelectuais locais, entre os quais Ferreira Gullar, que sofrera repressão por parte dos militares da época. Durante o ensino secundário, na década de 1960, envolveu-se na elaboração de um jornalzinho e na organização de uma mobilização para boicotar os desfiles estudantis que ocorriam no

dia 5 de setembro por conta do Dia da Juventude. Segundo o entrevistado, a ação era uma forma de protesto pela morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, morto por militares durante uma mobilização estudantil ocorrida no Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968. Tendo sido pego pela Polícia Federal, ele foi orientado pelos policiais a ficar em uma espécie de prisão domiciliar sob a vigilância do pai. Foi expulso da escola e teve dificuldades para matricular-se em outras escolas.

Em 1972, ingressou no curso de Economia da Universidade Federal do Maranhão e participou da Ação Popular (AP), caracterizada no movimento estudantil católico com tendências consideradas de esquerda. Especializou-se em Economia e passou a integrar o quadro docente da universidade em 1977. Nesse mesmo período, foi diretor do Instituto de Estudos Políticos e Sociais Pedroso Horta - IEPES e engajou-se no Movimento Oposição pra Valer, sendo cotado para lançar candidatura de deputado estadual, ao lado da candidatura do amigo Haroldo Pires Saboia, que concorreria ao cargo de deputado federal. Contudo, não chegou a se candidatar em virtude de problemas familiares.

Em 1979, foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) em São Luís e presidente da primeira diretoria da SMDDH, na qual permaneceu até 1982, quando se afastou da entidade e da direção regional do PT, e viajou para o Rio de Janeiro para cursar o mestrado em Economia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Além de as trajetórias desses membros indicarem um conjunto de características, experiências e concepções que confluem para um perfil de militante de esquerda e de recursos humanos valiosos para a entidade, uma forma de visualizar a efetivação da mobilização dos recursos é por meio da observação do próprio processo de construção do evento de fundação da SMDDH, principalmente pelo fato de que, alguns dias antes da fundação, a sigla da entidade já havia aparecido nas páginas dos jornais locais<sup>35</sup>, como explica o relatório da DOPS/MA:

A partir de 09/02/1979, a imprensa maranhense começou a anunciar para o dia 12 do mesmo mês uma reunião para a aprovação dos estatutos e dos últimos detalhes de criação da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos. O ato público da fundação foi anunciado para o dia 15 de fevereiro a ter lugar no Centro de Formação de Líderes (antigo seminário Santo

---

<sup>35</sup> A edição do jornal “O Estado do Maranhão” de 11 de fevereiro de 1979 continha a manchete: Lysâneas no dia 15 em São Luís para falar de Direitos Humanos.

Antônio) da Arquidiocese de São Luís com a presença do ex-deputado federal, pelo MDB, Lysâneas Maciel, cassado pelo ato institucional n.5.

À primeira vista, poder-se-ia afirmar que parte da gestação e “fundação” foi acompanhada pela imprensa escrita local. Por outro lado, tal fato pode indicar determinados sentidos para a ação de “fundação”, ou seja, constituir-se como importante símbolo no processo de construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos. O evento de fundação é importante também na medida em que sinaliza a existência de recursos materiais e humanos como: o espaço físico no Centro de Formação de Líderes, o trabalho de divulgação do evento e a vinda do palestrante Lysâneas Maciel<sup>36</sup> do estado de São Paulo.

Sobre o espaço físico, é importante lembrar que o mesmo foi utilizado, tempos antes, no primeiro debate sobre Direitos Humanos em São Luís, que contou com a palestra do Bispo Cândido Padim. Nesse sentido, o seminário Santo Antônio já apresentava um histórico de concentração e promoção de ideias vinculadas à referida temática. Essa aproximação, física e humana, entre a SMDDH e os setores progressistas da Igreja pode ser observada na própria composição social heterogênea da entidade, da qual participavam as irmãs Anne Caroline Wihbey e Barbara Ann English, oriundas dos Estados Unidos da América. Sobre essa participação, é importante ressaltar que padres e freiras estrangeiros costumavam ter certo prestígio na estrutura clerical local, ocupando funções no ensino superior nos seminários de teologia e, em grande parte, envolvidos em organizações progressistas que compunham uma mesma rede de mobilização social.

Já a divulgação do evento na imprensa local pode ser compreendida como uma forma de instrumentalização do meio de comunicação no sentido de colocar a SMDDH em contato com outros atores, por meio de uma fachada com as principais características da organização. Por outro lado, também a comunicação possui uma espécie de proselitismo, que cumpre a função estratégica de recrutamento de novos membros. Buscando compreender o trabalho especializado na área de comunicação, no âmbito da SMDDH, verificou-se que entre os membros da SMDDH estava Luiz Pedro de Oliveira e Silva, cuja trajetória de vida pode explicar tanto os aspectos relacionados ao surgimento da organização a partir do núcleo de atores presentes no Movimento

---

<sup>36</sup> Mais adiante serão apresentadas mais informações sobre o referido palestrante.

Oposição pra Valer, quanto a utilização e o desenvolvimento de um trabalho especializado na área de comunicação.

Luiz Pedro de Oliveira e Silva, nascido em fevereiro de 1956, na cidade de Juazeiro do Norte - CE, estudou no ginásio do Colégio Cearense, no Colégio Marista de Fortaleza e no Liceu do Ceará, local onde participou do movimento estudantil. Entre os anos de 1967 e 1971, ele se envolveu em movimento comunitário em um bairro de Fortaleza, chamado Antonio Bezerra, onde fundou um jornalzinho chamado “*O Mara*” e tentou reativar grupos de jovens dessa área, onde passou a residir. Concluiu o ensino médio em São Luís e em 1973 ingressou no curso de Jornalismo da UFMA.

Em São Luís, suas primeiras atividades políticas ocorreram no movimento estudantil da universidade, onde, já cursando Jornalismo, participou da primeira eleição do DCE. Em 1978, finalizou o curso de Jornalismo e ingressou no curso de Direito que acabou ficando em segundo plano por conta de seu engajamento na candidatura de Haroldo Saboia para deputado estadual e de Jackson Lago para deputado federal no Movimento Oposição pra Valer. Nessa atuação política, Luiz Pedro de Oliveira elaborou jornal chamado “*O Rumo*” que divulgava a campanha de Jackson Lago e que também refletia um pouco essa questão do movimento da moradia e outros problemas sociais da época. Em 1979, ele se integrou à Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, na qual atuou na produção de um jornal chamado “*Campos-Cidade*” e nas primeiras ações da organização na região do Anjo da Guarda, área periférica de São Luís.

Outro nome importante é o do jornalista Antonio Carlos Gomes Lima, nascido na cidade de São Raimundo das Mangabeiras, no sul do Maranhão, que viveu a adolescência no município de Barra do Corda, região central do Estado. Aos 16 anos, teve as primeiras experiências na área de comunicação, quando editava um jornal mimeografado chamado “*O Pássaro*”. Em 1976, ingressou no curso de Jornalismo da UFMA e logo passou a escrever no jornal “*A Ilha*”; depois, ele passou a trabalhar como repórter no jornal “*O Estado do Maranhão*”, do qual se tornou editor-chefe após 1983<sup>37</sup>. Contando com a presença desses dois jornalistas, a SMDDH possuía um canal

---

<sup>37</sup> <http://blog.jornalpequeno.com.br/manoelsantos/2012/06/11/antonio-carlos-lima-sera-empossado-nesta-segunda-feira-na-academia-maranhense-de-letras/>

de expressão no referido impresso local, caracterizando um importante recurso no processo de difusão de ideias e informação sobre as atividades da organização.

Considerando o pensamento de Schutz (2012) quando percebe que a situação de grupo é diretamente ligada às biografias dos membros e à concepção de mundo compartilhada pelos mesmos, nota-se que a trajetória individual sinaliza aspectos importantes do compartilhamento de valores, ideias e sentimento de pertencimento que embora antecedam à SMDDH são importantes para a compreensão da aquisição de recursos materiais e humanos, assim como para a própria criação da entidade. O macroenquadramento interpretativo da luta maior e os valores relacionados à luta política são aspectos presentes na trajetória profissional dos referidos atores, cujas experiências carregam as marcas de uma linguagem especializada que foi objetivada na reivindicação de direitos.

Assim, observa-se que no dia 11 de fevereiro e nas primeiras horas do dia 15 de fevereiro de 1979<sup>38</sup>, o cidadão ludovicense pôde encontrar no jornal *O Estado do Maranhão* quase uma página dedicada ao evento de fundação que ocorreria na noite do dia 15. Assim como seria feito em um jornal de campanha política, como foi o caso do jornal “*O Rumo*”, a SMDDH era apresentada para o público em textos que chamavam a atenção para a conferência do deputado Lysâneas Maciel sobre Direitos Humanos; explicavam a questão das violações de Direitos Humanos no Maranhão; e apresentavam a carta de princípios da organização. As observações apontam para a existência de uma assessoria de comunicação capaz de levar às redações jornalísticas *releases*<sup>39</sup> sobre a organização e apresentá-la de modo a sensibilizar o público.

Sobre a vinda do palestrante Lysâneas Maciel, verificou-se inicialmente que não foi por acaso que tal ator foi o realizador da conferência. Percebeu-se que essa seleção esteve ligada, no mínimo, a duas questões: primeiramente, à qualificação do ator que possuía Graduação em Direito e Jornalismo e Pós-Graduação em “Terceiro Mundo”, pela Universidade de Genebra - Suíça; e também a um histórico político no MDB, partido no qual teve seu mandato (1975-1979) de deputado federal cassado pelo AI-4.

---

<sup>38</sup> “Lysâneas dia 15 em São Luís para falar de Direitos Humanos” e “Lysâneas fala sobre Direitos Humanos hoje”. Mais adiante, será detalhadamente analisada a importância de tais reportagens na construção dos enquadramentos interpretativos de Direitos Humanos.

<sup>39</sup> Segundo Mafei (2004), o *release* é um instrumento comunicativo e símbolo por excelência da assessoria de imprensa. Segundo a autora, uma forma de compreender o significado do *release* é pensar na comunicação da organização com a imprensa por meio de um documento com informações que você publicaria, caso estivesse no lugar do repórter ou editor.

Nesse sentido, pode-se dizer que esse perfil traz consigo características convergentes tanto para um processo de construção de um “macroenquadramento interpretativo de luta maior” quanto de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos. Além dessas características do palestrante, é importante ressaltar que a sua vinda também foi possibilitada por conta da própria rede de relações existente entre os membros da SMDDH com outras organizações. Nesse âmbito, o primeiro presidente José Celso Veras (17/06/2014) explica que a vinda de Lysâneas Maciel ocorreu graças a uma articulação trabalhada também via MDB local, do qual se destacou o esforço do deputado Freitas Diniz <sup>40</sup>. Além disso, os membros da SMDDH, Luis Carlos Cintra (15/01/2014) e Murilo Santos (14/02/2014) recordam a existência de uma relação de amizade entre Lysâneas Maciel e Maristela Paula de Andrade que remonta ao período em que ela ainda residia em São Paulo.

Resulta disso tudo que a palestra em si, além de tais características associadas a sua produção, também cumpre uma função estratégica de recrutamento, socialização de informações e inclusão do Maranhão em um debate nacional por Direitos Humanos. Além da estrutura de mobilização e dos recursos, um aspecto importante para a compreensão do processo de construção dos *macroenquadramentos* passa pela compreensão dos *enquadramentos interpretativos de ação coletiva*. Nesse sentido, ações coletivas, tais como reuniões, declarações públicas e protestos, constituem um rico material para a análise das formas de expressão e interpretação do movimento social.

Sobre os três últimos membros citados, vale explicar que, além de representarem determinados recursos humanos, o contato entre eles ocorreu antes da fundação da SMDHH, sinalizando a importância dos recursos sócio-organizacionais, ou seja, das redes de relações pessoais e teias que podem resultar em mais recursos e no processo de recrutamento.

Nesse sentido, vale ressaltar que a experiência de Luís Carlos Cintra com a mobilização política deu-se via cultura por conta do contato com José Murilo Santos (2°

---

<sup>40</sup> Além de deputado na época, Domingos de Freitas Diniz Neto era engenheiro formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1956), fundador e dirigente da Companhia Energética do Maranhão. Foi eleito deputado pelo MDB em 1966 e em 1970 e foi também um dos fundadores do PT em 1979.



presidente da SMDDH) e com Maristela Paula Andrade (secretária da SMDDH), casados na época. Fazendo estágio na TVE, Luís Carlos Cintra teve contato com José Murilo Santos, que na época era fotógrafo da emissora, e a partir de então passou a frequentar um projeto de extensão da UFMA chamado Cineclube, no qual realizou o filme “Greve da Meia Passagem”. Em 1977, ele ingressou no Curso de Direito da mesma instituição e logo se aproximou do grupo universitário católico conhecido como Unidade. Em 1979, já integrando o referido grupo, participou da segunda gestão do DCE; e também da fundação da SMDDH, compondo o conselho fiscal da entidade.

Já José Murilo Santos era graduado em Educação Artística (1974-1985) e foi fotógrafo da TVE entre os anos de 1972 e 1977. Ele foi um dos fundadores do Laboratório de Expressões Artísticas LABORARTE <sup>41</sup>, no qual coordenou o Departamento de Fotografia e Cinema entre 1971 e 1975. Caracterizado por tocar em temas sociais da época, tal grupo influenciou inclusive o surgimento de outros grupos voltados para os problemas vividos em São Luís. Para entender-se a forma crítica como faziam teatro, José Murilo Santos, que pertencia ao grupo, discorre:

Teve uma peça nesse período de Semana Santa, que a gente achava que era um período também pra conscientizar. E essa peça de teatro [tinha] três Cristos, um que morria como um preso comum (...), outro que era o Cristo emblemático, (...) e o outro que era o Cristo que morria metralhado, fazendo alusão a Che Guevara (SANTOS, apud Dias, 2011, p. 53).

Assim, a habilidade artística desse membro foi sendo utilizada em trabalhos de cunho social, de forma que ele, além de ser um dos fundadores da SMDDH, permaneceu na entidade até 1982. Ele atuou junto à CPT entre 1978 e 1982, e ingressou como fotógrafo na Universidade Federal do Maranhão (1976).

Maristela Paula Andrade nasceu em São Paulo em 1948, graduou-se em História pela Universidade de São Paulo (1968-1972), onde também fez mestrado e se doutorou em Ciências Sociais e Antropologia entre os anos de 1974 e 1990. Sua chegada em São Luís ocorreu em 1975, inicialmente pesquisando o projeto em torno do sistema de Ensino a Distância promovido pela TVE, que era desenvolvido no Maranhão desde 1968. Entretanto, ela passou a se interessar pelos estudos sobre camponeses e indígenas, trabalhando, assim, na CPT (1978 - 1981) e na comissão pró-índio da SMDDH,

---

<sup>41</sup> Segundo Leite (2007), esse projeto teve sua célula-mãe no trabalho político-religioso realizado no bairro do Anjo da Guarda. O autor explica que o grupo contou com a participação de Tácito Borralho, um ex-seminarista, que trouxe ex-alunos, artistas plásticos e artesãos que faziam parte do Grupo Armação de Recife, dirigido por ele mesmo.

organização da qual fez parte do núcleo fundador em 1979. Ela atuou no primeiro projeto financiado dessa organização, atendendo as populações desapropriadas pela Amazônia Mineração S.A na área do bairro do Anjo da Guarda, subúrbio de São Luís.

Como pode ser visto, além das trajetórias serem permeadas de experiências na mobilização em torno de questões sociais via inserção e aproximação com organizações progressistas católicas, os três compartilhavam locais comuns, como a TVE, o engajamento em temas sociais e a fundação da SMDDH.

### **3.3 Macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos da SMDDH**

Um dos primeiros trabalhos para compreender como a ideia de Direitos Humanos passou a ser disseminada em São Luís durante o final da década de 1970 e na década de 1980 foi observar quais eram os principais agentes e instituições que colaboravam na difusão de tal ideia. Isso porque uma primeira observação sugeria que a ideia de Direitos Humanos não foi reproduzida em um único local ou por apenas um grupo, mas que possuía um movimento que seguiu a mesma lógica da dinâmica social dos agentes, ou seja, era materializada em reuniões, declarações públicas, interações entre diferentes organizações e em outras ações que envolviam trabalho coletivo, e que sinalizaram, durante esta pesquisa, locais onde era possível compreender esse movimento de difusão.

No que se relaciona aos agentes que compunham esse movimento de difusão, notou-se que algumas trajetórias individuais se confundem com o próprio processo de institucionalização dos Direitos Humanos em São Luís, sinalizando que esse processo ocorreu basicamente sustentado em espaços de compartilhamento de sentidos e propícios à ideia de pertencimento.

Na primeira observação que se fez sobre os Direitos Humanos em São Luís - MA, constatou-se que as primeiras ações (eventos, declarações, organização de grupos) da Igreja progressista tiveram repercussão no movimento estudantil, que por sua vez

significou continuidade de um processo que ganhou continuidade por meio das ações da própria SMDDH.

Notou-se também que algumas lideranças e membros do movimento estudantil passaram a participar e liderar outros movimentos, como por exemplo, o Movimento contra a carestia (MCC), o Movimento pela meia passagem e outros, apontando um maior nível de complexificação e difusão das redes pessoais que, entre outras coisas, desenharam um interessante diálogo entre Direitos Humanos e outras questões, o que denota uma necessidade de produção de enquadramentos interpretativos por parte dos militantes.

A produção de *enquadramentos interpretativos* em Direitos Humanos apareceu inicialmente constituída de valores religiosos e, gradativamente, foi sendo associada a reivindicações de outros direitos e, por fim, serviu de “bandeira principal” para a SMDDH. Contudo, essa “bandeira” não foi erguida sem que houvesse diálogos com aproximações e distanciamentos com outras causas. Esse diálogo pode ser pensado, inclusive, por conta das experiências anteriores dos membros da SMDDH no movimento estudantil, partidário, contra a carestia, movimentos artísticos e outros.

Nesse sentido, mesmo que os Direitos Humanos sejam oriundos do contexto pós-guerra europeu e que sejam caracterizados por serem universais, já que incorporam uma série de direitos civis e sociais considerados inerentes ao homem, tal processo de incorporação, em São Luís, possuiu características próprias que podem ser apontadas por meio da observação de alguns eventos e declarações públicas dos membros da SMDDH.

Assim, é importante considerar a reunião que ocorreu no dia 12 de fevereiro de 1979, no anexo da igreja São João Batista, localizado no Centro de São Luís. A reunião contou com cerca de 50 pessoas, entre estudantes, profissionais liberais e lavradores. Segundo relatório da DOPS/MA:

A reunião foi aberta por Eurico Fernandes da Silva que logo depois passou a palavra ao professor José Celso Veras da Costa, que discorreu sobre a finalidade e objetivos da SMDDH, ressaltando que “a Sociedade é uma necessidade que se fazia urgente, para defender os oprimidos, aqueles que tinham suas terras tomadas pelos grileiros e aqueles que eram injustiçados pela sociedade. Em seguida, foi apresentada a diretoria da SMDDH que ficou assim constituída: José Celso Veras (presidente), Eurico Fernandes da Silva (vice-presidente), Maristela de Paula Andrade (1ª secretária), João Luciano

Luna<sup>42</sup> (2º secretário), Pedro Aurélio da Silva Carneiro<sup>43</sup> (tesoureiro). O conselho consultivo: Pe. Jocy Neves Rodrigo[...] professor da UFMA (esteve ausente), Elizabeth Maria Beserra Coelho [...] Francisco Fuzzeti Viveiros (conhecido como Chico Maranhão), arquiteto, cantor, compositor [...], José dos Santos Costa [...] ex-funcionário da UFMA, Hubert Lima Macedo [...] signatário de manifesto ao povo maranhense em que solicitava a legalização do partido comunista brasileiro, publicado no *Jornal Pequeno* [...], Antonio Macedo [...], Policarpo Neto [...]. Conselho Fiscal: Valdelino Cêcio Dias, José Arouche e Carlos Cintra (Todos sem dados de qualificação nesta ASI). Foi registrada a presença dos estudantes universitários José Maria de Sousa Medeiros, Antonio Agenor Gomes e Renato Dionisio de Oliveira (os dois últimos nominados são membros do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Maranhão - DCE/UFMA), Luís Pedro de Oliveira e Silva (correspondente da revista VEJA - Rio de Janeiro/RJ) e da professora Maria Célia Pires Costa [...]. Foi feito aos presentes, um convite para participação, no dia 15 de fevereiro de 1979, da criação da SMDDH, com a presença do ex-deputado federal Lysâneas Maciel às 19:30 horas, no Centro de Formação de Líderes, seguindo o debate sobre direitos humanos.

Entre outras coisas, a citação aponta que em meio a uma base social heterogênea, tanto no âmbito da SMDDH quanto no do público presente, o presidente José Celso Veras da Costa explica a organização em relação a um conjunto de necessidades relacionadas a um público amplo como: camponeses, estudantes, exilados, excluídos sociais etc., sinalizando um processo de criação de enquadramentos interpretativos estratégicos e discursivos cuja função é alinhar inúmeras causas à causa dos Direitos Humanos, ou seja, expuseram a noção de Direitos Humanos por meio de processos de inclusividade e flexibilidade, possibilitando assim um enquadramento mais amplo ou um macroenquadramento interpretativo. Tratava-se, desse modo, de uma estratégia de alinhamento pautada na construção de *enquadramentos interpretativos de ligação e de ampliação*, já que enfatiza a luta por Direitos Humanos como mais ampla e, ao mesmo tempo, buscou esclarecer a necessidade de criação da organização.

---

<sup>42</sup> Engenheiro e militante do Movimento Oposição pra Valer nos anos 1970.

<sup>43</sup> Engenheiro e militante do MDB autêntico nos anos 1970 e do Movimento Oposição pra Valer, foi membro da direção regional do PT no período de 1980 a 1982.

#### Ilustração 4 - Assembleia de 12 de fevereiro de 1979



Fonte: Arquivo pessoal de Murilo Santos, 1979.

Na ilustração 4, têm-se os membros José da Costa Celso Veras, Maristela Paula Andrade e Eurico Fernandes da Silva em pé, durante a assembleia do dia 12 de fevereiro de 1979. Reforçando o aspecto heterogêneo do grupo, observa-se também o professor universitário José Carlos Saboia, sentado de óculos escuros, João Luciano Luna, Elizabeth Maria Beserra Coelho e José da Costa, que na época era advogado da CPT. Esse evento público pode ser entendido como o primeiro de construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos via SMDDH.

Entretanto, tal processo ganhou continuidade em outros espaços, como por exemplo, nas páginas jornalísticas do jornal “*O Estado do Maranhão*” utilizado também como canal de comunicação pela organização. Segundo esse periódico:

O presidente da SMDDH falou à tarde de ontem a “O Estado” sobre as razões que conduziram esse grupo de pessoas a organizar a luta pela defesa dos direitos humanos no Maranhão. Celso Veras explicou que a Sociedade nasce da constatação da necessidade de ter no Maranhão **um organismo que oferecesse uma cobertura legal a defesa e a denúncias dos direitos humanos** e suas violações no Estado. Ocorre sobretudo de um momento em que todas as forças vivas da nação buscam formas de organização e expressão, na perspectiva de avançar a luta pela defesa dos **direitos humanos, de justiça e da democracia**. Concretamente o nosso Estado tem hoje um panorama de violação dos mais básicos direitos.

Celso procura mostrar que a violação desses direitos é expressa na expulsão do homem do campo de suas **terras**, nas péssimas condições de **habitação**, índice de **mortalidade infantil**, falta de **escolas**, expulsão violenta dos moradores da periferia de São Luís, “como resultado da especulação imobiliária”, o elevado custo de vida, baixos salários e violência policial, “identificada na suspeita de existência do Esquadrão da Morte e na já

comprovada tortura sistemática aos presos comuns”. (O Estado do Maranhão, 15/02/1979)

Um primeiro aspecto que o trecho demonstra é a existência da continuidade do trabalho de divulgação iniciado na assembleia realizada no dia 12, uma vez que no dia 14 o presidente da SMDDH compareceu à redação do jornal, de forma que, nas primeiras horas do dia 15, o cidadão ludovicense pôde ter acesso a mais informações sobre a organização, a palestra de Lysâneas Maciel e o evento de fundação que ocorreu na noite daquele mesmo dia. Em seguida, é possível perceber um processo de alinhamento via enquadramentos interpretativos de ligação, no primeiro trecho, e de ampliação, no segundo trecho.

O *enquadramento interpretativo de ligação* pode ser caracterizado no próprio ato de comunicação, desempenhado no jornal, voltado para o público maior, e também pela aproximação ideológica com as reivindicações por democracia, ou seja, o macroenquadramento interpretativo da luta maior. Já no segundo trecho, além ser apresentado um alinhamento de várias causas – como a luta por terras, educação, habitação, contra a mortalidade infantil e outras – com a causa dos Direitos Humanos, é possível observar um processo explicativo diretamente vinculado aos aspectos cognitivos do grande público, trata-se da clarificação e do esclarecimento do significado da violação de Direitos Humanos, explicitando *um enquadramento interpretativo de amplificação*.

Ao mesmo tempo em que garante a ligação entre ideologias e causas, a declaração delimita também as fronteiras entre a SMDDH e as outras organizações, quando ressalta a necessidade de um organismo específico de “defesa e denúncia contra a violação dos direitos humanos promovidas pelo Estado”. Dessa forma, amplia o campo de atuação em Direitos Humanos sem, no entanto, configurar uma posição subordinada da SMDDH frente a organizações de reivindicações mais específicas.

O processo de inclusão de temas, além de caracterizar uma estratégia de construção de um macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos, pode também ser compreendido como um reflexo da própria base social heterogênea da SMDDH, que possuía membros como Elizabeth Maria Beserra Coelho, Maristela Paula Andrade e Eurico Fernandes da Silva, pessoas com experiências na CPT/MA, na área

antropológica e de educação popular. Os conhecimentos dos membros sobre engenharia, economia e jornalismo possibilitava também um vasto campo de atuação<sup>44</sup>.

A base social heterogênea e a relação histórica com o movimento “Oposição para Valer” podem ser compreendidas nas próprias características dos membros da SMDDH, entre os quais se encontravam pessoas como o artista popular Raimundo Nonato Lopes, também conhecido como Nonato Pudim, que era oriundo do bairro do Anjo da Guarda e tinha sido responsável pela confecção de um cordel chamado “Arena contra o MDB”, utilizado na campanha de Haroldo Saboia; Vitório Serra Aguiar, que era uma liderança popular; o já citado Luis Pedro de Oliveira, jornalista que também foi engajado na campanha de Haroldo Saboia; José Pires Saboia, que era irmão do parlamentar; e Júlio César Rego Gutierrez, oriundo do DCE/UFMA e liderança de movimentos populares. Desse modo, assim como o MOPV, a SMDDH pode ser pensada como um espaço aglutinador de diferentes tipos de militantes, como explica Elizabeth Maria Beserra Coelho (13/01/2014) ao afirmar que: “No início, a Sociedade juntava líderes populares, juntava acadêmicos, intelectuais, artistas e todo tipo de militantes”. Já José Celso Veras da Costa (16/06/2014) nota que “a Sociedade<sup>45</sup> aparece como uma coisa mais aberta, mais eclética, então tinha a Igreja, liberais, mas basicamente o núcleo era formado por ex-militantes da AP e do PC do B, que estava mais estruturado”.

Assim, a compreensão do processo que garante unidade para uma base social tão heterogênea pode ser obtida por meio da análise dos aspectos comunicativos e da construção dos *enquadramentos interpretativos* de ação coletiva relacionados ao grupo, primeiramente, na construção do *macroenquadramento interpretativo* da luta maior e, depois, no de Direitos Humanos.

Realizada a divulgação e mobilização em torno do evento, no dia 15 de fevereiro de 1979, ocorreu no Centro de Formação de Líderes a solenidade de posse da primeira diretoria da SMDDH e o firmamento de compromisso com a carta de princípios da organização. Tal evento pode ser compreendido como uma espécie de rito de passagem no qual os membros da organização reafirmavam uma “nova forma” de luta de Direitos

---

<sup>44</sup> Historicamente, também se pode inferir que temas como justiça e democracia podem ser pensados em relação à natureza política da organização que emergiu de um movimento unificado de esquerda, o MOPV.

<sup>45</sup> SMDDH

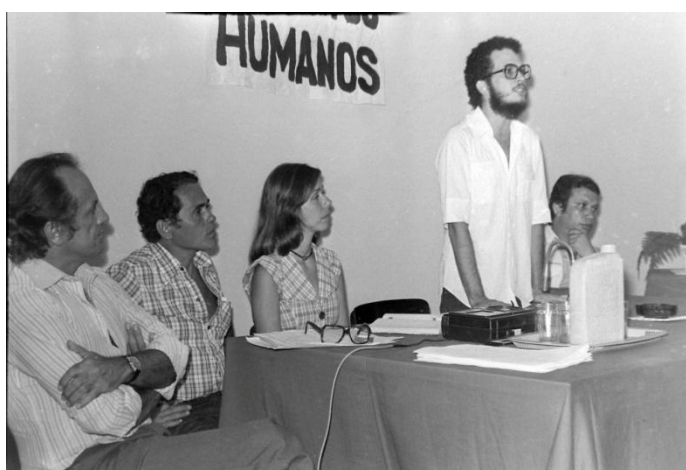
Humanos, ou seja, constitui uma espécie de símbolo que compõem o macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos no Maranhão. Nesse sentido, entende-se toda a mobilização para torná-lo grande e amplamente coberto pela imprensa local. Enfim, tratava-se de ações e de um contexto de construção e reafirmação de uma ideia.

### Ilustração 5 - Logomarca da SMDDH



Fonte: Jornal *O Estado do Maranhão* 11/02/1979

### Ilustração 6 - A assembleia de 12 de fevereiro de 1979



Fonte: Arquivo pessoal de Murilo Santos, 1979.



Nas Ilustrações 5 e 6, é possível visualizar o convite para o evento de fundação da SMDDH, divulgado no jornal “*O Estado do Maranhão*”, e também uma imagem do evento de fundação no qual observa-se uma mesa composta por Lysâneas Maciel (de braços cruzados); a secretária da SMDDH, Maristela Paula Andrade; o presidente José Celso Veras; e um membro da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), na solenidade de posse dos membros da primeira diretoria da SMDDH que simbolizou o surgimento da organização de Defesa dos Direitos Humanos. Vale lembrar que registros fotográficos das atividades eram realizados, em grande parte, por José Murilo dos Santos, que era esposo de Maristela Paula Andrade e também era membro da organização.

A presença do membro da SPDDH também sinaliza uma importante articulação regional. Nesse sentido, Eurico Fernandes (13/01/2013) destaca que a SMDDH nasceu com o apoio da SDDPH, o qual ocorria por meio da colaboração e de visitas de um jornalista, também membro do PC do B, conhecido como Macluf que viajava pelo Maranhão fazendo reportagens e denúncias da violência no campo. Analisando essa situação pelo viés partidário, Dias (2011) destaca que existia uma articulação entre os militantes do PC do B, vinculados a várias organizações da época, como a SPDDH e a FASE dos estados do Pará e Maranhão. De qualquer forma, essa situação ressalta a importância da mobilização das redes de relações no processo de construção da SMDDH e de sua expressão pública.

Entre as primeiras ações divulgadas após o evento de fundação, estava a formação da Comissão Pró-Índio que tinha à sua frente a antropóloga Elizabeth Maria Beserra Coelho e o jornalista Antonio Carlos Gomes Lima. Sobre essa iniciativa, a nota publicada no jornal “*O Estado do Maranhão*” explicava:

A Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - SMDDH, anunciou ontem que criará em breve uma comissão pró-índio, para operar o princípio definido em sua luta, onde se posicionam em defesa das tribos indígenas do Maranhão. A situação dos índio no Maranhão, como no resto do país, é uma situação em que o contato com a sociedade envolvente os faz perder seus costumes, valores, padrões de comportamento, próprios de uma sociedade, em certo sentido muito mais perfeita do que a nossa – quem afirma isso é a antropóloga Maristela de Paula Andrade, secretária da SMDDH. Reunidos na manhã de ontem, os membros da SMDDH justificaram o posicionamento assumido. O presidente José Celso Veras da Costa afirmou que “a SMDDH, ao definir, na sua carta de princípios pela luta em defesa das terras indígenas, bem como, pela preservação de sua cultura. Isso implica fatalmente numa posição crítica ao projeto de emancipação dos índios proposta pelo Ministério do Interior [...]

Para o presidente da SMDDH, o projeto de emancipação objetiva, entre outras coisas, criar mecanismos que facilitam a invasão das terras indígenas pelos grandes projetos da agropecuária e madeiras. Ele concluiu dizendo que o projeto da emancipação é a institucionalização do genocídio e declarou que na medida do possível, a SMDDH contribuirá para que tal ação não aconteça. A comissão pró-índio se destinará, preliminarmente, aos estudos acerca da realidade do índio no Maranhão. (O Estado do Maranhão, 18/02/1979)

Pode-se dizer que foi a primeira tentativa da SMDDH de agrupar enquadramentos interpretativos específicos, como o da causa indígena, em um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos. A nota possibilita elencar alguns elementos cruciais para a compreensão do *macroenquadramento interpretativo* produzido pela organização. Primeiramente, explica a situação expondo um diagnóstico preliminar sobre a situação indígena, depois justifica como o problema de Direitos Humanos está contido na carta de princípios da organização, ou seja, indica que a concepção de Direitos Humanos da organização pode ser verificada materialmente na sua carta de princípios.<sup>46</sup> E, além de expor conhecimento especializado sobre a questão, enfatiza também o elemento político, produzindo um esquema de interpretação que de modo geral polariza ações governamentais e projetos econômicos de um lado e situação do índio de outro, justificando, dessa maneira, a mediação da própria SMDDH.

Assim como a solenidade de criação da SMDDH, a Comissão Pró-Índio também foi lançada no auditório do Centro de Formação de Líderes, no Seminário Santo Antônio. O evento contou com a presença do Antropólogo Mércio Pereira Gomes, na época professor da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI, Phd pela *University of Florida* e orientando de Charles Wagley, antropólogo americano que desde a década de 1940 coordenava estudos e expedições na Região Amazônica.

Segundo Elizabeth Maria Beserra Coelho (14/02/2014), o palestrante, que na época tinha escrito uma tese sobre a etnia Tenetehara no Maranhão, trouxe bastante informação sobre os processos de escravidão dos índios, sobre as lutas territoriais e outras informações que até então eram consideradas novidades para o público local. A entrevistada relembra que o auditório do CFL estava completamente lotado e que as pessoas eram tocadas pelas histórias contadas pelo palestrante. É importante ressaltar

---

<sup>46</sup> Trabalho que será realizado em capítulos posteriores.

que a Comissão Pro-Índio já existia em São Paulo<sup>47</sup> desde outubro de 1978. Tal organização, que foi cofundada pela antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, era composta basicamente por antropólogos, advogados, professores universitários e médicos. Enfim, a composição de uma Comissão Pró-Índio no Maranhão não se dava fora de uma rede mais ampla que envolvia profissionais de outros Estados e estudos especializados em Antropologia.

Por meio de entrevista com o ex-presidente José Celso Veras da Costa (16/06/2017), foi confirmada a importância das redes estabelecidas no âmbito acadêmico para a realização dessa comissão, sendo preponderante a atuação da antropóloga Elizabeth Maria Beserra Coelho e do jornalista Antonio Carlos Gomes Lima, que também compunha a comissão e possuía a experiência de ter vivido na cidade de Barra do Corda, localizada em uma região marcada pelo conflito envolvendo demarcação de terras com os índios Guajajaras.

Além da utilização da comunicação como estratégia paralela junto a uma mobilização mais ampla, as notas e declarações públicas na imprensa local constituíam-se como repertório principal. Sobre essas formas de ação, Murilo Santos (14/02/2014) explica: “A sociedade, a partir de certo momento, trabalhava com cartas de apoio. Isso porque naquele período (...) alguém que tinha coragem de botar uma nota, uma carta aberta no jornal já era uma grande coisa”.

---

<sup>47</sup> <http://www.cpis.org.br/html/historia.html#1>

## Ilustração 7 – SMDDH na imprensa escrita local



Fontes: *O Estado do Maranhão* (20/02/1979)

Na nota “SMDDH apóia a busca do desaparecido”, a organização declarava que prestaria apoio à decisão de Felícia de Moraes Soares de tentar a abertura de um processo para responsabilizar os culpados pelo desaparecimento de seu marido, Rui Frazão, que segundo observa, em carta dirigida à Sociedade, “lutou para que os direitos fundamentais da pessoa humana fossem respeitados”. Assim como a inserção na questão indígena, a nota aponta a confluência do tema de Direitos Humanos com outro tema específico, geralmente mais abordado pelo Comitê Brasileiro pela Anistia.

Observando essas aproximações inerentes ao processo de construção de um macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos, destacam-se também as declarações do presidente da SMDDH realizadas durante manifestações em situações públicas de movimentos sociais específicos. Nesse sentido, convém discorrer sobre uma concentração pública para o lançamento do Movimento Contra a Carestia (MCC), ocorrido no bairro de Fátima, no pátio da igreja de Nossa Senhora de Fátima, por volta das 20 horas do dia primeiro de maio de 1979. Tal manifestação ocorreu em data alusiva ao Dia do Trabalho, contando com o apoio da Ação Operária Católica (AOP), do DCE/UFMA, da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, do Comitê Brasileiro de Anistia-sec/MA e do comitê do MDB/MA. Sobre a manifestação vale conferir o seguinte trecho retirado de um relatório da DOPS/MA:

No início da reunião, foram ouvidos vários operários e trabalhadores da Construção Civil, que deram seus testemunhos a respeito das dificuldades em que se acha a maioria da população brasileira ante a inflação que ocasiona uma carestia que não pode ser suportada pelos assalariados, os quais para poderem sobreviver com este salário de fome têm que dobrar as horas de serviços, quando não são forçados a suportar a própria fome [...]

**Em seguida, ouviu-se o presidente da SMDDH/MA, Celso Veras, o qual discorreu sobre a violação dos direitos humanos, dizendo que a forma mais elementar inicia com a carestia, com a fome, a qual leva a maior parte da população de nosso Estado a uma condição de miséria, não digna a uma pessoa. Fez severas acusações ao regime militar autoritário vigente no país, responsabilizando-o por esse estado de coisas.**

Ao explicar a fome como uma forma de violação dos Direitos Humanos, José Celso Veras a demarcou como um problema gerador da miséria presente no cotidiano de parte da população, identificando, ainda, a responsabilidade do Regime Militar por esse problema. Com essa ação, construiu uma interação entre os discursos de combate à carestia e de defesa dos Direitos Humanos, produzindo um processo estratégico de alinhamento, ou seja, uma ligação entre os temas: fome, Direitos Humanos e mudança política. Enfim, há a elaboração de um *enquadramento* que valoriza a defesa do direito humano ao mesmo tempo em que denuncia o problema da fome e aponta o responsável pelo problema. Sobre essa relação entre carestia e mudança política, o ex-presidente explica:

Na realidade, na época, a grande motivação era uma motivação política, nós vamos fazer o movimento da carestia porque essa é uma bandeira que dá amplitude, mas por trás você tinha os grupos políticos na base. A bandeira em si era mais um subproduto do confronto político (José Celso Veras, 16/06/2014).

Têm-se, desse modo, dois sentidos atribuídos a essa ação: por um lado, há uma preocupação com a construção de uma base política; e por outro, percebe-se um *enquadramento interpretativo de articulação* que visa expor outra visão para o problema da carestia, ou seja, carestia como problema de Direitos Humanos. Os dois sentidos confluem para uma crença, compartilhada por muitos movimentos de esquerda daquele momento, de que o Regime Militar era o principal responsável pelo quadro de crise social vivenciado pela população brasileira da época. Ou seja, propunham, assim, uma mudança política e ao mesmo tempo no âmbito do respeito e da promoção de direitos.

Esse esforço de vinculação de interesses e *enquadramento* pode ser interpretado como um objetivo de buscar aliados e ampliar a ideia de Direitos Humanos, por outro lado, pode significar também um uso político da reivindicação com o fim de apontar fragilidades do regime político em questão. Um fato concreto observado em campo é que o líder do MCC, Júlio César Rego Guterres, consta na lista dos membros fundadores da SMDDH, comprovando, no mínimo, uma ligação simbólica entre as causas.

Em 14 de agosto de 1979, o Comitê Brasileiro pela Anistia - Secção Maranhão realizou uma concentração na Praça Deodoro a fim de reivindicar do governo uma Anistia ampla geral e irrestrita. Iniciado às 18 horas, com a música “Apesar de você” de Chico Buarque de Holanda, o evento contou com importantes lideranças locais: Agenor Gomes, representando o DCE/UFMA; João Paulo, representando o Diretório do MDB do bairro do Tirirical; Júlio César Rego Guterres, representando o MCC; José Celso Veras da Costa, representando a SMDDH e outros. Fosse pedindo a volta do deputado exilado Neiva Moreira, de professores e alunos também vítimas do exílio, ou acusando o governo pela carestia, várias demandas específicas eram canalizadas no evento promovido pelo comitê. Sobre a relação com Direitos Humanos, vale ressaltar a fala de Celso Veras que, segundo o relatório da DOPS, se manifestou da seguinte forma:

Pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, disse Celso Veras que o povo já está cansado de ser enganado, ludibriado por esse regime imposto em 64, o governo dos generais. Disse ainda que esse general Figueiredo é um general **assassino**, pois desde o SNI, foi **torturando, assassinando brasileiros** que lutaram patriotamente contra esse regime fascista imposto pelos generais. Lembrou quando o pai do Figueiredo foi anistiado e perguntou **será que ele não sente que o Brasil precisa do seu povo, precisa de seus bons brasileiros, banidos por não se acovardar diante das perseguições impostas pelos generais** de plantão. O povo da **ilha rebelde** não se deixem enganar com a cara desse general de plantão com cara de bonzinho e hoje querendo se popularizar. Esse general de plantão é o principal responsável por uma série de **assassinatos de brasileiros esse general é um assassino**.

Se na primeira declaração pública analisada, os Direitos Humanos foram associados à fome, nessa realizada meses depois, o foco era a questão de violência, tortura e exílio, principais pontos combatidos pelo Comitê Brasileiro pela Anistia Sec./MA. Com uma mensagem que falava de coragem, patriotismo e denunciava a violência e a arbitrariedade do Regime Militar e conclamava a população ludovicense a não se enganar com o pretenso populismo do presidente Figueiredo, José Celso Veras

da Costa realizou uma ligação da defesa de Direitos Humanos, quando denunciou a violência e a tortura, com a ideia de Anistia e crítica política ao regime político vigente, quando denunciou a violência e exílio. Nesse processo, ele mobilizou valores e crenças que diziam respeito à coragem; à característica histórica de mobilização política em São Luís, marcada na expressão ilha rebelde; e à ideia de um governo que não ocorresse por imposição.

Como percebe Costa (2009), o termo “ilha rebelde” se refere a um esforço de memória coletiva vinculada à Greve de 1951 que paralisou milhares de trabalhadores na capital ludovicense. Liderada pelas oposições coligadas, tal ação representou uma Campanha de Libertação contra o jugo da oligarquia vitorinista. O autor esclarece que o significado do acontecimento era construído em torno de uma representação de mudança radical em uma estrutura político-administrativa marcada por 20 anos ininterruptos de corrupção, sob a tutela do governador Vitorino Freire. Afirma também que os discursos de libertação e de ilha rebelde têm sido instrumentalizados em várias situações<sup>48</sup> que caracterizam, segundo o autor, um “teatro do poder”.

Da concentração popular do Comitê Brasileiro pela Anistia, é importante destacar a declaração do jornalista Cunha Santos que, segundo o relatório, ao iniciar sua fala afirmando que “o governo dos generais é um governo de torturadores”, gerou um entusiasmo em todo o povo presente que, de punhos erguidos, gritava repetidamente “Terrorista é a ditadura”. O relator destaca que “nesse instante, da sacada do coreto, Haroldo Saboia, Celso Veras, Maria Aragão, Freitas Diniz, [e] Luís Pedro” também alimentavam tal entusiasmo e que o jornalista falou da relação entre os torturadores militares e o E.U.A. Em tal contexto, Haroldo Saboia declarou: “Anistia é total, não é parcial!”, palavras que foram repetidas três vezes por todos os presentes<sup>49</sup>.

Representando o ex-deputado Neiva Moreira, o médico e deputado estadual Jackson Lago leu uma carta enviada do México por Neiva Moreira. Segundo o escrito,

---

<sup>48</sup> A primeira, como já destacado, a Greve de 1951; a segunda, em 1965, com a eleição de José Sarney; e a terceira, na eleição de Jackson Lago, em 2006, sem que se altere de fato a estrutura de dominação oligárquica patrimonialista.

<sup>49</sup> Segundo os manifestantes, a anistia defendida pelo presidente Figueiredo não era ampla, já que o parágrafo 2º, do artigo 1º, da Lei da Anistia dizia: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Posteriormente, no entanto, atos das disposições constitucionais transitórias trataram do assunto, bem como leis posteriores, decretos, regulamentos e portarias, que aperfeiçoaram e especificaram as regras para a concessão de anistia a civis e militares, garantindo direitos aos anistiados e seus familiares.

não se deveria aceitar a anistia propalada pelos militares, pois o povo deveria lutar por uma Anistia ampla, geral e irrestrita. Jackson Lago finalizou dizendo que a luta não era só contra a anistia e que aquele seria apenas o começo de uma série de reivindicações. José Mochel ressaltou a arbitrariedade e a violência do governo, que se valia de senadores biônicos, tortura e SNI. O irmão de Jackson Lago e parlamentar do MDB, Bete Lago, declarou já ter enviado para a Câmara Federal recomendações a fim de que os deputados emedebistas não votassem na anistia proposta pelo ditador Figueiredo. Luís Pedro ressaltou que com a anistia geral poderiam voltar grandes líderes como Manoel da Conceição, Neiva Moreira e outros que jamais voltariam ao país com a anistia restrita e, quando terminou de falar, um grupo de estudantes bradou: “O povo não tem medo, abaixo Figueiredo!”.

O líder do CBA/MA, Reginaldo Telles, explicou que o comitê foi fundado com a vinda da esposa de Rui Frazão desaparecido até a data de hoje e que Rui Frazão foi um dos grandes lutadores contra a ditadura imposta em 1964, o qual teve seu ato de bravura aniquilado pelos torturadores. Reginaldo Telles disse ainda que o presidente do Movimento Familiar Cristão também estava na luta por Anistia Ampla. Maria Aragão falou de sua experiência enquanto presa e torturada e da importância da presença dos estudantes e da necessidade de continuarem apoiando o CBA.

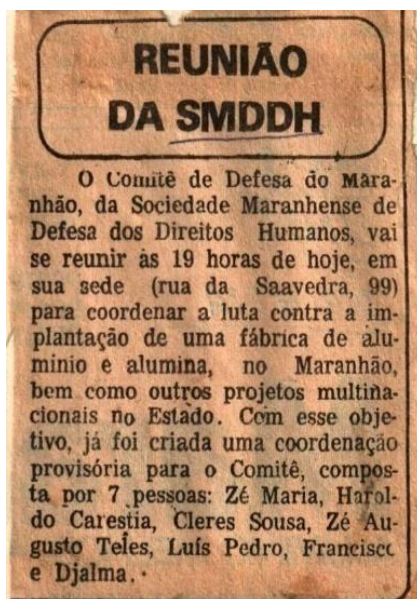
Essa mobilização traz uma riqueza imensurável em termos de análise sociológica, uma vez que cada liderança ao ser aplaudida e ter suas palavras de ordem repetidas sinaliza o quanto uma mobilização pode ganhar volume quando determinadas lideranças abraçam uma bandeira comum. Esse também foi o espaço de construção de uma linguagem comum expressa nas palavras de ordem e na mobilização de símbolos caracterizados nas mortes, exílios e torturas de pessoas oriundas da mesma luta e que compartilhavam os mesmos sentidos em relação ao sistema político vigente. Nesse âmbito, em que as declarações reforçavam um conjunto de ideias, crenças e significados, constituindo uma percepção claramente antagônica entre sociedade civil e Estado, o discurso de Direitos Humanos pode ser entendido também como um quadro que compunha um *macroenquadramento interpretativo* de oposição política ao regime e de luta por democracia.

A relação entre Direitos Humanos e reivindicação política pode ser compreendida como um quadro que compunha o *macroenquadramento interpretativo*



de Direitos Humanos, pois além de ter sido observada nas declarações anteriores, tal alinhamento ocorreu, de forma mais direta, nas palavras de Celso Veras, em uma concentração contra a ALCOA realizada na Praça Deodoro em dezembro de 1980, quando disse enfaticamente: “Não queremos a ALCOA, como não queremos Castelo, como não queremos Figueiredo!”.

#### Ilustração 8- Atuação da SMDDH em diferentes questões



Fonte: *O Imparcial* 05/08/1980

No que diz respeito à própria SMDDH, também foi encontrada uma nota do jornal *O Imparcial*, publicada meses antes do evento público, a qual explicava que no âmbito da organização existia um Comitê de Defesa do Maranhão responsável pela “luta contra a implantação de uma fábrica de alumínio, no Maranhão, bem como outros projetos multinacionais”.

Considerando as observações de Ricoldi (2011), ao afirmar que os estudos de trajetórias podem ser uma ferramenta adequada para buscar regularidades entre as motivações, valores e crenças dos ativistas, é possível relacionar tais declarações com algumas características sociais do próprio agente. Isso porque essas atividades, desenvolvidas pelo presidente da SMDDH de forma contínua diante de um grupo de observadores, podem ser compreendidas como *representações* (Goffman, 1985).

A compreensão de tais representações implica considerar que em sua construção os atores utilizam equipamentos expressivos (*fachadas*) que podem ser compreendidos no processo de construção dos papéis sociais, ou seja, os equipamentos expressivos já existem *a priori* e são relacionados a determinados papéis. Assim, quando um ator assume um papel social estabelecido, geralmente verifica que uma determinada fachada já foi estabelecida para esse papel, ou seja, o papel já pressupõe um conjunto de expectativas geradas em torno de determinadas atividades e representações.

Desse modo, as declarações de José Celso Veras da Costa ganham sentido em relação ao processo social que ele realizou ao longo de sua trajetória, em um trabalho cognitivo de escolha de papéis e fachadas em relação às interações estabelecidas entre o agente e determinados grupos. Colocando em outros termos, a explicação corresponde à resposta das questões: como se geram as expectativas em relação às declarações públicas da liderança? Como os sentidos das ações podem ser compreendidos em relação às características sociais do agente?

Sobre algumas características sociais da trajetória do primeiro presidente da SMDDH, vale salientar- como já explicitado antes- que ele foi professor de Economia da Universidade Federal do Maranhão durante a década de 1970, foi militante do MDB autêntico e do Movimento Oposição pra Valer, foi membro da direção regional do recém-fundado PT, no período de 1980 e 1982, e foi o primeiro presidente da SMDDH, em 1979. Logo, é possível inferir que os espaços de trânsito desse agente são marcados não apenas pela militância em Direitos Humanos, mas também pela militância política em partidos considerados de oposição ao Regime Militar, os quais constituem o conjunto de valores e crenças materializado em suas declarações. Assim, mais que simples interpretações, os posicionamentos públicos indicam um ponto de convergência entre as experiências do agente e um contexto sociopolítico mais amplo no qual são demarcados problemas e sugeridas soluções, assim como são compartilhadas e construídas visões de mundo.

#### **4. SMDDH: alinhamentos internacionais e primeiro projeto local**

Partindo da perspectiva de que a carta de princípios da SMDDH deve ser compreendida enquanto um tipo de representação que traz consigo características da entidade em relação aos seus próprios membros e a produção de um macroenquadramento de direitos humanos, o presente capítulo analisa tal documento em relação aos papéis da própria entidade e seu trabalho de demarcação dos problemas de direitos humanos no contexto local, explicação as propostas de solução dos mesmos, caracterizando assim um processo de construção de enquadramentos e alinhamentos com diversos problemas sociais da época. Para tanto, a carta de princípios foi analisada tomando como parâmetro a declaração universal de direitos humanos, o contexto ditatorial do período estudado, as características sociais de alguns membros da entidade e a ideia de cidadania, bastante notabilizada nos movimentos de esquerda daquele momento.

Como observam Heyns, Padilha e Zwaak (2005), os Direitos Humanos podem ser protegidos por lei no âmbito doméstico ou internacional. Este último apresenta-se em diferentes níveis, sendo liderado internacionalmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) e expresso também em outros sistemas regionais na África, Américas e Europa, respectivamente, por meio de organizações como a União Africana (UA), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Conselho da Europa (CE). Os autores percebem que tais sistemas são abertos para a possibilidade de valores regionais serem levados em conta ao se definirem as normas de Direitos Humanos e percebem que tal operação sempre significa um risco de comprometimento da universalidade dos Direitos Humanos, caso as especificidades locais sejam levadas longe demais. Eles notam que o sistema global não possui flexibilidade e afirmam que a “existência de sistemas regionais de direitos humanos permite adotar mecanismos de cumprimento que se coadunam melhor com as condições locais do que o sistema de proteção global, universal” (HEYNS, PADILHA E ZWAAK, 2005, p.162).

Um resultado da relação entre os diferentes sistemas e países é uma tensão entre especificidades e universalidade cuja expressão pode ser observada nos inúmeros protocolos que surgem com o intuito de reformar as leis mais abrangentes. Como

exemplo, pode-se tomar a própria Carta da Organização dos Estados Americanos, de 1967, que sofreu alterações pelo protocolo de Buenos Aires em 1967, e também pelos protocolos de Cartagena das Índias, em 1985; de Washington, em 1992; e de Manágua, em 1993. Essas observações demonstram que, longe de ocorrer um consenso abrangente, a ideia de Direitos Humanos se constitui por meio de tensões, negociações e diálogos entre diferentes grupos.

Além das relações entre sistemas global e regionais de Direitos Humanos, vale salientar que desde o final da década de 1970, na América Latina, apresenta-se um contexto de emergência de uma série de organizações de defesa de Direitos Humanos. Dentre essas organizações, podem ser citadas: a *Corporación de promoción y defensa de los derechos del pueblo* (1980), no Chile; a *Comisión Chilena de Derechos Humanos* (1978); o *Movimiento ecuménico por los derechos humanos*, na Argentina (1976); a *Asamblea permanente por los derechos humanos* (1975); e o *Centro de estudios legales y sociales* (1979).

No Brasil, esse fenômeno também ocorreu de norte a sul do país. Como exemplos, podem ser citados a própria SMDDH (1979), a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (1977), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul (1979), o Centro de Referência em Direitos Humanos no Rio de Janeiro (1979), a Comissão Pastoral de Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte (1979), o Centro Santo Dias de Direitos Humanos em São Paulo (1980) e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (início da década de 1970), entre outros.

O contexto nacional vai ao encontro da explicação de Carvalho (2002) que discorre que, durante a década de 1970, a Igreja Católica engajou-se na defesa dos Direitos Humanos em oposição ao Regime Militar. O autor também destaca que em 1974 a Ordem dos Advogados do Brasil promoveu a V Conferência Anual da Ordem, dedicada exatamente ao tema dos Direitos Humanos, ou seja, era um momento de grande emergência da mobilização em nome dos Direitos Humanos.

Sobre isso é importante considerar, como verificado antes, a posição ambígua que resultava de divisões (progressistas- conservadores) no interior da Igreja. Deve considerar também que as organizações de São Luís-MA estavam imersas em um contexto de movimentos mais amplos, inseridas, assim, em um sistema regional e

global. Entre outras coisas, essa informação é fundamental para a compreensão de aspectos relacionados à identidade das organizações locais, construída no processo de interação entre especificidade e universalidade. Por outro lado, não se pode negar que um alinhamento com um *macroenquadramento interpretativo* global de Direitos Humanos não pudesse favorecer tais instituições na relação com outras organizações e obtenção de financiamentos e recursos.

Assim, o presente capítulo visa analisar a SMDDH em seu alinhamento com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a noção de cidadania, bastante presente no *macroenquadramento interpretativo* de luta maior. Sendo importante deixar claro que assim como Marshall (1967), neste trabalho, compreende-se que a cidadania é constituída a partir da consolidação dos direitos civis, políticos e sociais. Por esse motivo, a carta de princípios da SMDDH, documento que tipifica um perfil de entidade, servindo como orientação para as ações dos seus membros, será analisada com vistas a buscar a relação entre os dezesseis princípios nela expressos – que serão descritos a seguir com algumas observações – com a Declaração e com o conceito de cidadania. Posteriormente, será analisado o papel dessa carta como representação da SMDDH e parte de um processo de construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos.

#### **4.1 Carta de princípios da SMDDH**

Demonstrados alguns aspectos relacionados aos recursos humanos, às declarações da liderança e às características de alguns membros, a análise da carta de princípios pode auxiliar na compreensão do aspecto organizacional da entidade e também apontar para a compreensão do *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos inerente à SMDDH.

Como mencionado anteriormente, no evento de posse da primeira diretoria da SMDDH, em 15 de fevereiro de 1979, os membros fundadores firmaram um compromisso público com a carta de princípios da organização. Se o evento em si pode ser entendido como uma forma de representação apresentada a um público maior, com vistas a transmitir informações sobre o trabalho e a importância da SMDDH na defesa dos Direitos Humanos, a carta de princípios (ANEXO 2) pode ser entendida como a materialização coletiva da ideia de Direitos Humanos compartilhada pelos membros. Além disso, ela sinaliza aspectos do contexto local e também a inserção da organização em uma orientação global de Direitos Humanos.

No texto que antecede os dezesseis princípios, o Maranhão é descrito por meio de um cenário de antagonismo no qual são destacados lavradores e indígenas, de um lado; e no lado oposto, os grandes grupos nacionais e estrangeiros apoiados por todo o aparelho político, jurídico e policial do estado, inseridos em grande projetos agropecuários. Nesse sentido, já expressava uma relação desigual de atores com diferentes capacidades de mobilização de recursos. O texto denuncia a violação dos Direitos Humanos que ocorria na derrubada e queima de casas e roças, em prisões e espancamentos e até mesmo em assassinatos. Ele também faz menção ao cenário político mais amplo, como demonstra o trecho seguinte:

Nosso Estado está inserido num quadro mais geral do país, caracterizado pelo arbítrio e pela exceção. Após 15 anos de regime ditatorial, onde a lei foi sistematicamente violada, onde **nenhum direito foi respeitado**, pretendem os usurpadores do poder, institucionalizar o autoritarismo sob a capa de pretensas reformas políticas. Mera manobra, posto que, este projeto político objetiva perpetuar a **exclusão do povo das grandes decisões** nacionais, manter a renda cada vez mais **concentrada nas mãos de poucos em detrimento da grande maioria da população e dar continuidade à política de entrega da** economia e das riquezas nacionais ao capital estrangeiro. Diante de tudo isso, do **flagrante desrespeito aos princípios dos direitos humanos**, universalmente proclamados, se impõe como necessidade a criação da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos [...].

Com características de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos, o texto inicial da carta de princípios se orienta por algumas perspectivas de denúncia de violações de Direitos Humanos, com a explicação das causas e atores envolvidos e da proposta de solução, que pode ser interpretada como uma mobilização que daria expressão à constituição da SMDDH. A ligação com outros enquadramentos

interpretativos relacionados às questões indígenas, do camponês e de reivindicação política em torno da bandeira dos Direitos Humanos reforça mais ainda o esforço de construção de *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos.

Compreender isso significa considerar a linha tênue que é utilizada para separar uma relação de valores, conceitos e reivindicações inclusas no esquema interpretativo construído pelos membros da SMDDH. Nesse sentido, é possível pensar o primeiro texto da organização como uma mescla entre dois *macroenquadramentos*: um, de Direitos Humanos; e outro, da luta maior, pautados nos ideais de direitos inalienáveis (tanto na esfera local quanto na global) e de cidadania, que também faz menção à defesa e promoção dos direitos civis, políticos e sociais.

Os esquemas interpretativos desses *macroenquadramentos* podem ser pensados em relação ao contexto da época que, segundo Pinheiro (1998), era marcado pela violência arbitrária do Estado e pelo desrespeito às garantias fundamentais, fatos que fizeram com que indivíduos e grupos se voltassem contra o regime autoritário em nome da defesa dos Direitos Humanos. O autor explica que as primeiras comissões de Direitos Humanos foram fundadas a partir dos anos 1970 e chamaram a atenção para tortura e assassinatos de dissidentes e presos políticos, revelando as condições gritantes das prisões brasileiras.

A violência arbitrária, a tortura, a repressão política, a inflação e a precarização da vida nas cidades e no campo eram interpretadas como aspectos associados ao Regime Militar e consideradas alvos comuns dos dois *macroenquadramentos*, já que podem ser consideradas violações aos direitos civis, políticos e sociais, fragilizando a ideia de defesa e promoção da cidadania, e também entendidas como violações de Direitos Humanos como: direito à vida, liberdade, segurança pessoal, expressão de opinião etc.

Sobre a relação entre Direitos Humanos, cidadania e democracia, Tolfo (2013) explica que os três aspectos estão envoltos em uma correlação intrínseca e dinâmica, já que uma condição para a realização da democracia e para a garantia do exercício da cidadania em um país é a efetividade dos Direitos Humanos. Além dessa ligação umbilical, no plano discursivo, tais ideias também somavam forças na produção de um esquema interpretativo que era incorporado e reproduzido por movimentos sociais e partidos de esquerda.

Enfim, uma forma de melhor visualizar a relação entre Direitos Humanos no âmbito da SMDDH, cidadania e Direitos Humanos universais é por meio da análise dos dezesseis pontos contidos na carta de princípios da organização estudada. Nesse sentido, vale salientar que uma característica forte da carta é a abrangência e inclusão de diversas questões que são entendidas como de Direitos Humanos, caracterizadas em uma sequência que segue desde os direitos inalienáveis até os direitos políticos.

O primeiro princípio da carta afirma que a organização irá “Prestar decidido apoio moral, jurídico e material àqueles que forem violados em seus direitos.” Desse modo, a organização se disponibiliza para atuar em situações de violação de direitos na condição de apoiadora, ou seja, ela firma seu papel assessor no processo de reivindicação de direitos. O segundo e terceiro pontos são voltados especificamente para problemas no campo e, amparados em um princípio de função social da terra, se posicionam contra a grilagem e se disponibilizam para “Organizar a defesa legal dos lavradores, vítimas de arbitrariedades cometidas pelos grileiros”.

Considerando as denúncias de violência arbitrária, expulsão e queima de casas no campo, afirmadas pela própria SMDDH, esses dois últimos princípios da SMDDH podem ser pensados em relação aos artigos 3º e 22º da Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelecem, respectivamente, que “Todo o indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, e que:

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Trata-se de uma operação de contextualização da norma global ao contexto maranhense, que entre outras coisas reafirma a característica da entidade como uma organização de defesa dos Direitos Humanos e busca uma legitimidade amparada em uma norma reconhecida internacionalmente, podendo assim ter um efeito simbólico forte frente a oponentes que se acomodavam no Estado autoritário implementado desde 1964.

Os pontos quatro e cinco focam em melhores salários, condições de trabalho, combate à carestia, contra o elevado custo de vida e de defesa do consumidor. Entre outras coisas, possibilitam pensar a aproximação da SMDDH com outros movimentos



como o Movimento contra a carestia, o sindical etc. Tais pontos podem ser pensados em relação às declarações realizadas pelo presidente José da Costa Celso Veras na concentração pública realizada pelo MCC no dia 1 de maio de 1979. Na declaração, o presidente entende a carestia, o elevado custo de vida e os baixos salários como geradores de uma condição de miséria, fome e falta de dignidade da população, considerando-os, por isso, uma violação de Direitos Humanos. Amparava-se, na verdade, no já citado artigo 22º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, fazia menção aos direitos sociais historicamente conquistados, como direito ao trabalho, ao salário justo etc.

Nos pontos seis e sete, que são respectivamente: “Apoiar iniciativas dos moradores de bairro e subúrbios das cidades, em suas justas reivindicações” e “Denunciar e combater a grilagem urbana e a expulsão dos moradores da periferia de São Luís”, são apresentadas situações nas quais os membros da entidade se envolveram, destacando-se assessorias prestadas ao Movimento de Defesa dos Favelados do Maranhão (MDF/MA) e o desenvolvimento do primeiro projeto desenvolvido pela SMDDH, no bairro do Anjo da Guarda.<sup>50</sup>

Os pontos oito, nove e dez fazem referência à questão indígena, à discriminação de mulheres e ao preconceito racial, incorporando problemas específicos e ampliando também o campo de atuação da SMDDH. É interessante citar que em setembro do mesmo ano foi fundado o Centro de Cultura Negra (CCN) em São Luís, que desde 1972 já existia o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e que o Movimento Feminista emergiu em 1980, ou seja, eram organizações e movimentos com os quais, hipoteticamente, a SMDDH deveria manter contato. De fato, percebe-se que durante a década de 1980 a SMDDH desenvolveu projetos conjuntos com o CCN<sup>51</sup> e teve em seus quadros membros do movimento feminista, como foi o caso de Marluze Pastor Santos. Os discursos desses movimentos poderiam confluir tanto para a reivindicação de direitos civis e sociais, como de liberdades de pensamento e fé, direitos à justiça e humanos, principalmente em se tratando da busca por igualdade de direitos, liberdade de opinião e expressão (artigo 19º), entre outros.

---

<sup>50</sup> Será explicado no próximo capítulo

<sup>51</sup> Projeto Vida de Negro (1988).

O ponto onze faz referência à questão estudantil, enfatizando “melhores condições de ensino, pela extensão do ensino gratuito a toda população”, “retorno de professores e cientistas atingidos pelos atos de arbítrio”, “fim do terror policial implantado nas universidades e da legislação de exceção”. Indo ao encontro de uma postura crítica e de combate à violência observada no movimento estudantil desde 1977, esse ponto da SMDDH parece agrupar as principais características e acolher o movimento dentro de seus princípios. Tal fato não está apartado da organização que possui membros e muitos colaboradores formados na UFMA e com experiência no cotidiano estudantil. Nesse sentido, nomes como Luís Carlos Cintra (graduando em Direito e membro do DCE), Maria da Glória Guimarães Correia (graduanda em História), Júlio César Rego Guterres (graduando em Química e líder do MCC), José M. D. S. Medeiros (graduando em Direito e membro do DCE) e Antonio Agenor Gomes (graduando em Direito e membro do DCE) foram comuns em documentos produzidos pela SMDDH e em diversos tipos de participação, pois ora compareciam a reuniões, ora componham conselhos.

A questão dos professores e alunos exilados e vítimas da violência arbitrária foi levantada também pelo presidente do DCE, Agenor Gomes, em 1 de abril de 1980, em uma concentração pública promovida pela Seção Maranhão do Comitê Brasileiro pela Anistia. Naquele momento, o presidente ressaltou que os estudantes têm muito a ver com a anistia, pois existiam professores e alunos exilados, banidos do país por conta de atos “desses generais de plantão”. Nesse sentido, percebe-se que o trabalho de alinhamento não ocorre de forma unilateral, mas deve ser compreendido na interação, de acordo com a distinção e as confluências dos esquemas de interpretação produzidos pelos movimentos. Além da menção ao problema da violência, o ponto onze da carta de princípios também demonstra que a SMDDH apoiava a luta por melhores condições de ensino e fim do regime, sinalizando também objetivos comuns entre a organização e o movimento.

Em uma perspectiva de Direitos Humanos, a postura da SMDDH vai ao encontro dos artigos 3º, 9º, 19º e 20º da Declaração Universal, que focam respectivamente: no direito à vida, liberdade e segurança pessoal; no fato de que ninguém pode ser arbitrariamente preso, detido ou exilado; no direito à liberdade de opinião e de expressão; e também no direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas. Em termos de cidadania, fazem referência aos direitos civis, sociais e

políticos, expressos no direito de expressão, segurança e liberdade individual; no direito à educação e serviços públicos de qualidade e de associação e organização política.

Os princípios que vão do décimo segundo até o décimo sexto se complementam e parecem se voltar de forma mais direta contra o Regime Militar. No décimo segundo e no décimo terceiro, a SMDDH se propõe a “Lutar pelo direito de livre expressão e organização política, partidária e sindical de todas as camadas da população” e “Lutar pela abolição de qualquer forma de censura e pela liberdade de criação artística e cultural”. Esses princípios, entre outras coisas, representam a luta por direitos civis e políticos quando citam a liberdade e a participação. Em relação aos Direitos Humanos, há uma referência aos artigos 19º e 20º que garantem, de modo geral, a liberdade de opinião e de expressão e o direito à liberdade de reunião e de associação pacíficas.

Os princípios décimo quarto e décimo sexto podem ser agrupados por possuírem um foco mais forte para a promoção de direitos políticos, pois tocam em pontos como a “luta pelo respeito e garantia de eleições periódicas livres, secretas e diretas em todos os níveis, pela extensão do direito do voto a todos os cidadãos brasileiros [...]” e a “Luta pela conquista da liberdade política para todo o povo brasileiro, extinção de toda a legislação e de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte [...]”. No âmbito dos Direitos Humanos, tais princípios podem ser enquadrados no artigo 19º que defende que “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por qualquer meio de expressão.” Tais princípios não podem ser desvinculados da relação umbilical da SMDDH com o MDB local e também do fato de muitos de seus membros possuírem vinculações partidárias de esquerda<sup>52</sup>.

O décimo quinto ponto da carta de princípios é voltado para o combate à violência arbitrária do Estado, segundo ele, uma das funções da SMDDH seria:

Lutar pelo fim imediato da **perseguição, tortura e assassinato** a presos políticos e pelo **desbaratamento do aparelho repressivo montado contra o povo, bem como o desumano tratamento dispensado aos presos comuns, pelo fim da censura postal e telefônica, bem como pela punição aos carrascos e torturadores**, assegurando aos mesmos amplas condições de defesa.

---

<sup>52</sup> Eurico Fernandes e Luis Pedro de Oliveira eram do PC do B, Maristela Paula Andrade era do PT, José da Costa Celso Veras era do PT.

Violência, tortura, tratamento desumano aos presos comuns, fim da censura postal e outros aspectos deste ponto, além de serem colocados como metas da SMDDH, podem ser compreendidos também como objetivos da busca por cidadania, ou seja, dizem respeito aos direitos civis e sociais por meio da busca de liberdades individuais, segurança e outros serviços sociais fornecidos pelas instituições estatais. Também vai ao encontro dos artigos 3º, 5º e 9º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que tratam especificamente do “direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, do combate à tortura e aos tratamentos cruéis, desumanos e degradantes; e se posicionam contra a arbitrariedade das prisões, detenções e exílios.

#### **4.2 Carta de princípios enquanto representação e enquadramentos interpretativos**

Retomando o pensamento de Marx (1982), quando nota no livro *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte* que cada parágrafo da constituição francesa contém em si sua própria antítese, sua própria câmara alta e câmara baixa, considerou-se a importância de pensar que as relações sociais também se reproduzem e se materializam nos produtos coletivos. Não se trata de defender uma perspectiva ou outra, mas sim de considerar a importância das representações sociais para a Sociologia, que desde seu período clássico, com Durkheim, defende que as representações podem ser entendidas nos valores, culturas, normas e todo o arsenal de informações produzidas coletivamente, dispostos para serem ativados e “mentalizados” pelos indivíduos. A esse respeito, um conjunto de autores como Mauss e Halbwachs (2006) buscou analisar as representações nas formas de classificação e nos indicadores empíricos da memória coletiva.

Segundo Ann Swidler (1995), a abordagem do construtivismo sociocultural pode ser compreendida como sustentada nas sociologias da cultura de matrizes durkheimiana e weberiana – com Durkheim, buscando uma percepção do social por meio das representações; e com Weber, pela análise dos significados atribuídos à ação social. Para Tilly (1978), na perspectiva weberiana, os grupos se comprometem com definições e visões coletivas de mundo e de si próprios. Enfim, tais representações e visões incorporam objetivos coletivos, definem padrões de comportamento e justificativas de poder e autoridade, sustentadas pelo carisma, tradição e racionalidade.

Contemporaneamente, a ideia de *representação* pode ser pensada na perspectiva de análise dos enquadramentos interpretativos. Ela apareceu, primeiramente, nos estudos de Erving Goffman (1985) que as entende como toda atividade desenvolvida por um indivíduo, de forma contínua, diante de um grupo de observadores, nos quais exerce influência. Já Becker (2009) pensa a *representação* nas formas pelas quais os indivíduos tenham tentado falar algo sobre suas próprias sociedades; elas seriam, assim, uma espécie de relatos sobre a sociedade.

Não por acaso, o construtivismo sociocultural herdou as contribuições de Erving Goffman, autor que, segundo Collins (2009), possui um aparato teórico durkheimiano aplicado a análises microssociológicas. A noção de representação, nos diferentes autores, apresenta um ponto em comum, o fato de essas representações possuírem informações sociais sobre os locais onde são produzidas, logo, elas são uma importante forma de abordagem de determinados objetos. Por outro lado, tal categoria é associada aos processos de classificação, compartilhamento, padrões de comportamento, relação do indivíduo com o grupo ou com outro indivíduo, tendo grande aproximação com a própria definição de enquadramentos interpretativos, ou seja, o esquema interpretativo que classifica e oferece sentido à ação.

Nesse sentido, a carta de princípios, para além de um documento institucional, deve também ser considerada como uma rica fonte de informações sobre valores, sentidos compartilhados, formas de classificação da realidade, grupos sociais envolvidos em sua elaboração e outros processos discursivos e estratégicos relacionados aos enquadramentos interpretativos de ação coletiva.

Como verificado, os princípios sinalizavam diretamente determinados grupos e membros da organização e também a possibilidade de articulação com outras causas e movimentos. Tal inclusividade pode ser pensada de três formas: i) pode significar a expressão da heterogeneidade da base social da organização; ii) pode, por outro lado, caracterizar também a natureza articuladora da entidade, pautada no diálogo constante com outros atores; e iii) pode, por fim, ser interpretada como espaço de expressão de causas associadas a movimentos sociais mais específicos como o caso do MCC, do Movimento Feminista, do CCN, do Movimento por Anistia, do Movimento Estudantil etc. Assim, pode-se dizer que a cartilha, enquanto representação, se constituiu no diálogo e na mescla de valores, classificações e orientações oriundos de diversos

espaços sociais, de forma que simbolizou o compartilhamento de diversos sentidos enquadrados em torno de duas questões que basicamente são tomadas como equivalentes: a de Direitos Humanos e a de cidadania.

A ligação conceitual e ideológica entre Direitos Humanos e cidadania, mesmo que apartada na realidade, pode ser compreendida como uma espécie de amplificador da contextualização da questão de Direitos Humanos na realidade social local ludovicense. Assim, chega-se a uma conclusão bastante específica desse objeto, pois se a relação entre o “*macroenquadramento* da luta maior” por democracia com o movimento homoafetivo foi observada por Souza (2013) como uma relação tensa, na qual a reivindicação por democracia ganha centralidade, ofuscando ou desconsiderando outras lutas tidas como menores, a relação entre Direitos Humanos e luta maior é extremamente simbiótica e cumpre uma função discursiva e estratégica importante para ambas.

Como mencionado antes, isso ocorre por conta da forte relação entre os ideais de democracia, cidadania e Direitos Humanos, que tratam de um campo que vai desde os direitos individuais até os direitos políticos. Tem-se uma pista da relação entre os conceitos de Direitos Humanos e cidadania com os estudos de Norberto Bobbio (2004), para quem os Direitos Humanos surgem como problema desde o início da era moderna, com a difusão das doutrinas *jusnaturalistas*. De modo geral, para o autor, os primeiros princípios remontam ao pensamento filosófico de John Locke, com a ideia de direitos naturais, e ganham concretude com a Declaração dos Estados Norte-Americanos e com a Revolução Francesa, quando foram incorporados na base de uma nova concepção de Estado.

Bobbio percebe que a partir de então a busca dos direitos do homem não é mais expressão de uma nobre exigência, mas o ponto de partida para a instituição de um autêntico sistema de direitos no sentido estrito da palavra, ou seja, efetivo e positivo. Por outro lado, o autor percebe que tais direitos concretos são autênticos e reconhecidos apenas no âmbito dos Estados que os reconhecem, caracterizando, assim, uma situação em que os direitos do homem teriam validade quando esses fossem cidadãos de determinado Estado. Com a Declaração Universal de 1948, buscou-se uma universalização que resultou no processo inverso, no qual os direitos dos cidadãos foram transformados em direitos do homem. Se antes tais direitos eram percebidos como direitos naturais cuja única defesa possível era contra a sua violação pelo Estado,

posteriormente, foram incorporados a várias constituições e reconhecidos como proteção jurídica e direito positivo de promover, inclusive, ações judiciais contra os próprios órgãos do Estado.

Enfim, a relação entre Direitos Humanos e cidadania possui um antecedente histórico, imbricado na construção desses próprios conceitos e materializado em documentos constitucionais. No Brasil, essa relação parece ter sido reforçada, pelos movimentos sociais de defesa dos Direitos Humanos, durante o período do Regime Militar, resultando na Constituição Federal de 1988, que incorpora os princípios básicos dos Direitos Humanos, apresentados em seu artigo 5º. Enfim, o importante, para o presente trabalho, é compreender como tais valores e conceitos histórica e socialmente construídos foram incorporados em processos discursivos que produziram a ligação entre as ideias de Direitos Humanos e cidadania, no âmbito da carta de princípios da SMDDH.

Tais valores e princípios sinalizam os aspectos culturais utilizados nos enquadramentos e macroenquadramentos, e evidenciam importantes informações sobre a própria identidade da SMDDH como demonstra o Quadro 8.

**Quadro 8 – Papel da SMDDH segundo a carta de princípios**

Protagonismo	Assessoria
2. Lutar contra a grilagem e todas as formas de exploração do lavrador [...] 8. Defender o direito dos índios [...] 9. Lutar contra a discriminação das mulheres. 10. Lutar contra a discriminação racial. 7. Denunciar e combater a grilagem urbana [...]	1. Prestar apoio [...] àqueles que forem violados em seus direitos. 3. Organizar a defesa legal dos lavradores [...] 4. Apoiar todas as lutas por melhores salários [...] 5. Apoiar todas as lutas contra a carestia [...] 6. Apoiar iniciativas dos moradores de bairros e subúrbios das cidades [...]  11. Apoiar a luta dos estudantes [...]
12. Lutar pelo direito de livre expressão e organização [...] 13. Lutar pela abolição de qualquer forma de censura [...] 14. Lutar pelo respeito e garantia de eleições [...]  15. Lutar pelo fim imediato da perseguição e tortura [...]  16. Lutar pela conquista da liberdade política [...]	

De acordo com o quadro, é possível notar que dos dezesseis princípios, seis sinalizam a SMDDH como uma organização de assessoria, prestando apoio e organizando grupos vinculados a outras mobilizações, enquanto dez apresentam a entidade como protagonista das ações, valendo ressaltar que desses dez, os cinco que estão na parte cinza do quadro se direcionam contra o governo ditatorial e são vinculados de forma mais direta ao *macroenquadramento* da luta maior.

Assim, tem-se um quadro multifacetado a partir do qual se poderia entender a SMDDH como: ONG, quando se coloca no papel de assessora, apoiadora e organizadora de movimentos já existentes; como movimento social, quando define precisamente os alvos e direciona os recursos para as causas apontadas; e também como um movimento político partidário, por conta da vinculação histórica com o MDB e dos pontos que são direcionados para algumas consequências vinculadas ao regime ditatorial.



### 4.3 Contexto local e demarcação de problemas de Direitos Humanos

As primeiras linhas da carta de princípios da SMDDH caracterizam o tom de denúncia do referido documento e chama atenção para um conjunto de injustiças sofridas por grande parte da população do estado do Maranhão, seja no campo ou nos ambientes urbanos. Entre os problemas destacados, tem-se a grilagem no campo e na cidade e, conseqüentemente, a expulsão de camponeses e moradores de bairros periféricos de São Luís. Junto com esse quadro, está exposto na carta que a violência e a arbitrariedade são características fortes nessa disputa por terra. O aumento dos preços, os salários baixos, a discriminação racial e das mulheres e o extermínio indígena também são pontos tocados. Segundo o documento, a SMDDH surge para combater o “terror policial”, marcado nas ações de tortura, assassinatos e prisões arbitrárias; para buscar a ampliação do ensino gratuito a toda população; para defender a liberdade de expressão de criação artística e cultural; e para combater a censura e a repressão política.

A entidade surge com o propósito de atuar na realidade local, combatendo os pontos citados em sua carta de princípios, ou seja, a escolha de tais pontos de pauta não está dissociada do contexto da época. Sobre essa relação entre realidade e *enquadramentos*, Zald (1996) explica que é necessário considerar a construção cultural dos repertórios, argumentos e enquadramentos, pois são processos que se desenvolvem no âmbito geral do social e que recebem contribuições das sucessões históricas, ou seja, constituem metáforas, representações simbólicas e indicadores cognitivos que caracterizam um tipo de interpretação construído no diálogo com o real. Em pensamento semelhante, Melucci (2001) apresenta a relação entre movimentos sociais e realidade social, considerando que esses podem ser entendidos como profetas do presente, pois sinalizam transformações na lógica e nos processos que guiam a sociedade.

Se o contexto de São Luís for percebido de acordo com a interpretação dos movimentos da época aqui analisados, pode-se dizer que existiram várias cidades naquele contexto, do final da década de 1970 e durante a década de 1980: uma cidade dos problemas ambientais associados à implementação de grandes projetos de extração de alumínio e grandes investimentos do capital internacional; ao mesmo tempo, uma

cidade das populações periféricas que careciam de habitações e resistiam em seus terrenos, combatendo inclusive grandes projetos do governo como, por exemplo, o PROMORAR; uma cidade cuja situação de carestia impossibilitava o alimento de chegar à mesa do trabalhador; e também aquela em que o direito de meia passagem estudantil era desrespeitado pela prefeitura local.

Agrupando tais percepções em dois blocos, pode-se perceber que a questão dos impactos dos projetos econômicos e a violência eram um consenso em termos de insatisfação geral. Se as mudanças na política nacional tiveram influência no controle e na repressão dos movimentos sociais na cidade de São Luís, durante as décadas de 1970 e 1980, pode-se dizer que as mudanças econômicas também tiveram um impacto fundamental sobre as dinâmicas social e urbana da capital maranhense, sendo demarcadas por uma série de denúncias sobre injustiças de determinados grupos sociais que eram explicadas por um conjunto de porta-vozes das principais mobilizações do período e oferecendo sentido às ações coletivas como caminhadas, concentrações, comícios etc. Em outros termos, pode-se considerar que as mudanças econômicas do estado estiveram diretamente vinculadas com a origem de algumas mobilizações.

### Quadro 9 - Causas e organizações

Aspectos Contextuais	Organizações
<b>Impactos dos grandes projetos</b>	Comitê de Defesa da Ilha; Movimento de reivindicação por moradia; SMDDH.
<b>Violência e luta por direitos</b>	Movimento Estudantil; Comitê Brasileiro de Anistia-sec/MA; Comissão Justiça e Paz; SMDDH.

Os impactos dos grandes projetos e das grandes mudanças urbanas ocorridas em São Luís são temas já discutidos na literatura acadêmica local. Exemplo disso são estudos como “Carajás: Usinas e Favelas” (Gisterlink, 1988), “A Questão Urbana e a Organização Popular em São Luís” (Silva, 1990), “Formação do Espaço Urbano de São Luís” (Ribeiro Jr, 2001), e “*Sociologie historique et economique du Maranhão (Nord-Est du Brésil) dans les systemes-monde*” (Filho, 2007).

Esses autores, de modo geral, concordam que, no período que compreende as décadas de 1970 e 1980, o Maranhão passou por uma série de transformações que sinalizavam uma transição da agricultura tradicional de subsistência para a era de industrialização caracterizada por dois grandes projetos: o Programa Carajás, para a exploração de ferro; e o Consórcio de Alumínio do Maranhão (ALUMAR). Segundo Filho (2007), esses projetos estiveram associados a mudanças de maior escala relacionadas aos efeitos da globalização e a uma dinâmica capitalista relacionada ao sistema-mundo. Há um consenso entre os autores de que tal processo foi erguido sobre algumas problemáticas, tais como: a modernização da agricultura, os grandes projetos agropecuários, a industrialização e a institucionalização da grilagem.

É importante não perder de vista que o período de 1964-1985 corresponde a um momento de ampliação do capitalismo industrial no Brasil, momento em que o Regime Militar priorizou políticas econômicas afinadas à velha tese de que “primeiramente é necessário que o bolo cresça para depois reparti-lo”<sup>53</sup>. A situação do incentivo à indústria em detrimento da garantia das condições trabalho e de alimentos para a população (como as comunidades expropriadas pela CVRD) pareceu representar bem esse ideal de crescimento (autoritário) que priorizou o aspecto econômico em detrimento do social.

No Maranhão, a influência dos chamados grandes projetos, mesmo tendo seu impacto maior e mais direto sobre a cidade de São Luís, estendeu-se ao longo da linha de Ferro Carajás, que agregava valor especulativo à terra do entorno da ferrovia, contribuindo para a cobiça dos latifundiários e para a expulsão dos camponeses. A respeito desses impactos, Gisterlink (1988 p. 139) expõe:

A implantação da Ferrovia e das Indústrias valoriza também em muito as terras. Em consequência disso, o pequeno agricultor vive a tentação de vender a sua posse por um bom preço, saindo do sufoco pelo menos por alguns meses. Com a terra valorizada, é mais difícil também para o lavrador sem terra arrendar a terra. (...) O grande capital vem acompanhando a implementação da infra-estrutura viária e de energia e vai comprando terras para projetos de carvão vegetal ou de agropecuária e para a especulação imobiliária.

Embora existissem associações de lavradores e um movimento sindical dos trabalhadores rurais desde a década de 1950 (Almeida, 1981), a situação de tensão no

---

<sup>53</sup> Declaração feita pelo ministro da fazenda (1967-1974) Antônio Delfim Netto.

campo, relacionada à valorização das terras, se desenvolveu também por meio das práticas de grilagem e violência. Isso fez com que grandes contingentes de camponeses se direcionassem para São Luís - MA, tanto como forma de fuga das pressões no campo, como pelo desejo de conquistar outras oportunidades na capital, que na época era associada fortemente ao projeto industrial da ALUMAR e do PGC.

Objetivamente, um resultado direto dessas novas dinâmicas econômicas no interior do estado foi um forte êxodo rural. Segundo o IBGE (2000), a população de São Luís passou de 256.486 na década de 1970, para 449.432 na década de 1980, representando 40% do total populacional desta última. É possível afirmar que esse aumento: 1) significou profundas mudanças paisagísticas no ambiente urbano, cuja expansão foi inevitável; 2) esteve vinculado a uma situação de precarização das condições de vida dos novos contingentes urbanos; e 3) criou no contexto urbano algumas mobilizações como, por exemplo, as de reivindicação por moradia, protestos por saneamento, transporte e outros.

As mudanças paisagísticas estiveram diretamente vinculadas ao processo de expansão urbana horizontal e ao aumento populacional, que ultrapassaram antigos limites urbanos, ocasionando o surgimento de novos bairros. Segundo Ribeiro Jr. (2001), no texto “Visões dos degraus do paraíso industrial”, um novo perfil demográfico se constituiu entre os anos de 1970 e 1991. Em 1970, as pontes José Sarney e a que fica sobre o rio Bacanga resultaram em duas frentes de expansão: a primeira caracterizou-se como área nobre marcada pela especulação imobiliária, concentrando bairros como Renascença, Calhau, São Marcos e parte do São Francisco; e a segunda, que se deu na região do Bacanga, que pode ser caracterizada como o local de instalação da infraestrutura industrial e também como receptora dos novos contingentes populacionais que chegavam à capital.

Assim, é importante dizer que, entre as décadas de 1970 e 1980, a capital São Luís foi palco de inúmeras situações de conflito entre moradores de bairros da capital, industriais e donos de imobiliárias. Era comum observar nas manchetes<sup>54</sup> da época

---

<sup>54</sup> Surplán derruba casa no São Francisco (O Estado do Maranhão, 13/09/77);  
Padre Marcos ia sendo assassinado / grave conflito de terras no Tirirical (Jornal Pequeno, 23/04/1981);  
Guerra pelas terras: tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo (Jornal Pequeno, 8/05/1981);  
Surplán volta a derrubar casas no Anjo da Guarda (Jornal Pequeno, 21/04/1981);

imagens de policiais e tratores em situações de despejo de famílias, como na Vila Padre Xavier, Sá Viana, São Bernardo, Ilhinha (no São Francisco), João de Deus, Floresta, Coroadinho, Anjo da Guarda, Vera Cruz e Liberdade.

Essas disputas sinalizavam diferentes projetos e concepções de planejamento para as áreas periféricas da cidade. Pode-se elencar uma perspectiva de modernização da capital, defendida por alguns dirigentes políticos e que era pautada na construção de uma infraestrutura para o recebimento de indústrias e na implementação de programas de habitação definidos pelo governo federal. Como exemplo, podem-se citar o Plano de Transportes e Desenvolvimento de São Luís (1975), que visava ampliar a infraestrutura urbana e viária, bem como favorecer as necessidades da indústria e o crescimento da cidade (BONTEMPO, 2008); a implementação da AMZA-Amazônia Mineração S.A em 1981; e a implementação do PROMORAR – Programa de Erradicação de Favelas 1982 e instalação e atuação de imobiliárias sobre os terrenos da cidade.

Outra concepção de planejamento mais modesto e de menor escala econômica esteve relacionada com as aspirações e desejos dos milhares de habitantes que enxergavam em São Luís possibilidades de acesso a serviços como educação, saúde e oportunidades de emprego. Essa ideia de cidade enquanto possibilidade de melhores condições de vida esteve relacionada diretamente ao aumento populacional e, conseqüentemente, ao maior número de construções e à expansão urbana, já que muitas das famílias que vieram para São Luís se alojavam em locais vazios, próximos ao Centro da cidade.

As situações de implantação da AMZA e do PROMORAR significaram deslocamentos populacionais e situações de tensão nas áreas urbanas. Como visto anteriormente, a implementação do PROMORAR esteve vinculada a uma série de resistências oriundas de mobilizações entre diversos agentes da Igreja e de ONGs que apoiavam o MDF. No caso da ANZA, Gisterlink (1988) explica:

Meu primeiro contato com a problemática de Carajás aconteceu em 1974 no bairro do Anjo da Guarda, situado na área do porto do Itaqui. A empresa Amazônia Mineração S/A (AMZA) fazia levantamentos topográficos na área da praia do Boqueirão e nas áreas próximas ao Anjo da Guarda. A população, em torno de duas mil famílias, tinha chegado a esta área cinco anos antes, transferida do Centro da cidade pelo governo estadual, em condições difíceis e com muitas promessas não cumpridas, é já enfrentava de novo a ameaça de

---

Policiais armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta (Jornal Pequeno, 25/05/1982).

ser expulsa. Ainda em dezembro de 1974, houve um encontro das comunidades eclesiais da área rural de São Luís, no centro paroquial de Cristo Redentor. O assunto era: O dragão de Carajás. Uma peça de teatro encenava como essa fera ia acabar com a vida feliz de Igarauá, Coqueiro, Jacamim, Maracanã, Boqueirão e muitas outras comunidades rurais da ilha de São Luís (GISTERLINK, 1988, p.7).

Tanto pela citação do padre Gisterlink e suas palavras, que demonstram um trabalho de conscientização sobre os impactos do PGC, quanto pelas mobilizações estudadas anteriormente, percebe-se a relação entre essas transformações e a emergência de movimentos como o Comitê de Defesa da Ilha, CEBs, MDF e outros que buscavam desenvolver outra matriz discursiva, assim como outra forma de apropriação e percepção do mundo social, paralela aos conflitos e tensões relacionados à ocupação da terra nas áreas rurais e alguns bairros da capital.

Analisando as características dos novos contingentes instalados nas áreas de implementação desses projetos, foi possível perceber a existência de um grande abismo existente entre as modestas condições de vida dos primeiros e a riqueza dos segundos. No bairro da Liberdade, onde ocorreu o conflito durante a implementação do PROMORAR, a população em geral era proveniente de cidades do interior do estado. Cardoso (2008) esclarece que a ocupação dessa área esteve historicamente associada com as atividades navais relacionadas à cidade de Alcântara. Por meio da imprensa local, percebeu-se que essas pessoas desenvolviam atividades profissionais como vigias, empregadas domésticas, trabalhadores da construção civil, donos de pequenas mercearias, eletricitas e carroceiros. Tal informação vai ao encontro de um contexto geral sobre os tipos de atividades realizadas na cidade de São Luís, já que em 1987 mais da metade da população compunha-se de trabalhadores da construção civil (4,1%), trabalhadores autônomos (2,5%), serviços domésticos (40,1%) e desempregados e biscateiros (21,9%), como mostra Gisterlink (1980) no quadro a seguir (Ilustração 20) sobre a população economicamente ativa de São Luís em 1987.

### Ilustração 9- População economicamente ativa em São Luís -1987.

Categoria	peessoas	%
indústria	14.500	4,5
construção	13.500	4,1
comércio	15.000	4,6
serviços (educação particular, saúde, transporte, comunicação, bancos)	20.000	6,2
Administração pública	52.000	16,1
federal	5.000	
estadual*	35.000	
municipal	12.000	
profissionais liberais, trabalhadores autônomos	8.000	2,5
sub-total	123.000	38,0
serviço doméstico	130.000	40,1
desempregados, bisca- teiros	71.000	21,9
total	324.000	100

\* Há 54.721 funcionários públicos estaduais, dos quais aproximadamente 35.000 em São Luís.

Fonte: Gisterlink, 1980<sup>55</sup>

Além de possibilitarem uma ideia da composição social, essas atividades profissionais indicam, quase sempre, o trânsito desses agentes para outras áreas da cidade, e isso enseja a reflexão sobre uma espécie de organização espacial ou divisão socioespacial. Eram pessoas como a Dona Inês, que levava carvão e arroz do Coroadinho para a área comercial do bairro do João Paulo; O seu Basílio e Dona Serrão, que desenvolviam as atividades de carpintaria, construção civil e alfabetização primária no bairro da Liberdade e em outras áreas da cidade; o eletricista Noé Diniz Costa, da Areinha, que se deslocava todas as manhãs para a Companhia Energética do Maranhão (CEMAR); o biscateiro Ismael Diniz Costa, que nunca chegou a ganhar um salário mínimo; o carroceiro Cândido Ewerton, que “ganhava a vida” transportando produtos por vários locais da cidade; Francisco Martins Cabral e Daires de Abreu da Ilhinha, que trabalhavam como guarda de segurança da Telecomunicações do Maranhão (TELMA) e empregada doméstica.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Essa tabela foi elaborada a partir de um levantamento realizado junto ao Serviço Social do Comércio (SESC), ao Serviço Social da Indústria (SESI) e sindicatos.

<sup>56</sup> Pessoas verificadas em reportagens intituladas: “Violência na Remoção de Famílias da Areinha” (O Estado do Maranhão 13/12/78); “Despejo foi dramático no São Francisco” (Estado do

Já na região Itaqui-Bacanga, área onde se localiza o bairro do Anjo da Guarda e local onde houve a tensão por conta da implementação da AMZA, foi possível ter-se uma noção, por meio de uma amostra de 131 pessoas, colhida de um relatório de atividades de campo realizadas pela SMDDH entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981. Segundo esse relatório, as pessoas eram de diversas origens geográficas (Belém-PA, Piauí-PI, São Bento, São Domingos, São João Batista, Icatu, Alcântara, Primeira Cruz e Viana). Dessas pessoas, mais de 50% eram de São João Batista, do interior da Ilha ou de outras regiões da capital.

Havia, também, deslocamentos dentro da própria capital, como foi o caso das famílias oriundas das “expropriações” ocorridas nas áreas alagadas próximas ao Centro de São Luís (Madre de Deus, Areinha, Bairro de Fátima), por conta da construção da estrada que compõe o Anel Viário. Essa pequena amostra indica um perfil composto de várias atividades profissionais caracterizadas pelo baixo investimento educacional. Eram atividades como: vendedor ambulante, biscateiro, vigilante, doméstica, borracheiro, mecânico, peão, soldador, costureira, fiscal de peões de construtora, carpinteiro e quitandeira. Vale ainda mencionar que, entre todas as atividades desempenhadas por essas populações, a construção civil merece certo destaque (14%).

Buscando compreender o rendimento salarial, obteve-se uma reportagem<sup>57</sup> sobre uma greve de funcionários da Conservadora Timbira, empresa que fornecia mão de obra para as empreitadas instaladas no canteiro de obras da CVRD. Segundo o recorte, um salário e meio para zelador e dois para vigilante era uma das pautas da greve. Dentro de um quadro geral, Gisterlink (1988) observa que 60% da população de São Luís recebia até 2 salários mínimos e 25% entre 2 e 4 salários, enquanto 12% recebiam entre 4 e 10 e 3% acima de 10 salários mínimos.

Nesse contexto, vale ressaltar que, dos 42.311 domicílios existentes em São Luís na década de 1970, apenas 13.116 possuíam instalações adequadas de esgoto e, por mais que esse serviço básico tenha sido ampliado, na década de 1990, ainda deixava de abastecer 44,4% dos domicílios. Quanto ao tipo de edificações (construções precárias

---

Maranhão 12/12/78); e “Moradores da Ilhinha culpam DNOS por derrubada de casas” (Jornal de Hoje, 11/07/1982). 26 Informações colhidas em relatório de atividades em campo realizadas de Equipes de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981.

<sup>57</sup> Empregados da Timbira paralisam as atividades (Jornal de Hoje, 12/06/1985).



ou de materiais duráveis)<sup>58</sup>, os números indicam que cerca de 40% podiam ser considerados *rústicos*, construídos com materiais perecíveis se expostos às mais leves intempéries (Ribeiro Junior, 2001). Nesse âmbito, alguns especialistas percebiam que em São Luís, “de cada 100 famílias, 45 moravam em favelas e invasões na periferia dos bairros populares do Centro, em moradias precárias, sem esgoto e, muitas vezes, sem água potável” (GISTERLINK, 1988, p.33).

### Ilustração 10 - Recortes que caracterizam alguns aspectos da década de 1980



Fonte: O Estado do Maranhão (25/02/1987; 14/02/1986; 14/02/1986).

Além do contexto de precarização social, a violência arbitrária também ganhou visibilidade no mesmo período. Organizações progressistas da Igreja e a imprensa escrita local enfatizavam a violência praticada pela polícia militar, o precário sistema penitenciário conhecido por conta das torturas cometidas contra os presos e pelas condições precárias de encarceramento, como é possível observar na Ilustração 9, a seguir:

<sup>58</sup>Segundo o IBGE (2000), consideram-se duráveis os domicílios em que a cobertura e as paredes são constituídas de materiais duráveis (laje de concreto, telha de barro, zinco e madeira são considerados materiais duráveis para cobertura e no caso da parede são consideradas alvenaria e madeira aparelhada).

### **Ilustração 11- Superlotação de celas em presídio**



Fonte: O Estado do Maranhão (18/01/1979)

Observando a reportagem intitulada “Tribunal manda ver como vão as prisões” (Estado do Maranhão, 18/01/1979), percebeu-se que o presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ - MA), Kleber Moreira, encaminhou para o governador do Estado, Nunes Freire, e para o secretário de Segurança Pública, coronel Eduardo Santana, um ofício com uma série de resoluções destinadas a coibir o desrespeito aos Direitos Humanos dos presos à disposição da Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP). Segundo o presidente do TJ - MA, a “função da polícia é servir à justiça e não espancar ou torturar as pessoas detidas sob suspeita de praticar qualquer crime”.

Se as situações de desapropriação de terrenos e as prisões sinalizavam as ações violentas de uma Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP), longe dos muros das prisões e dos terrenos em disputa, a imprensa local também reproduzia denúncias sobre a existência de um Esquadrão da Morte composto de policiais civis. Nacionalmente, pode-se dizer que a relação entre os grupos de extermínio, compostos por policiais, e os dirigentes políticos, oriundos da “Revolução de 1964”, é praticamente umbilical. Com frequência, os membros dos referidos grupos transitavam por outros órgãos como a Delegacia de Ordem Política (DOPS) e o Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), integrando os quadros profissionais dos mesmos. Estudiosos do tema como Bicudo (2002) e Gaspari (2002) comentam o trânsito do delegado Sergio Fernando Paranhos Fleury pela DOPS e pelo Esquadrão da Morte. Segundo o jurista e ex-procurador do Estado de São Paulo, Hélio Pereira Bicudo:

O principal ator nessa questão do Esquadrão da Morte era o delegado Fleury, que praticamente já havia saído da polícia estadual, pois fora levado para a polícia política. Ele era considerado, pelo governo, o símbolo da luta contra a chamada subversão (BICUDO, 2004, p.165).

Segundo a citação, a posição do delegado era fundamentada de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional de combate às possíveis ameaças ao Regime Militar. Em São Luís, a relação entre a polícia e a política também era íntima, assim, a violência arbitrária dos policiais também contava com forte apoio da DSN, encabeçada pelo Regime Militar, e com a simpatia dos administradores públicos locais.

Por meio da Lei de Segurança Nacional (LSN), a “*militarização*” influenciou políticos e militares, transformando qualquer manifestação reivindicatória em ameaça nacional. Conseqüentemente, essa lei valorizou muito as práticas militares violentas e os discursos políticos favoráveis às mesmas. Em reportagem intitulada “Cidade volta à calma”, é possível observar a influência repressiva da LSN nas palavras do secretário estadual de segurança, Raimundo Marques, que diz:

A cidade finalmente voltou à calma, não se registrando em nenhum ponto de São Luís, qualquer movimento de contestação. As polícias civil e militar permaneceram de prontidão e em diversos locais havia patrulhas da PM que ostensivamente zelavam pela manutenção da ordem, porém nenhuma prisão foi registrada (...) Nós também buscamos a democracia, mas não a confundimos com anarquia, que é condenável (O Imparcial, 28/11/81).

De acordo com a citação do secretário, pode-se interpretar “contestação” como sinônimo de desordem e anarquia. Mesmo valorizando a repressão policial às contestações, o secretário de segurança afirmava buscar a democracia. Reforçava, desse modo, a doutrina militar de segurança nacional em São Luís, principalmente quando afirmava que “descontentes existem por todas as partes do universo, mas que esses problemas não abalarão a segurança do país”<sup>59</sup>.

O resultado dessas relações próximas entre as esferas de segurança nacional e estadual foi o envolvimento considerável (e apoiado) de policiais em casos de homicídio, executando o que muitos chamavam de “limpeza social”. Segundo o relatório elaborado pela Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDDH, 1989)

---

<sup>59</sup> Entrevista intitulada “Radicais são inimigos da Pátria”, publicada em “*O Jornal*”, de 13 de maio de 1981.

no ano de 1989 – quatro anos após a abertura – houve 22 casos de homicídios cometidos por policiais e registrados na imprensa escrita local.

Tal número representava 7,88% dos 279 homicídios ocorridos naquele ano. Mesmo sendo pequeno em relação à totalidade de casos, é importante lembrar que foram cometidos por funcionários do Estado e também que há limitações das fontes jornalísticas, que nem sempre abarcam todos os casos ocorridos. Nos jornais disponíveis na hemeroteca da biblioteca pública Benedito Leite, também foi possível verificar que nas décadas de 1970, 1980 e 1990, a violência policial e os casos de desovas (corpos desfalecidos encontrados sem identificação em áreas afastadas) foram práticas geralmente associadas aos agentes do Estado em São Luís.

Conforme fartas denúncias do jornal *O Estado do Maranhão*, o chamado “Esquadrão da Morte”, sob o comando de agentes de segurança pública, praticava cruéis atos de violência, tortura e mortes. Eram frequentes as reportagens de denúncias sobre esse grupo, quase sempre em uma sessão em destaque intitulada “Denúncias sobre o Esquadrão da Morte”, na qual eram relatadas em detalhes, sem quaisquer formas de higienização ou regramento na exposição, as mortes e a violência. Entre as várias denúncias, ganharam certo destaque, as realizadas pelo fabricante de quadros Sérvulo Conceição Pereira, homem que se dizia “marcado para morrer”. Ao denunciar um caso de violência, esse homem de 38 anos relata:

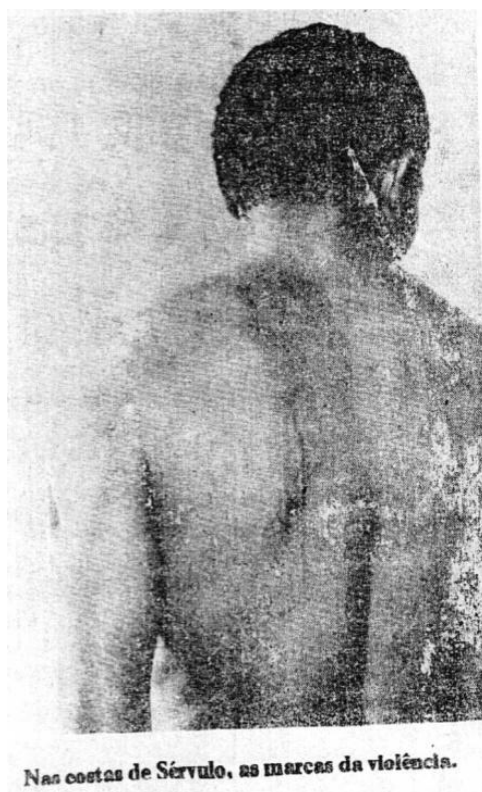
Eu só sei que foi no ano de 1974. O dia e o mês não me recordo. Eram seis caras e o chefe chamava-se “Aroucha”. (...) a. Enterraram os seis na areia, em duas filas de três, até a testa. Só ficou o nariz e os olhos pra fora. Depois entraram em um fusca e começaram a passar por cima das cabeças deles. Os cadáveres nunca foram encontrados. É até possível que ainda estejam por lá enterrados. Sérvulo Conceição Pereira, ex-cabo da FAB e atualmente fabricante de quadros religiosos, continua com sua série impressionante de denúncias contra alguns policiais locais, que, segundo ele, formam o Esquadrão da Morte de São Luís. Os seis elementos mortos no Olho d’Água, em 74, sofreram esse castigo porque falavam demais e andaram contando a quem não deviam sobre as atividades daqueles policiais, conta Sérvulo. E acrescenta que pode provar isso facilmente, apresentando testemunhas que até hoje não falaram com medo de morrer (O Estado do Maranhão 06/12/1978).

Apesar de não ser possível tomar essa única versão como um fato ou como versão oficial da história, é possível interpretá-la, no mínimo, como associada a uma simbologia de violência constituída em torno do conhecido “Esquadrão da Morte”. Os

detalhes, reais ou não, sinalizam uma percepção de violência que não pode ser apartada do contexto vivido e dos significados associados à segurança pública da época. Segundo reportagens do jornal *O Estado do Maranhão* (1978), o advogado Tupinambá Moscoso afirmou que 70% de tudo que foi afirmado era verdade, no entanto, seria difícil provar.

Segundo Sérvulo C. Pereira, havia uma situação de perseguição e prisão arbitrária em relação a ele. Em um de seus relatos, explica que em certa ocasião foi preso e transferido da Delegacia Especializada de Furtos, Roubos e Defraudações (DFRD) para a delegacia do São Francisco, sobre isso ele afirma que lá “reuniram-se todos os policiais... Eles começaram a fazer graça comigo enquanto me batiam. Diziam: dessa vez tu não escapa negão, tu vais aprender a não dedar a gente pra ninguém” (*O Estado do Maranhão*, 07/12/78). Na Ilustração 12, Sérvulo expõe as escoriações resultantes de tal situação.

### **Ilustração 12- Tortura promovida por policiais**



**Nas costas de Sérvulo, as marcas da violência.**

Fonte: *O Estado do Maranhão* (6/12/78)

Além de palavras, as denúncias do fabricante de quadros também foram acompanhadas da imagem das escoriações presentes em suas costas. Segundo a legenda do jornal, nas costas do denunciante estavam as “marcas da violência”. De acordo com o advogado Tupinambá Moscoso, Sérvulo havia sido perseguido injustamente e esteve muito próximo da morte, tendo sido libertado da cela da delegacia por conta de um recurso jurídico conhecido como *habeas corpus*. Esse advogado, ao exigir a liberdade de Sérvulo por meio de um *habeas corpus*, temia também pela sua própria segurança e afirmava: “Eu sei em que implica tudo isso e por este motivo tenho temor de falar tudo o que sei” (O Estado do Maranhão, 08/12/1978).

Apesar do imperativo de medo, outras denúncias começavam a ocupar as páginas policiais do Jornal “*O Estado do Maranhão*”: denúncias como a de Luzia Silva (09/01/1979) cujo pai torturado morreu cuspiendo sangue em uma delegacia na cidade de Cajapió<sup>60</sup>; notícias como a do rapaz conhecido como “Galinheiro”, que por roubar uma vaca teve seu corpo amarrado e esticando para ser torturado até a morte, dentro de uma delegacia de polícia de São Luís (10/01/1979). Dia após dia, era possível ler nas páginas policiais desse periódico uma espécie de “crônica” policial, na qual surgiam denúncias que instigavam outras denúncias, reações políticas, acusações e medo. Diante das denúncias e das várias possibilidades de interpretações a respeito dessa “crônica” intitulada “Denúncias sobre o Esquadrão da Morte”, a promotora do Ministério Público na época, Doutora Helena Barros Heluy, declarou:

Será que aquela senhora que veio de Cajapió denunciar as atrocidades da polícia é marginal? Ora senhores, vamos ser realistas, se fosse uma até duas denúncias, até que podia ficar em dúvida, mas cada dia que passa mais se apresentam testemunhas oculares dos crimes praticados pela policia civil (O Estado do Maranhão, 19/01/1979)

Além da promotora, que também pertencia à CJP, a arquidiocese de São Luís divulgou na época, por meio de seu Boletim informativo nº 22, a exigência de um inquérito imparcial sobre a polícia, para que fossem averiguadas e apuradas as denúncias sobre o “Esquadrão da Morte”. Fora dos meios institucionais, também houve divulgação uma nota produzida pelo arcebispo Dom João José da Mota, divulgada no jornal “*O Estado do Maranhão*”, como é possível verificar a seguir:

---

<sup>60</sup>Cidade localizada a aproximadamente 315 km de São Luís, em uma região conhecida como Baixada, localizada na parte oeste do Maranhão.

A imprensa de São Luís tem, nos últimos meses, acusado a existência de um Esquadrão da Morte em nossa terra e no seio de nossa própria polícia. Enquanto a imprensa do outro lado da cidade acusa, é acusada de imaginativa ou de pernicioso pelos matutinos deste lado da ilha, e até por pessoas que já noticiaram em tempos idos a existência do dito Esquadrão, levados que são ou por posições pessoais ou pelo testemunho de quem acusa através dos jornais. Tudo fazendo sem levar em consideração os fatos que desfilaram nas manchetes, e que ainda inquietam o povo. Diante desses fatos, chegamos às seguintes conclusões:

1. Não nos cabe, bem como aos jornais que acusam, provar a existência ou não do Esquadrão, pois isto é competência da própria Secretaria de Segurança, através de um inquérito competente e imparcial.
2. Constatamos uma inversão de valores e um posicionamento que consideramos errado. Senão vejamos: não é a partir da constatação de que todo mundo é desonesto que deixa de existir a virtude de honestidade. Por isso afirmamos: mesmo que os acusadores sejam ladrões, assassinos e corruptos, as suas acusações precisam ser encaradas, respeitadas e averiguadas. (O Estado do Maranhão, 18/01/1979)

Entre outras coisas, pode-se interpretar que o referido grupo, as denúncias sobre ele e o número elevado de homicídios cometidos por policiais resultam diretamente de uma conjuntura política de repressão, montada sobre uma estrutura ideológica de *militarização*, uma estrutura física e administrativa sustentada na Secretaria de Segurança do Estado que constituiu um *ethos* favorável à violência.

Além dos exemplos de ações e declarações da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão em relação ao “Esquadrão da Morte”, aos movimentos de contestação e às mobilizações planejadas para ocorrer na Praça Deodoro, verifica-se que: a morte de civis era justificada por uma suposta origem criminosa das vítimas; os movimentos sociais eram vistos como subversivos, anarquistas e desordeiros e; as mobilizações do MCC e do CDI eram vistas como ilegais e, portanto, proibidas nos espaços públicos.

Se de um lado ocorreu a criminalização da contestação, por outro lado é possível observar um consenso de que a violência arbitrária, a repressão política e a exclusão do pobre eram apresentadas pelos movimentos sociais como características negativas do Regime Militar que necessitavam ser denunciadas e combatidas. Tem-se o choque de duas interpretações do social, no qual a criminalização dos movimentos poderia ser entendida como um *contraenquadramento interpretativo*, ou seja, uma estratégia dos opositores para deslegitimar publicamente os movimentos de reivindicação, associando-os a atividades criminosas e desordeiras.

Nesse contexto, emerge a carta de princípios da SMDDH, enfatizando problemas que ganhavam expressão pela mobilização de determinados movimentos sociais. Trata-se de um documento cujo conteúdo é retirado da realidade da época, selecionando determinados problemas e enfatizando-os em relação à temática dos Direitos Humanos, da cidadania, da democracia etc. Isso significa que a carta de princípios não foi escrita de forma apartada de uma série de denúncias e insatisfações de diversos grupos locais.

Dessa forma, o conhecimento da realidade local é um aspecto que parece estar subentendido no processo de elaboração da carta. Em cada princípio do documento é possível visualizar um problema existente no contexto local, determinados movimentos sociais e membros da SMDDH com trabalho especializado em determinadas temáticas. Essa característica da entidade de buscar conhecimento local e especializado pode ser observada também na situação de divulgação da Comissão Pró-índio, quando o presidente da SMDDH explica a comissão em relação à carta de princípios da SMDDH e também sua meta inicial de realizar estudos acerca da realidade do índio no Maranhão. Valendo lembrar que, segundo a Antropóloga Elizabeth Beserra Coelho(13/01/2014), coordenadora da comissão, o problema de demarcação de terras indígenas era um fato na época.

Assim, o grau de aceitação da entidade e de seus princípios, ou seja, sua capacidade de ressonância não pode ser avaliada sem que sejam considerados esses vínculos entre o contexto da época e suas representações produzidas por membros da SMDDH. Tais vínculos, assim como os trabalhos de alinhamento e a credibilidade de especialistas nas temáticas são fatores preponderantes na eficiência da entidade em suas mobilizações. Colocando em outros termos, falar em nome da reivindicação de direitos, em contextos de violação de direitos, significa estabelecer posição, herdando assim um conjunto de características que se opõem ou se aliam, esclarecendo a necessidade da produção de uma linguagem que funcionou em sintonia com a possibilidade de obtenção de recursos dentro daquele espaço de disputa de percepções.



#### 4.4 Explicação das causas e atribuição de soluções

Como visto nos estudos anteriores sobre *enquadramentos interpretativos*, a função prognóstica, ou seja, a explicação dos problemas e a proposição de soluções é uma das características inerentes aos enquadramentos interpretativos de ação coletiva. Nesse sentido, a carta de princípios, embora elenque um conjunto de causas relacionadas aos problemas que são alvos das ações da SMDDH, todos os elementos apontados direcionam o foco para o regime político, entendendo-o como fator principal que oferecia sustentação a todas as formas de violação de direitos. Nesse sentido, o documento aponta para problemas locais e suas relações com causas e fatores relacionados a determinadas políticas locais e em relação com o governo federal, como é possível observar no quadro a seguir:

**Quadro 10 - Carta de princípios e seus enquadramentos**

Problema	Causa	Fator favorável	Responsável
Expulsão do camponês	Grilagem	Política agrária e de desenvolvimento	Governo Militar
Expulsão indígena	Grilagem	Política agrária e de desenvolvimento	
Liberdade política e eleições livres	AI1, AI2, AI3, AI5 <sup>61</sup>	Prefeitos locais e secretários de segurança.	
Carestia e melhores salários	Inflação	Política econômica que beneficia o capital estrangeiro	
Violência, tortura, exílios	Doutrina de Segurança Nacional	Secretaria de Segurança pública, políticos locais	

A percepção de que problemas não são oriundos unicamente de fatores relacionados ao contexto maranhense é uma característica forte presente na carta de

<sup>61</sup> O AI2 provocou a extinção dos partidos políticos e suspensão dos direitos políticos, já o AI1 foi responsável pelas mudanças nas eleições indiretas para presidente. O AI3 afetou as eleições indiretas para governadores e a nomeação de prefeitos de capitais pelos governadores.

princípios e também nas declarações públicas observadas nos relatórios analisados. Por exemplo, na concentração pública ocorrida na Praça Deodoro em 14 de agosto de 1979, o presidente da SMDDH, José Celso Veras da Costa, se referia ao governo militar como “Os generais de plantão”. No mesmo evento, o deputado emedebista Freitas Diniz enfatizava os atos institucionais, impostos pelos militares. Já o jornalista Luís Pedro de Oliveira e Silva declarava publicamente: “Castelo, prefeito biônico”. Enfim, o enquadramento interpretativo de Direitos Humanos envolve uma interpretação complexa que liga vários espaços e os contextos locais e nacional, sinalizando, no mínimo, uma interpretação bem elaborada, proveniente de um quadro profissional bem qualificado.

Uma vez que os discursos, em última instância, sempre apontavam o governo militar como responsável por um contexto cheio de condições para a violação de direitos, a solução apontada pela SMDDH é expressa no documento por meio de ações articuladas de apoio ao público vítima das violações. Colocando em outros termos, tem-se assim um diagnóstico focado tanto nos sintomas quanto nas causas e uma solução que é oferecida de acordo com esse contexto. Assim, a própria carta de princípios possui uma natureza, que embora inclusiva para outros enquadramentos interpretativos, se notabilizou pelo alinhamento com o *macroenquadramento interpretativo* da luta maior por democracia. Tal observação feita sobre o documento institucional pode ser confirmada também por meio de entrevista realizada com o primeiro presidente e o primeiro vice-presidente da organização que afirmaram:

No Brasil, no auge da ditadura militar, ali em 78, 79, 80, essa questão da Declaração Universal dos Direitos Humanos estava em evidência. Existiam duas questões que faziam parte: a luta pela anistia e, ligada à luta pela anistia, estava também ligada a questão dos Direitos Humanos [...] e toda essa luta era a luta contra o Regime Militar e pela conquista da democracia. Geralmente quem trabalhava nessa parte de Anistia, Direitos Humanos eram pessoas da esquerda, do partido comunista, da Igreja e buscavam a questão dos direitos mesmo quando não eram os direitos dos presos, era pela reforma agrária, expulsão e violência no campo [...] (Eurico Fernandes, 13/01/2014)

A Sociedade dos Direitos Humanos surgia mais como um movimento da liberdade, das eleições diretas, da anistia. Era mais uma coisa política no sentido de buscar saída... era basicamente a luta pelas liberdades individuais. Direito a se eleger, direito às manifestações, direito a publicar, pois se tinha restrições em várias áreas: na universidade, na imprensa... (José Celso Veras da Costa, 16/06/2014)

Uma consequência prática desses alinhamentos pode ser observada por meio de duas características das mobilizações da época: a articulação entre parceiros; e a construção e o compartilhamento de um vocabulário comum. Embora separadas para fins didáticos, essas duas características sinalizam, na verdade, a continuidade de um processo que é iniciado com um vocabulário comum, ou seja, percepções e signos compartilhados por diferentes atores. Nesse sentido, existem expressões comuns a todos os movimentos como: “reivindicação de direitos”, “democracia”, “exclusão”, “arbitrariedade”, “violência” e a própria palavra “luta”, dentre outras que compõem elementos de ligação fundamentais na construção do *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos. Pode-se dizer que uma consequência prática desse processo é que as ações dos atores podem ser compreendidas como resultado ou reflexo dos compartilhamentos de sentido realizados durante as reuniões, concentrações públicas etc.

Exemplificando isso a partir da carta de princípios, pode-se citar o aspecto da oposição ao Regime Militar contido na mesma e pensá-lo em relação à concentração pública citada anteriormente, na qual o presidente da SMDDH dividia a palavra com inúmeras lideranças que compartilhavam o sentimento de oposição ao Regime Militar. Pensar a carta de princípios em relação ao Seminário sobre Democracia e Direitos Humanos<sup>62</sup> e todo o conjunto de diferentes atores articulados para a realização do evento, ou mesmo pensá-la por meio do próprio evento de fundação da SMDDH que, entre outras coisas, aglutinou diferentes atores que compartilhavam uma mesma percepção de mundo para aquele contexto e que somaram forças na estruturação da organização. Assim, tal documento traz consigo características de problemas da época e as concepções dos membros da SMDDH, sendo, portanto, uma importante representação, que possui papel fundamental no processo de construção de um macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos e que teve efeito direto na orientação das ações e relações da SMDDH com outros organismos, como por exemplo, os de financiamento de projetos.

---

<sup>62</sup> Página 49

## **5. Da Saavedra ao Anjo da Guarda: a SMDDH durante a década de 1980**

O presente capítulo se deterá mais especificamente sobre a atuação da SMDDH em seu primeiro projeto, no bairro do Anjo da Guarda. Nesse sentido, as tensões existentes nos processos de construção de enquadramentos e contraenquadramentos foram analisadas em relação a aspectos como: 1) o contexto do primeiro financiamento; 2) as relações de conflito e cooperação da entidade com outras organizações; e 3) as dificuldades para a formação de um projeto associativo no local. Tal análise foi desenvolvida com base no estudo e sistematização de dois relatórios produzidos pela entidade para a sua agência financiadora.

Assim, dando continuidade ao viés relacional deste trabalho, que já se deteve sobre a explicação da SMDDH em relação aos seus principais recursos humanos, culturais e alinhamentos com outros temas e questões, o presente capítulo discorrerá sobre as primeiras ações e o modo como as características percebidas até aqui se manifestaram na forma de obtenção de financiamentos e inserção na mobilização de um conjunto de problemas que caracterizaram a década de 1980. Ainda na perspectiva do construtivismo sociocultural, o presente capítulo visa apontar alguns alinhamentos, situações e repertórios que consolidaram uma espécie de perfil para a SMDHH, resultando no primeiro projeto executado pela entidade apoiado por agências de cooperação internacional.

Como visto na carta de princípios da SMDDH, havia um processo discursivo e estratégico que fornecia dimensões nacionais e internacionais para as ações da organização, demonstrando que ela surgiu inserida em um contexto mais amplo de reivindicação internacional pela defesa e promoção de Direitos Humanos e, ao mesmo tempo, em um ambiente regional de mobilização pela democracia, cujos princípios de cidadania carregam consigo elementos comuns aos Direitos Humanos, fornecendo um quadro que afirma que para ocorrer democracia é necessário que haja respeito aos Direitos Humanos. Será visto a seguir como essa expansão nacional e internacional das características discursivas da SMDDH lhe possibilitaram outros processos de

alinhamento e obtenção de recursos. Além disso, será analisada uma situação em dimensão microssociológica que corresponde às primeiras ações da entidade no subúrbio de São Luís e a importância dessas ações para o processo de construção de um macroenquadramento interpretativo de Direitos Humanos em São Luís.

### 5.1 Financiamento e importância dos enquadramentos interpretativos de ligação

Inicialmente, a SMDDH teve sua primeira sede mantida pelos sócios na Rua Saavedra nº 99, no Centro de São Luís. Contudo, ocorreu uma mudança de endereço para o bairro do Anjo da Guarda em meados de 1980. Essa mudança esteve relacionada diretamente à aprovação do primeiro projeto da organização, financiado pela MISEREOR (vinculada à Igreja Católica da Alemanha) e pela OXFAM (Confederação internacional de combate à pobreza e injustiças, originária da Inglaterra).

Sobre a relação entre organizações de defesa dos Direitos Humanos e agências financiadoras, Ricoldi (2011) destaca que além de ser pautada no financiamento, há também o compartilhamento de objetivos e entendimentos sobre o significado de defesa de Direitos Humanos, caracterizando um alinhamento de enquadramentos interpretativos em determinadas questões. Assim, uma vez que se teve uma percepção da SMDDH por meios das declarações da liderança e da carta de princípios, é importante pensar a relação entre essa entidade e o perfil das agências de financiamento, a fim de buscar pontos de ligação entre as duas instâncias. Sobre a MISEREOR, a autora explica que o nome é originário do latim e deriva da frase “*Misereor super turbam*” (estou com pena do povo), atribuída a Jesus Cristo. Não por acaso, essa organização se mantém com doações dos católicos alemães, setores diocesanos, proventos oriundos da União europeia e outros setores da sociedade. Para compreender mais sobre essa agência, recorreu-se à página eletrônica da entidade, na qual foi possível visualizar a seguinte autodescrição:

[...] MISEREOR está comprometida com a luta **contra a pobreza** na África, Ásia e América Latina. A ajuda de MISEREOR dirige-se a todas as pessoas que sofrem necessidade – independentemente da sua religião, raça, cor ou sexo.

Mudanças não podem ser impostas de fora. Por isso, MISEREOR aposta na iniciativa própria dos pobres e desprivilegiados. MISEREOR sabe, por experiência própria, que eles têm força para melhorar as suas condições de vida de forma duradoura. MISEREOR os apoia nas suas iniciativas segundo

o princípio de “ajuda para a auto-ajuda”. **Localmente, os projetos são sustentados por organizações locais.** Desta forma está garantido que os projetos atendem às necessidades e se adequam ao modo de vida da população beneficiária<sup>63</sup>.

O aspecto inclusivo observado na descrição da missão da agência também compõe o *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos, ou seja, se a carta de princípios da SMDDH se dirigia a “todos que tivessem seus direitos violados”, a referida agência de financiamento se dirigia a “todos que sofressem necessidades”. Outro ponto é a conservação do protagonismo dos próprios marginalizados, deixando claro o papel da organização de apoio e fornecimento de estrutura material, que vai ao encontro do papel desempenhado pela própria SMDDH, quando se posiciona no apoio às lutas contra o racismo e a desigualdade de gênero, assim como às lutas pela questão camponesa, indígena, estudantil etc. Desse modo, as características inclusivas e a fonte de assessoria e apoio são comuns às duas organizações. Continuando a descrição da agência de financiamento, tem-se o seguinte trecho:

Os projetos de MISEREOR são tão variados quanto são as causas e as expressões de pobreza e injustiça. Porém, todos têm uma coisa em comum: contemplam **sempre todo o ser humano**. Para além da satisfação de necessidades elementares, como a segurança alimentar, **contribuem também para preservar os direitos humanos e abrir caminhos para uma vida digna aos atingidos.**

**O ideal é um mundo em que todos podem participar na construção da comunidade,** em que a **diversidade cultural** é reconhecida e promovida e em que a **igualdade é realizada**. Todos estes são os objetivos superiores que, entre outros, são perseguidos no planejamento dos projetos. [...] <sup>64</sup>

Nessa segunda parte, a identificação entre as duas organizações fica mais evidente, já que para a MISEREOR todos os projetos podem ser pensados de acordo com a contemplação do ser humano em suas necessidades básicas e direitos, caracterizando-se, assim, como uma agência de financiamento envolvida na defesa dos Direitos Humanos. Outro ponto que aproxima as duas organizações é a valorização dos ideais de participação, igualdade e reconhecimento das diversidades.

Como visto antes, a carta de princípios e as declarações sinalizam justamente um Brasil onde os termos “participação”, “igualdade” e “reconhecimento das diversidades”

---

<sup>63</sup> <http://www.misereor.org/pt/about-us.html> acessado em 13 de junho de 2014

<sup>64</sup> <http://www.misereor.org/pt/about-us.html> acessado em 13 de junho de 2014

são ausentes nos governos militares; ausência que também é relacionada a um trabalho diagnóstico realizado pela SMDDH que passou a incorporar esse problema em sua própria missão, incluindo-o como alvo a ser solucionado, resultando assim em um processo discursivo e estratégico que caracteriza a construção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos.

Os trechos retirados da autoapresentação da MISEREOR indicam que essa agência também se incorpora e é incorporada nesse macroenquadramento interpretativo da SMDDH, já que o Brasil, além de possuir todas as características que necessitam ser combatidas pela agência financiadora, possui também, em São Luís, uma organização local com o perfil desejado internacionalmente para lidar com os problemas locais. Nesse sentido, observou-se, na prática, o argumento de Ricoldi (2011) de que, mais do que uma relação entre financiador e executor, há também um compartilhamento de sentidos no que diz respeito ao significado da defesa de Direitos Humanos.

Sobre a OXFAM (Confederação internacional de combate à pobreza e injustiças), a página eletrônica oficial<sup>65</sup> da agência explica que se trata de um grupo de ONGs que trabalham conjuntamente na luta internacional contra a pobreza e injustiças. A sede do grupo é no Reino Unido e a nomenclatura é oriunda do Comitê de Oxford fundado na Grã-Bretanha em 1942, com o objetivo de combater a fome. Sobre a missão dessa agência, observa-se o seguinte trecho:

Cremos que o respeito aos direitos humanos podem ajudar a combater a pobreza e injustiça, reafirmando a dignidade daqueles que vivem nesta situação, e garantir um desenvolvimento sustentável. E a isso que nos referimos quando falamos de um enfoque baseado em direitos. <sup>66</sup> (tradução minha)

De forma similar à MISEREOR, percebeu-se que a OXFAM se apresenta como uma agência de financiamento em Direitos Humanos que se pauta em princípios de valorização da dignidade e do desenvolvimento sustentável, assim como de combate às injustiças e aspectos que gerem exclusão social. Sobre as normas que orientam as parcerias com essa organização, vale salientar que a “OXFAM apoia parceiros e comunidades para entender os seus direitos e para falar acerca de suas necessidades e preocupações [...]”. Dessa forma, os alvos e metas da OXFAM também são similares

---

<sup>65</sup> <http://www.oxfam.org/es/about/history>

<sup>66</sup> <http://www.oxfam.org/es/paises/el-compromiso-de-oxfam-con-los-derechos-humanos>

aos da SMDDH, no sentido de apoiar populações consideradas vulneráveis, excluídas e violadas a se mobilizarem e reivindicarem direitos, tratamento igual e acesso a serviços essenciais à vida.

Um dado importante que explicita a tendência de alinhamento da OXFAM pode ser notado no próprio documento institucional da organização que explica os seus princípios de parceria. Segundo esse documento:

**As parcerias entre a Oxfam e outras organizações constroem-se com base na visão partilhada de um mundo justo, livre de pobreza e injustiça, que implica solidariedade para além da implementação de programas e actividades específicos.**

Apesar de se reconhecerem e respeitarem as diferenças - e de se aceitarem o diálogo e o debate - tem que se encontrar suficiente em comum para as nossas parcerias com terceiros serem viáveis. Pelo menos, a Oxfam e os parceiros com quem trabalhamos têm que partilhar tanto a convicção de que as pessoas que vivem na pobreza devem gozar os seus direitos humanos fundamentais, e o compromisso organizacional para levar a igualdade e o respeito por diversas identidades. A nossa compreensão partilhada dos processos da mudança devem abranger a agência das pessoas pobres e marginalizadas e a importância dos movimentos e organizações que representam os interesses das mesmas, ao mesmo tempo que ratificam as instituições estatais como os responsáveis finais (OXFAM, 2012).

Enfim, a própria agência aponta que o compartilhamento de uma percepção é um requisito fundamental para a realização de parcerias e, conseqüentemente, de financiamento. Assim, a referida agência busca e valoriza organizações que tenham a convicção de que as pessoas devem gozar de seus Direitos Humanos fundamentais e que busquem representar os interesses das mesmas, ou seja, conflui com os princípios contidos na carta de princípios, nas declarações dos membros e nas propostas da SMDDH.

Além de apresentar um perfil institucional e um discurso alinhado com as agências internacionais de financiamentos de projetos, para a compreensão do primeiro projeto aprovado da SMDDH, é importante também entender a importância das redes de relações pessoais e compartilhamento de experiências no interior do grupo. Sobre o primeiro projeto, o presidente José Celso Veras da Costa (16/06/2014) destaca que a freira norte-americana Barbara Ann English foi fundamental na produção do primeiro projeto da SMDDH, uma vez que ela possuía contato com as agências internacionais de financiamento vinculadas à Igreja Católica. Outro nome que se destacou no referido projeto foi o de Maristela Paula de Andrade, cujo conhecimento acadêmico foi



importante não só em relação à execução do projeto na área do bairro do Anjo da Guarda, como também para a produção dos relatórios que serão analisados a seguir.

### **5.1.1 Contexto do primeiro projeto da SMDDH**

A Amazônia Mineração S.A (AMZA) era uma empresa mista, criada em 1970 por meio de investimentos da CVRD e da Companhia Meridional de Mineração que era subsidiária da *United States Steel*, visando à exploração conjunta das reservas minerais de Carajás. As atividades da AMZA na região do Anjo da Guarda, subúrbio de São Luís, se caracterizaram pela obtenção de terras para a construção de um terminal ferroviário por onde escoariam os minérios extraídos e, conseqüentemente, pela desapropriação das terras ocupadas por uma população fortemente migrante.

Foi nesse contexto de tensão entre as comunidades do bairro do Anjo da Guarda e a AMZA que a SMDDH implementou, em 1981, o seu primeiro projeto financiado por um organismo internacional. Seguindo a mesma perspectiva da OXFAM e da MISEREOR, a entidade se colocou do lado da comunidade e buscou oferecer formações de educação popular e estimular a organização local para o desenvolvimento de reivindicações locais. Entre outras coisas, trata-se de um momento-chave na história da organização, por conta da mudança da estrutura de mobilização, que passa, de modo geral, de uma fase marcada pelo trabalho voluntário para um financiamento econômico que possibilitou salários, recursos materiais etc. A mudança ocorreu também devido a mudanças e conflitos no interior da própria SMDDH. Sobre aquele momento, José Murilo Santos, que foi o segundo presidente da entidade, após 1982, recorda:

Nessa história toda do final da década de setenta, nós tínhamos uma experiência de educação popular, educação sindical com as pessoas com a qual eu me relacionava. E esse grupo incluía também duas freiras, irmã Barbara e Irmã Anne Carolina que pertencem à congregação de irmãs Notre Dame. Dessa mesma congregação fazia parte a irmã Doroty. A gente acreditava muito no trabalho de educação popular de formação.

Eu cheguei a ser presidente da entidade em um momento de crise, que foi um conflito muito sério que a Sociedade tinha, aliás, não só a Sociedade como outras entidades como o PC do B, que na época tinha uma história de aparelhar e tal, métodos que eram bem questionáveis pra época, então, os fins justificam os meios... isso e aquilo outro, tomar a Sociedade de assalto. E foi nesse período que teve um conflito porque tinha um projeto a ser desenvolvido e tinha dinheiro em jogo, e o projeto foi para trabalhar na área

de desapropriação da AMZA lá para ALCOA e Vale do Rio Doce, mas o outro grupo queria tomar de assalto para fazer um jornal e tinham outros propósitos. O projeto foi escrito pela irmã Barbara que ficou contra a ALCOA, defendendo as comunidades Garau, Jacaminha e outras que não foram expulsas, e tinha a Maristela também. (Murilo Santos, 14/02/2014)

No primeiro trecho, são elencados os aspectos que favoreceram a aprovação do projeto: o tipo de trabalho desenvolvido, a vinculação com as irmãs de Notre Dame. Em seguida, o presidente aponta algumas repercussões internas em torno do projeto, situado em um campo de forças entre PC do B e PT. No âmbito discursivo de alguns militantes<sup>67</sup> e cientistas políticos, essa situação poderia ser pensada em relação ao contexto nacional de abertura gradual dos canais de expressão política, assim, se no Movimento Oposição pra Valer as esquerdas se uniram frente a um inimigo forte, após 1979, a inserção de novos partidos, promovida pelo próprio inimigo, possibilitou mais liberdade para o surgimento de opiniões divergentes. Esse fato já foi interpretado como estratégia de articulação das mobilizações sociais promovida pelo próprio regime que reavaliou a estratégia de repressão como negativa, visto que favorecia a consolidação de um bloco único e mais forte de esquerda (RODRIGUES, 2003).

Na perspectiva do construtivismo sociocultural, tais interpretações são importantes, sobretudo, quando oferecem sentido para as ações, ou seja, os militantes interpretam as próprias ações em relação ao contexto e tendem a transmitir tal enquadramento para os pesquisadores. Trata-se, antes de tudo, da produção de um enquadramento sobre a crise da SMDDH em relação aos fatores contextuais e não somente do relato de um fato. Entretanto, um elemento comum e inegável eram as vinculações partidárias dos membros da SMDDH e a possibilidade de choques de interesses decorrentes das mesmas.

Na disputa para direcionar a utilização dos recursos, o entrevistado (pertencente ao PT) faz uma possível referência ao jornalista Luíz Pedro de Oliveira e Silva (PC do B) que era responsável pelo jornalzinho *Campus-Cidade*. Sobre as disputas internas em relação aos recursos, vale salientar a pesquisa “DIREITOS HUMANOS NO MARANHÃO: concepções, agentes e institucionalização” em cuja realização Dias (2011) obteve o seguinte relato de Maristela Paula Andrade, na época secretária da SMDDH:

---

<sup>67</sup> Os entrevistados concordam que o contexto era propício à expressão das diferenças.

Nesse íterim de 78 a 82 a gente - eu, Bárbara, Murilo -, faz o projeto pra MISEREOR e pra OXFAM. O projeto era pra trabalhar no [bairro] Anjo da Guarda, na questão da expropriação das famílias pra construção do terminal ferroviário. Como a gente... tá trabalhando na CPT... vai criando um certo vazio, de não estar todo o dia na Sociedade [Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos] e os camaradas Washington, Bartolomeu, Eurico [do PC do B], eles vão se apropriando e Luís Pedro, principalmente, vão se apropriando da máquina (literalmente, máquina de escrever)... a gente vai brigar, pra usar a máquina, uma maquininha como se fosse um computador ... a máquina, o jornal... (Maristela Andrade APUD Dias, 2011, p.61).

Corroborando com a mesma linha de pensamento, Luis Carlos Cintra (15/01/2014) reafirma a disputa pela estrutura de mobilização e percebe que a divergência estaria na disputa pela direção da organização, que poderia ter seu perfil alterado de acordo com o resultado dessa disputa, tornando-se uma organização fechada, vinculada a um partido de esquerda, ou uma organização aberta, para os setores que não queriam estar organizados em um partido ou grupo de esquerda, que queriam ter uma atuação mais autônoma, mais ligada às entidades mais próximas à Igreja.

Enfim, além de ser um meio de propiciar determinados repertórios de ação coletiva e caracterizar determinada estrutura de mobilização, o primeiro projeto aprovado pela SMDDH apontou aspectos da dinâmica de conflito interno, obscurecida nos enquadramentos demonstrados anteriormente. Tal fato faz crer que o financiamento externo possuiu vinculações extra e intra SMDDH, seja no *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos reproduzido publicamente, seja nos processos microsociológicos existentes no interior da entidade. Uma forma de compreender a importância desse primeiro projeto na produção de um *macroenquadramento interpretativo* de Direitos Humanos pode ser por meio da análise da própria atuação da entidade na referida área, na qual se atente para a sua relação com outras organizações locais, assim como para a importância dessas interações no processo de construção do enquadramento da própria organização. Sobre essa fase financiada da SMDDH, a revista de comemoração dos 20 anos explica:

Em 1980, já sediada no Anjo da Guarda, preocupada em solidificar um trabalho junto às bases, a SMDDH começou a desenvolver, através de financiamento da MISEREOR, o Projeto Anjo da Guarda (1980-1982) envolvendo a população atingida pelas desapropriações da Companhia Vale do Rio Doce, para fins de construção do terminal ferroviário da estrada Carajás-Itaqui. O trabalho de educação incluía também o acompanhamento e o cálculo das indenizações das famílias de agricultores e pescadores

desapropriadas pela AMZA, na época subsidiária da CVRD (SMDH, 1999, p.21).

No trecho, tem-se a apresentação do projeto por meio do documento institucional que, diferentemente das informações dos próprios membros, não faz referência ao conflito interno em torno dos recursos do projeto, indicando apenas o contexto e os tipos de atividades realizadas junto às populações atingidas pelas desapropriações da AMZA. Assim, para seguir investigando o projeto, será analisado o relatório elaborado pelos próprios membros e, provavelmente, apresentado para a agência financiadora como forma de prestação de contas. Esse documento é bastante rico em detalhes, uma vez que é fruto da dinâmica social daquela organização, elencando assim as ações dos membros, a relação com a agência financiadora e os primeiros contatos e relações da SMDDH com lideranças locais e outras organizações.

## **5.2 Conflitos, cooperações e enquadramentos: a SMDDH no bairro do Anjo da Guarda**

Segundo o relatório escrito por Maria Célia Pires Costa, Maristela Paula Andrade e Domingos Francisco Dutra Filho<sup>68</sup>, os três primeiros meses da SMDDH no bairro do Anjo da Guarda foram para sondar e coletar elementos que possibilitassem um plano mais concreto de ação. Para eles, esse tempo foi necessário também para a busca de uma casa para estabelecer a nova sede da entidade, e para mapear grupos e lideranças existentes no local.

O relatório discorre sobre os primeiros contatos com o movimento comunitário católico do bairro, com os grupos teatrais Grita e Quilombo, com o clube de mães e com o padre João Maria. Sobre a forma como ocorreram os contatos, os elaboradores do relatório explicam:

Em todos esses contatos fomos bem recebidos, com exceção do caso do **padre João Maria**, que não nos admite no bairro enquanto não se resolve a crise interna da Sociedade. **Após os contatos, decidimos optar por um trabalho independente**, isto é, um trabalho que se construa com suas

---

<sup>68</sup> Vale ressaltar que os três membros citados eram respectivamente: a antropóloga, professora da UFMA e secretária da SMDDH; a professora e mestra em química; e o estudante de Direito e recém-filiado ao PT.

próprias bases, sem aproveitar os grupos já nucleados pela Igreja Católica (...). Os motivos que nos levaram a tal opção são: **a ) não permitir que a crise interna da entidade atinja o trabalho no bairro; b) os grupos nucleados pela igreja parecem bastante restritos. São restritos**, em primeiro lugar, porque só atingem católicos; em segundo, porque trabalham mais no miolo do bairro, com as mesmas pessoas e nós pretendemos atingir basicamente o pessoal da invasão; c) existe uma boa parte do bairro que nunca foi atingida por trabalho de nenhuma entidade, nem mesmo a igreja católica. É a estas partes do bairro que decidimos dedicar toda nossa atenção, **exatamente por ser a mais carente.**

O trecho pode ser pensado em três modalidades de enquadramentos. Primeiramente, por meio de um *contraenquadramento interpretativo (counter frame)* que aponta a dinâmica de conflito silenciada nos *enquadramentos interpretativos* de Direitos Humanos produzidos pela SMDDH. Quando se refere à crise interna, o pároco citou a disputa existente entre o PT e o PC do B no interior da entidade. Uma crise que acarretou um processo de cisão e expulsão de membros como: João Luciano Luna, Elizabeth Maria Beserra Coelho, Luís Pedro de Oliveira e Silva, Eurico Fernandes da Silva e Joaquim Washington Luís de Oliveira, entre outros.

Mais adiante, há uma espécie de resposta caracterizada pelo reforço dos *enquadramentos interpretativos* de Direitos Humanos da SMDDH utilizando elementos que denotam fragilidades da inserção católica nas causas sociais locais. Assim, o trecho retirado do relatório sinaliza claramente uma interação entre a entidade e outra organização, e a importância dessa interação na construção de uma representação da organização de defesa de Direitos Humanos.

Tal “resposta” da SMDDH, registrada nesse primeiro relatório, passou a ser incorporada e reproduzida nas declarações de alguns membros da organização, integrando a versão institucional da entidade, publicizada na revista de comemoração dos 20 anos da organização. Em contato com essa revista, foi possível verificar a seguinte declaração da antropóloga Maristela Paula Andrade:

Nessa época havia um movimento a nível nacional em torno da discussão dos direitos humanos, mas a SMDDH tem uma característica muito particular, muito interessante. Todas as outras SDDH nasceram debaixo do manto da igreja. A nossa talvez tenha sido a primeira ou a única civil mesmo, não era uma continuação da base da igreja, embora a igreja estivesse também dentro. (Maristela Paula Andrade APUD SMDH, 1999, p.19)

Assim, a interação inicial em campo da SMDDH foi fundamental no processo de construção dos *enquadramentos interpretativos* de Direitos Humanos elaborados pelos membros da entidade. Considerando que a própria Maristela Paula Andrade, o Eurico Fernandes da Silva e o José Murilo dos Santos possuíam experiência anterior na CPT; o José Veras, na AP (próxima ao setor progressista); o Luís Carlos Cintra, no Grupo Unidade de orientação progressista católica; e que outros membros possuíam vinculação direta ou indireta com os setores da Igreja, a afirmação de autonomia em relação ao “manto da igreja” ganha muito sentido se pensada na relação de tensão entre os membros da SMDDH e o pároco local Jean Maire Van Damme, conhecido como João Maria.

Sobre Jean Marie, vale ressaltar alguns detalhes interessantes que podem colaborar para a compreensão da interação em questão. Ele nasceu em Antuérpia (Bélgica), em 1942, em uma família cujo pai era operário e tradutor (inglês, francês, flamengo e alemão) e a mãe dona de casa. Os avôs maternos vivam de um pequeno comércio de material de construção e o avô paterno era secretário em uma loja de venda de carvão.

Até os 24 anos, Van Damme participou da Juventude Estudantil Católica na qual trabalhou como monitor de crianças e chegou a ser promovido como representante regional desse mesmo grupo. Logo após essa participação, ingressou na Universidade de Lovaine, onde cursou o Bacharelado em Filosofia e em Teologia e mestrado em Ciências Éticas. Segundo o entrevistado, com o Concílio Vaticano, em 1965, ele percebeu uma grande mudança nos rumos da Teologia, com o surgimento de uma interpretação crítica com viés marxista e até mesmo política sobre a Bíblia – isso o teria influenciado a ingressar nos estudos religiosos.

Em 1975, ele chegou a São Luís do Maranhão e foi morar no bairro do Anjo da Guarda, onde trabalhou nas Comunidades Eclesiais de Base e atuou em conflitos ocasionados devido à instalação da Amazônia Mineração S.A. (AMZA), em 1981, naquela região. Concomitantemente às atividades das CEBs, esse agente participou da CPT, em 1977, na qual permaneceu até 1986.

Em 1986, foi acusado de ser comunista e, por conta disso, saiu da CPT e logo ingressou na ASP, onde atuou em um programa de alfabetização de jovens e adultos e na criação de um conselho estadual de reforma sanitária, em 1987. Sobre as atividades

exercidas para resistência frente às investidas da AMZA na região do Anjo da Guarda, ele relatou que eram realizadas dramatizações teatrais entre os moradores e pessoas do movimento para simular situações de interação entre representantes e técnicos da ANZA e lideranças comunitárias. Sobre essas atividades, afirmou o seguinte:

A gente organizava a população para ter argumentos para negociar (...). E, então, uma das atividades era instruir, dá argumentos. É experimentar com essas pessoas, como se comportar diante dos representantes da ANZA, que eram advogados, que eram engenheiros, que eram gente formada. Então a gente instruía a população, a gente acompanhava a população de como tem que argumentar, como se comportar. Não aceitar pura e simplesmente os discursos das pessoas instruídas. Ensinava para nunca assinar nada nem botar o dedo se não soubesse o que *tava* escrito lá. A gente calculava com eles o valor exigível e racional pelas suas benfeitorias. A gente ajudava a calcular, porque a gente fazia tipo aula de matemática, embora, não sendo aula de matemática, mas a gente instigava as pessoas a calcular. Aí a gente ensinava *pra* eles a calcular o valor de um pé de manga. Um pé de manga produz quantas mangas por ano. Se você for plantar agora, quantos anos demora para uma mangueira produzir de novo. Então calcule isso aqui, cada manga é 10 centavos. Cada ano, ela produz vamos dizer 2000 mil mangas então é 200 reais para aquela mangueira durante tantos anos que vocês não vão ter. (Jean Marie Van Damme, 11/03/2010)

Segundo Van Damme, como havia uma dificuldade de publicações, o material de apoio para essas atividades era geralmente mimeografado e o principal ator presente nessas atividades era a Igreja, que teria contribuído para a formação da Associação Itaquí-Bacanga e do Movimento Comunitário Católico.

A trajetória dele foi marcada, desde cedo, por experiências sociais que lhe atribuíram uma concepção política e religiosa que, somadas a sua alta escolarização, compunham um rico *background*, expresso nas atividades de educação popular e na influência que possuía junto aos bispos de postos mais altos na hierarquia da Igreja. Trunfo esse que, segundo Jean Marie Van Damme, também era utilizado em favor das comunidades. Em termos de origem familiar, o conhecimento de línguas e o gosto pela música também demonstram um recurso cultural passível de utilização em atividades educativas e também como concepção de mundo.

Em termos de trajetória e inserção nas mobilizações sociais, as características do pároco e dos membros da equipe da SMDDH apresentavam semelhanças, tendo inclusive a experiência na CPT como aspecto comum. Assim, o embate no qual foi exposto, de um lado, o *contraenquadramento interpretativo*, apontando a crise interna

da entidade, e de outro, um enquadramento interpretativo relacionado ao trabalho restrito da Igreja naquela região, só pode ganhar sentido pelos elementos de diferença que marcavam os envolvidos na relação.

Nesse sentido, uma diferença crucial nos perfis dos membros da SMDDH e do pároco é o posicionamento político partidário que pode melhor visualizado de acordo com alguns pontos específicos da micro história contida naquele contexto: 1) no auge da crise interna da entidade, todos os membros do PC do B, inclusive os fundadores, foram expulsos, permanecendo os do PT; 2) o pároco Jean Marie Van Damme além de possuir laços fortes com Eurico Fernandes da Silva (SMDDH e PC do B), pessoa com quem trabalhou na CPT, também foi expulso da CPT justamente por causa de uma acusação de ser comunista e próximo ao PC do B.

Dessa forma, as ações e interpretações desses atores só podem ganhar sentido de acordo com uma teia mais ampla de significados. Não se tratava apenas da primeira interação entre duas organizações representadas em duas pessoas, mas também do significado encravado ao longo das trajetórias dos membros que as compunham e da configuração partidária expressa nos conflitos ocorridos no interior da SMDDH.

Além da relação difícil com o pároco Jean Marie, apontado como resistente à ação da SMDDH no bairro, o relatório também discorre sobre problemas com a Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) que posteriormente também passou a atuar no mesmo local. Sobre essa situação, o relatório da entidade explica:

Como está claro no nosso projeto inicial, havíamos escolhido o bairro do Anjo da Guarda justamente por não estar presente, naquele local, nenhuma outra entidade, como Caritas ou FASE. Após o início do trabalho, alguns elementos da FASE aproximaram-se do bairro, numa tentativa de boicote ao trabalho da SMDDH, apresentando-se para cuidar de casos de assistência jurídica e também para dar cursos de direitos humanos (...). Além disso, a **entrada daquela entidade dá-se, como de costume, através dos canais, como a igreja, ou seja, há sempre um aproveitamento de trabalhos já existentes.** No nosso caso, apesar de desejarmos um bom relacionamento com todos os grupos do bairro, **queremos montar um trabalho próprio.** Deste modo, a atitude pirata de alguns elementos da FASE não nos atinge, à **medida que não baseamos todo o nosso trabalho em cima de intermediários.** .( Jean Marie Van Damme, 11/03/2010)



Relacionalmente, o trecho afirma a SMDDH por meio de três características: o pioneirismo, a especialização em questões de direitos Humanos e a autonomia frente à mediação da Igreja. Consequentemente, aponta a FASE com características opostas, uma vez que tal organização apareceu posteriormente no Anjo da Guarda, não se afirmava como uma entidade de defesa de Direitos Humanos e possuía forte apoio da Igreja. Nesse viés, a inserção posterior da FASE com trabalhos de assistência jurídica e fornecendo cursos de Direitos Humanos é interpretada como uma atitude de “boicote”.

Sobre a FASE, vale destacar que nacionalmente essa instituição existe desde 1961 e, em São Luís, desde 1973 com a implementação de uma equipe que contava com oito técnicos que atuavam, inicialmente, no litoral ocidental do Maranhão, na ilha de São Luís e nos subúrbios da capital. A relação entre as CEBS e a FASE era extremamente forte já que esta última foi criada e financiada através da Confederação dos Bispos Norte-Americanos, com o objetivo de ajudar organizações dedicadas à assistência social e educacional, através da prestação de assessoria técnica<sup>69</sup>. O fato de ser gestada dentro de uma organização religiosa, com o objetivo de prestar serviços de apoio a projetos desenvolvidos pela mesma, fornece sentido e razão de existência para o trabalho da FASE e garante (hipoteticamente) um trabalho de base junto aos moradores, sempre associado a iniciativas anteriores.

A mediação da Igreja e a autonomia foram pontos valorizados e utilizados em um processo de um contraenquadramento interpretativo produzido pela SMDDH, ou seja, o trecho demonstra uma relação que pode ser estabelecida entre o pároco, representante da Igreja, e a FASE, apoiada nos trabalhos de mediação da Igreja, reforçando assim a característica de autonomia defendida pelos membros da SMDDH. Posicionando-se como uma organização que sofre resistência de outras, o relatório explica:

**Chamamos ainda a atenção para o fato de que esta atitude em relação à SMDDH no bairro do Anjo da Guarda já ocorreu em outras ocasiões, e em outros bairros, em relação a outros grupos, como é o caso do Comitê de Oposição pra Valer no bairro do Coroadinho. O sectarismo dos companheiros da FASE faz com que persigam trabalhos semelhantes ao seu exatamente porque são semelhantes, embora independentes. Os companheiros não suportam a independência e preferem perseguir**

---

<sup>69</sup> Histórico da FASE, 1974.

**grupos de esquerda, a tentar neutralizar o trabalho de manipulação operado pelo PDS junto aos moradores da periferia da cidade.<sup>70</sup>**

No trecho, reafirmando a continuidade da cisão relacionada à origem da SMDDH, percebe-se que há uma importante informação que diz respeito à resistência do Comitê do MOPV no bairro do Coroadinho, que é mencionado juntamente com uma crítica feita aos “companheiros” da FASE. Assim, além de reafirmar a questão da autonomia da SMDDH, e conseqüentemente, da dependência dos membros da FASE, a citação valoriza uma perspectiva de *enquadramento* da luta maior por democracia, ou seja, a luta da esquerda frente ao trabalho de manipulação operado pelos partidos vinculados à situação. Há, na verdade, um tipo de interpretação que opera no âmbito simbólico da disputa partidária nacional que reafirma a organização de defesa de Direitos Humanos como uma organização de esquerda, remontando assim a um contexto anterior.

Enfim, as ações de comunicação expressam antes de tudo um processo de construção de *enquadramento interpretativo* e *contraenquadramentos* interpretativos que trazem aspectos do contexto vivido e das características dos atores envolvidos na interação, apontando assim para um tipo de análise sociológica que não toma as ações, representações e sentidos como dimensões apartadas dos atores e seus contatos e processos identitários.

Se as primeiras relações dos membros da SMDDH estabelecidas com o pároco local e com os membros da FASE indicaram um processo de diálogo de *enquadramentos* e *contraenquadramentos*, sinalizando um denso trabalho de classificação e interpretação daquele contexto, remontando a elementos da história política, das dinâmicas internas da organização e das experiências vividas pelos membros das organizações que configuravam uma situação de conflito, houve por outro lado processos de cooperação vinculados à perspectiva do *macroenquadramento* de Direitos Humanos e também sustentados sobre os processos discursivos de ligação.

A compreensão dos esforços de enquadramentos, visando à cooperação entre organizações, é um ponto que direciona para as relações entre a SMDDH e os

---

<sup>70</sup> Informações obtidas em documentos produzidos pela SMDH: “Relatório da equipe de trabalho – período dezembro de 1980 a fevereiro de 1981 na área do Anjo da Guarda”. Tal relatório foi produzido pelo advogado José Ribamar Castro Ramos, pelos estudantes de Direito e Filosofia, Célia Maria Correa e Domingos Francisco Carlos Dutra Filho e pela Antropóloga Maristela de Paula Andrade.

organismos internacionais, explicados no início deste capítulo. Nesse sentido, nota-se que, segundo o relatório da SMDDH, uma exigência das “agências doadoras” era a troca de experiências entre entidades que desenvolvessem trabalhos semelhantes. Essa informação demonstra que os processos discursivos e os enquadramentos de ligação perpassaram diferentes níveis da ligação entre a SMDDH e as agências internacionais; e entre a SMDDH e as organizações locais, sinalizando um tipo de orientação para as ações da entidade. O relatório informa o seguinte:

[...] nossa equipe procurou a equipe de periferia da Caritas para trocar ideias. A partir daí, temos nos reunido sistematicamente para discutir o trabalho e já partimos para a elaboração conjunta de um folheto sobre posse urbana e um áudio visual sobre a invasão. Deste modo estaremos amadurecendo profissionalmente e, ao mesmo tempo, economizando recursos de nossos projetos. [...] julgamos de grande importância esta aproximação entre as duas equipes porque cremos que mais pessoas engajadas em um trabalho de educação política podem servir melhor às populações dominadas. (SMDDH, 1981, p.3)

No trecho, é possível visualizar dois tipos de características relacionadas ao trabalho de cooperação: as relacionadas à realização de trabalhos técnicos (folheto e audiovisual), que juntamente com a questão da “economia de recursos”, almejada com a aproximação entre as equipes, denota a importância da estrutura de mobilização e aspectos organizacionais da SMDDH; e as que dizem respeito às interpretações e percepções expostas sobre as populações e sobre a própria atuação profissional dos membros da equipe, já que classificam o local como “invasão” e as populações locais como dominadas que, em contrapartida, percebem a experiência como possibilidade de amadurecimento profissional.

Sobre o audiovisual é importante explicar que era uma técnica que combinava a captura de imagens por meio de filmagem e a de áudio com uma aparelhagem específica. Essa técnica, que exigia a sincronização de imagem e som, era desenvolvida localmente pelo cineasta José Murilo dos Santos, na época marido da Antropóloga Maristela Paula Andrade. Vale salientar que esse trabalho representava o que se tinha de mais moderno em termos de registros audiovisuais na época e também aponta para o equipado quadro profissional da entidade.

Já o folheto “Direito de Posse”, que foi fruto do trabalho conjunto da SMDDH com a Caritas, trazia informações sobre a situação de conflito entre a AMZA e os moradores do bairro do Anjo da Guarda, salientando a importância da compreensão do

direito de posse e também da participação nas reuniões para o aprendizado dos mesmos. O panfleto mostra dois homens dialogando sobre a situação de expulsão dos moradores e sobre o código civil e expressando o desejo de participar das reuniões para se instruírem sobre esses direitos, como demonstra a Ilustração 13.

### Ilustração 13 - Folheto produzido pela SMDDH e Caritas (1980)



Fonte: DOPS/MA

Entre outras coisas, a tirinha reforça a ideia, contida no relatório, de que aquela era uma população “dominada” que necessitava de um trabalho de educação política desenvolvido pelas equipes vinculadas às entidades. Essa percepção, associada à inserção da SMDDH no bairro do njo da Guarda, não estava apartada da carta de princípios da entidade, especificamente os de número 1, 6 e 7, que afirmavam, respectivamente:

- Prestar decidido apoio moral, jurídico e material àqueles que forem violados em seus direitos;
- Apoiar iniciativas dos moradores de bairros e subúrbios das cidades, em suas justas reivindicações;
- Denunciar e combater a grilagem urbana e a expulsão de moradores da periferia de São Luís...

Tal relação entre os elementos vinculados aos enquadramentos e as ações práticas da SMDDH na área do Anjo da Guarda pode ser compreendida como um ponto

estratégico de análise, já que foi o momento em que as relações entre as organizações estiveram associadas a um conjunto de interpretações produzidas ao longo do processo de formação da entidade, ou seja, a relação entre as ideias e as práticas relacionadas à institucionalização dos Direitos Humanos.

Outro ponto que pode ser destacado é a classificação de “invasão” apontada no relatório quando discorre sobre o folheto e o audiovisual. Sobre essa forma de classificação, o estudo de Marmanillo (2011) aponta que há uma distinção entre os termos nativos: “invasão”, “ocupação”, “habitação” e “ocupação espontânea” de acordo com determinados grupos e ambientes nos quais são produzidos. Segundo ele:

Se pudéssemos voltar até a década de 1980 e experimentar verbalizar cada um desses termos nos diferentes domínios sociais relacionados aos conflitos e disputas geradas entre os migrantes e empresários e/ou órgãos estatais, provavelmente teríamos diferentes reações, a depender dos locais e pessoas envolvidas nessas relações. Nesse sentido, utilizar o termo “invasão” dentro de uma sala com advogados da Comissão Justiça e Paz teria um efeito diferente de utilizar o mesmo termo para empresários do setor imobiliário e para os próprios “moradores”. De modo geral, o termo “invasão” parece ser o mais antigo e está relacionado diretamente à ideia de “ocupação ilegal”, e também aos primeiros problemas sociais gerados pela disputa de terrenos entre “proprietários” e as famílias instaladas nas áreas visadas. Para ter maior eficácia, por parte dos proprietários, o termo era apoiado pela utilização de documentos como escrituras e testamentos comprovados em cartórios. Esse termo – geralmente utilizado com um tom pejorativo – parece trazer consigo a ideia de propriedade e defesa da mesma justificada por meio da “violência”. (MARMANILLO, 2011, p.37)

Enfim, tal termo indica uma etapa do processo de formação de um tipo de linguagem específica para um tipo de “arena” caracterizada por diferentes interpretações sociais vinculadas a determinados grupos e interesses. Nesse processo se incorporaram outros termos como “posse”, “código civil” e, principalmente, “direito” que foram difundidos localmente por meio de reuniões, declarações públicas e produção de materiais impressos. Tanto os produtos da parceria entre SMDDH e Caritas quanto os documentos e declarações públicas dos líderes da SMDDH apontam para o fato de que parece ter ocorrido um movimento constante de relações sociais entre organizações ou entre organizações e pessoas, que gerava o compartilhamento de ideias e termos, resultando na formação de uma linguagem específica da militância e na orientação de outras ações.

Após os primeiros contatos com a FASE, Caritas e Igreja local, os membros da SMDDH orientaram as ações para outras áreas do bairro do Anjo da Guarda, como a Travessa Dr. Salomão e a Rua Bom Sucesso, localizadas em áreas acidentadas, afastadas do centro do bairro e sem qualquer apoio da Igreja Católica ou de outras entidades. Nesses espaços, os membros da equipe da SMDDH realizaram visitas nas casas, buscando colher informações sobre origem, trabalho, história de migração e família, de modo a obter um retrato rua por rua. Segundo o relatório, essa metodologia garante “um caminho seguro para estabelecer laços de confiança com a população e para garantir um conhecimento dos problemas concretos dos moradores.” Como resultado desse trabalho, a equipe da SMDDH explica:

[...] observamos que grande parte da população das invasões visitadas até o momento procede da Baixada Maranhense: São João Batista, Viana, São Vicente de Ferrer e outros municípios. Há uma presença marcante de operários de construção civil, vigias, e também de lavradores que se acham numa situação de transição entre o rural e o urbano. Os problemas mais sérios, além do próprio desemprego, são os despejos efetuados pela Hansa e a própria situação de “invasores” que devem enfrentar a Surplan e a polícia toda vez que ocupam um novo terreno. Nas invasões já consolidadas o maior anseio é a energia elétrica, um dos problemas que mais mobiliza os moradores. A partir destas observações iniciais, iniciamos um processo de reuniões nas ruas para discutir problemas levantados pelos moradores como: indenizações (Hansa) e energia elétrica. (SMDDH, 1981, p.4)

Por meio da observação da equipe da SMDDH, o relatório materializa um diagnóstico apresentado para sua agência financiadora. Percebendo um quadro caracterizado pelo desemprego e confrontos atrelados à situação de “invasor”, o trecho distingue os diferentes tipos de invasão (consolidadas e recentes) e diferentes demandas, como indenizações e reivindicação de energia elétrica, que apontam questões cujas especificidades podem caracterizar uma nova fase da entidade em relação à elaboração de diagnósticos e mesmo de enquadramentos interpretativos.

Se antes os diagnósticos e prognósticos que compunham os primeiros enquadramentos, desenvolvidos pelo primeiro presidente e expressos na carta de princípios, apontavam para uma causa maior ou para o oponente personificado na figura do Estado ditatorial, já a ação da entidade no período após o primeiro financiamento parece polarizar os alvos e especificar mais os problemas, caracterizando uma ideia de reforma em detrimento da ideia de mudança, tão associada às primeiras experiências dos ativistas quando faziam referência ao Movimento Oposição pra Valer. Recordando o posicionamento da Igreja Católica nos primeiros alinhamentos com a ideia de Direitos

Humanos, pode-se pensar que nessa fase financiada o alvo da centralização política parece ter sido dissolvido em favor de temas como inclusão social, luta contra a pobreza e pela cidadania.

Colocando em outros termos, se em alguns momentos era possível observar um comportamento mais radical quando os membros da SMDDH expressavam, publicamente, frases como: “Não queremos a ALCOA, como não queremos Castelo, como não queremos Figueiredo!”, o relatório demonstra para a MISEREOR que o problema principal não perpassa diretamente o âmbito político partidário, apontando para elementos da realidade local como desemprego, falta de energia elétrica, situação de invasão etc.

Enfim, se no início a forma de trabalho voluntário, a organização e os alvos poderiam atribuir à SMDDH características de movimento social, a atuação via projetos financiados pode ter caracterizado uma nova fase da entidade, reafirmando a característica mediadora já sinalizada em alguns trechos da carta de princípios. Sobre isso, observa-se que dos dezesseis princípios, dez colocam a SMDDH na posição de protagonismo na “luta” contra determinadas arbitrariedades e por questões e valores como democracia, liberdade, fim da violência ditatorial etc. Já os outros seis caracterizam a entidade como instituição de auxílio na organização e apoio de outras questões como a situação dos moradores dos bairros periféricos, salários, luta estudantil, indígena etc. Sobre a percepção da entidade em relação aos moradores dos referidos espaços e sua intervenção, observa-se o seguinte registro:

Interessante notar que por todos os lugares onde temos andado não há qualquer indício de trabalho de qualquer entidade, mesmo a igreja católica, e que a população tem se movimentado por sua conta, seja auto defendendo-se no caso das repressões às invasões, como no caso da reivindicação de direitos (energia elétrica). Mais uma vez fica confirmado que os trabalhadores têm capacidade para se organizar e que o fazem sempre que sentem um problema concreto; que há líderes da classe, que não coincidem exatamente com aqueles formados pela ação da igreja; que o nosso papel será o de servir de força auxiliar a este movimento que já percebemos entre os próprios moradores. Uma de nossas preocupações será sempre a de não trazer para nós a liderança de qualquer movimento, uma vez que cremos firmemente na capacidade dos trabalhadores em serem sujeitos (SMDDH, 1981, p.4).

Além de posicionar a SMDDH como assessora e força auxiliar, a citação explicita pelo menos dois tipos de interação: uma com a agência de financiamento e outra com a Igreja. Com a agência de financiamento, a própria existência do relatório já indica um tipo de comunicação. Há também um exercício prático de alinhamento

discursivo com as missões das principais agências financiadoras, pois como citado no início do capítulo, a OXFAM (2012) partilhava uma compreensão de que os processos de mudança devem abranger a agência das pessoas pobres e marginalizadas e a MISEREOR (2014) apostava na “liderança da classe”, acreditando que eles têm força para melhorar as suas condições de vida de forma duradoura.

Além de registrar uma percepção alinhada com as expostas nas missões das duas agências financiadoras do projeto, o trecho está vinculado aos primeiros contatos da entidade com o pároco local e com a FASE, ou seja, também pode ser entendido como um *contraenquadramento* em relação ao *enquadramento* da crise da SMDDH e reafirma a autonomia das lideranças locais em relação às ausências tanto da Igreja quanto da FASE nas áreas mais afastadas do centro do bairro do Anjo da Guarda.

É possível notar que os *enquadramentos* são produzidos a partir de diferentes relações, ocorridas em diferentes níveis, que vão desde o âmbito internacional até o local, caracterizando um processo complexo no qual os registros não podem ser descontextualizados das situações de interação, nem das características das próprias organizações.

Seguindo a leitura do relatório, observa-se que a equipe expressou – provavelmente para a agência financiadora – a perspectiva futura de atuação no bairro. De acordo com o texto:

Nas próximas etapas do trabalho, mais especificamente durante o mês de março, pretendemos continuar as visitas de casa em casa, abrindo mais frentes de trabalho em áreas de invasão, assim como dar continuidade às áreas iniciadas no período passado.

Uma das possibilidades de trabalho é a **montagem de grupos de alfabetização de adultos em algumas ruas, no sentido de utilizar este tipo de técnica de educação política**. Outra possibilidade que vem sendo estudada pela equipe é a montagem de uma ou duas classes na faixa de 10 e 14 anos, ou seja, entre aquelas que ficam discriminadas, tanto pela rede escolar oficial, como pelo Mobral. Através destas 50 ou 60 crianças, pretendemos iniciar um trabalho com seus pais. Esta escolinha informal seria montada em nossa sede no bairro. Para tanto, seriam necessários recursos para a aquisição de cadeirinhas, lousa, etc.. Este assunto deverá ser apreciado em assembleia geral da entidade. (SMDDH, 1981, p.4-5)

Aproximando-se da ideia de educação de base desenvolvida pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a equipe da SMDDH demonstra um desejo de atuação em duas linhas: uma voltada para a alfabetização e educação política com adultos; e outra



para a educação básica de crianças desassistidas pela rede escolar oficial. Tais perspectivas podem ser entendidas como sinal de uma fase de transição na qual se tem, de um lado, a preparação crítica frente a uma situação de exclusão e precarização e, de outro, um paliativo (escolinha informal) que pode ser entendido como substituição de uma ação que deveria ser realizada pelos governos municipal e estadual, ou seja, a “terceirização” de uma função – algo bem característico das ONGs. Embora esse plano não tenha sido concretizado de fato, ele expressa a entidade no sentido da onguização.

Por outro lado, o trecho também aponta um diagnóstico e um prognóstico que existia em relação à possibilidade de obtenção de mais recursos e de apreciação na assembleia da entidade. Esse é, antes de tudo, um texto que aponta o papel de mediadora da equipe, a qual estabelecia comunicação com a agência financiadora, com a comunidade e com os outros membros da SMDDH. Logo, trata-se de uma comunicação que possui sentido quando inserida nesse processo de interação que envolve tais atores e a difusão da ideia de Direitos Humanos no bairro do Anjo da Guarda.

### **5.2.1 LUTANDO CONTRA A AMZA: Rua Bom Sucesso e Travessa Dr. Salomão**

A Rua Bom Sucesso e a Travessa Dr. Salomão foram as áreas específicas nas quais a equipe da SMDDH atuou no bairro Anjo da Guarda. Esses locais, durante a década de 1970, caracterizavam a fronteira do bairro em relação ao espaço destinado à CVRD, administrado pela AMZA. Além de serem locais precários em relação às áreas centrais do referido bairro, significaram uma expansão que logo foi tensionada com os funcionários da AMZA.

Como é possível observar na Ilustração 14, a Rua Bom Sucesso, até hoje, corresponde ao limite no bairro; já a Travessa Dr. Salomão teve seu limite ultrapassado, sinalizando uma expansão do bairro em direção à área destinada à CVRD. Na imagem, é possível distinguir os diferentes tipos de espaços marcados por edificações industriais, como galpões e áreas vazias, das muitas casas que caracterizam esse bairro que é um receptor de fluxos migratórios.

#### Ilustração 14 - Limites da Rua Bom Sucesso e da Travessa Dr. Salomão



Fonte: Google Earth, 2014.

A Travessa Dr. Salomão, segundo o relatório de SMDDH (01/1982), era uma área acidentada localizada dentro de um grande boqueirão conhecido localmente como “buraco”. Embora já existisse por cerca de seis anos, não possuía serviços de infraestrutura (água encanada, sistema de esgoto, energia elétrica, estradas de acesso ao local). Também caracterizada pelas más condições, a Rua Bom Sucesso era apontada por seu quadro de desolação já que, segundo os moradores, nenhuma entidade ou grupo, tanto do bairro como de fora, esteve na área para prestar-lhes qualquer tipo de assistência.

Sobre a relação entre os moradores da Rua Bom Sucesso e a AMZA, o relatório explica que a empresa possuía a prática de carimbar as residências e realizar um cadastro com os moradores, proibindo-os de efetuar reparos em suas moradias e utilizar recursos naturais, como palha, barro, madeira, assim como de fazer plantações no local, uma vez que, legalmente, eles eram considerados posseiros até que se efetivasse a indenização da empresa.

Por conta disso, uma das ações realizadas pela equipe da SMDDH foi uma reunião, com a presença de oito pessoas, no dia 21 de fevereiro de 1980, na residência de um morador local conhecido como Zé Lico. Sobre essa reunião, o relatório explica:

Um dos objetivos desta reunião era o de aprofundar um pouco mais sobre o Direito de Posse, entretanto, isto não ocorreu devido às dúvidas surgidas durante o desenrolar das discussões a respeito da diferença existente entre direito e dever. Diferença esta que foi colocada logo no início das discussões através de exemplos concretos. Quando solicitados para exemplificar o que seria direito e o que seria dever, houve por parte de alguns dos presentes um pouco de confusão, dúvida esta que no fim da reunião não mais se verificou. Ainda foi colocada por um dos presentes, a necessidade de lutarem pela luz, tendo ficado como encarregado de redigir um abaixo-assinado, o Hamilton por já se ter feito isto em épocas passadas, segundo que neste deveria deixar bem claro o porquê desta necessidade: os constantes assaltos na ladeira, o desuso de aparelhos eletrodomésticos, etc.. Depois de redigido o abaixo-assinado seria *tirado* uma comissão de moradores para se dirigirem até a CEMAR<sup>71</sup>. (SMDDH, 02/1981)

O trecho apresenta a troca de experiências entre os participantes da reunião e os membros da equipe da SMDDH, rico processo por meio do qual foram difundidas informações sobre direitos e deveres, com especial destaque para a participação do morador Hamilton, que utilizou a experiência que já possuía com abaixo-assinados nesta nova situação. Desse modo, entre outras coisas, a reunião pode ser compreendida como um *repertório de ação coletiva* que, segundo Tarrow (2009), possui um aspecto cultural envolvendo o que as pessoas fazem quando estão engajadas em um conflito, os conhecimentos por elas mobilizados e o que os outros esperam que façam dentro de um contexto de mobilização de recursos (IDEM, 2009).

Trata-se também de uma situação de interação entre a equipe da SMDDH e os moradores, na qual os papéis e expectativas pareciam estar delimitados. Pois, segundo os moradores, nenhuma entidade ou grupo esteve na área prestando-lhes qualquer tipo de assistência (SMDDH, 02/1981). Por outro lado, o *enquadramento discursivo de ligação* entre a entidade e as agências de financiamento tem o seu foco sobre populações precarizadas e excluídas social e economicamente. Dessa forma, os discursos e as percepções parecem orientar as práticas, efetivando-se por meio dos repertórios de ação coletiva, interação e socialização de percepções e saberes oriundos de outras experiências.

---

<sup>71</sup> Companhia Energética do Maranhão.

No mesmo relatório teve-se acesso às informações de uma reunião ocorrida às 17 horas do dia 30 de maio de 1981 na mesma Rua Bom Sucesso. Essa reunião tinha como objetivo a redação de uma nota sobre os abusos da AMZA com vistas a uma publicação na imprensa local. Segundo a ata:

Inicialmente foi discutido concretamente por todos os presentes, qual o conteúdo da mesma, concluindo-se que esta deveria conter os seguintes pontos:

- a) Levar ao conhecimento público todos os abusos da AMZA, inclusive o ano em que estes começaram;
- b) As várias tentativas de terem uma decisão definitiva por parte da mesma (deslocamento de alguns moradores até aquela empresa em busca de uma solução);
- c) O intuito da AMZA de deixá-los cercados como já tem acontecido em outros lugares, e ao mesmo tempo relatar sua resistência contra este ato;
- d) E finalmente lançar um apelo às autoridades públicas para que sejam tomadas as providências legais: ou que a área seja liberada, ou que sejam indenizados.

[...] Vale aqui ressaltar, a insistência dos moradores de que a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos elaborasse também uma nota para fortalecer ainda mais a denúncia elaborada por eles. A próxima reunião ficou marcada para o dia 06.06.81, para que se verificasse se houve alguma novidade, algum pronunciamento da AMZA.

Além de a nota pública caracterizar um tipo de repertório resultante do diálogo e do trabalho de seleção que envolveu os oito participantes, ela demonstra também um processo de *enquadramento interpretativo* emergente da própria comunidade, sendo evidente a tentativa de um processo de alinhamento com a SMDDH, com as autoridades políticas, convidadas no papel de direcionar a situação, e com o público leitor dos jornais locais.

A imprensa local pode ser entendida como espaço de luta onde são expressos os enquadramentos, realizados no sentido de obter não só apoio público, mas também uma resposta da própria empresa envolvida no conflito. O “conhecimento da situação de abusos da AMZA” quando publicizado se caracterizaria como um tipo de trunfo político que poderia ser operacionalizado na situação de interação entre a empresa e os moradores, o que, entre outras coisas, sinaliza a importância que era atribuída para a opinião pública.

Também não se pode deixar de mencionar que a prática de utilização da imprensa escrita local já era um tipo de repertório ativado pela SMDDH desde o processo inicial de sua formação, caracterizando um conhecimento que integrou a

trajetória dos próprios membros da entidade, cujas características organizacionais podem ser percebidas nas citações por meio das modalidades de ação como: utilização da mídia, definição de comissões e divisão de tarefas, e processo de construção de diagnósticos da realidade local.

Uma resposta, proveniente de um conjunto de ações dos moradores juntamente com a SMDDH, pode ser observada na ata de uma reunião ocorrida às 19h30min do dia 4 de agosto de 1981. Segundo o documento:

Nesta ocasião, trata-se essencialmente da proposta feita pela AMZA aos moradores, uma vez que esta já tinha chamado o Sr. Cândido, Dona Florzinha, Hamilton, Darcy, Dona Maria e Sr. João, sendo que nenhum dos que foram, até o momento, concordaram com o preço oferecido. O Sr. João juntamente com Sr. Cosme foram os que demonstraram maior desagrado. Diante de todo problema, ficou decidido que se tirariam fotos de todas as casas, o que serviria posteriormente para denúncias em jornais, e mesmo nas negociações [...]

Aceitou-se também que as próximas chamadas seriam acompanhadas por uma pessoa da equipe. Todos diante da insatisfação com o preço oferecido pela AMZA estavam muito temerosos que a cerca fosse passada uma vez que estes já tinham sido chamados, e que, portanto, não sairiam. Foi explicada mais uma vez a questão da lei de desapropriação, onde estabelece que ninguém é obrigado a acatar o preço oferecido pelo expropriante e que a desapropriação só se consuma com a indenização, assim sendo a AMZA não tem nenhum amparo legal para realizar tal ato.

O trecho da ata mostra que a relação entre enquadramentos nos meios de comunicação tornou-se também uma interação entre moradores e empresa, caracterizada pelo clima de medo da desapropriação da área da Rua Bom Sucesso e pela orientação jurídica prestada pela equipe da SMDDH, que também se disponibilizou a acompanhar os moradores em suas idas à empresa.

A utilização de denúncias em jornais é apresentada como importante recurso, complementado com a utilização de imagens das casas que também poderiam ser usadas nos processos de negociação. Caracterizando um elemento importante nessa interação entre empresa e moradores, a fotografia garante o registro de uma situação que pode ser, posteriormente, comparada com vistas a detectar intervenções da empresa ou mudanças, ou seja, ela é um registro vinculado à ideia de permanência. Sobre o uso das imagens nas mobilizações sociais, Claudino (2012) explica que:

Cabe, portanto, reconhecer que o jogo do qual os movimentos sociais participam não se dá apenas no território estabelecido por esses movimentos ou por seus antagonistas dentro dos limites estabelecidos pela política, em seu sentido mais clássico. Trata-se de reconhecer que esses limites bem como a própria política são devedoras de um mesmo paradigma visual cujas regras se estabelecem nos usos sociais organizados em torno da imagem. (CLAUDINO, 2012, p. 37-38)

Assim, as imagens podem ser compreendidas como expressões ideais valorativas, fundamentais na composição dos *enquadramentos e macroenquadramentos* que possibilitem estratégias de alinhamento. Seu uso social pode ser compreendido como importante símbolo no processo de interação entre os moradores e a empresa, ou seja, está inserida em uma lógica de relação social que transpassava diversos contextos: os da interação face a face, o da imprensa escrita, e também o imagético. Em outros termos, é possível pensar em uma analogia (literal) do termo enquadramento relacionado aos aspectos discursivos e práticas, e também no que diz respeito às mensagens contidas nos enquadramentos visuais.

Sobre o acompanhamento dos moradores, durante o processo de negociação das indenizações, pode-se destacar o caso de uma moradora que exemplifica bem o tipo de atuação da entidade. Segundo o relatório:

Em relação à situação de D. Maria da Vila Bom Sucesso, junto à AMZA, ficou certo para o **acompanhamento do advogado, com as pessoas interessadas ao escritório da referida empresa no bairro do João Paulo (...)**. Ao chegar ao escritório da AMZA fomos recebidos pelo Dr. Horácio, a quem tomamos as seguintes informações: - Quando a AMZA indenizará D. Maria e os demais moradores da área? - Com ordem de quem os guardas estão proibindo os moradores de consertar suas casas e fazer plantações? O Dr. Horácio nos deu os seguintes esclarecimentos: “A AMZA ainda não indenizou as casas do Bom Sucesso porque não tem outro lugar para fazer o remanejamento dos moradores indenizados”. Mas afirmou que seria ainda neste ano. Quanto à proibição de consertar as casas, explorar a terra, o Dr. Horácio negou conhecimento por parte da AMZA de determinadas ordens. **No final houve o seguinte diálogo entre moradores e o advogado da AMZA: Então para que guardar nossa área? Para evitar nova invasão (respondeu); Podemos plantar e consertar nossas casas? – Podemos?**

A partir do trecho, é possível verificar que existem, na verdade, dois tipos de interações diferenciadas: a primeira, entre o Dr. Horácio e o advogado da SMDDH, a quem se esclareceu o motivo da demora na indenização e negou-se que a empresa tivesse proibido os moradores de consertar as próprias casas e realizar plantações. No entanto, o diálogo entre os moradores e o advogado da empresa sinaliza outro tipo de

interação na qual o diálogo apresentou o oposto das respostas fornecidas ao membro da SMDDH. Entre outras coisas, é possível pensar que a empresa se utilizava de uma série de estratégias que transitavam na limiaridade da institucionalidade jurídica e das ações violentas.

Sobre a atuação da SMDDH na Travessa Dr. Salomão, obteve-se, em campo, um relatório mais detalhado, no qual foram observados pontos importantes como: o método de aproximação da entidade em relação aos moradores, as características e conflitos internos da comunidade, as reuniões e estratégias de reivindicação de demandas, e um tipo de síntese sobre a evolução do trabalho da entidade. Neste subtópico, o referido documento será analisado em detalhes, atentando-se para as estratégias de enquadramento, alinhamento e estrutura de mobilização acionadas pela entidade.

Com uma escrita etnográfica e outros aspectos que sinalizam a presença de um profissional da Antropologia na equipe, o relatório explica que o local foi o segundo com o qual a equipe de trabalho entrou em contato. Sobre as visitas realizadas nas casas dos moradores o texto explica:

Nestas visitas, explicávamos a razão de nossa presença, o objetivo de nossa entidade, colocada no contexto geral de defesa dos direitos humanos; qual a finalidade de nosso trabalho naquele local e de que forma ele seria desenvolvido. Procurávamos deixar claro que nossa presença não tinha nenhuma relação com igreja, governo, partidos políticos e outras entidades do gênero, no sentido de não sermos confundidos com estas instituições e ao mesmo tempo evidenciar o papel da entidade a qual representávamos. [...] A maneira de nos comunicarmos com os moradores, utilizando uma linguagem popular, por exemplo, o nosso comportamento diante da miséria de vida que levam e principalmente o nosso discurso diferente de muitos outros por eles ouvidos, foram condicionamentos importantes no processo de relacionamento entre a equipe de trabalho e moradores [...] no entanto não foi possível estabelecer de maneira uniforme estes laços de amizade com todas as famílias... (SMDDH, 1982, p.2)

Se a análise já possibilitava inferir que o processo identitário da SMDDH poderia ser percebido pela produção de enquadramentos e contraenquadramentos que refletiam aspectos das relações entre organizações no bairro do Anjo da Guarda, o elemento de diferenciação é explicitamente relatado pelos próprios membros da entidade de defesa dos Direitos Humanos que buscavam sempre evidenciar a instituição que eles representavam.

Essa preocupação de diferenciação torna possível considerar dois aspectos: a habilidade profissional da equipe ao apresentar uma linguagem popular e desenvolver meios de aproximação e obtenção de laços de confiança com os moradores; e a preocupação da equipe em distinguir-se de um conjunto de entidades (Igreja, partidos etc..) que também atuavam nas áreas periféricas da cidade de São Luís. Sobre a atuação de outras entidades, verificou-se a presença da FASE, da Caritas e da Igreja local, no entanto, por meio de um relato de um ex-militante da SMDDH, expulso no momento da crise interna da entidade, foi obtida a seguinte informação:

Eu lembro que era um negócio interessante porque a gente não tinha, vamos dizer assim, nenhuma legitimidade formal porque não éramos ligados a nenhuma entidade, mas íamos para discutir com a AMZA, a questão da indenização que eles tinham que pagar para o pessoal que estava sendo tirado de lá. Nós íamos lá fazer reuniões e também fornecer informações. Foi nessa época que eu conheci o Jean Marie que trabalhava lá na região Itaqui-Bacanga. Começamos a conhecer as lideranças populares que existiam lá e fazíamos reuniões depois das missas, para discutir com o pessoal. (Luís Pedro de Oliveira, 15/03/2010).

As comunidades, além de significarem um campo de atuação, segundo os moldes das agências financiadoras, caracterizavam também uma espécie espaço de disputas onde diversas entidades se relacionavam entre si, de forma direta ou indireta. O fato de o entrevistado enfatizar a falta de vínculo institucional está diretamente ligado ao contexto de seu desligamento da SMDDH e de pertencimento ao PC do B, partido com o qual o pároco Jean Marie parecia ter certa aproximação.

Esse cenário estimulou a necessidade de afirmação e de diferenciação da entidade, que demonstrava um esforço de construção de um enquadramento de Direitos Humanos estruturado sobre as situações que se desenrolavam na relação da entidade com outros atores. Em relação aos moradores, a entidade enfatizava:

Sempre colocávamos a necessidade da união e da organização deles como forma concreta de resolução dos seus problemas. Alertávamos para o fato de não colocarem a solução destes nas mãos de pessoas de fora; que só unidos e organizados teriam condições de lutar com entusiasmo pela melhoria da comunidade. Finalmente explicávamos a nossa crença na possibilidade de uma ação conjunta entre moradores e entidade, na busca da solução dos seus problemas mais imediatos. (SMDDH, 1982, p.2)

Estimulando o espírito associativo, o trecho demonstra uma polarização entre os que são “de dentro” e as “pessoas de fora”, ao mesmo tempo em que demonstra o papel auxiliar da SMDDH, cuja possibilidade de ação conjunta estaria no âmbito do desejo e



focado nos problemas mais imediatos, ou seja, foram desconsiderados os problemas estruturais denunciados nos momentos anteriores ao projeto.

Apesar da propagação da ideia de unidade da comunidade em relação às “pessoas de fora”, o relatório é detalhista em relação ao conflito entre dois grupos presentes na Travessa Dr. Salomão, pois havia um grupo que vivia na parte alta e outro no “boqueirão”. Os conflitos ocorriam basicamente por conta de uma passagem, em um terreno, que foi bloqueada por uma construção de um morador de cima, e também por conta de poços que eram bem disputados, principalmente por conta da constante falta de água. Esse contexto deixou a equipe da SMDDH em uma situação delicada, pois era associada aos moradores de baixo, uma vez que estes eram mais frequentes nas reuniões, o que dificultava a participação dos moradores de cima em suas atividades. Sobre essas dificuldades de contato, a equipe esclarece:

Não podemos deixar de acrescentar o fato de existir pessoas que não se mostravam dispostas ao diálogo pelas mais diversas razões, entre estas por estarem cansados de “conversas”, e na verdade temos que admitir que não tínhamos para estas pessoas nenhuma proposta concreta de resolução de seus problemas imediatos [...] *É notório* as implicações que todos estes problemas internos vêm acarretar diretamente sobre a nossa atuação nesta área, o que se constata pelo fato de nunca ter se encontrado pelo menos um local de reunião que agradasse a todos. (SMDDH, 1982, p.3)

Esse trecho apresenta um tipo de choque entre a interpretação primeira produzida pelas agências financiadoras e pela SMDDH e as observações realizadas em campo. Se as primeiras tomavam as populações precarizadas como um grupo homogêneo cuja existência ocorria em relação ao contexto de exclusão e miséria, o contato da equipe com os moradores evidenciou dinâmicas mais complexas que sinalizavam mais um espírito individualista e pragmático que um associativo.

Enfim, a carência de serviços urbanos básicos para a população recém-chegada possibilitou um quadro de *precarização social*, ou seja, a ausência de políticas públicas que sanassem de modo eficaz as necessidades dessa população direcionava os indivíduos para uma crescente individualização e, por sua vez, implicou na interiorização do princípio de responsabilidade individual<sup>72</sup> (LE LAY, 2007 apud

---

<sup>72</sup>Nesse processo de individualização, o ator adere às normas comportamentais e valores esperados para que se torne senhor do seu destino. Ora, a fragilização dos laços sociais decorrente da individualização preconizada como autonomia constitui-se, a nosso ver, como um processo de precarização. Na medida em

ROSENFELD, 2010). Esse processo, que resulta na fragilização dos laços, pode ser percebido no seguinte trecho:

Não nos cabe analisar as verdadeiras causas destes conflitos, no entanto não podemos omitir deste relatório a própria miséria em que se encontram: o nível de promiscuidade reinante no ambiente, além do desemprego, o qual atinge, na maioria, as mulheres. Outros motivos emergiram fora da comunidade, como, por exemplo, nos locais de trabalho onde a exploração é uma constante, o que contribui para que aumente o espírito de competição entre os próprios trabalhadores na luta por um subemprego. Assim é que logo que chegamos na área em questão nos deparamos com um caso de um morador, o qual denominaremos Vavá, que havia sido despedido da empresa onde trabalhava porque segundo este, o seu vizinho e companheiro de trabalho o havia denunciado ao seu chefe, que o mesmo se encontrava assistindo televisão no local de trabalho.[...] Outro caso curioso, é o de um morador que simbolicamente chamaremos de Careca. Este é o mais esperto da comunidade, conseguiu grilar terras na área, utilizando inclusive a polícia, tendo três pedaços de terrenos; tem o melhor sítio conseguido em transações de grilagem com o famoso Silva (SMDDH, 1982, p.3).

Em relação a esse contexto de laços frágeis, o enquadramento de Direitos Humanos produzido pela entidade pode ser compreendido como uma possibilidade de integração interna da comunidade em relação a oponentes mais fortes e outras organizações externas. A diferença entre os *enquadramentos* das entidades e a realidade observada é um ponto que pode ser mais bem explorado. Principalmente se for considerado que as ações, tanto das agências financiadoras quanto da SMDDH, partiram da crença na possibilidade de construção de um protagonismo, como já mencionado anteriormente (p. 153), quando são consideradas as ideias de “classe” e de “liderança” em relação aos grupos identificados na região do Anjo da Guarda. Seguindo perspectiva interpretativa semelhante, a professora Ozanira da Silva, que na época integrava os quadros da Comissão Justiça e Paz e também assessorava o Movimento de Defesa do Palafitados, compreende que:

Apesar das adversidades decorrentes da precária inserção dos setores populares mais explorados, eles são capazes de desenvolver mecanismos de resistências e formas de luta, principalmente em situações extremas, como é o caso de despejos. Esse potencial deve ser canalizado para um processo de conscientização capaz de superar o espontaneísmo em direção às lutas organizadas, de modo que eles possam compreender as determinações do processo de exploração e as formas de superá-las, partindo da percepção dos problemas comuns e das formas coletivas de enfrentamento. (SILVA e SILVA, p.23, 1990)

---

que os indivíduos se responsabilizam pelas suas diferentes formas de inserção social e tomam esta responsabilização como um ato voluntário, é preciso aderir a um sistema de justificação que permita se perceber como livre e autônomo (Rosenfield, 2010, p 1).

Essas explicações, no geral, são construídas em relação a determinações macro históricas do “processo de exploração” e à construção de uma “percepção dos problemas comuns”. Compartilhando o mesmo modelo, Gisterlink (1988) explica o papel da Igreja quando, por meio de atividades teatrais, promovia atividades de crítica contra a AMZA. Tais interpretações são fundamentadas com elementos que caracterizam enquadramentos marxistas e cristãos, expressados na estrutura física da Igreja, em sua teologia da libertação e em elementos explicativos do materialismo histórico.

Pensar o protagonismo das comunidades enquanto enquadramento possibilita relacionar os elementos simbólicos utilizados na interpretação, as características da comunidade e os enquadramentos finais produzidos pelas entidades. Nesse sentido, a própria situação de classe necessita de problematização. Assim, o elemento identitário que se pode analisar dentro de um processo de formação de consciência de classe, pode ser explicado por meio do que Marx (2007) conceituava como “classe em si” e “classe para si”, ou seja, a primeira explicada nas similaridades de condições econômicas dos trabalhadores e da situação comum de exploração e dominação, na qual eram subjugados; e no segundo caso, é caracterizada através do processo de luta no qual as reivindicações defendidas geravam uma consciência de classe.

Se analisado por esse viés, seria possível inferir que no contexto estudado ocorria algo próximo da definição de “classe em si”, pois apesar de algumas diferenças, a situação de precarização e exclusão era uma realidade para as populações periféricas de São Luís naquele período e, especificamente, para os moradores da Rua Bom Sucesso e da Travessa Dr. Salomão, como se pode notar no relato contido no relatório da SMDDH. No entanto, a situação de “classe para si”, que poderia ser percebida por meio da ação organizada, parece bastante frágil diante das dificuldades narradas pela equipe da SMDDH. O que se pode afirmar é que a ideia de “classe para si” foi incorporada como uma “realidade” e como um desejo nas interpretações realizadas por intelectuais da época, organizações locais, agências internacionais de financiamento e pelos membros progressistas da Igreja de São Luís - MA.

Dessa forma, é possível compreender a interpretação daquela realidade social a partir de elementos presentes no cotidiano da época, pensados de acordo com alguns

elementos oriundos do pensamento marxista e progressista, objetivados para a atuação e a materialização dessa ideia nas comunidades locais. Trata-se, assim, de um enquadramento que orienta as ações da entidade e que foi se desenvolvendo de acordo com os contatos dessa organização com as comunidades locais e outras organizações.

### 5.2.2 Reuniões, mobilizações e educação

As reuniões na Travessa Dr. Salomão podem ser pensadas com base em dois momentos: um primeiro, da etapa de levantamento de problemas; e outro, posterior, no qual se buscou a solução para esses problemas. A primeira reunião ocorreu no dia 22 de fevereiro de 1981, quando a equipe da SMDDH esclareceu qual o papel da entidade e a natureza de seu trabalho, a fim de não ser confundida com outras organizações.

Relatavam que o principal problema da área era a falta de luz e de estradas. Explicavam que vinham lutando junto à CEMAR para que a mesma colocasse luz no local. Que já haviam feito **abaixo-assinado**, procurado políticos, mas que nada tinham conseguido. Enfim, era o momento em que colocavam a angústia que sentiam pelo fato de morarem numa área sem luz e sem estrada, ainda mais porque quase todo o bairro possuía rede elétrica, inclusive citavam o caso de invasões recentes devidamente iluminadas. Certa ocasião alguém afirmou: à noite, ninguém sai porque temos medo de sermos assaltados. Lá em cima está cheio de ladrões e maconheiros, temos que fazer nossas compras de dia, pois depois que anoitece ninguém tem coragem de sair de casa. Outro problema sério que a comunidade vivia e que servia como pauta das reuniões era a falta de estradas nas ruas, pois apesar de ser uma área antiga, era esta uma das suas principais dificuldades já que a mesma se assemelhava mais com um buraco. Segundo os moradores, havia um projeto da SURPLAN para abertura de uma rua no local, mas que no entanto isto não passava de um projeto. Em virtude disto, várias pessoas fizeram casas, cercas, muros, poços no nível da mesma, o que contribuiu de maneira sistemática para os conflitos internos da comunidade. Relatavam sempre os sacrifícios que passavam para saírem da área. Disse uma moradora em uma reunião: tenho que penar todos os dias para subir e descer estes morros. Se adoecer alguém, é um Deus nos acuda. Aqui não passa carro, temos que carregar na rede [...] (SMDDH, 1982, p.5)

Se na Rua Bom Jesus, os problemas giravam em torno do conflito com a AMZA e de problemas estruturais da área, na Travessa Dr. Salomão, a questão central era constituída também por problemas estruturais como falta de estradas, energia elétrica, segurança etc.. Contudo, nesta segunda área, os moradores já haviam se mobilizado na elaboração de um abaixo-assinado e em busca de ajuda política para sanar os problemas locais. Como se percebe, a atitude dos moradores em busca de ajuda política para

solucionar os problemas ia contra as instruções da equipe da SMDDH, para a qual a solução deveria partir da organização dos próprios moradores.

Considera-se que, quando o olhar é voltado para os bairros, aquilo que para muitos pode ser considerado alienação, falta de instrução ou cooptação, adquire o sentido de estratégia, ou seja, um modo de administrar os recursos disponíveis para o atendimento de necessidades imediatas. Não se trata de justificar ou tomar partido do lado A ou B, mas de considerar que as ações dos agentes podem ser compreendidas através de uma leitura do contexto no qual se inserem e para isso é necessário, primeiramente, pensá-las em sua situação de laços frágeis e busca de rapidez na solução do problema. Só considerando tal aspecto, é possível compreender o personalismo e o assistencialismo de algumas associações que, às vezes, eram denominadas como associações do Zequias, do Jaime etc.

A equipe da SMDDH relata o problema da baixa frequência dos moradores na reunião, explicando que:

As primeiras reuniões eram realizadas à tarde, nos fins de semana, na casa de um morador, a qual tinha sido indicada por algumas pessoas que achavam que esta era mais espaçosa. No entanto, as reuniões não se deram de maneira equilibrada o que fez com que a equipe procurasse descobrir o que estava ocasionando este fato. Assim, é que percebemos através de alguns contatos individuais que o horário e o dia da semana não eram propícios (sábado, às 16:00), isto porque algumas pessoas se encontravam trabalhando (principalmente os homens), ou mesmo estando em casa, se encontravam cansados. Mudamos então, para os domingos. Todavia não surtiu o efeito desejado, pois alegavam que iam ao futebol, assistir televisão, visitar parentes etc.. No entanto, essas justificativas não nos convenceram, o que fez com que continuássemos a buscar entre os moradores - principalmente naqueles mais ligados à equipe - a verdadeira razão do problema, o que depois nos levou a crer que a pessoa onde estávamos realizando as reuniões (nosso ponto de referência) não era bem querido por todos, já que segundo informações colhidas na área (o que depois pudemos comprovar) este sempre se envolvia com a polícia, sendo esta a melhor solução para qualquer conflito entre vizinhos. Procuramos então superar este entrave [...] tentando fazer reuniões em casas alternadas, isto porque as intrigas entre moradores eram uma constante, e ao mesmo tempo manter-nos imparciais diante deste tipo de problema vivenciado pela comunidade e também tentarmos encontrar um horário de reunião que agradasse a maioria. (SMDDH, 1982, p.6)

Por meio do relato, é possível compreender que as relações entre os moradores era um elemento fundamental para o desenvolvimento do trabalho da SMDDH. De forma clara, a situação exposta mostra que as intrigas pessoais eram facilmente

sobrepostas aos interesses coletivos e que os moradores mais próximos da equipe cumpriram um papel fundamental de informantes na explicação do contexto social local. Essas relações entre a equipe e os “informantes” pode ser compreendida como uma importante estratégia antropológica para obtenção de informações sobre determinadas comunidades, o que sinaliza um tipo de expertise de alguns membros da SMDDH.

A relação entre a frequência e os eventos cotidianos é uma dimensão fundamental na compreensão da mobilização social, se de fato ela ocorre prioritariamente como resultado de determinado enquadramento, ou não. Sobre isso, Marmanillo (2011) observou que nas reuniões do Movimento de Defesa dos Palafitados, a quantidade de participantes variava de acordo com o período – em tempos de desapropriações de terreno, chegavam a comparecer mais de 50 pessoas nas reuniões, enquanto nos períodos mais calmos, o número não ultrapassava 10 participantes.

Enfim, diferentemente de uma ação ideal na qual a comunidade participaria de forma ativa, tal como descrito nas missões da MISEREOR e da OXFAM, as reuniões eram marcadas por percalços, influências externas e indisciplinas, como descreve a citação a seguir:

Ainda no que diz respeito à frequência que se deu de maneira irregular, deve-se isto também à mudança do eixo de luta por parte dos próprios moradores: em determinada reunião se discutia o problema da rua, se formava comissão, tiravam encaminhamentos concretos, mas acontece que às vezes não dava certo, a comissão não funcionava, não cumpriam a tarefa assumida, e o que se via facilmente era a mudança repentina para outra reivindicação, como por exemplo: construção de uma barragem sobre o igarapé que atravessava a área; a questão da luz elétrica e até os próprios poços. Todas as reuniões foram realizadas em grupos, e algumas foram bem tumultuadas, o que dificultava à equipe coordenar os debates, pois as conversas paralelas prejudicavam o andamento das mesmas (SMDDH, 1982, p.6)

A inconstância na delimitação dos problemas, a ineficácia das comissões e os tumultos foram características ressaltadas no relatório desenvolvido para a agência de financiamento. Longe de uma prática ideal, o documento, rico em detalhes, foi esclarecedor no que diz respeito às reais dificuldades de trabalho de educação política no bairro. As reuniões foram fundamentais para a elaboração e confirmação de um diagnóstico da entidade sobre o bairro, elencando os problemas e atuando por meio de orientações e estudos. Ao mesmo tempo, por meio do contato maior com os moradores,

foram evidenciados outros tipos de dinâmicas, mais complexas, e outras percepções de mundo que não correspondiam aos *macroenquadramentos* de Direitos Humanos, caracterizando um processo de tensão constante, que esteve presente em todos os momentos da primeira inserção da SMDDH no Anjo da Guarda – fosse nas dinâmicas existentes entre *enquadramentos* e *contraenquadramentos*, fosse na diferença de percepção sobre as formas de resolver os problemas junto aos moradores. Em todas as situações observadas, outra constante foi o esforço da equipe em buscar diferenciar a entidade em relação a todos os elementos que lhe fossem externos (outras organizações, Igreja etc..), ação que foi fundamental no processo prático de consolidação de um *enquadramento* de Direitos Humanos, levado a cabo pela equipe da SMDDH.

Entre as propostas de intervenção no referido bairro, a alfabetização foi um ponto bem destacado pela equipe cujo objetivo seria desenvolver um trabalho mais concreto junto aos moradores. Uma observação interessante é que na referida área já havia a oferta de cursos de datilografia, de corte e costura e de bordado, assim como a distribuição de alimentos oferecidos pela Legião da Boa Vontade - LBV e outras entidades, fazendo com que a proposta da SMDDH fosse vista pelos moradores apenas como mais um curso entre vários. Entretanto, a equipe da entidade buscou sondar o local e se preparar para colocar em prática o referido plano de ação como apresenta o trecho a seguir:

No que diz respeito à preparação da equipe, entramos em contato com um grupo aqui de São Luís que havia aplicado o método Paulo Freire em outro local. Assim é que este grupo passou a nos animar bastante, enquanto procurávamos nos munir de textos para o estudo e ao mesmo tempo sondar no local a viabilidade de aplicarmos o referido método. A partir daí é que surgem alguns entraves, inicialmente as pessoas queriam um grupo de alfabetização, mas só que não era para adultos e sim para crianças, pois segundo eles, seus filhos na maioria não frequentavam escolas, ou por que não conseguiam vagas nos colégios públicos ou porque não tinham condições financeiras de mantê-los nos mesmos. Como por exemplo: pagar transporte, aquisição de materiais escolares, etc.. ou mesmo porque tinham que se virar - aqui a infância é mais curta, cedo tem que se trabalhar: vender picolé, pastéis ou mesmo quem sabe ficar em casa tomando conta de um irmão menor nos afirmou certa vez alguém. (SMDDH, 1982, p.7)

Preparando-se na perspectiva do método freireano, a equipe se deparou com outra necessidade posta pelos moradores, que mais uma vez demonstraram ser excluídos de uma política pública: a de educação. Tentando executar o plano de alfabetização infantil, os membros tiveram algumas dificuldades como: a falta de um horário que

conciliasse os interesses de todos (equipe e moradores), pois para a equipe o melhor horário era à tarde, enquanto os moradores preferiam à noite. Outra dificuldade foi a não obtenção do número de oito pessoas, número ideal para a aplicação do método. Assim, considerando toda a dificuldade, a equipe avaliou a ação de alfabetização e chegou à seguinte conclusão:

[...] Achamos mais sensato desistir da mesma pelo menos naquele momento, pois tínhamos que admitir que não era aquilo que as pessoas almejavam para eles, não interessava aprender mais alguma coisa, diziam alguns - vontade eu tenho, mas minha cabeça não dá mais. Outro motivo que influenciou bastante foi a falta de uma sala própria, pois na casa em que íamos ministrar o curso, algumas das pessoas interessadas eram mal com a dona da casa, o que era uma constante neste local. Analisamos também que o número de elementos de nossa equipe era muito limitado (quatro), sendo que dois ficariam quase que o tempo integral à disposição de quatro pessoas durante três dias da semana, e as outras áreas como ficariam? O certo é que resolvemos partir daquilo que mais angustiava os moradores, que era em suma a melhoria da rua. (SMDDH, 1982, p.8)

A citação deixa claro um antagonismo, no desejo de resolução, entre problemas imediatos e problemas estruturais que poderiam ser pensados, respectivamente, por meio da educação e da formação política, por um lado, e pela obtenção de serviços urbanos e melhores condições de vida, por outro. De forma análoga, tais problemas exigem diferentes caminhos e tipos de trabalho no sentido de solucioná-los, de forma que, na construção de um sujeito sociopolítico, o método freireano estaria voltado para a promoção da capacidade dos sujeitos de realizarem uma leitura de mundo e para a valorização da dimensão política do participante, indo ao encontro dos enquadramentos que orientavam as ações da SMDDH. Por outro lado, a exigência de serviços urbanos estava mais relacionada a um processo de empoderamento da comunidade, o qual também visava ao incentivo de certas habilidades para que melhorassem sua condição imediata de vida.

Segundo Gohn (2009), a perspectiva freireana de Educação Popular passou por um processo de mudança entre as décadas de 1970 e 1990, alterando o foco sobre o trabalho de organização e desenvolvimento da consciência social de sujeitos coletivos para o trabalho sobre grupos sociais não organizados em áreas temáticas específicas, o que, acredita-se, reflete a diferenciação entre a busca de soluções para problemas estruturais e a busca de soluções para problemas imediatos, sinalizando uma lógica de dispersão e especialização das reivindicações que está diretamente vinculada à



incapacidade de formação de atores, ou seja, de sujeitos que protagonizam sua própria história convertendo grupos sociais em atores sociais.

Trata-se de uma diferenciação na percepção de reivindicação de direitos que pode ter sinalizado uma mudança no enquadramento e, conseqüentemente, na reivindicação de Direitos Humanos, uma mudança do discurso mais estrutural e universal cujos oponentes eram caracterizados no Regime Militar e os problemas eram definidos na falta de direitos políticos, civis e sociais, para uma perspectiva na qual o papel da entidade se materializou na orientação de uma comunidade cujos direitos sociais pareciam ser pensados como apartados do processo que gerava os demais tipos de direitos.

No que diz respeito a essa distância entre a mudança estrutural e a compensação imediata de direitos, muitas vezes percebidos como serviços, Doimo (1984) informa que, durante a década de 1980, muitos movimentos resultaram simplesmente em alguns planos específicos de retorno econômico imediato, não se expandido para outras reivindicações, nem mesmo no plano do desafio político contra a hegemonia dominante. Enfim, tais distâncias e diferenças foram sentidas também no âmbito dos *enquadramentos interpretativos* de Direitos Humanos produzidos pela SMDHH e também das práticas vinculadas a essa entidade, principalmente nas etapas antes e depois do projeto de financiamento.

Nesse sentido, o relatório descreve algumas iniciativas da própria comunidade na resolução de problemas como uma vitória parcial, quando, por exemplo, informa que os próprios moradores organizaram uma comissão para ir reivindicar da SURPLAN a construção de um acesso ao bairro, após tentativas fracassadas realizadas anteriormente com políticos locais. Chegando ao órgão público, os moradores constataram que a responsabilidade por esse serviço urbano era de competência do Departamento Municipal de Estradas e Rodagem e um passo seguinte, mais rápido, foi organizar outra comissão e “apelar” para a Empresa Industrial Técnica (EIT) para a obtenção de um trator para realizar o serviço no bairro.

Segundo o documento, nessa comissão estava presente um membro da equipe da SMDDH, pois este possuía um bom relacionamento com um dos diretores da empresa. Sobre essa tentativa junto à empresa, vale ressaltar que:

Esta comissão, assim como a que foi incumbida de ir ao D.M.E.R e à prefeitura municipal, era constituída na maioria por mulheres, sendo que um dos maiores problemas encontrado por estas, era a falta de dinheiro de transporte, o que contribuiu sensivelmente para que várias vezes a comissão não cumprisse a tarefa assumida nas reuniões, já que nem sempre o sistema de vaquinha funcionava. No tocante à ida à E.I.T, a comissão teve que se deslocar até aquela empresa várias vezes até conseguir um trator apesar da resistência de alguns diretores, pois estes alegavam motivos de ordem técnica com os maquinários, os gastos que têm com este tipo de ajuda/ isto porque constantemente fazem este tipo de “favores”, inclusive pelo fato deste ser um problema que foge totalmente a sua alçada, pois o mais interessante é que buscassem ajuda do órgão competente. (SMDDH, 1982, p.8)

Mesmo conseguindo o trator, a citação mostra que, além da falta de estrutura de transporte para as comissões, ocorreu uma troca de alvos vinculados à reivindicação, que passou dos órgãos competentes para uma empresa privada, eximindo o município de suas atribuições e trazendo a centralidade da responsabilidade da obra para os próprios moradores e para a empresa consultada. Longe de uma interpretação da realidade aos moldes da educação de sujeitos sociopolíticos, tal ação acabou privatizando uma demanda que era uma responsabilidade pública, reforçando a lógica de encarar o direito como serviço, sinalizando o papel mediador dos membros da SMDDH nesse processo. Nesse sentido, é possível pensar que tal papel mediador e orientador já apontava aspectos de um processo de onguização da entidade em São Luís, cujos elementos simbólicos foram sendo gradativamente modificados e reenquadrados de acordo com as novas situações.

Sobre a realização do trabalho, os moradores lançavam críticas afirmando que o tratorista estava indisposto, que tinha chegado tarde, às 17h, e logo abandonado o trabalho, alegando que o trator iria ficar atolado. Eles explicaram que não conseguiram reunir a quantia necessária para “ajudar” o tratorista por conta de sua hora extra e que sentiram a ausência do membro da equipe da SMDDH. O que chama atenção no relatório são os tipos de concepções que se expressam por meio dos termos e entrelinhas. A reclamação sobre a chegada tardia do tratorista, que pode ser explicada pela própria questão da hora extra, ou seja, tratava-se de um trabalho privado oferecido após as prioridades da empresa, por um funcionário que se propôs a colaborar com algo que não era de sua competência. Nesse sentido, o termo “ajudar” pode ser entendido mais como uma compensação pelo trabalho, gerado pela própria comunidade, do que realmente como uma ajuda desinteressada.

No mesmo relatório, a equipe da SMDDH justifica a ausência de seu membro alegando que o tratorista não foi enviado no dia combinado com a empresa e, ao mesmo tempo, explica que a própria situação de conflito existente no interior da comunidade prejudicou o andamento do trabalho, já que os moradores de cima, ao perceberem que o trator teria que tampar os poços cavados na parte inferior do “boqueirão”, providenciaram um conjunto de crianças que passaram a apedrejar o tratorista.

O que pode ser observado, na realidade, é que o próprio relatório sinaliza um diálogo entre moradores, SMDDH e a agência de financiamento internacional do projeto, de forma que, pela própria natureza e enquadramento do projeto, as falas da comunidade não poderiam ser silenciadas. Por outro lado, a equipe não poderia ficar à mercê das críticas de seu público-alvo, de forma que a preocupação com as justificativas e com os aspectos que dificultaram a realização do trabalho apontam, de forma clara, essa situação. Assim, é possível inferir que as situações de interação e os espaços de produção de enquadramentos ultrapassam a relação face a face e podem se reproduzir em diferentes espaços: documentos institucionais, jornais e outros, como aponta Zald (1996) ao explicar a metodologia para a análise dos enquadramentos.

Voltando aos fatos ocorridos na Travessa Dr. Salomão, os membros da equipe da SMDDH observaram que mesmo que o trabalho do tratorista não tenha sido finalizado, até onde foi realizado, possibilitou um melhor acesso à área, gerando um ânimo nos moradores que começaram a destacar duas questões: a conclusão do trabalho iniciado pelo tratorista da EIT e a construção de uma barragem sobre um igarapé local. Embora o segundo ponto tenha conquistado a maioria dos moradores, não foi viabilizado por conta da própria comissão, composta pelos próprios moradores, que nem chegou ao órgão competente, alegando que sequer seriam atendidos e que já tinham tentado outras vezes sem conseguir resultado. Os membros da comissão afirmavam que o melhor era “ficar esperando”. O processo de mudança de objetivo seguiu associado a alguns fatos e dinâmicas internas como demonstra o trecho a seguir:

Evidentemente, que momentaneamente houve uma mudança do eixo de luta, mas ainda se mantinha acesa na comunidade a luta pela conclusão de pelo menos mais um lado da rua. Ocorre, que o Sr. Careca por todas as características descritas nesse relatório, conseguiu através de transação com funcionários da CEMAR, fazer a ligação elétrica até a sua casa, colocando para isso um poste de madeira, sendo este motivo suficiente para que todos os demais esquecessem o problema da construção da barragem, e se empenhassem sistematicamente pela luta pela luz elétrica. A partir deste fato,

o Sr. Careca passou a desestimular todos os moradores quanto ao fato de desrespeitarem as decisões tomadas nas reuniões, alegando que todos tinham que lutar individualmente, mais sintomático foi o fato deste não permitir que nenhum morador puxasse luz do poste colocado em frente a sua casa. Certa ocasião nos afirmou: Para eu ter luz, eu batalhei, fui falar com ciclano, com beltrano, chorei para eles, até que eles vieram. Agora quem quiser que faça o mesmo. Este pessoal é como gibão: só quer ficar nas costas dos outros. Agora se quiserem ter luz lutem como eu lutei. É interessante ressaltar que essa atitude se transfere para o outro morador que consegue luz. (SMDDH, 1982 p.10)

O estímulo ao individualismo e à busca de auxílio com pessoas de fora da comunidade caracterizam ações antagônicas ao discurso produzido pela SMDDH que, como dito anteriormente, apostava na união e organização dos moradores, ressaltando que não deveriam colocar a solução de seus problemas nas mãos de pessoas de fora. Trata-se assim de uma relação direta entre *enquadramentos* e *contraenquadramentos*, desenvolvida nessa relação indireta entre o Sr. Careca e a entidade, que foi registrada com fins de comunicação com o órgão de financiamento.

Após algum tempo, o poste do Sr. Careca foi identificado como ilegal por fiscais da CEMAR, que o atuaram e deram 48 horas para a retirada do mesmo. Tal contexto foi propício para o aparecimento de outro ator, um funcionário da CEMAR que possuía parentes na comunidade e se apresentava como futuro candidato a vereador pelo PDS. No relatório, esse ator aparece como “salvador” e é apontado como um dos responsáveis pelo estabelecimento da luz elétrica no local, sendo percebido, assim, como um tipo de segunda liderança local, sucedendo o Sr. Careca. Tais dinâmicas trouxeram repercussões para o trabalho da equipe da SMDDH, valendo ressaltar aqui, a percepção dos membros da entidade, por meio do seguinte trecho:

Tudo isto gerou um certo grau de desconfiança entre os moradores – primeiro pelo fato dos que tinham conseguido luz não participarem mais das reuniões, e segundo pela presença do futuro candidato, que afirmara conforme a sua porta-voz (a segunda moradora), que estes só conseguiriam luz através dele. É notório, mais uma vez, que diante de toda esta problemática nos encontrávamos numa posição bastante delicada, isto por vermos de repente o caráter eleitoreiro que a reivindicação poderia ter, e segundo porque para nós o interessante era que a luz fosse uma conquista de todos, e inclusive por sabermos o risco que os mesmos corriam com este tipo de transação. Assim é que insistíamos nas reuniões para que isto se concretizasse, sendo formada uma comissão para ir até a CEMAR tentar pelas vias legais o que seria necessário para consecução desse objetivo. (SMDDH, 1982, p.10)

Percebe-se que a cada novo ator, há um tipo de disputa em relação aos prognósticos oferecidos para o problema local: a entidade de defesa de Direitos

Humanos, relacionando a solução com uma questão de organização interna e capacidade sociopolítica; o candidato, associando a solução à questão eleitoral; e a liderança local – Sr. Careca – em um papel ambíguo, ora de mediador, ora de morador. Tais interpretações eram pautadas em elementos que valorizavam o princípio de associação, no primeiro caso; e princípios patrimonialistas e clientelistas, nos dois últimos. Sobre o aspecto cultural, é possível dizer que não estavam apartados dos contextos (universais dos Direitos Humanos e locais) dos quais se originavam e que as ações de todos os atores expressavam tais contextos materializados em discursos.

O *enquadramento* dos Direitos Humanos da entidade e das agências fica claro quando citam o “risco” que a comunidade corria ao obter a luz por meio dos favores de um político. Essa afirmação tira todo o protagonismo da comunidade enquanto responsável pelas suas próprias decisões, colocando-a na posição de vítima diante de um político que busca tirar vantagens daquela situação. Há, assim, uma ideia de que a entidade estaria em uma posição de tutora de um grupo sem percepção da situação política e dos perigos que esta poderia representar, quando na verdade o que há é uma diferenciação de percepções da solução em termos estruturais e outro mais imediato.

Seguindo em uma ação de tutoria, a equipe da SMDDH, juntamente com alguns moradores, organizaram uma comissão que se dirigiu para as seções de engenharia e fiscalização da CEMAR, onde preencheram formulários que logo foram recusados sob a alegação de que não havia material necessário para a realização da obra. Contudo, após a insistência dos moradores, o chefe responsável pelo setor abriu uma possibilidade desde que fossem entregues os *habites*, um documento tirado na SURPLAN e necessário para que o fiscal se dirigisse até o local para verificar se havia ou não condições de instalação de energia elétrica. Após obterem o referido documento e de o fiscal ter ido até a área verificar as condições, os moradores foram efetuar um pagamento de duzentos e três cruzeiros necessário para o documento e lá tiveram a informação de que os pedidos tinham sido indeferidos porque a área estava em litígio, o que sinalizava os interesses judiciais da AMZA sobre a região.

Após esse fato, cresceu o desânimo da comunidade em relação às reuniões propostas pela entidade e o candidato passou a ser mais solicitado pelos moradores da travessa. Sobre esse fato, a equipe da SMDDH explica:

É importante ressaltar que com a conquista da luz através de um político, alguns moradores, principalmente os mais envolvidos na conquista da mesma através dos meios legais (CEMAR), cobraram de nossa equipe de trabalho um apoio mais concreto, chegando a dizer: “quando é que vocês vão reunir com a gente. Queremos o apoio e força de vocês, vocês reúnem, reúnem, mas não trazem a luz. Cadê as suas forças?” isto coloca pra gente, de forma clara que eles ainda não tiveram o devido entendimento sobre o nosso trabalho. Por outro lado, a gente não procurou refletir diante dos moradores, nas reuniões, as razões pelas quais não foi possível a conquista da luz e da abertura da rua pelos meios legais, tendo eles que apelar para outros meios anormais, os quais poderão prejudicá-los, de forma didática, a quem servem os órgãos públicos, a fim de possibilitar a eles uma melhor compreensão do estado enquanto organização política. (SMDDH, 1982, p.11)

Como evidência das diferentes percepções sobre o processo de resolução dos problemas locais, o trecho possibilita compreender o momento em que os moradores parecem optar pelo *enquadramento* político de solução do problema, aquele que percebe a solução do problema pela ação de um candidato com capacidade de ultrapassar todas as instâncias, pessoas e órgãos competentes, ou seja, a pessoa com capacidade de execução da ação e solução do problema.

Para Carvalho (2001, 2002) trata-se de uma “estadania”, ou seja, um tipo de cidadania com as peculiaridades da cultura política brasileira, marcada pela valorização e eficácia do poder executivo e orientada para a negociação direta com o governo sem passar pela mediação da representação. Tal cultura política fundamentada na ideia do “salvador” e “messias político” é compreendida como uma consequência de um processo histórico cujos períodos ditatoriais se caracterizaram pela implantação de direitos sociais, o que construiu uma representação de executivo eficaz. Segundo o autor, outra influência histórica é pensada por meio da própria tradição portuguesa patrimonialista que tinha no executivo a ideia do grande dispensador paternalista de empregos e favores.<sup>73</sup> Enfim, o que Carvalho (2001; 2002) entende como “estadania”, compreendemos que seja, antes de tudo, um processo pelo qual os moradores locais demarcam o problema e definem soluções imediatas, caracterizando assim um tipo de *enquadramento* cujos diagnósticos e prognósticos mobilizam uma série de elementos culturais que possuem sentido dentro daquele contexto social.

---

<sup>73</sup> Sobre as especificidades da cidadania no Brasil, Carvalho (2001, 2002) percebe um processo particular no qual tais ideias foram implantadas de cima para baixo por iniciativa do Estado e grupos dominantes. Diferentemente de outros países como os E.U.A, por exemplo, cujo modelo de participação e reivindicação foi constituído por meio de organizações livres, cujos princípios combatiam os efeitos do individualismo e propunham objetivos comuns aos esforços de vários homens, instigando-os à cooperação voluntária (Tocqueville, 1964).

A mudança de postura e de atuação da SMDDH diante dessa cultura política também pode ser compreendida nas palavras de Carvalho (2002), o qual explica que no período de transição democrática surgiram e se multiplicaram as organizações não governamentais que buscavam desenvolver atividades de interesse público. Substituindo aos poucos os movimentos sociais urbanos, essas organizações eram inicialmente muito hostis ao governo e dependentes do apoio financeiro externo.<sup>74</sup> Por fim, vale salientar que esse autor percebe tais organizações como discordantes do modelo de “estadania”.

Nesse sentido, é importante ressaltar que embora – como os próprios membros afirmaram – não tenha ocorrido uma reflexão sobre os reais motivos da ineficácia dos meios legais e formais de reivindicação, não se pode desconsiderar o fato de terem enfatizado a importância da resolução dos problemas por meio da organização e união dos moradores, em detrimento dos favores políticos e da ajuda de pessoas de outros meios. O que ocorreu, no entanto, foi que as ações dos moradores sinalizaram um tipo de percepção baseada na eficácia e rapidez da solução dos problemas, ignorando assim processos mais amplos que poderiam reafirmar as reivindicações como direitos e não como favores ou ajuda.

Tem-se, assim, um choque entre uma concepção de participação e cidadania europeia expressa nas agências de financiamento e uma “adaptada” a um contexto, o brasileiro, no qual o clientelismo pode ser compreendido como uma forma institucionalizada de fazer política. Sobre a institucionalização dessa prática na cultura política nacional, Veloso (2008) explica que se trata de uma prática construída sócio-historicamente e que se molda pela busca de interesses individuais em um cenário de recursos escassos.

Enfim, considerando as diferentes concepções de política e cidadania, é importante considerar sugestões como a de Nunes (1993) que explica que a perspectiva dos enquadramentos se faz na articulação entre a análise da interação, da experiência dos participantes e da dimensão cognitiva da participação em situações sociais. Nesse sentido, foi possível observar, neste capítulo, dentro de um recorte espacial específico, situações de interação entre membros da SMDDH e outras entidades como Cáritas, FASE, paróquia local, lideranças locais e políticos, ou seja, como um grupo de pessoas

---

<sup>74</sup> Segundo o autor, após a queda da ditadura muitas ONGs se aproximam do governo, tendo-o como importante financiador.

cujas trajetórias (marcadas pela participação no MDB, PDS, e Igreja Católica) possibilitaram compreensões e concepções distintas da situação, com a mobilização de diferentes elementos simbólicos e modalidades de ação.

Longe de tomar partido das classificações e concepções produzidas no decorrer dos fatos narrados, é importante compreender que as formas de enquadrar a situação decorrem da mobilização de elementos simbólicos em determinados processos de interação e que esses elementos sinalizam locais e características dos grupos e membros que os utilizam, não sendo possível analisar o processo de construção de um enquadramento de Direitos Humanos sem ter o mínimo de informações sobre as principais classificações e de seus agentes produtores.

Dessa forma, mais que indicar um conjunto de ações e agentes, os relatórios apontaram para elementos estruturais (História, características das populações e da política local, características da entidade) necessários para a compreensão das primeiras inserções da SMDDH no âmbito da formação de um *macroenquadramento* que se deu tanto por meio da ligação com elementos universais, como a Declaração Universal e as missões das entidades internacionais, como também por meio de interações locais que apontavam tensionamentos de algumas concepções universais e geravam outros *enquadramentos e contraenquadramentos*.

Quanto ao resultado da aproximação entre a SMDDH e os moradores da Travessa Dr. Salomão e da Rua Bom Sucesso, o relatório explica:

O projeto em seu início tinha como perspectiva de duração, dois anos. No entanto, **uma das entidades doadoras dos recursos, não aprovou o mesmo**. Com isso, o projeto ficou reduzido à metade. Em virtude disso, nosso trabalho ficou sensivelmente prejudicado, uma vez que nos limitamos muito no que diz respeito a um plano de trabalho que acompanhasse as perspectivas do avanço das lutas dos moradores pelas suas necessidades imediatas, como no que diz respeito a uma organização efetiva e consistente dos próprios moradores (...) Quanto à organização, não foi possível os moradores construir algo concreto no local (grupo de mães, grupo de jovens etc.) nem de discutirem de forma sistêmica sobre as uniões de moradores, partidos políticos, sindicatos etc.. por vários motivos, como por exemplo: o pouco tempo de trabalho, a ansiedade dos moradores em resolverem seus problemas imediatos. No entanto, no quadro geral, deu para perceber que eles descobriram que é preciso reunir sempre, se organizarem, a fim de resolverem seus problemas. (SMDDH, 1982, p.12)

Esse trecho tem sentido em relação à interação da SMDDH com o organismo de financiamento, uma vez que busca elucidar a contribuição da entidade para os



moradores, apesar de não terem avançado no processo de formação de uma organização local. Além disso, expõe que o resultado mínimo do trabalho deveu-se também ao fato de uma das entidades doadoras não ter aprovado o projeto. Enfim, se inicialmente a compreensão era de que a SMDDH teria o papel de uma força auxiliar junto a um movimento de bairro já existente, a pesquisa de campo demonstrou que apesar da precariedade local caracterizar bem as “contradições do capitalismo”, as características da situação chegaram a constituir um movimento social, especialmente no âmbito do discurso, uma vez que a realidade social daquele contexto era fruto da luta de concepções oriundas de diferentes espaços sociais. Contudo, apesar da entidade afirmar a existência de uma consciência de organização local para as agências financiadoras, notou-se - por meio de determinadas práticas e atores específicos, como vereadores ou o Sr. Careca - que na realidade ocorreu uma grande dificuldade para a efetivação de uma prática associativa amarrada em um enquadramento coletivo construído a partir da interação entre entidade e comunidade local.

Vale ressaltar que os processos de construção de enquadramentos, contra enquadramentos e macroenquadramentos foram uma constante no processo de institucionalização de um discurso a respeito dos Direitos Humanos em São Luís, evidenciando uma série de operações sociais dinamizadas por um conjunto de atores com seus respectivos valores, cultura e percepções de mundo. Nesse sentido, é importante informar que após a execução desse primeiro projeto, as ações da SMDDH voltaram-se gradativamente para as questões rurais no interior do estado do Maranhão, focando-se assim sobre camponeses e quilombolas, pressionados pelos grandes projetos agroindustriais implementados no decorrer das décadas de 1980 e 1990. De 2000 em diante a entidade caracterizou-se por participar do Fórum do Baixo Parnaíba, instância voltada para a organização de camponeses e comunidades tradicionais afetadas pelos empreendimentos econômicos na região do litoral leste maranhense, e também para as questões da violência nos presídios, na cidade e proteção de testemunhas, em 2008.

Pelo que foi analisado detalhadamente sobre o momento de construção e desenvolvimento do primeiro projeto da SMDDH, é possível inferir que para cada tema, projeto<sup>75</sup>, financiamento ou relação de cooperação há uma verdadeira mobilização de

---

<sup>75</sup> Por meio do site e da revista de comemoração dos 20 anos da SMDH, verificou-se os projetos Projeto de Assessoria Jurídica (1986) financiado pelo CEBEMO/Bilance (Holanda) e Pão para o Mundo, O projeto Vida de Negro(1988) financiado pela Fundação Ford, Oxfam e EZE, CESE e que contou com a

símbolos, redes de relações e produção de enquadramentos específicos que constituem um macroenquadramento de direitos humanos, resultando inclusive na criação da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos no estado do Maranhão (SEDH/MA) em 2008, que além de ser resultado da lei N°8.757 sancionada pelo então governador Jakson Kléper Lago, traz consigo uma explicação social ancorada nesse processo mais amplo e anterior, que pode ser pensada, inclusive, pelo fato da primeira formação da Secretária possuir membros da SMDDH, e/ou por historicamente o próprio governador ser citado como membro da própria entidade na revista de comemoração do aniversário de 20 anos da mesma. Enfim, a entidade estudada nessa tese, desenvolve até hoje práticas e enquadramentos que alimentam o processo de construção de um macroenquadramento, tendo inclusive ampliado sua escala de atuação de um bairro da capital para outras cidades do território maranhense.

---

colaboração do Centro de Cultura negra do Maranhão; o projeto Babaçu(1989) financiado pela Fundação Interamericana(EUA), o Programa de Assessoria Rural(1992) financiado pela MISEREOR e o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão – Provita/MA(2007) financiado pela Gerência de Estado de Segurança Pública – GESEP/MA

## Considerações Finais

Mais do que pensar a mobilização de Direitos Humanos como algo dado e evidente, a pesquisa demonstrou um complexo processo que envolveu uma série de atores e instituições ao longo de seu recorte temporal de cinco anos (entre 1977 e 1982). Assim, verificou-se que a ideia de reivindicação de Direitos Humanos se constituiu socialmente em São Luís em contato com características e valores locais e dos grupos que os defendiam.

Em São Luís, a história do termo Direitos Humanos ganhou expressão a partir das ações dos setores progressistas da Igreja Católica, do movimento estudantil caracterizado na segunda gestão do DCE da UFMA, e do movimento partidário “Oposição pra Valer”, movimento que aglutinou um conjunto de agentes que deu origem à SMDDH. Mais do que um movimento coeso e de sentido único, foram percebidos processos de alinhamentos que associavam os Direitos Humanos a questões religiosas, oposição política e perspectiva acadêmica – associações que ganham sentido se pensadas em um cenário mais amplo, no qual a percepção das questões sociais era submetida a visões de mundo oriundas dos setores católicos, militares e marxistas, durante o final da década de 1960.

A partir dessa contextualização histórica, notou-se que a fundação da SMDDH melhor compreendida como resultado de aspectos relacionados aos recursos organizacionais, ao trabalho especializado e à ativação de redes de relações interpessoais. Assim, as trajetórias e características sociais (profissionalização, escolaridade, origem etc.) de alguns membros da primeira diretoria da entidade foram fundamentais para a compreensão da formação de uma estrutura de mobilização de recursos e, conseqüentemente, do evento de “fundação” da entidade. A partir dessa estrutura mais complexa é possível compreender o processo de *macroenquadramento* pelo qual a questão de Direitos Humanos ganhou expressão na imprensa escrita e passou a ser associada a outros problemas e movimentos sociais, caracterizando-se

assim como um enquadramento resultante de diversos tipos de estratégias de alinhamentos.

Outro aspecto percebido por meio da análise dos *macroenquadramentos interpretativos* diz respeito aos aspectos culturais e às características contextuais verificadas na carta de princípios da SMDDH. Mesmo com um alinhamento com o macroenquadramento da luta maior e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a carta de princípios da entidade esteve atrelada, também, às dinâmicas sociais locais e heterogêneas da primeira direção da entidade. Por meio da análise desse documento, foi possível notar a forma como a entidade se apresentava, ora como protagonista, ora como assessora de determinadas causas e movimentos, sinalizando sempre processos de delimitação dos problemas, explicação das causas e proposição de soluções.

A forma de atuação da SMDDH como assessora ficou evidente no trabalho desenvolvido no bairro do Anjo da Guarda. Por meio da análise dessa situação, foi possível notar a importância dos alinhamentos interpretativos na aproximação da entidade com as agências financiadoras e perceber a sua atuação, considerando aspectos como o contexto de disputas internas relacionadas aos recursos do projeto aprovado junto à MISEREOR e à OXFAM, e também ao modo como as relações de conflito e cooperação orientavam o enquadramento da entidade sobre o próprio papel no referido bairro. Por meio de uma análise mais detalhada sobre a atuação da entidade no conflito entre os moradores do bairro e a AMZA, verificou-se o choque entre diferentes percepções da situação, na relação entre os membros da entidade e os moradores excluídos de serviços básicos e afetados pela referida empresa de mineração.

Assim, ao buscar compreender a SMDDH, observa-se que a construção de um *macroenquadramento* de Direitos Humanos ocorreu graças a determinados alinhamentos com temáticas como: violência, mobilização política, discurso católico progressista e estudantil etc. Nesse viés, foi possível elucidar que, mais do que um resultado automático do contexto da época, o discurso de Direitos Humanos, quando analisado através do estudo sobre enquadramentos específicos, caracteriza-se pela seleção de valores, fatores históricos e sociais, e pela mobilização dos mesmos na produção de diagnósticos e prognósticos. Ou seja, a própria história, que embasa muitos trabalhos sobre movimentos sociais de linha macroestrutural, também pode ser

entendida como recurso mobilizado pelos agentes na construção das interpretações sobre o social.

Por meio da observação da SMDDH em relação: 1) a um breve histórico anterior à entidade; 2) aos membros da primeira diretoria; 3) às organizações financiadoras; 4) ao contexto histórico da época; e 5) às primeiras relações com outras organizações, desde a fundação até o primeiro projeto financiado, pode-se notar a importância dos processos de alinhamentos discursivos e da mobilização de aspectos culturais presentes nos valores e percepções da época. A importância desse viés analítico, que prioriza o âmbito cultural, mostrou-se relevante para a interpretação dos sentidos centrais atribuídos às ações dos atores envolvidos em determinadas interações.

Dessa forma, o caminho da mesoanálise focada na SMDDH possibilitou considerar também aspectos tanto de ordem microsociológica quanto mais estruturais, que foram pensados em relação aos processos de enquadramentos e alinhamentos discursivos, sinalizando, assim, uma possibilidade de interpretação com capacidade de trânsito entre elementos macro e microsociológicos.

Enfim, mais do que escolher uma versão, seja a dos ditadores ou a dos heróis da democracia e militantes de Direitos Humanos, a presente pesquisa buscou mapear e compreender alguns aspectos e relações sociais que compunham tais versões no processo de construção de um macroenquadramento de Direitos Humanos. Nesse sentido, a releitura do viés Goffmaniano apresentou-se como um interessante caminho de construção sociológica trilhada pela via socioconstrutivista de David Snow e Robert Benford, revelando a importância da relação entre as dimensões sociocultural e política presentes no processo de construção dos *macroenquadramentos interpretativos*.

## Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate, São Paulo: Lua Nova, n. 76, 2009.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf> Acesso em: 4 de out. de 2010.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. Estud. av. [online]. 2004, vol.18, n.52, pp. 109-120. ISSN 0103-4014.

BICUDO, Hélio Pereira. Meu depoimento sobre o esquadrão da morte. São Paulo: Martins Fontes, 2002

BONTEMPO, Karina. A contribuição do uso público para a conservação das áreas urbanas de interesse ambiental: a micro-bacia do Jaracaty em São Luís – MA. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em engenharia ambiental urbana da Universidade Federal da Bahia, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico, Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_ ; CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude. O Ofício de Sociólogo: Metodologia da pesquisa na sociologia. 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

CARROLL, William K; RATNER, R. S. Macro framing and cross-movement networking in contemporary social movement. The Sociological Quarterly, Volume 37, Number 4, pages 601-625. University of California Press, Journals Division, 2120 Berkeley Way, Berkeley, CA 94720.

Disponível em: <http://fsp.ulb.ac.be/sites/default/files/Contenu/Cours/m-s-texte-21.pdf> acessado em 12 de dezembro de 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidadania, estadania, apatia. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, p. 8, 24 jun. 2001.

CASTELLS, Manuel. Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet, tradução Carlos Alberto Medeiros -1ed- Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

\_\_\_\_\_. Lutas urbanas e Poder Político. Porto, Afrontamento, 1976

CASTRO, Celso. Pesquisando em arquivos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no

Brasil. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Editora FGV, Rio de Janeiro, v. 36, n. Jul-Dez, p. 33-42, 2005.

CLAUDINO, Walfrido Cabral. Fotografia e movimentos sociais : políticas de visibilidade na cena contemporânea . Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina, ,2012

COSTA, Wagner Cabral da. O rosto rural da Igreja: a atuação da CPT no Maranhão 1976/1981. São Luís, 1994. (Graduação em História – UFMA)

COSTA, Wagner Cabral da. O manto de Penélope: a cultura política da Libertação em questão. São Luís: Jornal Vias de Fato, ano 1, p. 4, out. 2009.

DIAS, Roseane Gomes. DIREITOS HUMANOS NO MARANHÃO: concepções, agentes e institucionalização. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão – PPGCSO/UFMA, 2011. Disponível em:

[http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=303&Itemid=120](http://www.ppgcsoc.ufma.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=303&Itemid=120)

DOIMO, Ana M. Movimento social urbano, Igreja e participação popular. Petrópolis: Vozes, 1984

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Sociologias (UFRGS. Impresso), v. 16, p. 34-82, 2014.

GAMSON, William A. Constructing Social Protest. In: Klandermans e Johnston (orgs.) Social Movements and Culture. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

GASPARI, Elio. A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Tradução: Maria Célia Santos Raposo. 11ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1985.

\_\_\_\_\_ Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes. 2012.

GOHN, M. G. M. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2008.

\_\_\_\_\_ Movimentos Sociais e Cidadania. In: Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos./Angela Randolpho Paiva(org). Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, Pallas, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa e Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2013.

HEYNS, Christof; PADILLA, David; ZWAAK, Leo. Comparação esquemática dos sistemas regionais de direitos humanos: uma atualização. *Sur, Rev. int. direitos humanos*. São Paulo, v. 3, n. 4, June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v3n4/09.pdf> Acessado em 24 de maio de 2014.

KLANDERMANS, Bert and JOHNSTON, Hank and The Cultural Analysis of Social Movements. In: Klandermans and Johnston (orgs.) *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

LEIS, Héctor Ricardo. El Movimiento por los derechos humanos y el proceso de democratización política em Argentina. IN: E.J. Viola, I Scherer-Warren, P.Krischke(ORG.) *Crise Política, movimentos sociais e cidadania*. Florianópolis: Ed daUFSC, 1989.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004,

LENZI, Luis Cristiano. Ecologizando a Sociologia. In: *Sociologia Ambiental: risco e sustentabilidade na modernidade*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

MAFEI, Maristela. *Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia*. São Paulo, Editora Contexto, 2004.

MARMANILLO, Jesus Pereira. Engajamento militante e a "luta pela moradia em São Luís" entre as décadas de 1970 e 1980. 2011. 201 fls. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2011.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Louis Bonaparte*. Lisboa Moscovo, Edições Avante, 1982.

MEDEIROS, Rogério de Souza. *Between conflict and cooperation: Dilemmas in the relations between non-governmental organizations and the state in Brazil*. Tese (de PHD) apresentada na Boston University Graduate School of Arts and Sciences, Boston, 2007.

MÉNDEZ, Juan E.; O'DONNELL, Guilherme; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). *Democracia, violência e injustiça: O não-estado de direito na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

MÉSZÁROS, István. "Marxismo e direitos humanos". In: Id. *Filosofia, ideologia e ciência social. Ensaio de negação e afirmação*. São Paulo: Boitempo, 2008, p.157-68.

MUCOACAH, Paulo Sérgio. *Lua Nova* [online]. 1989, n.16, pp. 212-213. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n16/a11n16.pdf> Acessado em 13 novembro julho de 2013.



McADAM, Doug. Conceptual origins, current problems, future directions. In Klandermans e Johnston (orgs.) *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

NUNES, Jordão Horta. Interacionismo simbólico e movimentos sociais: enquadrando a intervenção. *Soc. estado*, Brasília, v. 28, n. 2, Aug. 2013.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v28n2/v28n2a05.pdf> Acessado em 13 de julho de 2014.

PINHEIRO, Paulo S. "Direitos Humanos no Brasil: perspectivas no final do século" IN *Cinqüenta Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos*, Konrad-Adenauer-Stiftung, Centro de Estudos, Revista Pesquisa, No.11. 1998.

RICOLDI, Arlene Martinez. *Paraíba mulher macho: Gênero, Política na educação jurídica popular em João Pessoa*. Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011

\_\_\_\_\_ Temas em Direitos Humanos de uma organização da Paraíba e o macro enquadramento de Direitos Humanos. *Lua Nova* [online]. 2012, n.86 pp. 123-154. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n86/a05.pdf> acessado em 12 de maio de 2014.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Rev. Bras. Hist.* [online], vol.22, n.44, 2002, pp. 463-488.

RODRIGUES, A. T. *Diretas já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São. Paulo: Loyola; Centro João XXIII, 1993.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 2-9, 2010.

SCHÜTZ, Alfred: A. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis (RJ): Vozes; 2012

SWIDLER, Ann. *Cultural Power and Social Movements*. In Klandermans e Johnston (orgs.) *Social Movements and Culture*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995.

SOUZA, Rafael de. Saindo do Gueto: O Movimento Homossexual no Brasil da Abertura, 1978-1982. Dissertação apresentada no Programa de Pós-graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013

SOUZA, André Ricardo de. As mudanças na intervenção social do catolicismo brasileiro. Estudos de Sociologia (Recife), v. 13, p. 131-160, 2007.

SNOW, David; BENFORD, Robert. Framing processes and social movements: an overview and assessment. Annual Rev. Sociology, Palo Alto, v. 26: 611-39, 2000.

SNOW, David; SOULE Sarah. 2009. A Primer on Social Movements. New York: W. W. Norton

SILVA, M. K.; COTANDA, Fernando Coutinho ; PEREIRA, Matheus Mazzilli . Erving Goffman e a Ação Coletiva: contribuições do conceito de molduras interpretativas para o estudo de movimentos sociais.. In: XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013, Salvador. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia, 2013. v. 1. p. 1-33.

SOARES, Paulo Celio. CEB's: A Construção de uma Nova Maneira de Ser Igreja O nascimento e organização das Comunidades Eclesiais de Base em Volta Redonda (1967-1979). Dissertação de Mestrado Apresentada ao Programa de Mestrado em História, da Universidade Severino Sombra. Vassouras-RJ, 2001.

TARROW, Sidney. O Poder em Movimento: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles As Revoluções Europeias 1492 - 1992, trad. Eduardo Nogueira, Lisboa, Editorial Presença. 1996

TILLY, Charles. From Mobilization to revolution. New York, Random House, 1978.

TOLFO, Andreia Cadore. Direitos Humanos e a construção da Cidadania. Vivências (URI. Erechim), v. 9, p. 33-43, 2013.

VELOSO, G. R. A Força da Tradição: Clientelismo uma instituição política brasileira. In: IX International Congress on Brazilian Studies BRASA, 2008, New Orleans. IX International Congress on Brazilian Studies BRASA, 2008.

## **Jornais**

Policiais proibem caminhada dos universitários. O Imparcial (27/08/1978).

Polícia não deixa estudantes realizarem passeata do papa. O Jornal (27/08/1978).

Padre Marcos Passerini fala sobre passeata da paz. O Estado do Maranhão (30/08/1978).

MDB condena a proibição da caminhada. O Estado do Maranhão (30/08/1978).

DCE comemora o 30º aniversário dos Direitos Humanos. O Estado do Maranhão (07/11/1978).

Lysâneas dia 15 em São Luís para falar de direitos Humanos. O Estado do Maranhão (11/02/1979).

SMDDH apoia busca de desaparecidos. O Estado do Maranhão. (18/02/1979).

SMDH cria comissão do índio. O Estado do Maranhão. (20/02/1979).

SMDDH apoia busca de desaparecidos. O Estado do Maranhão. (17/02/1979).

Reunião da SMDDH. O Imparcial. (05/08/1980).

Clero discute hoje sobre a expulsão do padre Marcos. Jornal de Hoje. (01/09/1981).

Cidade volta à calma. O Imparcial. (28/11/81).

Denúncias sobre o Esquadrão da Morte. O Estado do Maranhão.(06/12/1978).

Denúncias sobre o Esquadrão da Morte. O Estado do Maranhão. (19/01/1979).

Violência na Remoção de Famílias da Areinha. O Estado do Maranhão. (13/12/1978).

Moradores da Ilhinha culpam DNOS por derrubada de casas. Jornal de Hoje. (11/07/1982).

Despejo foi dramático no São Francisco. O Estado do Maranhão. (12/12/1978).

Policiais armados derrubam armações de casas no bairro da Floresta. Jornal Pequeno. (25/05/1982).

SURPLAN derruba casa no São Francisco. O Estado do Maranhão. (13/09/1977).

Padre Marcos ia sendo assassinado / grave conflito de terras no Tirirical. Jornal Pequeno. (23/04/1981).

Guerra pelas terras: tiroteio, espancamento, sangue e prisões no São Bernardo. Jornal Pequeno, (8/05/1981).

SURPLAN volta a derrubar casas no Anjo da Guarda. Jornal Pequeno. (21/04/1981).

## **Sites**

<http://blog.jornalpequeno.com.br/manoelsantos/2012/06/11/antonio-carlos-lima-sera-empessado-nesta-segunda-feira-na-academia-maranhense-de-letras/> acessado em 25 de maio de 2014

<http://www.misereor.org/pt/about-us.html> acessado em 13 de junho de 2014

<http://www.cpis.org.br/html/historia.html#1> acessado em 13 de maio de 2014

<http://www.oxfam.org/es/about/history> acessado em 23 de agosto de 2014.

<http://www.oxfam.org/es/paises/el-compromiso-de-oxfam-con-los-derechos-humanos>.  
acessado em 23 de agosto de 2014

## **Entrevistas abertas**

José Celso Veras. Realizada em São Luís em 16/06/2014.

Eurico Fernandes da Silva. Realizada em São Luís em 13/01/2014.

Elizabeth Maria Beserra. Realizada em São Luís em 13/01/2014.

Luis Carlos Cintra. Realizada em São Luís em 15/01/2014.

Luiz Pedro de Oliveira. Realizada em São Luís em 15/03/2010.

José Murilo dos Santos. Realizada em São Luís em 14/02/2014.

## **Documentos Oficiais**

OXFAM. Trabalhar em Conjunto: os princípios de parceria da Oxfam Fevereiro de 2012.

SMDH 20 anos. 1979-199: Flagrante de uma história. São Luís-Ma: SMDH, 1999.

Relatório de atividades em campo realizadas de Equipes de trabalho da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos no período entre dezembro de 1980 e fevereiro de 1981

SMDH- Sociedade Maranhense de Direitos Humanos:32 anos de luta em defesa da vida. Direção: Humberto Capucci e Doty Luz .Produção: Café Cuxá Filmes. 2011. 1DVD(19 min.), son, color.

Comemorações do tricentenário da Arquidiocese de São Luís. Informe nº 0323 /ASI/FUMA 18/08/1977. (DOPS/MA)

Anistia Ampla, geral e irrestrita (Declarações de Celso Veras). Trabalho de pesquisa 14/08/1978. (DOPS/MA)

DCE/UFMA Programa ao público em comemoração ao 30º aniversário da Declaração Universal de Direitos Humanos. Informe nº 0419/ASI/FUMA 07/12/1978. (DOPS/MA)

Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz. Informe nº 0235 /ASI/FUMA 14/09/1978. (DOPS/MA)

Movimento Estudantil: caminhada pelo peregrino da paz. Informe nº 0235/ASI/FUMA 16/11/1978. (DOPS/MA)

Movimento Contra a Carestia. (Declarações de Celso Veras). Informe nº 0010//ASI/FUMA19/06/1979. (DOPS/MA)

Sociedade Maranhense de Direitos Humanos. Informe nº 0029 /ASI/FUMA 20/02/1979. (DOPS/MA)

Comemoração dos Direitos Humanos. Cartilha do DCE (1978). (DOPS/MA)

ANEXO 1



ANEXO 2

Os Direitos Humanos  
são o patrimônio inviolável de todo homem  
e, em cada um de nós, está a responsabilidade  
de defendê-los contra quantos  
queiram, sob qualquer pretexto, violá-los.  
Não podemos nos omitir dessa tarefa

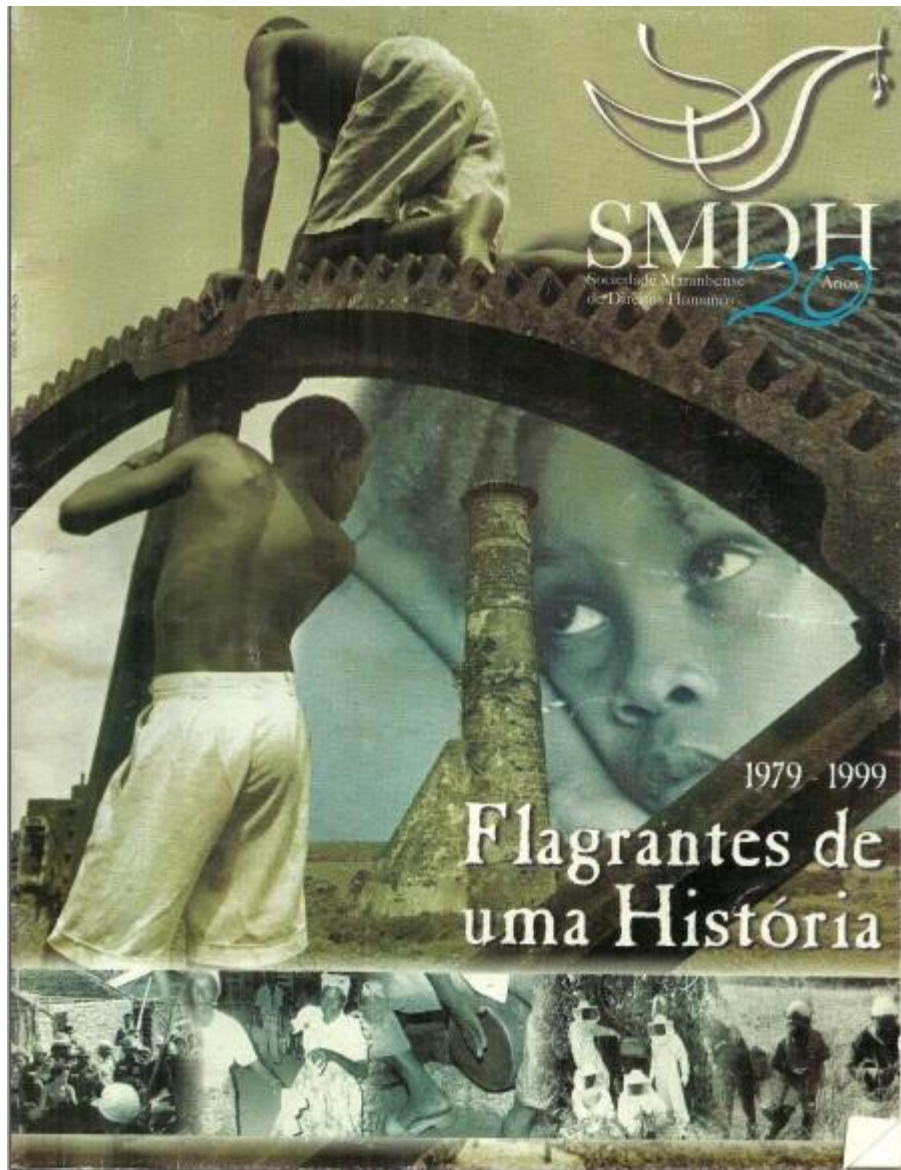
O DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UFMA  
tem a alegria de convidar  
a todos os homens de boa vontade  
a se fazerem participantes do  
ATO PÚBLICO DE COMEMORAÇÃO  
DOS DIREITOS HUMANOS UNIVERSAIS.

Estaremos lembrando os 30 ANOS da  
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS  
com uma CONCENTRAÇÃO  
em frente à IGREJA DE SÃO JOÃO,  
às 8h30min,  
no dia 09/12 (Sábado).

Convidamos os estudantes, professores,  
profissionais, funcionários, trabalhadores,  
políticos, religiosos, autoridades e  
o POVO EM GERAL.

\* " O CAMINHO DA PAZ  
SÓ SE FAZ  
COM JUSTIÇA E DIREITOS IGUAIS "

ANEXO 3





## A Carta de Princípios da SMDDH

1. Prestar decidido apoio moral, jurídico e material àqueles que forem violados em seus direitos;
2. Lutar contra a grilagem e todas as formas de exploração do lavrador, defendendo o princípio de "terra para quem nela trabalha";
3. Organizar a defesa legal dos lavradores, vítimas de arbitrariedades cometidas pelos grileiros;
4. Apoiar todas as lutas por melhores salários, por melhores condições de trabalho e vida;
5. Apoiar todas as lutas contra a carestia e contra o elevado custo de vida, bem como todas as lutas que objetivem a defesa do consumidor;
6. Apoiar iniciativas dos moradores de bairros e subúrbios das cidades, em suas justas reivindicações;
7. Denunciar e combater a grilagem urbana e a expulsão dos moradores da periferia de São Luís;
8. Defender o direito dos índios à terra e à preservação de sua cultura;
9. Lutar contra a discriminação das mulheres;
10. Lutar contra a discriminação racial;
11. Apoiar a luta dos estudantes por melhores condições de ensino, pela extensão do ensino gratuito à toda população, pelo fim do terror policial implantado nas Universidades, pelo fim de legislação de exceção, pelo retorno de professores e cientistas atingidos pelos atos de arbítrio;
12. Lutar pelo direito de livre expressão e organização política, partidária e sindical de todas as camadas da população;
13. Lutar pela abolição de qualquer forma de censura e pela liberdade de criação artística e cultural;
14. Lutar pelo respeito e garantia de eleições periódicas livres, secretas e diretas em todos os níveis, pela extensão do direito do voto a todos os cidadãos brasileiros e contra o abuso do poder econômico e fraude nas eleições;
15. Lutar pelo fim imediato da perseguição, tortura e assassinato a presos políticos e pelo desbaratamento do aparelho repressivo montado contra o povo, bem como o desumano tratamento dispensado aos presos comuns, pelo fim da censura postal e telefônica, bem como pela punição aos carascos e torturadores, assegurando aos mesmos, amplas condições de defesa;
16. Lutar pela conquista da liberdade política para todo o povo brasileiro, o que se dará com a extinção de toda a legislação e de convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que ordenará juridicamente o País e onde o povo poderá lutar por leis que dignifiquem e elevam a pessoa humana.

<sup>1</sup> É o nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX.